

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
DOUTORADO

MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA EM ÁREAS ZEIS:
GÊNERO, PODER E TRABALHO

MARY ALVES MENDES

RECIFE
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS – CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
DOUTORADO

MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA EM ÁREAS ZEIS:
GÊNERO, PODER E TRABALHO

MARY ALVES MENDES

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Russell Parry Scott.

RECIFE
2005

Ficha catalográfica

Mendes, Mary Alves

Mulheres chefes de família em áreas zeis: gênero, poder e trabalho. – Recife: O Autor, 2005.

296 folhas : il. : graf., mapas

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia. Recife, 2005.

Inclui anexos.

1. Mulheres. 2. Mulheres – Condições econômicas. 3. Chefia feminina. 4. Gênero. 5. Trabalho. 6. Pobreza. 7. Família. 8. Violência doméstica. 9. Desigualdades sociais. I. Título.

316.1

301

ed.)

CDU (2.

CDD (22. ed.)

UFPE

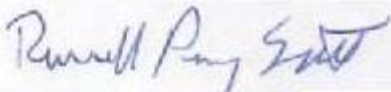
BCFCH2008/02

MARY ALVES MENDES

**MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA EM ÁREAS ZEIS:
GÊNERO, PODER E TRABALHO**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no curso de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco, pela banca examinadora formada pelos professores:

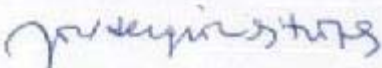
BANCA EXAMINADORA



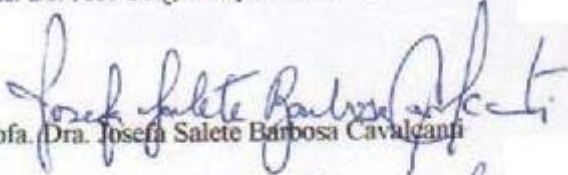
Prof. Dr. Russell Parry Scott



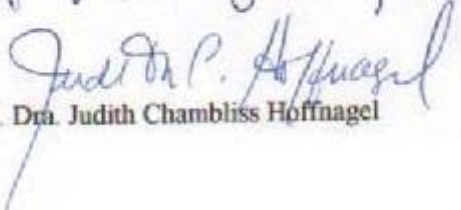
Profa. Dra. Maria de Fátima de Souza Santos



Prof. Dr. José Sergio Lopes Leite



Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti



Profa. Dra. Judith Chambliss Hoffnagel

Recife, 29 de setembro de 2005.

“A lógica de um pensamento é o conjunto das crises que ele atravessa, assemelha-se mais a uma cadeia vulcânica do que a um sistema tranqüilo e próximo do equilíbrio”.

Gilles Deleuze (2000: 106)

Agradecimentos

Ao CNPq, pela bolsa de doutorado, imprescindível para a realização dessa pesquisa.

Ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, pela minha liberação e reconhecimento da importância da especialização do seu quadro funcional. Agradeço, em especial, a Osvaldina, colega de trabalho e amiga pelo apoio e encorajamento nessa investida.

Ao meu orientador, Prof. Russell Parry Scott que me acompanha nessa trajetória da pesquisa desde o mestrado e do qual me orgulho em tê-lo como orientador, não só pelo profissional sério e competente que é, mas pela forma como imbrica o lado profissional e humano, pautados e vividos cotidianamente no respeito ao outro e na serenidade mantida diante das adversidades, posturas pelas quais tenho grande admiração. Queria agradecer-lhe, também, as oportunidades profissionais a mim concedidas e à relação de amizade e atenção que sempre demonstrou a minha pessoa. Registro, ainda, a minha satisfação de ter compartilhado alguns momentos e datas especiais com sua família.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pela transmissão do conhecimento adquirido, principalmente aqueles que fizeram parte mais diretamente da minha proposta de estudo presente na defesa de projeto e qualificação teórica. Nesse sentido, ressalvas especiais aos profs. Salete Cavalcanti, Cynthia Hamlin, José Sérgio Leite Lopes e José Carlos Wanderley.

As funcionárias da Secretaria de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia pela viabilidade dos procedimentos burocráticos necessários e fundamentais nesse processo, ajudas e conversas amenas. Aos funcionários da área de limpeza e copa pela forma sincera, alegre e espontânea de tratamento no cotidiano dos corredores acadêmicos.

Ao FAGES, importante núcleo de aprimoramento teórico e empírico. Expressão, também, de união, respeito e espírito coletivo dos seus pesquisadores. Um carinho especial para Marion e Marilyn pela preocupação e disposição de ajuda. A Eliete minha admiração pela amabilidade e elegância no trato com todos.

A Nilson, pelo companheirismo e compreensão sempre presentes não só nos gestos de carinho e preocupação, mas na paciência com que encarou esse processo do qual, também, acabou fazendo parte, sobretudo, pela via afetiva que nos une e que espero seja longa. A quem, também, admiro pela pureza de espírito, bondade e disposição de compartilhamento.

A Magda, Zélia, Ramonildes, Ligia e Isaura pelos gestos de amizade expressos em seus modos particulares de ser. A Wanderlice, em especial, pela amizade e solidariedade nos momentos tristes e alegres que se instituíram para além da instância acadêmica e pelo exemplo de persistência e coragem que demonstrou na busca e descoberta de si mesma.

A todas as mulheres com quem mantive contato nas áreas de pesquisa e especialmente as Mulheres Chefes de Família que entrevistei, não só pela permissão da intromissão às suas vidas pessoais, mas pela delicadeza e disposição com que fui recebida em suas casas, além do aprendizado que adquiri através das suas ricas histórias e experiências de vida. Um dos maiores aprendizados que tive.

Aos Representantes Comunitários, as Agentes de Saúde de todas as ZEIS pesquisadas e ao Distrito Sanitário IV que proporcionaram a minha inserção no universo de pesquisa, o contato com as mulheres chefes de família e a URB - Recife pelas informações bibliográficas sobre o bairro e as áreas pesquisadas.

Agradecimentos aos demais amigos pela compreensão do enclausuramento, ausência e recusas freqüentes que tive que fazer.

RESUMO

Este trabalho analisa como se processa e se efetiva a chefia feminina em um bairro pobre da cidade do Recife-Pe. O pressuposto analítico que norteia a investigação pauta-se na presença das categorias poder (empoderamento feminino) e desigualdades (sociais, de gênero) como tradução da questão, considerando que a mesma se inscreve num contexto de pobreza e as relações de gênero se configuram, simultaneamente, em ganho de poder feminino na família, obtido através da provisão econômica, e em desigualdade de gênero, presente na divisão sexual do trabalho e nas práticas de violência doméstica. O estudo baseia-se em pesquisa qualitativa, realizada a partir de entrevistas em profundidade e reconstrução das histórias de vida de 35 mulheres chefes de família, residentes nas áreas ZEIS do bairro da Várzea onde se verifica, através das trajetórias de vida, trabalho e cotidiano, o significado das práticas e valores instaurados como fatores de mudanças e permanências, igualdades e desigualdades presentes em suas vidas, tanto no que se refere às condições socioeconômicas, quanto às relações de gênero. O aporte teórico de discussão e análise dos dados está referendado na interlocução entre a abordagem de gênero e teoria social, priorizando como base central de investigação o aspecto relacional em suas dimensões micro e macro social. A discussão estende-se, ainda, aos campos da família e do trabalho. A análise dos dados revela que as condições atuais de vida e a situação de provisão econômica da família estão associadas a um contexto de vulnerabilidades socioeconômicas que reporta às histórias de vida dessas mulheres, marcadas pela pobreza e trabalho infantil. Como trabalhadoras encontram-se, atualmente, inscritas num quadro geral de precarização, informalidade e feminização das ocupações. As relações de gênero se constituem a partir de um quadro ambivalente de práticas e valores que transitam entre posturas tradicionais e modernas, sendo a esfera doméstica, paradoxalmente, um lócus de desigualdades e de poder feminino. As responsabilidades pela manutenção e cuidados da casa e filhos continuam sob encargo feminino e geram sobrecarga de trabalho e doenças. A violência doméstica, também, aparece como um foco importante de desigualdade e discriminação de gênero, mas não se configura em passividade feminina. Por outro lado, estar provendo economicamente a família, diante da falta de provisão masculina, as tornam mais autônomas e com maior poder de decisão na esfera doméstica. Atesta-se, por fim, que as ambivalências e desigualdades sociais e de gênero, vividas por essas mulheres, não lhes confere um estado vitimário absolutizado nas condições de pobreza e eternização da dominação masculina, haja vista as estratégias de sobrevivência, resistência e poder que empreendem, ao longo da vida, seja em relação às condições socioeconômicas de vida ou relações de gênero no contexto familiar.

Palavras-chave: gênero, chefia feminina, pobreza

ABSTRACT

This work examines processes which inform how female household headship occurs in a poor neighborhood in the city of Recife, Pernambuco. The analytical presupposition which bases this study is that understanding lies in the categories of power (female empowerment) and inequalities (social, gender) since the context of power and gender relations result in the simultaneous occurrence of increased female power in the family by way of economic provision, and in gender inequality evidenced in the sexual division of labor and in the practice of domestic violence. The qualitative data base is composed of 35 in depth interviews which permit the reconstruction of life histories of the residents of the ZEIS (Special Zones of Social Interest) areas of the neighborhood of Várzea. Meanings and values placed on practices which are understood as factors of change and permanence and of equality and inequality in these women's lives are revealed through the interpretation of trajectories of daily life and work, economic conditions and gender relations. The interlocution between a gender approach and general social theory highlights social relations in both micro and macro level dimensions. The discussion also involves the fields of family and work. The analysis of the data reveals that present life conditions and the situation of family economic provision are associated to a context of socioeconomic vulnerabilities revealed in these women's life histories, marked by poverty and childhood labor. Their present condition as workers is characterized by precariousness, informality and the feminization of occupational opportunities. Gender relations are established in an ambivalent framework of practices and values which move between modern and traditional postures in which the domestic sphere appears, paradoxically, as both a locus of inequality and a locus of female empowerment. Responsibility for the maintenance and care of the home and children continue in the hands of women, generating an overload of work and illness. Domestic violence also is evidenced as an important focus of gender inequality and discrimination, but this does not imply female passivity. In addition, as family economic providers in the absence of male providers, they become more autonomous and gain more power in the domestic sphere. Finally, it is shown that gender inequalities and ambivalence lived by these women does not give them an absolute status as victim in a context of absolute impoverishment, nor does it turn male domination eternal. Survival strategies resistance and power re intertwined in a lifelong fabric composed of socioeconomic conditions and gender relations in a family context.

Key-words: gender, female household headship, poverty

RÉSUMÉ

Ce travail analyse le processus d'installation de *l'autorité féminine* dans un quartier pauvre de la ville de Recife-Pe. L'analyse qui guide les recherches s'appuie sur la présence des catégories « pouvoir », (investiture féminine) et « inégalités » (sociales, de sexe), comme reflet de la question, en considérant que celle-ci s'inscrit dans un contexte de pauvreté et que les relations entre homme et femme se configurent, simultanément, et dans une avancée du pouvoir féminin dans la famille, obtenue par le fait que la femme y pourvoit aux besoins économiques, et dans l'inégalité entre les sexes, présente dans la répartition du travail et dans les pratiques de violences domestiques. L'étude se base sur une recherche qualitative, réalisée à partir d'interviews approfondies et de reconstitutions de l'histoire de vie de 35 femmes, chefs de familles, vivant dans les zones ZEIS du quartier de la Várzea, où l'on vérifie, au travers des trajectoires de vie, du travail et du quotidien, la signification des pratiques et des valeurs instaurées comme facteurs de changements et d'invariances, d'égalités et d'inégalités, présentes dans leurs vies, aussi bien pour ce qui est des conditions socioéconomiques que pour ce qui est des rapports entre les sexes. L'apport théorique de discussion et l'analyse des données se rapporte à l'interlocution entre l'abordage des sexes et la théorie sociale, ayant comme base centrale de recherche prioritaire l'aspect relationnel dans ses dimensions micro et macro sociale. La discussion s'étend, en outre, aux domaines de la famille et du travail. L'analyse des données révèle que les conditions actuelles de vie et la situation de subsistance économique de la famille sont associées à un contexte de vulnérabilité socioéconomique qui est lié aux histoires de vie de ces femmes, marquées par la pauvreté et le travail infantile. En tant que travailleuses, elles se trouvent, actuellement, inscrites dans un cadre général de précarisation, d'informalité et de féminisation des tâches. Les relations entre les sexes se constituent à partir d'un cadre ambivalent des pratiques et des valeurs qui transitent entre postures traditionnelles et modernes, alors que la sphère domestique, paradoxalement, est le siège d'inégalités et de pouvoir féminin. Les responsabilités de la gestion, et de l'entretien de la maison et l'éducation des enfants sont toujours à la charge de la femme, générant surcharge de travail et apparition de maladies. La violence domestique apparaît comme un foyer important d'inégalité et de discrimination sexuelle, mais pas de passivité féminine. D'un autre côté, subvenir économiquement aux besoins de la famille, face au manque d'approvisionnement de la part des hommes, rend les femmes plus autonomes et leur donne un plus grand pouvoir de décision dans la sphère domestique. Nous remarquons, enfin, que les ambivalences et les inégalités sociales et sexuelles, vécues par ces femmes, ne leur confèrent pas un statut de victime absolu dans les conditions de pauvreté et de pérennisation de la domination masculine, vu les stratégies de survie, de résistance et de pouvoir qu'elles développent, au long de leur vie, aussi bien en relation avec les conditions socioéconomiques de vie qu'en relation avec le rapport entre les sexes dans le contexte familial.

Mots-clés: relations entre homme et femme, l'autorité féminine, pauvreté

ÍNDICE

Introdução.....	10
 1. Teoria feminista e teoria social, a interlocução de análise via gênero na explicação da chefia feminina.....	22
1.1 A abordagem de gênero fazendo a diferença na análise social.....	22
1.2 Discutindo as relações de gênero a partir da teoria da prática e do poder.....	33
 2. Situando a problemática da chefia feminina nos campos da família e do trabalho.....	54
2.1 Entre valores e condição de pobreza: discutindo as famílias populares urbanas.....	54
2.2 Retratando a situação das mulheres pobres no mercado de trabalho brasileiro.....	70
2.3 A relação trabalho-família no universo moral das mulheres pobres.....	75
2.4 Mulheres trabalhadoras na manutenção familiar: discutindo a chefia feminina.....	81
 3. Caminhos da pesquisa: da descoberta do objeto ao método de análise.....	99
3.1 Descobrimos o objeto de estudo e os seus pressupostos analíticos.....	99
3.2 O método, modelo de tratamento dos dados e instrumentos de pesquisa.....	106
3.3 Adentrando o campo e selecionando o universo de análise.....	113
3.4 O contexto social de inserção das chefes de família: o bairro e as áreas ZEIS.....	126
 4. De trabalhadoras a chefes de família: trajetória de vida, trabalho e relações de gênero.....	150
4.1 Comentando o perfil atual das chefes de família das ZEIS do bairro Várzea.....	151
4.2 Visitando as trajetórias: um percurso de pobreza, trabalho e estratégias de subversão feminina.....	164
4.2.1 O trabalho na trajetória de vida das mulheres chefes de família.....	165

4.2.2 Formação da família de procriação: a sexualidade, a gravidez, o casamento e a relação com o trabalho.....	185
4.3 Relações de gênero no cotidiano da esfera doméstica: entre permanências e mudanças.....	208
Considerações finais.....	264
Referências bibliográficas.....	276
Anexos.....	297

Introdução

É discussão corrente nas análises sociológicas afirmar que a sociedade vem passando, nas duas últimas décadas, por intensas mudanças sociais econômicas e culturais que tem provocado grandes transformações, sobretudo, na esfera do trabalho e da família. No caso brasileiro, algumas dessas mudanças apontam para o envelhecimento da população, crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, queda na taxa de fecundidade, expansão da escolaridade feminina, aumento dos domicílios unipessoais e domicílios chefiados por mulheres (Bruschini, 2000; Borges e Guimarães, 2000; Berquó, 2001; Goldani, 1993).

Observa-se que parte dessas mudanças está relacionada diretamente às mulheres¹. O crescimento da participação feminina na esfera pública, principalmente, nas áreas da educação, política e trabalho, é apontado como um dos fatores responsáveis por importantes modificações, sobretudo, no que diz respeito à sexualidade e à família². Tal participação é vista por alguns estudiosos como um processo de empoderamento feminino que faz parte da revolução cultural que se dá em torno das mudanças na família tradicional e nas atividades domésticas afetando, também, os papéis masculinos (Leon, 2000, 1997; Hobsbawn, 1995; Bilac, 1995).

Avaliadas enquanto processo histórico da condição feminina, tais mudanças podem ser consideradas, em parte, reflexos das lutas e reivindicações das mulheres

¹ Giraldo (1994) mostra a influencia que as mulheres tiveram sobre as principais mudanças socioeconômicas ocorridas no séc. XIX e XX. Ressalta o Movimento Feminista como colaborador dessas mudanças, tanto em relação aos estudos teóricos como em relação às intervenções nas políticas públicas. Schinbinger (2001), em sua obra “O feminismo mudou a ciência?”, enfatiza como o conteúdo científico vem sendo modificado pelo feminismo. Ao focalizar a inter-relação entre as questões de gênero e os modos de fazer ciência, argumenta que as mulheres elaboram o saber científico de maneira diferente dos homens. Para a autora a incorporação das mulheres à ciência vem demandando profundas mudanças estruturais na cultura, nos métodos e no conteúdo da ciência.

² De forma geral, pode-se dizer que tal participação está associada às mudanças ocorridas na relação histórica entre as esferas pública e privada, representando a saída da mulher do mundo exclusivamente doméstico e a entrada na esfera pública alterando a organização familiar e a realização das atividades domésticas (Borges & Guimarães, 2000).

pela igualdade de direitos. Fato que se tornou mais evidente através do Movimento Feminista (Hobsbawn, 1995; Castells, 1999; Scott, 1991) e dos Estudos Feministas que vem denunciando, ao longo da sua trajetória, as condições de desigualdades das mulheres, proporcionando-lhes visibilidade, rejeitando a sua subordinação pela via do determinismo biológico e atestando as diferenças entre os sexos como construção social (Beauvoir, 1980; Rubin, 1989; Scott, 1989; Rosaldo, 1994; Butler, 2003; Fonseca, 1996; Piscitelli, 1998).

Uma das mais importantes mudanças diz respeito à participação feminina no mercado de trabalho que nas quatro últimas décadas vem se intensificando e se mantendo contínua mesmo diante da crise econômica dos anos 70 e 80, do acentuado processo de reestruturação produtiva e transformações no mundo do trabalho. Tal participação é, também, relevante para se compreender as transformações ocorridas na família e na relação família e trabalho (Araújo & Ferreira, 2000; Montali, 1998; 2004; Bruschini, 2000)³.

Apesar da intensidade e frequência dessa participação ser vista, em geral, como um fator de positividade e emancipação para as mulheres, os estudos têm enfatizado, ao mesmo tempo, a presença constante de desigualdades de gênero no mercado de trabalho denunciando, na maioria das vezes, a ocorrência de um processo denominado por uns de “feminização da pobreza” e por outros de “feminização do trabalho” indicando a concentração das mulheres em guetos ocupacionais, postos de trabalho mais instáveis, piores remunerações e políticas discriminatórias e hierarquizantes (Neves, 2000; Bruschini, 2000; Abramo, 2000; Hirata, 1998; Antunes, 2001).

³ A intensificação e diversificação da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro pautam-se, para Bruschini (1994), na complementação salarial da família em virtude do deterioramento dos salários dos trabalhadores, no desejo de maior consumo, ou, ainda, pela expansão da industrialização e entrada das multinacionais no Brasil que, segundo Neves (2000) demandou mão de obra feminina, principalmente para os setores têxteis, metal-mecânico e eletrônico.

Mas o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho traz à tona uma situação, também, crescente que é a mudança de gênero no tocante à provisão econômica da família, trata-se das *mulheres chefes de família*, objeto de análise desse estudo. As atribuições consideradas tradicionalmente masculinas de manter economicamente a família e de atuar na esfera pública, por excelência, cada vez mais divide o seu lugar com a inserção e o estabelecimento feminino nessas esferas consideradas masculinas.

Os estudos têm mostrado que o número de mulheres chefes de família vem crescendo regularmente em quantidade e proporção e apesar de só mais recentemente ter adquirido maior destaque por parte dos estudiosos, em decorrência da propagação dos estudos de gênero nas ciências sociais, não é um fenômeno novo na sociedade (Woortmann, 2002; Castro, 1991; Hita-Dussel, 2004; Scott, 2001a), a sua presença percorre as diferentes épocas históricas, sociais e econômicas, como revelam alguns estudos fazendo referência à presença desse no século XIX (Samara, 1998; 1989; Costa, 2000).

Na América Latina, o percentual das famílias chefiadas por mulheres⁴ oscila entre 25 e 35% (Abramo, 2000). Em se tratando especificamente da sociedade brasileira, observa-se que esses domicílios praticamente dobraram em três décadas, passando de 10,7% para 24% entre 1960 e 1996 (Couto, 2001). Conforme dados do censo 2000 (IBGE, 2002), as famílias chefiadas por mulheres representam 24,9% dos domicílios brasileiros⁵. O nordeste é a região brasileira que apresenta a maior proporção de domicílios chefiados por mulheres, com 25,9%, acompanhado da região

⁴ Abramo (2000) chama a atenção ao fato das famílias cuja contribuição feminina à renda familiar quando igual ou superior a dos homens não serem detectadas pelos censos de população por causa da definição de chefia utilizada.

⁵ O IBGE (2002) utiliza a expressão “responsável pelo domicílio” ao invés de “chefe do domicílio”.

sudeste com 25,6%. Recife se destaca como a terceira cidade brasileira com a maior proporção de domicílios cujos responsáveis são mulheres (37,4%) perdendo, respectivamente, para Salvador (37,5%) e Porto Alegre (38,2%)⁶.

Os motivos que levam as mulheres a ocuparem a posição de provedoras econômicas de suas famílias são diversos e vão desde questões relacionadas à modernização nas relações familiares e de gênero, passando por aquelas associadas à migração masculina, viuvez, gravidez fora do casamento, separações, divórcios, até transformações na economia e condições de pobreza. Estas, por sua vez, marcadas por um quadro contínuo de precariedades, desemprego e baixa renda dos companheiros e demais membros do domicílio conduzindo, dessa forma, as mulheres ao mercado de trabalho em situações que vão desde o compartilhar a manutenção da casa com o (a) companheiro (a) ou familiares, até responsabilizar-se sozinhas pelo domicílio (Carvalho, 1998b; Castro, 1982; Montali, 2004).

O fato de estarem na condição de provedoras econômicas da família leva, a priori, a se pensar nessas mulheres como portadoras de poder e autonomia no contexto familiar. Tal pressuposto tem como base fundante o próprio feminismo, originário das camadas médias, cujo propósito inicial era tornar as mulheres visíveis e tirá-las da sua condição de subordinação, sendo o trabalho o carro chefe dessa emancipação (Bruschini, 1998).

Era uma fase, também, em que a categoria analítica “mulher” era concebida como universal e uniforme pelos estudos feministas. Em tempos mais recentes esses estudos têm reconhecido que a referida categoria não é homogênea, diferencia-se por elementos como classe, cor, idade, cultura, escolaridade, religião, etc. (Scott, 1989;

⁶ Nos municípios das capitais a proporção de mulheres responsáveis por domicílios é mais alta do que a média nacional (IBGE, 2002).

Fonseca, 1996). Nesse sentido, as análises passaram a ter um caráter mais relativo considerando a diversidade e especificidade das mulheres e dos contextos sociais nos quais estão inseridas.

A valorização da independência feminina, propagada pelo feminismo, fez com que o discurso do trabalho remunerado como indicativo de empoderamento ganhasse força ancorado na idéia mais particularizada de autonomia e independência financeira junto ao (a) cônjuge. A idéia subjacente a esse discurso é que a autonomia profissional conduziria a um maior poder de barganha nas relações familiares, favorecendo rompimentos, uniões, controle e decisões femininas gerando, conseqüentemente, mudanças nas relações de gênero e no formato das famílias (Itaboraí, 2003).

No entanto, há controvérsias em torno desse argumento mais generalizado do trabalho remunerado como fator de empoderamento feminino. Para alguns estudiosos, o fato das mulheres acumularem o trabalho realizado fora de casa com as atividades domésticas, ocuparem postos mais desqualificados de trabalho, atuarem na informalidade e receberem baixos e menores salários do que os homens, quando na mesma função, se caracterizaria muito mais como um quadro de sobrecarga de trabalho, exploração e discriminação do que como autonomia (Arriagada, 1997; Castro, 1982; Barroso, 1978; Hirata, 2002, 2001; Salém, 1981).

O argumento analítico que destaca a sobrecarga de trabalho, a presença de valores tradicionais e coletivos pauta-se, geralmente, na realidade das mulheres das camadas populares. Quando se trata das camadas médias a discussão, geralmente, se encaminha pelo viés do individualismo, autonomia e igualdade nas relações familiares e de gênero (Velho, 1999) definindo um quadro marcado pelo que Sorj & Goldenberg (1999) denominaram de “literatura da polarização” que de forma dicotômica utiliza o parâmetro “tradição versus modernidade” ou “hierarquia versus igualitarismo” como

categorias explicativas da família brasileira perdendo, assim, de vista “o processo de resignificação de práticas sociais que rompem com a dualidade tradição/modernidade” (p.114).

Diante do que parecem extremos analíticos da mesma questão, discutidos de um lado como autonomia (valores individuais) e do outro como tradição (valores coletivos) acredita-se, partindo da perspectiva de gênero como categoria analítica e relacional, que o seu entendimento não deve encaminhar-se de forma dicotomizada e excludente em suas dimensões interpretativas, sob pena de se omitir o quadro de tensões que verdadeiramente a compõe e através do qual vem se processando e se estabelecendo as mudanças nas relações de gênero que quando vistas panoramicamente, ao longo do tempo, parecem grandiosas e velozes, mas quando vistas de forma mais singular ou em plano das identidades subjetivas parecem lentas e sutis.

Dessa forma, as relações de gênero são aqui entendidas como fazendo parte de um quadro ambivalente de práticas e valores tradicionais e modernos que se expressam, concomitantemente, um ou outro, em maior ou menor intensidade dependendo: do grau de incrustação dos valores e práticas tradicionais instauradas, via *habitus*, no processo de socialização (Bourdieu, 1998), do poder dos indivíduos de subvertê-los através das estratégias cotidianas de resistências ou micropoderes (Foucault, 1995) e do contexto social no qual estão inseridos que possui uma lógica de ordenamento e estabelecimento das relações e valores familiares (Sarti, 1996).

Tal argumento implica, em termos da questão em análise, que embora a provisão econômica da família possa ser considerada uma evidência de poder e autonomia feminina, quando vista de forma mais pormenorizada apresenta outras categorias que, também, a constitui a exemplo das desigualdades de gênero presentes

na esfera doméstica, além das desigualdades de caráter mais amplo e macro estruturais que aqui se denominou de desigualdades sociais⁷ e que está associada, no caso particular desse estudo, a precarização do trabalho e às condições de pobreza dessas mulheres provenientes das camadas populares e moradoras em áreas faveladas, como é o caso das chefes de família aqui investigadas⁸.

As pesquisas mostram que grande parte das mulheres brasileiras que se encontram na condição de chefes de família são pobres, o que pode indicar que o ingresso dessas mulheres ao mercado de trabalho e o estabelecimento da própria condição de provedoras econômicas da família esteja relacionado às condições de pobreza. Revelam, ainda, os estudos que essas, como as demais trabalhadoras das camadas populares, estão inscritas num quadro geral de precarização (salários, formas e condições de trabalho), baixos níveis de especialização e escolaridade (Berquó, 2002; Castro, 1990; Scott, 2001a, 2002a, 2002b)⁹.

Por outro lado, afirmar a presença de aspectos que remetem a desigualdades sociais e de gênero, não implica negar a presença de elementos relativos à autonomia e poder feminino, pois mesmo sob condições desiguais, tanto no que se refere às relações de gênero quanto às condições socioeconômicas, essas mulheres não estão alheias à sua posição de sujeitos que protestam, avaliam, ponderam, têm vontades, percepções e que constitui, mesmo dentro de limites restritivos, as suas escolhas,

⁷ Ressalta-se que as desigualdades de gênero são, também, desigualdades sociais, a utilização de denominações diferentes nesse estudo visa, apenas, a sistematização metodológica de categorias.

⁸ Mulheres moradoras das Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, assentamentos habitacionais, provenientes de invasão de terrenos particulares ou públicos, bastante carentes de infra-estrutura básica e saneamento, muitas vezes, estabelecidos em áreas de risco e com proposta de regularização fundiária e urbanização por parte do poder público (URB-Recife, 1997), uma espécie de oficialização e legitimação da condição de favelados por uma via assistencialista (Mendes, 2000).

⁹ O quadro de precarização, quando comparado às demais trabalhadoras não chefes, pode ser, ainda, mais acentuado quando se trata das mulheres provedoras que são separadas e possuem filhos pequenos, devido a uma maior requisição da sua presença e assistência junto a casa e aos filhos fazendo com que optem por trabalhos de tempo parcial e dias alternados ou executados em casa, ou seja, onde haja maior flexibilidade e acoplamento do trabalho remunerado com as atividades e responsabilidades domésticas, mesmo considerando as redes de apoio com que possam contar.

decisões e estratégias de resistência ou subversão no contexto familiar, no trabalho e na vida de um modo geral.

O que significa se conceber as relações de gênero como estruturas moventes, onde as mudanças existem e se processam numa convivência, nem sempre harmoniosa, mas constante e paradoxal do velho (tradição) com o novo (modernidade) e não como estruturas hierárquicas e fixas no tempo (Bourdieu, 2002a). Sendo assim, a discussão central de análise, nesse estudo, perpassa as relações de poder na sua forma positiva e negativa. Na forma positiva, trata-se da verificação de empoderamento¹⁰ dessas mulheres na micro esfera familiar (Léon, 2000; Foucault, 1995a), evidenciado pelos indícios de autonomia presentes nas formas de agir, reagir, nas reclamações, rupturas e insatisfações no que diz respeito aos relacionamentos conjugais, passados ou atuais, e na relação com os filhos.

Na forma “negativa”, trata-se da verificação das desigualdades de gênero na esfera doméstica, percebidas através da divisão sexual do trabalho, das práticas de violência doméstica, da atuação em formas precarizadas de trabalho e das condições de pobreza presentes no contexto de vulnerabilidades socioeconômicas vividas por essas mulheres desde a infância (Bourdieu, 2002a; Hirata, 2001; Hirata & Kergoat 2003; Sen, 2000, 2001; Antunes, 2001). Colocar tais relações em seus termos positivos e negativos se constitui muito mais como artifício metodológico ou tipo ideal do que, propriamente, pensá-las de forma estanque ou fixas porque, de fato, não o são, ao

¹⁰ Esse termo é amplo em seu entendimento. Tanto é usado para significar um processo coletivo de poder feminino, a exemplo da participação em movimentos sociais e outros espaços públicos, como é usado, também, para significar poder feminino em nível das relações familiares. Em geral, empoderar-se significa adquirir o controle da própria vida, lograr habilidades de fazer coisas e de definir as próprias agendas. Para maiores detalhes ver Léon (2000), que descreve sobre o estado da arte em empoderamento feminino. A concepção microfísica e positiva do poder em Foucault (1995a), também, se faz apropriado para pensar as relações de poder no âmbito na esfera doméstica ou familiar. No caso aqui tratado, essas vias teóricas se mostram apropriadas para esse estudo visto que o termo empoderamento está sendo aqui utilizado para se compreender as relações de poder no âmbito das relações de gênero no contexto familiar.

contrário, tais dimensões se configuram como feixes e redes entrelaçadas que se alternam e se justapõem.

Analisar a chefia feminina enfatizando os aspectos relacionados à situação dessas mulheres no mercado de trabalho, suas condições de vida e relações de gênero têm o propósito geral de entender o significado e alcance dessa que é considerada uma questão de gênero, mas que é, sobretudo, uma questão social que está imbricada e associada a outras de caráter mais amplo, a exemplo da reestruturação da economia¹¹ e do complexo processo de globalização que para uns se apresenta como um “mundo em descontrole” (Giddens, 2000), para alguns se sedimenta como um intensificador das desigualdades sociais (Bauman, 1999) e para outros um processo contraditório que requisita a um só tempo a homogeneização de estilos, comportamentos e hábitos de consumo e, também, as diferenças, desigualdades e pluralismo cultural e social (Castells, 1999)¹².

Sendo assim, é possível se compreender alguns aspectos da dinâmica social a partir da própria dinâmica feminina, entendendo que a posição ocupada pelas mulheres na sociedade e as mudanças ocorridas nas relações de gênero indicam, também, o nível de desenvolvimento de determinada sociedade, pois como diz Sen (2000), a melhoria da sua condição de *agente* pode gerar mudanças sociais importantes e o ganho de poder que adquirem torna-se fundamental no processo de desenvolvimento social,

¹¹ Sobre os impactos da reestruturação produtiva na relação família, gênero e trabalho ver Montali (1998; 2004); Neves (2000); Hirata (2001; 1998); Araújo e Ferreira (2000). Sobre reestruturação produtiva e trabalho ver Alves (2000); Castro (1997); Bresciani (1997).

¹² Sobre globalização ver, também, Santos (2002) que enfatiza o seu impacto nas sociedades semiperiféricas e nas ciências sociais; Ianni (2002) que destaca as suas teorias e a geração dos processos de integração, fragmentação, complexidade, contradição e desenvolvimento desigual; Mendes (2001) que o discute como um fenômeno multidimensional que tem efeitos homogeneizadores e diferenciadores; Pochmann (2001) que mostra a inserção desigual dos países periféricos à economia global, destacando as transformações no mundo do trabalho como fatores de desemprego.

sendo esse obtido, sobretudo, através da concessão de educação e oportunidades de emprego.

Seguindo a lógica de análise que valida tanto o sujeito quanto o contexto social, a base central de investigação desse estudo prioriza o aspecto relacional presente tanto no referencial analítico de gênero como na teoria sociológica de interlocução com este, o que faz com que se considere não só as relações sociais entre os indivíduos, mas as relações entre estes e as estruturas sociais que os envolvem, constituindo-se, à maneira de Floya Anthias (1998), parâmetros de diferenciação que estão relacionados e se apresentam como produto social e cultural, estabelecidos num contexto e práticas específicas, produzindo estruturas e processos sociais ao tempo que são, também, por eles produzidos.

O que se quer enfatizar é que há um entrelaçamento de aspectos, por vezes paradoxais, que vão compor os significados das experiências das mulheres que se encontram na condição de provedoras econômicas de suas famílias. Como diz Scott (2001a: 2) a questão, em si, é “recheada de particularidades bem identificáveis, mas extraordinariamente diversificada na sua ocorrência e implicações”. São relações complexas que envolvem sujeitos situados em contextos e trajetórias, em geral, semelhantes, mas com práticas e valores não necessariamente iguais inviabilizando, dessa forma, pensá-los de forma totalmente homogênea, unidirecional e coerente.

Mediante tais pressupostos e argumentos, busca-se nesse estudo, de teor qualitativo, verificar através das histórias de vida, trabalho e cotidiano das mulheres chefes de família pobres de um bairro popular da cidade do Recife, o significado das práticas e valores instaurados nos processos de mudanças e permanências, igualdades e desigualdades presentes em suas vidas, tanto no que se refere às dimensões mais macro-estruturais, aquelas relativas às condições socioeconômicas, como às dimensões

mais micro-estruturais, aquelas referentes às relações de gênero presente na esfera doméstica.

Os relatos de vida e o contexto social em que estão inseridas, tornaram-se ricos cabedais de signos e significados através dos quais suas vidas foram expressas, fazendo com que as chefias femininas, em análise, fossem tratadas e compreendidas não como modelos apriorísticos que se dão anterior à experiência familiar, mas como produto de suas experiências e trajetórias de vida. A intenção não é oferecer explicações causais e nem fazer generalizações sobre a temática, mas compreender como se processa e se estabelece a condição de vida, práticas e valores dessas mulheres provedoras econômicas de suas famílias, tendo como eixo central de análise as relações de gênero.

Tomando como referência os argumentos, aqui expostos, para análise da chefia feminina, a discussão da referida questão encontra-se, assim, disposta na referida tese. O primeiro capítulo discute a questão teórica de gênero enquanto categoria analítica e relacional de compreensão das relações de gênero, fazendo a interlocução com a teoria social a partir da teoria da prática e do poder. O objetivo é mostrar como se processam as mudanças e permanências, igualdades e desigualdades presentes nas relações de poder que constituem tais relações.

O segundo capítulo situa a problemática da chefia feminina a partir dos campos da família e do trabalho. A família, como instância onde se processa a produção e reprodução de práticas e comportamentos e, também, lugar onde dão sentido a vida, é analisada a partir dos valores e da condição de pobreza, visando compreender como se processam as mudanças no seu interior. O trabalho, importante locus de compreensão da condição de provedoras, é discutido dando ênfase ao status da participação feminina no mercado de trabalho, aos aspectos relacionados a precarização do trabalho e

desigualdades de gênero; a relação trabalho-família e o valor destes para as mulheres pobres; e a chefia feminina, propriamente dita, enfatizando a complexidade do termo e a pluralidade de aspectos que o envolvem.

O terceiro capítulo trata dos caminhos metodológicos da pesquisa. A discussão compreende a exposição dos pressupostos analíticos, baseados nas categorias desigualdades sociais, desigualdades de gênero e empoderamento feminino; a forma de apreensão dos dados, efetivada através do método biográfico e tratamento analítico via análise de conteúdo; a inserção nas áreas de pesquisa e seleção da população estudada, onde são descritos os passos que conduziram à inserção da pesquisadora nas áreas de pesquisa, a seleção do universo de análise e aproximação com os sujeitos selecionados; e por fim uma descrição etnográfica das áreas pesquisadas, destacando questões referentes à infra-estrutura, cultura, lazer e saúde.

O quarto capítulo diz respeito à discussão e análise dos dados, traça a trajetória de vida, trabalho e relações de gênero dessas mulheres, cujo objetivo é mostrar o nível de precarização, precariedades e as estratégias de subversão feminina frente a essas. Onde se comenta o perfil atual de identificação pessoal e profissional; o percurso de trabalho, destacando o processo de migração, o trabalho infantil e a relação patrão-empregado; a formação da família de procriação, destacando as experiências sexuais, a gravidez, e as uniões conjugais na relação com o trabalho e com a provisão econômica da família; as relações de gênero que operam na esfera doméstica, dando ênfase às desigualdades de gênero e as estratégias de poder feminino no contexto familiar.

1. Teoria Feminista e Teoria Social, a interlocução de análise via gênero na explicação da chefia feminina

1.1 A abordagem de gênero fazendo a diferença na análise social

Considerando as relações de poder como elemento chave, já anunciado, para se compreender as relações de gênero dos sujeitos aqui investigados e com o propósito de fazê-lo no diálogo entre teoria feminista e teoria social, buscando a intermediação entre os agentes e as estruturas sociais que os envolvem, toma-se como referência central desse estudo à *teoria feminista*, mais especificamente *gênero* como categoria analítica, entendendo-o como construção social e campo de significação das relações de poder (Scott, 1989) que se constitui tanto pelos dispositivos incorporados pelo “habitus”, via socialização, gerando estruturas de dominação e desigualdades de gênero (Bourdieu, 2002a), quanto pelas relações positivas de poder que se dão em nível dos indivíduos, via produção de estratégias cotidianas que operam de forma fluída, em níveis diferenciados, não unilaterais e gerando micro mudanças (Foucault, 1995, 1997).

As categorias aqui levantadas para a compreensão da questão em foco são, elas próprias, elementos fundantes do feminismo, considerado tanto um conjunto de ideologias políticas de denúncia, quanto uma variedade de enfoques teóricos¹³ de análises as desigualdades de gênero e ganho de poder e visibilidade das mulheres, considerando-as sujeitos centrais no processo de investigação social (Johnson, 1997; Scott, 1991). Tais análises, que começaram de forma dispersa com os primeiros

¹³ Na literatura feminista há uma diversidade de abordagens teóricas, distintas entre si, que explicam a discriminação e subordinação das mulheres incluindo desde as análises do patriarcado, passando por marxistas à pós-estruturalistas (Scott, 1989). Diversas, também, são as tipologias utilizadas para sistematizá-las. Johnson (1997) e Walby (1996), por exemplo, as classificaram em *feminismo radical*, *liberal*, *marxista* ou *socialista*. Barret (1996), optou por sintetizá-las em duas ondas, uma referente ao *feminismo liberal* e outra referente ao *feminismo radical*. Scott (1989), as classificou nas teorias do *patriarcado*, *marxista*, e *psicanalítica*. Lengermann & Niebrugge-Brantley (1993), utilizaram como classificação à *diferença dos gêneros*, *desigualdade entre os gêneros* e a *opressão de gênero*.

escritos de protestos femininos em 1630, antes mesmo da criação da sociologia como perspectiva de análise social e disciplina científica¹⁴, alcançaram maior sistematicidade e mobilidade no século XX, a partir da década de sessenta, legitimando-se na academia a partir nos anos oitenta (Lengermann & Niebrugge-Brantley;1993).

Os estudos feministas vêm, ao longo da sua trajetória, contribuindo com perspectivas teórico-metodológicas que se contrapõem aos pilares filosóficos mais tradicionais das ciências sociais¹⁵. Tais estudos estão associados à própria história paradigmática dessas ciências e se colocam, em geral, entre perspectivas teóricas modernas e pós-modernas (Mendes, 2002a). Tais perspectivas não se apresentam de forma homogênea e plena em suas escolhas epistemológicas. É o que Fraser e Nicholson (1990) denominaram de “quase metanarrativas” e Harding (1990) chamou de “ambivalência” ao mostrarem, respectivamente, o “empirismo feminista” e a “teoria do posicionamento feminista” como estratégias epistemológicas de tendências consideradas modernas, mas que em determinados aspectos absorvem, mesmo de forma tímida, categorias pós-modernas.

A crítica feminista, também, se estende ao seu próprio seio, mas precisamente às questões associadas a sua natureza epistemológica, indagando se de fato existe uma ciência feminista cuja episteme própria teria surgido da experiência das mulheres e englobaria elementos de outras ciências humanas¹⁶ ou se trataria de um enfoque

¹⁴ Apesar dos escritos feministas aparecerem como pioneiros no que diz respeito a um tipo de análise social, esses não figuram nos anais da história da sociologia, o que evidencia a permanência de uma visão androcêntrica de ciência e conseqüentemente a marginalização das mulheres como pensadoras. Para maiores detalhes sobre a trajetória, importância e mudanças provocadas pelas mulheres na ciência ver Schienbinger (2001).

¹⁵ Por exemplo, a crítica ao sujeito cartesiano da modernidade. Para Dias (1992:40) os estudos feministas tem contribuído para a renovação de teorias e métodos nas Ciências Humanas, todavia, enquanto objeto do conhecimento, partilha com essa ciência as incertezas inerentes ao processo do conhecimento. Matos (1996).

¹⁶ Harding (1990) é uma das teóricas que propõem essa autonomização dos estudos feministas.

teórico a inscrever-se nas demais ciências humanas, podendo falar-se, por exemplo, em uma sociologia feminista (Gomáriz, 1992; Harding, 1990).

Num breve passeio pela sociologia clássica, se pode observar que a temática “mulher” não costumava ser contemplada por estudiosos como Spencer, Durkheim e Parsons, cujas perspectivas teóricas não a incluía como categoria central de análise. Esta, quando aparecia em meio aos seus escritos era descrita de forma mais conservadora ou mesmo acrítica. Parsons (1954), por exemplo, afirmava que a estabilidade e eficácia da família estavam associadas à divisão sexual do trabalho, cujo papel natural dos homens era expressar ações de mando, ambição e autocontrole e o das mulheres era cuidar dos filhos e marido, serem gentis, amáveis e afetivamente abertas.

Diferente de Parsons e ainda na sociologia clássica, Engels (2000), pela via marxista, analisou as desigualdades entre os sexos de forma mais crítica, mas, ainda, assim não o fez de forma direta ou visando uma política de gênero, essas foram analisadas em meio à discussão mais ampla do modo de produção capitalista. A subordinação feminina, nessa visão teórica, estava associada a fatores econômicos advindos da emergência da propriedade privada que teve os homens como proprietários da produção, gerando, assim, uma relação de dominação (Miguel, 1995; Haraway, 1991).

Ao contrário dos teóricos da sociologia clássica, as feministas utilizaram-se da teoria sociológica para explicar a subordinação feminina, a exemplo das *teóricas do patriarcado*, que utilizando a noção de “dominação patriarcal”, em Weber, e associando-a a categoria “dominação legítima” mostraram que essa subordinação estava associada à necessidade masculina de dominar, basicamente localizada no campo da reprodução e sexualidade. A crítica a essa perspectiva está no fato de

centrar-se na diferença física, pressupondo significados permanentes para o corpo e para as desigualdades (Scott, 1989). Há, ainda, as *teóricas marxistas*, que acoplando os conceitos de Marx ao feminismo explicaram essa subordinação relacionando-a à economia capitalista, na sua forma de operar a divisão social do trabalho. A crítica aqui se encaminha ao fato do gênero ser entendido, simplesmente, como causalidade econômica (Scott, 1989)¹⁷.

Embora o processo de desnaturalização e historicização da subordinação e discriminação feminina tenha se iniciado na década de sessenta através da busca das suas origens históricas, explicadas pela via do patriarcado e do capitalismo, tais abordagens se mostraram frágeis no que se refere ao propósito de desnaturalização, visto que suas explicações, de caráter mais descritivo e causal, não se detinham especificamente no significado de tal subordinação¹⁸ (Simião, 2002).

As críticas a esses estudos, que apareceram de forma mais intensa na década de 80, evidenciaram que a categoria analítica *mulher* era insuficiente para explicar a complexidade das relações e representações sócio-culturais que envolviam a questão da subordinação e explicação das “mudanças e permanências nas relações entre homens e mulheres” (Simião, 2002:19; Fonseca, 1996).

¹⁷ As desigualdades de gênero foram, ainda, explicadas pelas feministas através da teoria psicanalítica, seja mostrando a influência da experiência concreta sobre a formação das identidades de gênero (teoria anglo-americana das relações de objeto) ou enfatizando o papel da linguagem nas representações e identidade de gênero (teoria francesa pós-estruturalista). Para maiores detalhes ver Scott (1989).

¹⁸ Os estudos, até então, estavam mais relacionados à descrição da condição e do papel da mulher na história e na sociedade (Bruschini, 1992). A proposta era tornar público, através dos trabalhos acadêmicos, os instrumentos de dominação e discriminação feminina reclamados pelo movimento feminista. Colocar a mulher como centralidade dos estudos, torná-la visível, mostrar a sua presença nos mais diversos espaços e igualar o seu status ao do homem (Fonseca, 1996). As análises dividiam-se entre descritivas e causais (Scott, 1991). Num segundo momento, com a perspectiva de gênero, os estudos buscavam conhecer o contexto social em que estava inserida a mulher e analisar o processo hierárquico e sócio-histórico da desigualdade entre os sexos (Fonseca, 1996).

Nesse contexto de críticas, apareceu a categoria analítica *gênero*¹⁹ defendendo que as diferenças baseadas no sexo eram construções sociais, culturais e históricas, constituídas em contextos específicos, questionando, assim, o seu sentido universal e generalizado. Essa perspectiva, que visava a desconstrução da diferença sexual, rejeitou a dicotomização das esferas masculino e feminino, para entendê-las na sua interdependência (informações sobre mulheres eram informações sobre homens) e na interdependência com outras categorias como raça, classe, etnia, religião²⁰ (Scott, 2002, 1989; Fonseca, 1996; Soihet, 1997; Samara, 1997; Costa e Bruschini, 1992).

Buscando a inter-relação entre a dimensão individual e social, a categoria *gênero* passou a se constituir como matriz de superação de outras abordagens explicativas existentes até então (Almeida, 1997; Gomáriz, 1992). Tal perspectiva provocou, nas palavras de Rago (1996:31), “uma mudança não apenas de objeto de estudo ou de forma de percepção deste, mas de campo epistemológico”. Através do *gênero* se pôde falar das relações sociais entre os sexos, num alcance mais amplo e diverso de explicação que inclui a família, a esfera doméstica, o mercado de trabalho, a

¹⁹ A utilização do termo nas ciências sociais, embora com uso diferente da atualidade, não é algo recente. Almeida (1997) mostra que em 1955 Money o utilizou como “papéis de gênero”, significando atividades atribuídas a homens e mulheres, e em 1968 Stoller fez uso desse ao estabelecer a diferença entre sexo e gênero. Sexo como uma categoria biológica e gênero como uma categoria cultural. Mas o sentido usado atualmente, ou seja, como construção social, tem raízes nos escritos de Beauvoir (1980) ao afirmar que não se nasce, mas torna-se mulher. Numa linha mais recente, na década de 70, considerada precursora do conceito de gênero nas discussões acadêmicas das ciências sociais apareceu Rubin (1989) apresentando o sistema sexo/gênero como um sistema de relações sociais que transformava a sexualidade biológica em produtos sociais da atividade humana, enfatizando a necessidade de se reconhecer à inter-relação entre sexualidade, economia e política para um entendimento mais completo sobre as mulheres. No começo da década de 80, Rosaldo (1980) defendeu que as assimetrias sexuais tinham um caráter social e que o gênero, portanto, devia ser concebido como produto das relações sociais e não como diferenças biológicas. Sugeriu, ainda, que as raízes das desigualdades de gênero estariam na divisão institucional entre as esferas pública/doméstica. Bem mais recentemente, final da década de 80, Scott (1989) implantou categoricamente o significado de gênero hoje utilizado pelas ciências sociais, ou seja, gênero como constitutivo das relações sociais e como uma forma de significação das relações de poder inscritos na cultura, nos conceitos normativos, nas instituições e na identidade subjetiva de gênero.

²⁰ A substituição do termo “mulheres” por “gênero”, tinha também a intenção de legitimar esses estudos junto ao meio acadêmico e, conseqüentemente, dissociar-se da política mais radical do feminismo (Scott, 1989; 1991).

divisão sexual do trabalho, sexualidade, cultura e os espaços de poder (Scott, 1989; De Barbieri, 1992).

Tal categoria expandiu e renovou os marcos temáticos e metodológicos da pesquisa social. O sujeito histórico universal cedeu lugar a uma variedade de protagonistas e o método único e racional do conhecimento foi substituído por uma multiplicidade de histórias, evitando tendências a generalizações, libertando-se de conceitos abstratos e universais e aceitando as instabilidades das categorias, constituindo-se num “caminho inóspito para quem procura marcos teóricos fixos e muito definidos” (Matos, 1996:50). Um universo de tensões onde as mudanças são vivenciadas de diferentes formas (integração-diferenciação, permanência-transformação) e as relações cotidianas concebidas fora dos dualismos, polaridades e dicotomias.

As mudanças de enfoque, a partir da abordagem de gênero, se fizeram presentes em diversas áreas de pesquisas, sobretudo, na área do trabalho, uma das principais vias de entrada desses estudos, categoria sobre a qual se detalhará um pouco mais devido à associação direta da mesma com a questão em estudo.

A preeminência no econômico, via marxismo²¹, cedeu lugar ao conceito de “sujeito sexuado”, incluso numa rede de relações intersubjetivas. Os estudos passaram a incorporar e visibilizar a problemática do trabalho feminino²² sob novos parâmetros de análise e discussão, incluindo questões como a divisão sexual do trabalho e as

²¹ No final dos anos 60 e início dos anos 70, estudos que se tornaram clássicos como o de Saffioti (1969) e Blay (1978), embora destituídos de uma análise de gênero, abordaram a questão do trabalho feminino constituindo-se num marco inicial das abordagens sobre a temática no Brasil. Esses estudos seguiam uma linha de explicação mais estrutural e economicista sobre o trabalho feminino. Para esses autores a subordinação feminina na sociedade de classe e sua exclusão do mercado de trabalho industrial eram acentuadas pela modernização e desenvolvimento capitalista, ou seja, a subordinação econômica era inferida à subordinação social das mulheres (Lobo, 1992). As críticas a essas visões teóricas encaminham-se no sentido das mesmas estenderem as categorias marxistas além dos seus reais propósitos, vinculando-as ao contexto familiar, ao trabalho doméstico e reprodutivo (Pena, 1980).

²² Sobre os estudos referentes ao trabalho feminino no Brasil ver Lobo (1992) e Castro e Lavinas (1992) e sobre a sua trajetória ao longo da história, ver Sullerot (1970).

dinâmicas ocupacionais por sexo. Mostraram não só que o trabalho tem sexo, mas que se manifesta diferentemente para homens e mulheres, seja em relação ao acesso, ocupações ou salários. Evidenciaram as formas precarizadas de trabalho feminino e seus guetos ocupacionais, fazendo emergir o conceito de divisão sexual do trabalho²³ como elemento chave das relações de gênero, fazendo com que o trabalho passasse a ter um caráter multidimensional (Hirata, 2002; Hirata & Humphrey, 1984; Bilac, 1994; Lobo, 1992; Scott, 1991; Cruz, 1996; Abramo, 1998; Castro & Lavinas, 1992).

Ressaltaram o vínculo existente entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico e explicaram o diferencial entre homens e mulheres no espaço doméstico como um elemento determinante das chances e posições de cada um no mercado de trabalho. Contribuíram para que as atividades domésticas fossem consideradas trabalho embora, ainda, não remunerado²⁴ e menos valorizado que o trabalho remunerado (Bruschini, 1998; Sorj, 2000).

Colaboraram, ainda, com críticas às estatísticas oficiais dos censos, identificadas com a sociologia positivista e consideradas inadequadas em termos de mensuração das atividades femininas que não incluía as atividades executadas na esfera doméstica. Críticas, também, foram feitas ao conceito de “chefe de família” que

²³ Hirata (2002), tomando como referência às teorias clássicas da sociologia, observa duas grandes concepções da divisão sexual do trabalho. Uma que remete a uma visão mais funcionalista (Durkheim, Parsons), que opera em termos de “vínculo social”, através de conteúdos conceituais associados à solidariedade orgânica, complementaridade, conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão de papéis. A outra que remete a uma visão mais marxista e que opera em termos de relações antagônicas, através dos conteúdos conceituais relativos às relações de contradição, oposição, dominação, opressão e poder (Hirata, 2002). Ressalta-se, porém, que empiricamente essas não parecem operar em suas formas puras e estanques, haja vista, em se tratando das relações de gênero, haver uma mescla de comportamentos e práticas que reportam tanto a traços de complementaridade como de dominação numa mesma situação, tal qual se observou nas práticas femininas aqui investigadas sendo, portanto, preferível se atribuir certa relatividade à análise quando se trata das práticas de gênero no que se refere à divisão sexual do trabalho na esfera doméstica, considerando que se apresentam bem mais complexas do que os esquemas em que se possa inseri-las.

²⁴ Recentemente foi aprovada a emenda constitucional nº 47 no Congresso Nacional que concede, através de uma contribuição específica e de valor mais baixo, pensão às mulheres dona de casa, aquelas que vivem sob o encargo do serviço doméstico. É, sem dúvida, um primeiro passo para o reconhecimento desse tipo de serviço que sempre foi desvalorizado.

até o censo de 1970 era sempre atribuído ao homem, mesmo que esse não fosse o provedor da família. As mulheres só recebiam tal atribuição se fossem viúvas ou separadas. A partir do censo de 1980 a designação da chefia feminina deixava de ser uma tarefa dos recenseadores para ser do informante (Bruschini, 1998).

Em relação aos estudos sobre família, a abordagem de gênero permitiu repensar e avaliar a participação de homens e mulheres na reprodução, o modo como são construídas e reproduzidas a divisão sexual do trabalho na esfera doméstica e a subordinação feminina, mostrando que a sua suposta “naturalidade” é uma construção social e cultural, onde a ocultação do valor do trabalho doméstico não obedece a uma lógica exclusivamente econômica, remete, também, a mecanismos de poder, inscrito e legitimado socialmente nas práticas cotidianas das relações de gênero. Mostrou a família como uma estrutura não fixa e marcada pela pluralidade. Ressaltou a sua dimensão simbólica, a diversidade de arranjos familiares, as mudanças na provisão econômica da família, (Bilac, 1994; Heilborn & Sorj, 1999; Goldani, 1993; Jelin, 1994).

No que se refere à violência, os estudos sob a referida perspectiva buscou destacar a violência doméstica e a violência no trabalho em relação às mulheres e crianças, enfatizando questões referentes ao abuso e assédio sexual de parentes e vizinhos, agressões físicas e morais dos maridos, as representações femininas a partir de interpretações de cumplicidade e vitimização como, também, fez denúncias, avaliou o julgamento da justiça e incentivou a criação das delegacias de atendimento à mulher (Heilborn & Sorj, 1999).

Mais recentemente, esses estudos vêm incorporando as pesquisas sobre masculinidades (Almeida, 1996; Connell, 1997; Monteiro, 2002) e homossexualidade, enfatizando a sua construção social, pluralidade, direitos e discriminações, situando-se

entre abordagens que se dizem provenientes do feminismo e outras que se dizem autônomas a este (Costa, 2002). Os estudos referentes à homossexualidade, que compreendem a *teoria queer*, rejeitam posições essencialistas em prol de posições diferencialistas de identidades (Lauretis, 1994) e fazem críticas à utilização da “matriz heterossexual” como parâmetro de estudo das relações de gênero (Butler, 2003).

A partir da expansão da referida abordagem no meio acadêmico, também, se pôde observar um interesse e crescimento cada vez maior dos estudiosos das mais diversas áreas disciplinares no tocante à divulgação e priorização das questões relativas a gênero em seus escritos. Cresce, também, a dotação para financiamento de pesquisas nessa área, passando a ser requisitada como um dos elementos prioritários nos projetos de intervenção, planejamento e desenvolvimento social²⁵.

Sendo assim, a escolha de *gênero* como abordagem de análise para a compreensão da questão, em estudo, está pautada nos seus próprios parâmetros de fundamentação que, como foi visto, dizem respeito à valorização de aspectos referentes à construção social, historicização e relacionalidade. Tais fundamentos se mostram pertinentes no sentido de que as experiências e os significados das práticas e valores dos sujeitos investigados, no caso as mulheres chefes de família, são constituídos no e pelo social, assim como também o constituem. São relações sociais historicizadas, visto que não representam um modelo universal e homogêneo, aplicável

²⁵ Para um balanço dos estudos de gênero no Brasil consultar os trabalhos de Heilborn & Sorj, 1999; Castro e Lavinas, 1992; Fonseca, 1996; Matos, 1996; Couto, 2001. A popularização e o destaque dos estudos de gênero pode ser observado através dos numerosos estudos, nacionais e internacionais realizados direta ou indiretamente sobre a temática, seja mostrando as mudanças que vem ocorrendo na família (Goldani, 1994; Jelin, 1994, 1995; Castells, 1999) e na sexualidade (Giddens, 1999; 1993; Ramalho, 2002; Bozon, 2004; Heilborn, 2004, 1999); destacando a importância das questões de gênero no mundo globalizado (Giddens, 2000; Amartya Sen, 2000; Nussbaum & Sen, 1996); a participação feminina no mercado de trabalho (Saffioti, 1992; Lobo, 1992; Bruschini, 2000, 1994; Delgado, 2000; Abramo, 2000, 2002; Hirata, 2002; Kee, 1982; Abreu, 1993; Antunes, 2001; Hobsbawn, 1995; Montali, 1998) e o crescimento da chefia feminina (Barroso, 1978; Berquó e Oliveira, 1991; Berquó, 2002; Goldani, 1994; Castro, 1990, 1982; Scott, 2001a, 2002b; Macêdo, 2001, 1999; Carvalho, 1998; Mendes, 2002, 2004; IBGE, 2002).

a todas as mulheres e em todos os lugares, e são construídas relacionalmente, porque informam e representam os sujeitos em análise (mulheres) na sua interdependência com outros sujeitos (homens ou mulheres) e com outras dimensões (classe, raça, etnia, religião, etc), o que remete, assim, a uma análise das relações sociais de sexo.

Dentro da perspectiva de gênero adota-se a concepção de Joan Scott (1989), não só pelo fato dessa autora conceber gênero como um construto social e relações de poder, mas, sobretudo por considerar o seu aspecto relacional, dimensões fundamentais para a compreensão dessa proposta de investigação, visto que permite considerar, concomitantemente, os elementos subjetivos, estruturais e simbólicos que estão incrustados nas relações de gênero.

Nessa visão teórica, a construção social das relações de gênero não se refere “apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como também aos rituais e tudo que constitui as relações sociais” (Scott, 1998: 115). Nesse sentido, o significado das práticas sociais deve ser buscado tanto no “sujeito individual quanto na organização social”, procurando “articular a natureza das suas inter-relações, pois ambos tem uma importância crucial para compreender como funciona o gênero e como se dá a mudança” (Scott, 1989:14).

O gênero, nessa concepção, compreende duas dimensões, uma que diz respeito às relações sociais, constituídas de “símbolos culturais”, “conceitos normativos”, “noção política”, “identidade subjetiva” e outra que diz respeito às relações de poder considerando, dessa forma, que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (p.14), “um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado” (p.16) e diz respeito a um conjunto

objetivo de referências que “estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda vida social” (Scott, 1991: 16).

Em relação à primeira dimensão, o gênero implica os *símbolos culturalmente disponíveis*, que indicam representações múltiplas e às vezes contraditórias, como os símbolos “Eva e Maria”, “inocência e corrupção”, direcionados à mulher; os *conceitos normativos*, que interpretam e limitam os sentidos metafóricos dos símbolos (encontrados nos conceitos das doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas, jurídicas) formando a oposição binária do sentido do masculino e do feminino; a *noção política*, que tenta acabar com a visão de fixidade e permanência da representação binária dos gêneros e com a limitação destes à rede de parentesco, procurando articulá-lo à economia e à organização política; a *identidade subjetiva*, que examina as maneiras como as identidades de gênero são realmente construídas e a sua relação com várias atividades, organizações sociais e representações culturais historicamente situadas.

Em relação à segunda dimensão, ou seja, relações de poder, o gênero é um dos campos de significação do poder. Onde a noção de poder social unificado e centralizado é substituída por uma noção de poder descentralizado que o desloca em direções outras que não somente o Estado e as leis, para admiti-lo, também, nos indivíduos. Admiti-lo de forma desverticalizada e enquanto estratégia imanente aos discursos é não ter que considerar de antemão o antagonismo vertical que privilegia um dos gêneros em detrimento do outro ou a fixidez da oposição binária.

1.2 Discutindo as relações de gênero a partir da teoria da prática e do poder

As relações de gênero pensadas aqui para entender a chefia feminina como relações sociais que se dão entre os sujeitos e entre estes e as estruturas que as orientam, sejam elas econômicas, sociais, culturais e simbólicas, denominada por Joan Scott (1989) de *aspecto relacional* apresenta-se, de certa forma, na proposta de síntese de teóricos como Bourdieu que visava uma análise social a partir da inter-relação ou intermediação entre agência e estrutura²⁶.

Na tentativa de superação das abordagens puramente objetivistas e subjetivistas através do que ele chamou de conhecimento praxiológico, propôs a “teoria da prática”, uma análise relacional entre ação e estrutura que se dá intermediariamente via *habitus*, “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como principio gerador e estruturador das práticas e das representações” (Bourdieu, 1994: 61), onde acaba por construir uma teoria da “interiorização da exterioridade” e de “exteriorização da interioridade”, ou seja, na relação dialética entre os sistemas subjetivos de percepção e ação e as estruturas objetivas que constituem a realidade social.

Alguns conceitos analíticos trabalhados por esse teórico como *habitus*, *campo*, e poder simbólico, tornam-se importantes para a discussão de alguns dos pressupostos

²⁶ Outros teóricos como Giddens (2003, 1991), propôs através da sua “teoria da estruturação” a interlocução agência e estrutura através do que ele denominou “dualidade da estrutura”, onde os indivíduos, através de uma espécie de retroalimentação em suas próprias práticas (que inclui a memória como estrutura), adquirem a capacidade reflexiva que fazem deles não só atores autoconscientes, mas responsáveis pelo controle de suas ações e condições estruturais. Embora admita que o indivíduo não tenha percepção integral sobre si mesmo, atestando a existência de uma consciência “prática” e “discursiva”, respectivamente referindo-se a um seguimento de regras sem questionamentos e uma ação racionalizada, o alto poder de reversão concedido ao indivíduo, através da reflexividade, acaba fragilizando não só uma explicação da persistência das desigualdades sociais e de gênero presentes na discussão em análise, mas do poder que tem as estruturas sociais sobre os indivíduos, visto que para o autor esses parecem sempre subsumi-las através da consciência discursiva que sendo altamente reflexiva, proporciona a racionalização da ação e mudanças constantes no comportamento dos indivíduos e conseqüentemente nas estruturas.

levantados sobre a questão em análise, principalmente, aqueles relacionados às desigualdades de gênero. O que, por outro lado, não significa desconhecer os limites conceituais da referida teoria em termos das suas categorias de análise, sobretudo, no que diz respeito às micro relações de poder, aquelas que se dão em nível dos sujeitos, tornando-se, dessa forma, profícua a interconexão com outras categorias explicativas, a exemplo da noção microfísica e positiva de poder em Foucault (1997; 1995).

Pensando a teoria da prática aplicada à abordagem de gênero, que possibilidades e limites poderia trazer tal perspectiva para se pensar as relações de gênero vivenciadas pelas mulheres chefes de famílias aqui investigadas? Embora Bourdieu não seja reconhecido como um estudioso de gênero se pode notar uma certa aproximação desse teórico com questões relativas à temática. Em seus primeiros ensaios etnológicos como “O sentimento de honra” e “A casa cabila ou o mundo às avessas”, estudou os códigos de honra e o significado da estrutura da casa cabila²⁷ a partir de dicotomias que se organizavam em torno da oposição entre masculino (exterior) e feminino (interior) (Bourdieu, 2002).

Mais recentemente aplicou diretamente sua teoria para explicar as relações desiguais entre os sexos através da obra “A dominação masculina” (Bourdieu, 2002a). Sua teoria atualmente tem motivado debates e estudos na área de gênero (Fonseca, 1999; Piscitelli, 1998; Couto, 2001; Almeida, 1997; Corrêa, 1999) e masculinidades (Almeida, 1996; Connell, 1997; Nascimento, 1999; Santos, 2003, Quadros, 2004).

O gênero, na ótica bourdieusiana, é uma dimensão constitutiva do “habitus”, que enquanto dispositivos incorporados são responsáveis pela produção e reprodução

²⁷ Esses ensaios que sobre a sociedade Cabília, ao norte da África Mediterrânea, tinham um viés essencialmente estruturalista ao modo de Lévi-Strauss (Bourdieu, 2002). O que nas palavras de Bourdieu seria o seu “último trabalho de estruturalista feliz”, distanciando-se desse e passando a denominar o seu trabalho de “estruturalismo genético” Bourdieu (2001).

das práticas e experiências de homens e mulheres. Adquirido através da linguagem, hexis corporal e práticas, o habitus é um sistema de “disposições duráveis”, resultantes dos processos de aprendizagem dos agentes junto às estruturas sociais. Incorporações adquiridas nos espaços sociais, constituindo percepções, ações e comportamentos que, segundo o teórico, vão indicar as práticas de permanência ou mudança das estruturas. (Bourdieu, 2001: 169).

Os agentes sociais são dotados de habitus, inscritos nos corpos pelas experiências passadas: tais sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a reagir, como também engendrar, sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, situadas porém nos limites das restrições estruturais de que são o produto e que as definem.

Através do habitus, que se constitui numa espécie de memória social, o passado é (re)significado nas práticas presentes. Mas para Bourdieu, como se observou acima, essa espécie de “interiorização da exterioridade” que se dá por meio do habitus, acontece independente da vontade dos indivíduos, de forma mesmo inconsciente, haja vista que esses não detêm a significação da pluralidade de seus comportamentos e ações e nem dos princípios que os originam.

Apesar de admitir que o habitus possibilita a criação de “novas condutas” tal afirmação não significa, na visão de Bourdieu (1994, 1997, 2001), condutas inteiramente novas ou desvinculadas, mas sim improvisações que acontecem num contexto de regras já estabelecidas, o que implica dizer que o indivíduo tem liberdade, mas essa é limitada. Como diz Martins (2002), trata-se muito mais de um ajustamento de práticas diante das contingências.

Distintamente de Giddens para quem o sujeito é imantado de um alto poder de reversão das estruturas, para Bourdieu ele se apresenta com um baixo poder de

autonomia e, conseqüentemente, uma baixa potencialidade em relação ao engendramento de mudanças ou reversão total de práticas. Nas palavras do próprio Bourdieu (2001: 169), “o agente nunca é por inteiro o sujeito de suas práticas”.

Um ponto de discussão que merece aqui ser destacado como compreensão das práticas sociais dos sujeitos investigados trata-se do habitus de classe. Mesmo admitindo a existência de habitus singulares ou estilo pessoal, Bourdieu (1994:74) entende que as “as práticas dos membros de um mesmo grupo ou numa sociedade diferenciada, de uma mesma classe, são dotadas de um sentido objetivo ao mesmo tempo unitário e sistemático, transcendendo às intenções subjetivas e aos projetos conscientes, individuais ou coletivos”.

Ou seja, ao participarem de condições objetivas similares, um grupo ou classe social homogeneíza suas práticas produzindo uma espécie de regularidade e objetividade gerando um habitus de classe ou de grupo, visto que são produtos da interiorização das mesmas estruturas. A história do indivíduo “é uma especificação da história coletiva de seu grupo ou de sua classe” (p.80), onde o estilo pessoal é caracterizado como um “desvio, ele próprio regulado e às vezes mesmo codificado” (p.81) em relação ao estilo que é comum à classe ou grupo a que pertence, não estando, portanto, dele desvinculado.

Trazendo a questão para pensar as práticas e comportamento das mulheres chefes de família em análise, depreende-se que o contexto social de pobreza no qual estão inseridas, constitui-se ele próprio num habitus de classe onde se evidenciam práticas cotidianas semelhantes e forte vínculo de cooperação e reciprocidade que se estabelece entre indivíduos considerados “iguais” na socialização e experiência contextual de vida, incluindo aí cultura, hábitos, práticas e valores.

Todavia, ressalta-se tratar de uma homogeneização relativa de práticas, devendo essas ser consideradas mais no sentido de uma tendência e menos como algo determinado e absoluto, considerando que embora as práticas estejam condicionadas por estruturas objetivas o indivíduo pode resistir ou subverter a ordem estabelecida das estruturas objetivas e códigos simbólicos, produzindo práticas diferenciadas do grupo e do contexto social de convivência.

Nos achados de campo observou-se uma tendência a experiências, gostos e estilos de vida, em geral, semelhantes, mas também diferentes, principalmente no que diz respeito às relações de gênero na esfera doméstica. Em relação às práticas diferenciadas no que se refere a gosto e estilo de vida de algumas mulheres que se diziam diferentes de outras da sua vizinhança, constatou-se a força de demarcação que tem as práticas semelhantes para a aceitação do sujeito como membro reconhecido do grupo, pois quando se distanciam dessas práticas e valores coletivos sofrem o poder simbólico da coerção social através de formas sutis de discriminação e afastamento do grupo mais restrito de amizade e conversas cotidianas.

Porém, o fato de tal afastamento trazer constrangimento para quem se diferencia do grupo não se torna um impeditivo de manutenção dessas práticas diferenciadas, que não se constituem como uma reprodução do *habitus* de classe, mas como produção de novas práticas que se tornam significativas para se refletir sobre a não fixidez de práticas, valores e estruturas e pensar na existência da produção e reprodução atuando a um só tempo num mesmo contexto e, também, num mesmo indivíduo, consubstanciando-se no que, de certa forma, Bourdieu observou, ou seja, o não desvinculamento total com a base que a fundamentou.

A relação *habitus* e práticas sociais suscita uma outra questão, também, levantada por Bourdieu sobre o cerne da constituição e diferenciação das práticas e

comportamentos diferenciados para homens e mulheres. Segundo esse teórico, o habitus utiliza-se da “hexis corporal”, posturas corporais interiorizadas que estão presentes no comportamento, na fala, no andar, no vestir e que acabam produzindo socialmente uma corporeidade masculina e feminina naturalizada no cotidiano.

O essencial da aprendizagem da masculinidade e feminilidade tende a inscrever a diferença entre os sexos nos corpos (sobretudo por meio do vestuário), sob a forma de maneiras de andar, de falar, de se comportar, de dirigir o olhar, de sentar-se etc. E os ritos de instituição constituem apenas o limite de todas as ações explícitas pelas quais os grupos trabalham para inculcar os limites sociais, ou, o que dá no mesmo, as classificações sociais (por exemplo, a divisão masculino/feminino), a naturalizá-las sob a forma de divisões nos corpos, as hexis corporais, as disposições, das quais se sabe serem tão duráveis como as inscrições indelévels da tatuagem, e os princípios coletivos de visão e divisão. (Bourdieu, 2001:172-3).

Ao ajustar as subjetividades dos indivíduos às condições objetivas, o habitus faz a interface entre o social e o individual, fazendo com que a interiorização de tais condições ocorra de maneira subjetiva, mas não seja uma exclusividade da individualidade, nesse sentido é que se diz que o habitus é a um só tempo social e individual (Martins, 2002; Ortiz, 1994).

No entanto, observa-se que ao afirmar uma postura relacional do habitus no sentido de situá-lo socialmente e individualmente, Bourdieu acaba enfatizando o forte poder de inculcação das estruturas objetivas sobre os indivíduos e, conseqüentemente, o alto poder de reprodução por parte desses, ao considerar as marcas indelévels deixadas por elas (estruturas) nos sujeitos.

O processo de estruturação do habitus, que se dá através dos campos Família, Escola, Igreja e Estado, ajuda a compreender, em parte, a constituição e estabelecimento das relações de gênero. Nessas instituições, acima mencionadas, os indivíduos desenvolvem, via socialização e sociabilidade as suas práticas, pensamentos e percepções que, segundo Bourdieu (2001:200), “começa desde a infância, quiçá

antes mesmo do nascimento”. É onde homens, mulheres e crianças incorporam valores e práticas que são atribuídos ao universo masculino e feminino.

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. (Bourdieu, 2002a:103).

A família como instituição socializadora e espaço social onde as posições dos agentes se encontram de antemão fixadas ou socialmente pré-determinadas é onde se manifestam as relações de poder no tocante a gênero que, geralmente, são estruturadas de forma desigual e, ao modo de Bourdieu (2002a), a partir de dois pólos, um dominante e outro dominado quando afirma que, “é, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina, é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão garantida pelo direito e inscrita na linguagem” (p.103)²⁸.

É onde o dominante não se assume como tal e nem o dominado se reconhece nessa condição devido à eficácia simbólica das estruturas de dominação que tendem a naturalizar suas práticas, tornando os que estão sob o seu jugo prisioneiros sem se

²⁸ A igreja, a escola e o estado são, também, apontados por Bourdieu como fatores institucionais responsáveis pela reprodução das desigualdades de gênero. A igreja inculcou uma moral familista dominada pelos valores patriarcais e pela crença na inata inferioridade das mulheres agindo de maneira simbólica através dos textos sagrados, da liturgia, do espaço e do tempo religioso. Chegou a tomar como referência um sistema de oposições éticas para justificar a hierarquia na família baseada na autoridade do pai. A escola reproduziu a dominação através dos pressupostos da representação patriarcal inscritos nas suas estruturas hierárquicas de gênero presentes nas disciplinas (“moles” e “duras”), nas maneiras de representar as aptidões e inclinações acadêmicas. Mas ao tempo que é fator de reprodução a escola é, também, um forte fator de mudança das relações de gênero. O Estado reforça as desigualdades através da existência do que Bourdieu chamou de “patriarcado público”, uma visão androcêntrica do mundo, onde a família patriarcal passa a ser o modelo da ordem social e moral, baseado na superioridade dos homens em relação às mulheres, dos adultos sobre as crianças e na associação da moralidade com a força, coragem e o corpo. Atualmente, algumas mudanças se fazem presentes nas leis e programas sociais que minimizam as desigualdades de gênero concedendo mais direitos e menos discriminações às mulheres (Bourdieu, 2002a).

sentirem e sem se saberem prisioneiros e, ainda, havendo por parte desses uma certa corroboração da sua situação de dominação, como afirmou o próprio Bourdieu (2001) ao dizer que, “os dominados contribuem, com frequência à sua revelia, outras vezes contra sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente, como que por antecipação, os limites impostos...” (p.205) que são efeitos de “um poder que se inscreve duravelmente no corpo dos dominados, sob forma de percepção e de disposições...” (p.207).

Sendo assim, a dimensão simbólica do poder, desenvolvida por esse teórico (1998, 1996), através das noções de “dominação simbólica” e “violência simbólica” se tornam importantes para o entendimento e explicação das permanências de práticas tradicionais e desigualdades de gênero, dado que as relações de força que nelas se expressam somente se manifestam em forma irreconhecível de relações de sentido. É uma forma de poder marcado pela eficácia e durabilidade, justamente porque atua de forma invisível e sutil sendo, dessa forma, facilmente naturalizada.

Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão corporal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (Bourdieu, 2002a: 7).

O que, também, se pode perceber nas falas de algumas entrevistadas ao dizerem que “desde o começo do mundo que é assim, o homem pode fazer tudo que nada pega, pode arrumar mulher fora, pode sair pra todo lugar, mas vá a mulher fazer que todo mundo cai em cima” (Cremilda, 43), ou essa outra que diz “já é da natureza do homem tá na rua, negócio de casa não é com eles não, só com a mulher mesmo” (Dorina, 46).

A utilização dessa forma simbólica de poder que se dá via *doxa*, um processo de aceitação inconsciente das coisas, faz com que Bourdieu (1996; 2001) defenda que

o mundo social não funciona em termos de consciência, mas em termos de práticas e mecanismos, o que não significa dizer que os dominados tolerem tudo, mas que se adaptam muito mais do que se acredita e em muito mais do que sabem.

...as próprias mulheres aplicam a toda realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamentos que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que “faz”, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre. (Bourdieu, 2002a: 45).

Esse argumento acaba sustentando a idéia geral de que os indivíduos, através da doxa, encontram grandes dificuldades para engendrar mudanças porque, automaticamente, aceitam determinadas situações e coisas pré-estabelecidas por desconhecê-las em nível da consciência e vivenciá-las mais em termos práticos.

Não se trata de negar a incorporação da doxa, que está evidente não só nos discursos femininos a respeito da permissão e naturalização das práticas masculinas, mas nas representações que fazem sobre as suas próprias condições de vida ao dizerem: “a vida do pobre é assim mesmo, a gente já tá acostumado a sofrer” (Joana, 42) ou ainda quando falam que “o destino do pobre é sofrer mesmo, é uma sina que só Deus tira” (Cremilda, 43), que acaba se constituindo no que Salém (1981) chamou de lógica do raciocínio de “circularidade”, ao mostrar que as mulheres pobres, por ela estudada, não conseguiam avançar na explicação de sua situação.

No entanto, há que se ter cautela em não atribuir tal “incorporação da doxa” ou “circularidade” dos discursos a um estado absoluto de permanência, conformação ou alienação das mulheres que estão inseridas nesse contexto social, como alertou Zaluar (1994), pois subjacente a esses discursos mais gerais de naturalização e conformação estão, embora de forma mais tímida, os discursos que remete às reclamações e

insatisfações à ordem estabelecida, tanto no que se refere às desigualdades presentes nas relações de gênero, como se poderá ver posteriormente na discussão dos dados, quanto nas questões sociais mais gerais, aquelas relativas a salários, oportunidades de empregos, discriminações no mercado de trabalho, ajudas assistenciais do governo, etc.

Eu acho que ele (governo) deveria criar trabalho pras mães na faixa de idade da minha. Porque não tem mais trabalho no mercado pra mulher de quarenta anos. A gente tá com tudo em cima, ainda, com força, coragem pra trabalhar, mas por causa da idade de quarenta anos a gente não consegue um trabalho melhorzinho lá fora, por causa da idade. As vezes não tem estudo, mas tem uma experiência, mas não consegue por causa da idade. Não só pra mulher, mas pra homem porque se desse mais trabalho, muito trabalho, eu não estaria nem vendendo tapioca, estaria ganhando três, quatro salários. (Marília, 40).

Antigamente era mais fácil arrumar emprego em casa de família. Hoje em dia como o salário subiu mais, o direito da doméstica é melhor, tem direito a tudo hoje, né? Elas (patroas) não querem mais. Elas querem, assim, só lavar uma roupa. E as vezes nem quer, porque compra máquina de lavar. A maioria das minha colega pergunta se eu não sei de um emprego. Eu digo, eu não tenho nem pra mim. (Mirna, 48).

O que o governo devia fazer era dar salário melhor, mais chance pro povo trabalhar, oferecer curso profissionalizante. O fome zero é bom e ao nosso tempo não é. É o cala boca porque o povo fica acomodado. Tudo que ajuda e não dá trabalho faz o povo se acomodar. Eles (governo) ajudam, mas atrapalham, também, porque o povo precisa é de emprego e não de alguém dar na mão. (Alda, 32).

Porque agora o governo, mesmo, ele ajuda, mas ele ajuda muitas pessoas errada, eles não fazem pesquisa. Eles dizem, a gente vai fazer pesquisa, vai mandar nas porta, mas eles nunca mandam, porque se eles realmente mandassem eles não ajudava as pessoas errada. Porque aqui na rua a gente vê, muitos têm bolsa escola, renda. Aqui tem menino que recebe cem reais e nem pra escola vai e tá perdendo a bolsa. E não precisa, no instante os meu tem força de vontade de estudar, eu me esforço por eles, entendeu? (Angélica, 38).

Retomando a discussão específica de gênero. Bourdieu vai dizer que a socialização diferenciada entre homens e mulheres, onde são produzidas as diferenças e desigualdades de gêneros se estabelecem na base de oposições e divisões que organizam o mundo social e se apresentam em estado objetivado e incorporado no

habitus, atuando como esquemas de percepção, de pensamento e ação, aonde a ordem masculina se manifesta sem necessidade de justificação, dificultando, assim, o trabalho de emancipação feminina (Bourdieu, 2002a; 2001; Bourdieu & Eagleton, 1996).

Sendo assim, a dominação masculina, para esse teórico, acaba fazendo parte de um processo que se eterniza respaldado, sobretudo, pela dimensão simbólica que naturaliza o que é socialmente construído fazendo com que a visão androcêntrica do mundo sobreviva às mudanças históricas das atividades produtivas e da divisão do trabalho devido ao trabalho histórico de eternização que (re)cria, intermitentemente, as estruturas objetivas e subjetivas de dominação, perpetuadas e alimentadas, principalmente, pelas instituições socializadoras no decorrer da vida dos indivíduos.

Isso faz com que Bourdieu, mesmo reconhecendo os fatores de mudança na condição feminina, principalmente, em relação ao acesso à educação e participação no mercado de trabalho, afirme que essas obedecem sempre à lógica do modelo tradicional que remete, no final das contas, à dominação masculina, visto que para esse autor os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder econômico, ao passo que as mulheres continuam, predominantemente, no espaço doméstico. E quando ocupam o espaço público, geralmente, exercem atividades que são extensões daquelas realizadas no espaço doméstico por isso mais desvalorizadas e menos remuneradas²⁹. Ou seja, os fatores de mudanças acabam sendo conformados dentro de um quadro geral de permanência das estruturas de dominação masculina.

²⁹ A situação das mulheres no mercado de trabalho, no que diz respeito à desigualdade de salários, desvalorização e guetização de ocupações, descrita por Bourdieu, é constatada com frequência pelos estudiosos da área de gênero e trabalho sendo, também, verídica para o caso das mulheres chefes de família em discussão, onde se atestou um quadro geral de precarização do trabalho, concentração de ocupações consideradas “femininas” e sobrecarga de trabalho (remunerado e doméstico). No entanto, chama-se aqui atenção ao fato de que não necessariamente as ocupações são menos desvalorizadas ou menos remuneradas porque são extensões do espaço doméstico, estudos na área de gênero (Bruschini, 2000) vem mostrando que mesmo quando estão exercendo as mesmas ocupações ou cargos, com o

...as próprias mudanças da condição feminina obedecem sempre à lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino. Os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder (sobretudo econômico, sobre a produção), ao passo que as mulheres ficam destinadas (predominantemente) ao espaço privado (doméstico, lugar da reprodução) em que se perpetua a lógica da economia de bens simbólicos, ou a essas espécies de extensões deste espaço, que são os serviços sociais (sobretudo hospitalares) e educativos, ou ainda aos universos da produção simbólica (áreas literária e artística, jornalismo etc.) (Bourdieu, 2002a: 112).

Outro ponto de discussão dos escritos desse teórico que merece destaque para a compreensão das relações de gênero da questão em análise, diz respeito às relações homossexuais. Frutos de uma forte socialização que lhes foi imputada como seres heterossexuais e dominantes, os homossexuais, segundo Bourdieu (2002a), vivem a negação de sua existência pública, o envergonhamento da experiência sexual (medo do desmascaramento pela diferença / desejo de reconhecimento pelos pares) e a aceitação forçosa das “categorias de percepção direitas” como efeitos de uma dominação somatizada.

Ao tempo que são vítimas dos princípios dominantes androcêntricos, os homossexuais (masculino e feminino), também, acabam reproduzindo a divisão dos papéis sexuais ao dizer que “os próprios homossexuais, embora sejam disso (tal como as mulheres) as primeiras vítimas, aplicam a si mesmos muitas vezes os princípios dominantes: tal como as lésbicas, eles não raro reproduzem, nos casais que formam, uma divisão dos papéis masculino e feminino...” (p.144). Essa manutenção da divisão dos papéis em casais homossexuais, enunciada pelo teórico, foi observada nos dados de campo com os casais homossexuais femininos entrevistados, onde se percebeu uma clara demarcação da posição masculina e feminina nessas relações.

mesmo nível de escolaridade, as mulheres continuam sendo menos remuneradas, deduzindo-se que as discriminações e desigualdades vão além das questões relativas à esfera doméstica.

Tal dicotomização dos papéis sexuais, desigualando e hierarquizando uma posição (masculina) em relação à outra (feminina), seja nas práticas sexuais ou comportamentais permitiu ao teórico, mais uma vez, encaminhar a discussão sobre as relações homossexuais como indicativo de permanência das práticas de dominação masculina. Ao que se prefere aqui conceber como uma situação onde se reconhece a presença de tais práticas, mas não a sua supremacia e permanência na forma pura e no tempo. Se faz necessário não generalizar e nem universalizar tais formas e práticas de relacionamentos homossexuais, pois nem todos se comportam da mesma maneira e com o mesmo perfil de dicotomização de papéis respaldado na figura masculina e feminina, como foi encontrado nesta pesquisa.

Além do mais há, ainda, que se dizer que a existência das relações homossexuais, em si mesma, já é um indicativo de mudança. O seu crescimento e a publicização cada vez mais freqüente na mídia e na sociedade em geral, seja como manifestações públicas coletivas³⁰ ou novas formas de relacionamentos e arranjos familiares, além de outras conquistas que se dão no seu interior, como o ganho de direitos provenientes da morte do cônjuge (aquisição de bens, guarda e adoção de filhos), indicando modificações que vem operando, ao longo do tempo, nas relações afetivas e familiares. Nos casos encontrados em campo, observou-se que essas relações são vividas pelos casais lésbicos de forma aberta e pública na Comunidade onde moram sendo, em geral, respeitadas pela vizinhança. Há, também, por parte do casal o reconhecimento de serem relações mais igualitárias quando comparadas a um relacionamento heterossexual vivido anteriormente.

³⁰ Um exemplo é a parada GLTTB (gay, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais) que acontece aqui no Brasil, em São Paulo, e que vem crescendo a cada ano em termos de divulgação, números de participantes e respeito da sociedade, em geral. O crescimento de personagens homossexuais (masculinos e femininos) em novelas é outro exemplo de mudança em termos da publicização e aceitação de tais relações.

Em geral, observa-se na concepção teórica de Bourdieu uma tendência de encaminhamento das relações de poder e, particularmente, das relações de gênero por uma via mais estrutural³¹, as analisando a partir da categoria dominação (sistema) e pela via negativa das relações de poder (dominação), haja vista admitir a existência das estratégias de subversão, mas afirmar que estas não colocam em cheque os princípios de poder que estruturam o campo da dominação masculina, admitindo, dessa forma, o seu caráter universal e, sobretudo, permanente.

Dado a fortaleza de eternização do habitus em relação à dominação masculina, se pode inferir uma certa fragilidade dessa categoria no tocante ao seu poder de reversão junto às incorporações ou internalizações das condições objetivas. O habitus, dessa forma, constitui-se como elemento reprodutor ou que faz parte de um círculo de reprodução, onde até mesmo a suposta margem de autonomia e liberdade individual aparece circunscrita a um quadro geral de incorporação da reprodução.

Sendo assim, a lógica das práticas sempre perpassa as mais distintas formas de dominação, ou seja, homens e mulheres aparecem como corporificações da dominação masculina que, por sua vez, está presente em todas as sociedades e em todos os seus segmentos o que parece, de certa forma, contraditório para uma concepção que se quer das práticas sociais como construção social devendo, pois, ser pensadas mais como processo e menos como um dado que parece universal e estático no tempo.

Pensar essas relações de forma processual e móvel impossibilita atribuir-se, a priori, tal dominação aos homens. Antes se faz necessário averiguar em cada contexto os seus princípios de dominação, concebendo-os acessíveis a homens e mulheres, pois

³¹ Para Bourdieu, as relações de poder acontecem, substancialmente, em nível das instituições sociais e a partir das posições socialmente definidas no espaço social pelo quantum de capital adquirido. Nesse sentido, a esfera das relações pessoais ou relações de poder entre indivíduos parece ter pouca relevância teórica no seu quadro conceitual haja vista acreditar que “le pouvoir direct et personnel sur des personnes tend à céder de plus en la place au pouvoir sur des mécanismes qu’assure le capital économique ou le capital culturel” (Bourdieu, 1994:9).

ambos podem se apresentar como objetos e sujeitos da dominação. Há, ainda, que não considerá-la como um elemento, necessariamente, fundante das relações de gênero.

Percebe-se que para Bourdieu, os indivíduos possuem um baixo grau de liberdade no sentido de uma reversão do quadro estrutural das práticas hegemônicas via práticas subalternas que, por sua vez, são consideradas pelo teórico como estratégias de subversão que não passam de pequenas “rupturas simbólicas” incapazes de reverter à ordem simbólica dominante. Por outro lado, as mudanças sociais, particularizando aqui as relações de gênero, parecem acontecer, paradoxalmente, nessa visão teórica, a partir da reversão total de práticas (ortodoxas por heterodoxas) que por substituição uma da outra vão formar um novo quadro estrutural de dominação. No entanto, essa requisição de que as mudanças operem de forma absoluta ou radical para serem reconhecidas como tal, está na contra mão do próprio argumento teórico de Bourdieu em relação à eficácia da ortodoxia (dominação). Considerando a eficiência das disposições incorporadas, em termos de ortodoxia, se torna difícil visualizar mudanças que dirá imaginá-las na sua forma radical.

Como, então, pensar as mudanças ou práticas heterodoxas nas relações de gênero se a própria dominação constitui o cerne das relações sociais? Como conceber uma análise dialética das relações de gênero onde um dos pólos (masculino) parece constituir o poder e o outro (feminino) parece destituído de poder, visto que as subversões ou práticas heterodoxas são subsumidas diante de um forte quadro de reprodução investida pelo habitus? E se o habitus encaminha-se em nível estrutural e tem um caráter acentuadamente reprodutivo, o que dizer sobre às micro mudanças nas práticas femininas e masculinas no contexto familiar?

A resposta a essas indagações parece residir na interpretação analítica que se faz das categorias poder e mudança, ou seja, se são concebidos em nível estrutural ou

agencial. A saída talvez não seja excluir um em detrimento do outro, mas admiti-los em ambas as instâncias. Mesmo sendo o *habitus* o elo de intermediação entre agência e estrutura e admitindo uma dimensão simbólica do poder, as análises de Bourdieu tendem a encaminhar-se em nível mais estrutural, haja vista a explicação das relações de gênero serem concebidas a partir de uma estrutura sistêmica de dominação, o que acaba dificultando se pensar as relações de poder ou mudanças em nível micro e na sua forma positiva.

Concorda-se com o teórico que as hierarquias de gênero existem e que são criadas, reproduzidas e mantidas nas práticas cotidianas através da socialização e internalização do *habitus*, mas discorda-se que tais categorias tenham o caráter de exclusividade e fixidez que lhes parece conferir o autor. Ou seja, de serem responsáveis por um estado de permanência e eternização estrutural da dominação masculina nessas relações. Não se trata de negar a sua existência, mas apenas de não concebê-la como essência dessas.

Nesse sentido, a interlocução com a noção microfísica e positiva de poder em Foucault³² (1997; 1995), retratada a partir dos processos de subjetivação e constituição do sujeito³³, ajuda a explicar as relações de poder e situações de mudanças que se dão em nível do cotidiano, visto que para Foucault essas se dão, também, em nível dos indivíduos, “aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o

³² Conhecido por sua teoria do poder e acusado por alguns da morte do sujeito em suas análises Foucault rebate tais assertivas atestando o sujeito como a preocupação central de suas análises ao dizer: “o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (Foucault, 1995a: 231). Sobre o trabalho de Foucault ver as discussões de Rouanet (1992); Paiva (2000); Deleuze (2000); Dreyfus & Rabinow (1995).

³³ Ao longo do seu trabalho Foucault mostrou os processos e mecanismos de objetivação e de subjetivação do indivíduo mostrando, respectivamente, as práticas que fazem dele um objeto dócil e útil a partir dos mecanismos disciplinares e as práticas que o tornam sujeito (Fonseca, 1995). Os processos de subjetivação, através dos quais se dá a constituição do sujeito, operam nos corpos, nas almas nos pensamentos e na conduta dos indivíduos (Rabinow, 1999). Trata-se de uma ascese, um exercício de si sobre si, pelo qual o sujeito pode se elaborar, analisar e transformar-se (Paiva, 2000).

com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade...” (Foucault, 1995: 235). É um poder que “coloca em jogo relações entre indivíduos” num “conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras” (p.240).

É, também, um poder descentralizado e funciona como estratégias³⁴ imanentes às relações sociais que se dão através de correlações de forças diferentes e descontínuas. Trata-se de um deslocamento do espaço e do nível de análise onde esse poder se efetiva, visto que se encontram em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, podendo existir integrados ou não as estruturas.

Nesse sentido, a crítica desse teórico encaminha-se à concepção estritamente institucional do poder afirmando ser esta reducionista, uma vez que engloba somente o poder estrutural, aquele instituído pelos elementos de interdição (proibição, sujeição e submissão). Esta interpretação do poder, acaba por encobrir o reflexo das ações subjetivas dos sujeitos e das micro relações sociais. Procurando desvincular-se dessa noção estrutural do poder Foucault vai propor o seu entendimento não como dominação institucional, mas como multiplicidades de correlações de forças presentes nas micro relações sociais cotidianas.

Esse poder, coloca em jogo relações entre indivíduos, designa ações que se induzem e se respondem umas às outras, um modo de ação de uns sobre outros, uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir (Foucault, 2000; 1995; 1997). Ao definir o exercício do poder dessa forma, Foucault inclui a categoria liberdade. Nesse sentido, vai dizer que o poder só se

³⁴ As estratégias como dispositivos ou técnicas de poder tem um significado mais amplo em Foucault do que em Bourdieu. Em Foucault, além de uma forma de disciplinar e dominar aparecem como indicativos de escolhas e intenções conscientes, margens de liberdade e negociação dos sujeitos. Em Bourdieu o uso do termo é limitado, não se trata de estratégias propriamente ditas porque não há escolhas e, portanto, “intenção estratégica” ou cálculo há, mas “douta ignorância”. Trata-se muito mais de uma resposta adequada das práticas às conjunturas. Sobre estratégias em Bourdieu ver Certeau (1998) e sobre estratégias em Foucault ver Foucault (2003; 1995a).

exerce sobre “sujeitos livres” que “têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (Foucault, 1995a: 244). Não existe relação de poder onde as determinações estão saturadas e os indivíduos não têm possibilidades de se deslocar e escapar. Sendo assim, não há uma relação de exclusão entre poder e liberdade, mas sim um jogo complexo onde a liberdade aparece como condição de existência do poder. Toda relação de poder, também implica uma “estratégia de luta”.

As relações de poder a que se refere o teórico, não se localizam num ponto específico da estrutura social, visto que não é uma coisa ou propriedade que se tem ou não tem, não existindo a dicotomia formada entre os que tem poder e os que são destituídos de poder (Foucault, 2003; Machado, 2000). Essa descentralização indica também que não há um local específico de resistência, ela estaria em tantos locais quantos fossem aqueles de afetação das relações de poder. As resistências possuem um caráter relacional tanto quanto os mecanismos de poder (Fonseca, 1995).

Além das relações de poder não se constituírem somente em nível institucional elas não se apresentam exclusivamente como algo negativo, aquele que só castiga e impõe limites, existe também em sua forma positiva, aquele que produz, que transforma (Machado, 1995). É produtivo porque cria novos saberes que não só existe para oprimir, mas também para libertar, uma forma que produz coisas, induz ao prazer, forma saberes, produz discursos (Peters, 2000).

Através dessa noção positiva do poder é possível se perceber as práticas cotidianas das mulheres chefes de família na esfera doméstica como negociações, estratégias e táticas que indicam mudanças e poder no âmbito da esfera doméstica. Permite, também, que se considere a existência de graus diferenciados de poder em

cada um dos gêneros, mas sempre possibilitá-lo em ambos (Foucault, 1997, 1995; Louro, 1997).

O que se enfatizar é que esse caráter difuso do poder, defendido por Foucault, garante-lhe certa capilaridade que inclui os indivíduos. Parte dos mecanismos infinitesimais buscando ver as estratégias e táticas que se exercem nos menores espaços da vida individual e social, nas realidades concretas do cotidiano dos indivíduos. Nessa concepção, as relações de força parecem caracterizar-se muito mais pela produção do que pela repressão, diferentemente da concepção estrutural do poder que comumente gira em torno dos mecanismos de repressão e dominação. Em Foucault ele seria menos um controlador e mais um produtor (Fonseca, 1994).

Sendo assim, a referência foucaultiana do poder acaba fornecendo elementos de explicação das relações de poder que perpassam as práticas cotidianas de gênero no âmbito da chefia feminina, onde é possível se perceber incessantemente negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas e alianças femininas (Louro, 1997). Permite analisar as relações de gênero em termos de mudanças ou produção de novas práticas sem ter que considerar, a priori, o antagonismo vertical que privilegia um dos gêneros em detrimento do outro, um pólo dominante e o outro dominado, um com poder e o outro destituído de poder.

Embora o interesse de Bourdieu esteja voltado para a gênese das práticas³⁵, diferente de Foucault que está mais interessado pelo que elas produzem, ambos tem em comum as relações de poder como fator que constitui as práticas sociais. Em Bourdieu ela aparece sob a forma de dominação estrutural e simbólica gerando, na maioria das vezes, desigualdades de gênero e permanências de práticas ortodoxas, em Foucault ela

³⁵ O termo está sendo aqui empregado no sentido amplo da palavra. Engloba não só a ação concreta, mas os valores, estratégias, discursos e comportamentos.

aparece nos processos de subjetivação, formada nos interstícios das micro relações, gerando a constituição de sujeitos através da produção de idéias e práticas heterodoxas.

Entende-se que as duas visões teóricas em seus instrumentos particulares de análise contribuem para formar a matriz teórica de explicação adequada das relações de gênero a que se está aludindo para entender como se processa a vida das mulheres chefes de família, em análise, entendendo que as suas práticas se constituem a partir da coabitação de permanências e mudanças, o que significa descartar uma análise que se encaminhe, exclusivamente, como um indicativo de repressão e dominação (permanência de práticas tradicionais e submissão feminina) ou de revolução e emancipação (rejeição e abandono total de práticas tradicionais e autonomia plena)³⁶.

As práticas ortodoxas e heterodoxas, na expressão bourdieusiana, ou as práticas disciplinadoras e produtoras de saber e poder, em termos foucaultiano, são categorias relacionais que compõem, simultaneamente, a constituição do gênero, seja em sua gênese, relações históricas ou cotidianas. Entendidas como processos, as relações de gênero possuem mobilidade no tempo e espaço. Sendo assim, as práticas tradicionais que as constituem não devem ser vistas como indicativo de uma situação geral de permanência, mas como uma forma através da qual se processam as mudanças. É nesse aspecto que se observa às lacunas na análise de Bourdieu no que se refere às relações de gênero.

Interpretá-las como um estado permanente e universal de dominação masculina onde as práticas ortodoxas parecem prevalecer às heterodoxas ou as estruturas objetivas parecem sobrepujar os processos de subjetivação, dificulta se pensar as

³⁶ Concorde-se com Giddens (2003: XXIV), quando revela que se as idéias são importantes e esclarecedoras, muito mais importante que sua origem é delineá-las de modo a demonstrar a sua utilidade, mesmo num quadro de referência que poderá ser inteiramente diferente daquele que ajudou a engendrâ-las (p. XXIV) e, ainda, com Harding (1993: 5) quando sugere que se deve aprender a aceitar a instabilidade das categorias analíticas e usar tais instabilidades como recurso de pensamento e prática.

relações sociais entre os sexos com mais flexibilidade, admitindo que as mudanças, ainda que sutis, existem, de fato, em ambos os sexos e implicam em modificações no quadro geral dessas relações, seja nas práticas do dia a dia, seja ao longo da história da condição feminina na sociedade.

Se por um lado, a noção de poder como algo localizável e atuando sob os auspícios da dominação e repressão conduz à identificação dos seus aspectos centralizadores, gerando permanência de práticas e desigualdades, por outro, a noção de poder descentralizado e atuando como relações de forças produtoras, conduz à sua capilaridade possibilitando a produção de estratégias e mudanças nas micro esferas sociais.

Concebe-se, como Almeida (1997), que os “novos habitus de gênero”, ou seja, o fato das mulheres trabalharem fora, terem um comportamento competitivo no mercado de trabalho, investirem na sua formação escolar e profissional, serem chefes de família, controlarem a sua fecundidade se constitui menos numa inversão na relação de dominação (dominação feminina sobre a masculina) e mais na emergência de “culturas de gênero alternativas”, onde são criadas novas e diferentes formas de relações de gênero não necessariamente pautadas na dominação.

Exposta a fundamentação teórica de explicação das relações de gênero, na interlocução entre teoria social e teoria feminista, via gênero, com o objetivo de compreender como se processa o quadro das relações de gênero no âmbito da chefia feminina, passa-se ao próximo capítulo onde se dará continuidade a discussão teórica situando a questão, em análise, a partir de um percurso pelos campos da família e do trabalho, categorias fundamentais para o seu entendimento e contextualização, visto que é através dessas dimensões que essas mulheres reconhecem e dão significado ao seu lugar no mundo social.

2. Situando a problemática da chefia feminina nos campos da família e do trabalho

2.1 Entre valores e condição de pobreza: discutindo as famílias populares urbanas

A importância de se analisar as relações familiares transcende o próprio contexto da família para se configurar como elemento explicativo do desenvolvimento de determinada sociedade, como já foi descrito por Nussbaum & Sen (1996:16) quando sugeriram que ao se perguntar sobre a prosperidade de uma nação e sobre a qualidade de vida de seus habitantes “é necessário saber como estão estruturadas as relações familiares e as relações entre os gêneros, e a forma em que estas estruturas promovem ou dificultam outros aspectos da atividade humana”. E, ainda, por Giddens (2000: 61), quando afirma que entre todas as mudanças que estão se dando no mundo a mais importante acontece em nossas vidas pessoais (sexualidade, relacionamentos, casamentos e família).

A importância da família como categoria de análise social se estende, também, para o contexto dessa pesquisa, não só no sentido de situar as mulheres aqui investigadas e saber como estão estruturadas as relações familiares e as relações de gênero, mas de ultrapassar o próprio âmbito familiar para entendê-las como partícipes de um determinado contexto na sociedade brasileira. A proposta de análise, nessa sessão, percorre uma breve revista pelo processo de mudança que vem ocorrendo na família, ao longo da história, com o objetivo de situar as famílias, em estudo, na literatura especializada, enfocando a discussão das práticas, valores e condição de pobreza, elementos analíticos necessários ao entendimento da questão.

Sabe-se que o modelo tradicional de família do tipo parsoniano (1954) ou patriarcalista Freyreano (1992; 1951) caracterizados pelo núcleo pai, mãe e filhos, de

forte autoridade masculina e acentuada divisão sexual do trabalho foi durante muito tempo tratado pela literatura especializada, documentos jurídicos e leis como o modelo de referência universal e hegemônico para se falar da composição, valores e práticas da família nas sociedades ocidentais modernas. Tal modelo acabou contribuindo para uma concepção hierárquica da família, categorizada como estruturada ou desestruturada estando tais atributos associados, de certa forma, a dicotomização das esferas sexuais e desigualdades de gênero (Da Matta, 1985; Almeida, 1987; Giddens, 2000).

Os modelos desviantes desse padrão tradicional, a exemplo dos arranjos monoparentais, predominantes nessa pesquisa, somado a outras mudanças como baixas taxas de fecundidade, declínio do casamento e naturalização do divórcio, foram considerados modelos familiares incompletos ou fatores de desestruturação e crise na família (Goldani, 1993, 2002; Jelin, 1994, 1995; Peixoto & Cicchelli, 2000; Szymanski, 1997; Hita-Dussell, 2004). Quando tais modelos “desviantes” provinham das camadas pobres, contexto onde estão situados os sujeitos aqui pesquisados, eram motivos de adjetivações de inferioridade, desorganização e promiscuidade (Szymanski, 1997; Mello, 1997; Sarti, 1996; Zaluar, 1994).

Ao invés de desestruturação ou modelos incompletos e desorganizados de família, tomados a partir de um modelo estereotipado, trata-se de fatores de mudanças que vem operando não só na família e sexualidade, mas em outras instâncias sociais de caráter mais amplo. Tais mudanças se constituem numa espécie de revolução global que, ainda, está em curso e que vem mudando o modo de pensar dos indivíduos sobre eles mesmos e o modo como formam laços e ligações com os outros (Giddens, 2000; Mello, 1997).

Esse processo de mudanças, no que se refere à literatura sobre família, começou a ser registrado de forma mais enfática a partir do final da década de setenta,

através das novas interpretações que buscavam tornar visíveis às mudanças que vinham ocorrendo na família. Dentre os sociólogos internacionais que mais recentemente discutiram tais mudanças em seus trabalhos encontra-se, por exemplo, Castells (1999), Giddens (2000, 1999,1993), Touraine (2004), Singly (2000) e Jelin (1994, 1993) apontando, em geral, a crise do patriarcalismo, o crescimento do individualismo, as relações mais igualitárias entre os sexos e mudanças na sexualidade.

Os estudiosos brasileiros, também, passaram a destacar a partir do referido período, que coincide com a emergência da abordagem de gênero na academia, a ocorrência dessas mudanças não só na estrutura e organização dos arranjos familiares, mas nas práticas e valores que se dão no seu interior destacando, dessa forma, as relações de gênero (Goldani, 1993, 1994; Machado, 2001; Scott, 1990; Bilac, 1994, 1997; Barroso, 1978; Bruschini, 2000; Sarti, 1997a). Alguns desses estudos (Samara, 2002; Côrrea; 1982)³⁷ vêm mostrando, inclusive, que no passado essas mudanças que destoavam do modelo padrão de família já se faziam presentes contestando, assim, a existência do patriarcalismo como modelo único de família.

Desde então, as análises sobre a família vêm enfatizando a diversidade de modelos, práticas e valores defendendo, sobretudo, a idéia de que a família não deve ser pensada a partir de um modelo único e universal, visto que compreendê-la como estrutura fixa e não como processo acabou provocando interpretações escorregadias a respeito do universo familiar que se mostra muito mais complexo e diversificado do que os modelos estereotipados a ele associado (Goldani, 1993; Bilac, 1997, Szymanski, 1997; Vaistman, 1997; Hita-Dussel, 2004). A família deve, pois, ser

³⁷ Samara (2001; 1989), em seu estudo comparativo da família brasileira do período colonial até a atualidade, tomando como base os recenseamentos da população brasileira e manuscritos impressos nos últimos 150 anos, mostrou a existência de outros arranjos familiares, em sua estrutura e divisão do trabalho, diferentes daquele patriarcal descrito por Gilberto Freyre. Seguindo a mesma linha de Samara encontra-se os estudos de Correa (1982), ambas mostrando a presença de famílias monoparentais e a concubinação fazendo parte da organização familiar brasileira ao longo dos séculos XIX e XX.

concebida de forma descontínua, não linear e não homogênea (Bruschini, 1981; Sarti, 1997a).

Mas o fato de constatar que a família vem passando por um processo de mudanças e que o modelo tradicional vem sofrendo um decréscimo ao longo do tempo não significa dizer que esse não mais exista, mas que é preciso relativizá-lo em termos da sua universalidade, sobressalência e forma pura. É Giddens (2000: 63) que lembra que viver o fim da tradição não significa o seu desaparecimento, haja vista que “ela continua a florescer em toda parte em versões diferentes” e a família é um desses locais aonde se dão às lutas entre tradição e modernidade.

A força da tradição, enraizada nos processos de socialização³⁸ e sedimentada no tempo, como constituinte do modelo clássico de família, ainda se faz presente no contexto familiar, principalmente, no que se refere à autoridade masculina e a desigualdade na divisão sexual do trabalho aparecendo imbricados às novas práticas e valores presentes nos arranjos familiares, às vezes de forma frágil, outras vezes de forma acentuada, formando muito mais um quadro de permanências e mudanças que convivem a um só tempo e geram práticas ambivalentes do que, propriamente, a formação de arranjos inteiramente novos, despidos de quaisquer valores tradicionais e gerando, supostamente, práticas de rupturas (Mendes, 2002b, 2004).

Observadas de forma geral, as mudanças na família parecem transcorrer de forma veloz, mas quando analisadas em contextos específicos e operando de forma minuciosa no seu interior parece não se processar de forma abrupta, mas de forma gradativa e dual numa transição e entrelaçamento constante entre o tradicional e o moderno, principalmente no tocante às relações de gênero, como foi observado nas

³⁸ Sobre os processos de socialização ver Berger & Luckmann (1985). Os autores mostram como tais processos se instituem na vida cotidiana dos indivíduos e os constituem como ser social.

famílias populares aqui estudadas. Como lembra Mello (1997), as mudanças em padrões tradicionais de comportamento, principalmente, aqueles interiorizados mais cedo, possuem um ritmo lento de instauração e requer maior tempo para serem assumidas pelos atores envolvidos.

Uma das fundamentações analíticas que perpassam as discussões sobre mudanças na família contemporânea está relacionada à questão do individualismo. Trata-se do deslocamento da importância do grupo para os membros do grupo. Um processo de sobreposição dos valores individuais aos valores coletivos da família, evidenciados pela emergência do “eu individualizado” que segundo Singly (2000) se caracteriza pela autonomia e independência dos indivíduos pela via do amor, um acontecimento da alta modernidade que Giddens (1993) vai chamar de “amor romântico” ou “amor confluyente”, responsável pela condição de permanência ou rompimento da conjugalidade e pelo favorecimento de relações mais igualitárias de gênero.

Nesse novo modelo de família, denominado por Giddens de “família democrática” e por Singly de “família moderna 2”, o elemento central não é mais o grupo reunido e sim os membros que dela fazem parte. Ela se distingue do modelo anterior³⁹ pela ênfase maior dada ao processo de individualização se constituindo, assim, em “um espaço privado a serviço dos indivíduos” (Singly, 2000:15). Sua permanência e instabilidade estão pautadas no referido processo que, por sua vez, a faz parecer paradoxalmente frágil e forte como aponta Singly que, também, a designa por “relacional e individualista” evidenciando a tensão existente entre os dois pólos.

³⁹ Refere-se à “família moderna 1” ou família tradicional que vai do início do século XX até os anos 60 e que caracteriza-se pela construção de uma lógica de grupo na qual o casamento é valorizado enquanto instituição, os adultos estão a serviço do grupo e das crianças em especial. Ao homem cabe a esfera pública do trabalho, a mulher a esfera privada e o cuidar das crianças e do marido.

Outro aspecto destacado, em geral, pelos autores como característico dessa nova família, refere-se às dimensões constitutivas do “eu individualizado” que se dá através da autonomia e da independência econômica dos indivíduos na família. Visto sob a perspectiva de gênero, isso pode significar mulheres mais autônomas e independentes financeiramente, relacionamentos conjugais mais democráticos, baseados no diálogo e na conciliação feita entre a atenção aos outros e o cuidado de si. Uma vida a dois que se dá através do compartilhamento de direitos e obrigações e que satisfaça as necessidades relacionais conservando a autonomia de cada um.

Mas será que essa autonomização e democratização nas relações de gênero, justificadas pelas vias do individualismo, acontecem de forma tão global e homogênea com que parecem ser demonstradas pela literatura especializada? Ao tempo que se admite com os autores, acima mencionados, o crescimento do processo de individualização na sociedade contemporânea e em particular no âmbito da família, chama-se atenção ao fato de que tal processo não ocorre uniformemente como característica geral e sobressalente para todos os contextos sociais e modelos de família.

Nesse sentido, os trabalhos de Machado (2001); Sarti (1997a) e Zaluar (1994) são bons exemplos de que há diferenças que precisam ser consideradas ao se analisar a família, o contexto social onde estão inseridas é uma delas. As autoras enfatizam a tensão existente entre valores individuais e coletivos ao tratar das famílias populares urbanas, demonstrando, de certa forma, uma sobreposição dos valores coletivos aos valores individuais presentes nesse contexto.

A associação entre a constituição do “eu individualizado” e a posição de classe no processo de mudança na organização familiar é um aspecto que merece destaque, considerando que a idéia do novo modelo de família, gestado por forte grau de

autonomia e individualidade do sujeito, parece, na visão dessas autoras, ter tais características atenuadas quando se trata das camadas populares, dado que nessas a individualidade e privacidade fica, muitas vezes, comprometida pelas próprias condições de vida, inviabilizando não só a aquisição de um espaço interior e íntimo, mas a emergência de sujeitos escolarizados e psicologizados, ao contrário do que, geralmente, acontece nos segmentos médios.

Nas camadas populares, conforme Machado (2001:16), “o valor da família é fundamentalmente instituidor de uma moralidade estabelecida por um conjunto de regras e reciprocidade, obrigações e dádiva”. Sarti (1997a), de forma mais categórica, vai afirmar que os pobres não vivem esta dimensão individualizada, considerando que no seu universo cultural não contam com os recursos simbólicos para a efetivação desse processo que requer condições específicas de educação e valores sociais, fazendo com que projetos individuais sejam impraticáveis ou, quando não, “uma busca frustrada, em que aparece o peso de sua subordinação social” (p.47).

A tradição é uma das categorias levantadas para caracterizar tais famílias (Sarti, 1997a, 1996; Heilborn, 1997; Salem, 1981; Zaluar, 1994; Woortmann, 1987). Para Sarti, a tradição é um dos aspectos fundamentais da constituição das famílias pobres, haja vista que “pensam seu lugar no mundo a partir de uma lógica de reciprocidade de tipo tradicional em que o que conta decisivamente é a solidariedade dos laços de parentesco e de vizinhança com os quais viabilizam sua existência” (p.47). A tradição estaria vinculada aos hábitos e padrões que dirigem os comportamentos e indicam a precedência do todo sobre as partes. As relações em família e o sentido do lugar no mundo são referendados, segundo a autora, por um código moral e hierárquico.

Observa-se, então, duas dimensões analíticas mais gerais por onde perpassam a discussão dos estudos relativos à família brasileira. Uma que se encaminha por uma via mais individualista e outra que segue uma via mais holista que, também, procede em termos de uma divisão de classe e estratificação sócio-cultural. Em se tratando das famílias de camadas médias urbanas a ênfase, geralmente, recai nas identidades e projetos de vida guiados por valores individuais (Velho, 1981, 2001; Sorj & Goldemberg, 2001), em relação às famílias populares o realce encaminha-se aos valores tradicionais e coletivos com proeminência da parentela sobre os indivíduos (Sarti, 1996; Zaluar, 1994; Duarte, 1984).

As mulheres das camadas médias são destacadas nos estudos a partir do seu afastamento dos papéis restritos à esfera doméstica em direção à realização pessoal na esfera pública através da carreira profissional e de comportamentos afetivo-sexuais diferentes do padrão tradicional (Vaistman, 1994). Já as mulheres das camadas populares são, geralmente, vistas a partir da sua pouca escolaridade e do seu papel de esposas e donas de casas, tendo acesso ao trabalho remunerado por uma questão de sobrevivência familiar e se posicionando em atividades mal remuneradas e pouco especializadas, afastando a perspectiva de realização pessoal, situação considerada, ainda, mais vulnerável no caso das chefes de família, conforme Salém (1981).

Mas estudos recentes têm evidenciado as mudanças ocorridas nas práticas e valores de gênero nos segmentos populares, mostrando o seu significado quanto aos valores dos sujeitos envolvidos, discutindo em que proporção às mudanças, a exemplo da participação feminina em movimentos populares (Mendes, 2000) ou no mercado de trabalho, implicaria, de fato, alterações nos valores e práticas familiares e como esses são vivenciados, incorporados e expressos pelos indivíduos nesse contexto (Mendes, 2002; Macedo, 2001; Carvalho, 1998a; Vaistman, 1997; Oliveira, 1992).

Ao invés de conceber as dimensões interpretativas da família, particularmente as famílias pobres urbanas, universo dessa pesquisa, pela via dos valores individuais ou coletivos enquanto extremos analíticos excludentes que se prestam a um e não a outro contexto social, prefere-se considerá-las em sua co-existência entendendo que seus respectivos códigos, relacionais e individuais, se entremeiam na sociedade e nas famílias como um todo, constituindo diferentes formas de articulação e primazia de um ou de outro conforme as posições e situações de classe (Machado, 2001)⁴⁰.

Concorda-se com Vaistman (1997:303) que, ao analisar as transformações e significados dos valores e práticas de gênero nas camadas populares, afirmou que há “uma pluralidade de mundos práticos e simbólicos” inviabilizando se pensar a família pautada na dicotomia entre tradicional e moderno ou entre igualdade e hierarquia. Há, na verdade, uma coexistência de vários mundos sociais e simbólicos inseridos num mesmo contexto social e num mesmo sujeito.

Acredita-se, como a referida autora, que as condições de vulnerabilidade ou de pobreza presentes no universo das mulheres em estudo, não significa a exclusão de aspirações individualistas cuja ausência geraria uma “ideologia da domesticidade” ou identidades fixas de gênero diretamente relacionadas à esfera privada. A noção e o desejo de mudança de vida, autonomia e relações mais igualitárias, fazem parte, também, da vida dessas mulheres dos segmentos populares.

É verdade que há uma semelhança no tocante aos valores, hábitos, gostos e aspirações que caracterizam as referidas famílias, considerando a uniformização do consumo proporcionada pelo nível salarial, os problemas comuns que se apresentam

⁴⁰ Machado (2001) defende a existência dos “códigos relacionais de honra” e “códigos baseados nos valores do individualismo de direitos” atuando simultaneamente. Segundo a autora, os primeiros são responsáveis pela legitimação da violência e relações hierárquicas de gênero, mas, também, pela legitimação das relações de reciprocidade e de pertencimento a uma comunidade. Os segundos são responsáveis pela autonomização dos indivíduos por um lado, mas pela insensibilidade em relação aos outros e ao seu pertencimento social.

em relação à habitação, saúde, escolarização e trabalho que, por sua vez, acabam levando a alguns modos de sociabilidade, consumo, lazer e percepção do mundo que lhes são próprias (Durham,1986). No entanto, tais semelhanças não implicam uma homogeneização geradora de estereótipos exclusivos, fixos e fechados de pertencimento desses indivíduos ao contexto social do qual fazem parte. Na verdade, circula um habitus coletivo que padroniza, mas também um habitus individual que diferencia.

Há, dessa forma, uma simultaneidade de práticas e valores individuais e coletivos, modernos e tradicionais, atuando a um só tempo nos sujeitos contemporâneos que apesar de excluídos, como no caso dos segmentos populares, participam desse mundo moderno que é pautado na emergência do sujeito e valores individuais, não lhes é alheio em sua totalidade, ora deixando fluir e conduzir-se pela individualidade, ora pelos valores do grupo, num contraste pululante que vão formar as práticas e valores cotidianos.

Se pensada de um ponto de vista socialmente mais amplo poder-se-ia dizer que a forma paradoxal como se processam as mudanças estão, de certa maneira, associada ao pluralismo do mundo globalizado que ao tempo que homogeneíza e iguala, diferencia e desiguala. Constitui-se, ele próprio, num paradoxo sendo cada vez mais improvável se pensar em mundos, símbolos e valores totalmente estanques e desarraigados dessa sociedade globalizada. O que se denota são apreensões e apropriações diferenciadas dentro dessa pluralidade paradoxal em que todos de uma forma ou de outra estão incluídos e participam em suas particularidades e contextos.

Numa vida social marcada por instabilidades, fragmentações, hierarquias e individualismos torna-se inviável pensar uma permanência de valores e práticas de gênero ao modo antigo, ao contrário, esses são constantemente (re)atualizados,

(re)apropriados e (re)definidos, não se constituindo em mundos que possam mais ser pensados em suas formas puras, estanques e dual ou que “contrapunham-se enquanto realidades excludentes entre si, onde o moderno significaria oposição e superação do tradicional” (Vaistman, 1997: 319), ao contrário, são categorias que fazem parte de um mundo simultâneo, onde o cotidiano marcado pela pobreza, exclusão e ausência de direitos não deixa de ser interpenetrado por aspirações e valores modernos.

Além das discussões que remetem aos valores, as famílias pobres foram discutidas em relação à sua condição de pobreza⁴¹, instaurada sob o paradigma da produção e sob o paradigma da cultura (Sarti, 1996). O primeiro tinha como centralidade o lugar que os pobres ocupavam na produção, sendo o trabalho a categoria através da qual foram pensados. O segundo enfatizava a cultura como elemento produtor das suas ações e comportamento.

O paradigma da produção centrava os seus estudos nas categorias trabalho, poder e dominação para explicar as relações familiares e de trabalho dos pobres, destacando, em geral, a solidariedade e as múltiplas estratégias de geração de renda como elementos de enfrentamento das suas condições de pobreza ou garantia de sobrevivência. Enfatizavam as buscas alternativas de suprimento e geração de renda

⁴¹ Com o deslocamento da explicação da pobreza social a partir do indivíduo para o sistema e, principalmente, da valorização da esfera do trabalho, os pobres que antes eram vistos como ‘classe perigosa’ e ‘vadios’ passaram a ser vistos como ‘desempregados’ ou ‘trabalhadores’, constituindo-se o trabalho como a principal categoria através da qual foram pensados (Sarti, 1995; Telles, 2001). O pressuposto da falta levava à concepção desses como sujeitos exclusivamente interessados no suprimento material e, portanto, dominados e alienados, uma vez que a pobreza era considerada um obstáculo à ação coletiva e à visão crítica da sociedade. Zaluar (1994) vai observar que os estudos sobre os pobres se pautam, de um lado, em defesa de um modo de vida e representações sociais próprias que gerariam características negativas, associadas à desorganização, apatia política e ausência de cultura de classe e, do outro lado, a crítica a essa concepção concebendo-os como socialmente bem organizados, coesos e trabalhadores. A autora chama atenção ao fato dos pobres terem sido vistos como um diferente, estranho, inadequado aos enquadramentos convencionais, ao invés de terem sido pensados como resultado de políticas públicas que provocam privação material e exclusão nos campos ocupacional, educacional e político. Para maiores detalhes sobre a discussão das famílias pobres urbanas nas ciências sociais ver Sarti (1996) e Zaluar (1994). Para uma discussão mais geral sobre a pobreza ver os trabalhos de Telles (2001) e Rocha (2003).

ressaltando a contribuição dos membros da família, sobretudo, os filhos e as mulheres na composição da renda familiar ou mesmo no sustento integral da família.

Dentro dessa linha econômico-produtivista, como observou Couto (2001), resgatando as idéias de Scott (1996), as famílias populares foram vistas, por um lado, como “reprodução da força de trabalho” e, por outro, como produtor das “estratégias de sobrevivência”. Na primeira corrente, situavam-se os estudos (Fausto Neto, 1982) que enfatizavam as famílias populares urbanas, em seus princípios de organização, autoridade e rede de relações voltada, prioritariamente, para a luta da sobrevivência, considerando a família como reprodutora da força de trabalho a serviço da manutenção e da lógica capitalista de produção.

Na segunda corrente, situavam-se aqueles estudos (Woortmann, 1987; Motta & Scott, 1983) que rejeitavam a concepção de famílias populares como simples reprodutora ideológica das relações de dominação capitalista mostrando haver uma certa autonomia das referidas famílias diante dos mecanismos sociais que lhes eram impostos, evidenciada através das estratégias de resistências cotidiana e da evidência de uma dinâmica e lógica própria de vida. Scott (1996) é um dos autores que faz críticas às discussões sobre as famílias populares a partir de uma análise que se dá de “fora para dentro” ocultando-lhes os seus processos subjetivos internos.

Já os estudos associados ao paradigma da cultura deram destaque à própria cultura como componente simbólico da ação, do comportamento e do trabalho dos pobres. Defendiam haver um modo de vida, valores, práticas e representações sociais próprias e estratégicas das famílias populares rejeitando, assim, as análises que divulgavam uma cultura da pobreza caracterizada pela desorganização, desintegração e despolitização. Tinham, geralmente, como temas investigativos de suas pesquisas aspectos relacionados ao cotidiano familiar, a sexualidade, a violência, relações de

gênero e relações de poder. Distanciava-se daqueles estudos que analisavam as famílias a partir de um referencial mais economicista e de classe.

Alguns desses estudos que colocavam em evidência o cotidiano familiar, a partir da sua dimensão simbólica, seja analisando a produção de estratégias ou de cultura como elementos proporcionadores do comportamento dos indivíduos e da sua auto-representação como trabalhadores e pobres, foi possível se perceber alguns referenciais da análise de gênero que, também, se utilizava da dimensão simbólica e do aspecto relacional para compreender o significado das práticas e valores dos indivíduos como relações de poder que gerariam autonomia e desigualdades de gênero na esfera pública e privada, concepção de análise aqui adotada por entendê-la tradutora das relações sociais.

Os trabalhos de Zaluar (1994) e Sarti (1996) são bons exemplos de estudos que se encaminham por uma via simbólica e apresentam alguns referenciais de gênero. Zaluar, trabalhando com a associação entre pobreza e consumo nas unidades domésticas, afirmou que os papéis familiares são anteriores ao capitalismo, portanto não derivam do modo de produção capitalista, e mostrou a delimitação dos espaços e papéis entre os membros da família variando segundo o sexo, geração e parentesco. Destacando a associação da pobreza com o trabalho revelou a provisão econômica da família como um papel masculino, mas também a socialização do reforço dos demais membros, principalmente, mulheres e filhos, como estratégias de produção de renda e sobrevivência familiar.

Sarti, na sua proposta de investigação da família como uma ordem moral, onde buscou compreender as categorias em que os pobres organizam, interpretam e ordenam suas vidas, ressaltou os valores morais associados aos gêneros destacando que a distribuição da autoridade na família é fundamentada nos papéis diferenciados do

homem e da mulher, estando a autoridade feminina vinculada ao interior da casa no seu papel de mãe e dona de casa e a autoridade masculina associada à intermediação entre o mundo exterior e a família através do papel de provedor.

Apesar de destacar uma precisa demarcação das atribuições e localização dos papéis masculino e feminino na família, a autora mostra como se processa o deslocamento de tais posições, por exemplo, quando as mulheres assumem a provisão econômica da família e passam a definir-se como “chefes” modificando, de certa forma, as relações de autoridade e abalando a autoridade masculina. Mas, também, mostra as estratégias de deslocamentos utilizadas por essas mulheres enquanto provedoras, não só em relação à dificuldade de conciliação do trabalho com as atividades domésticas, acionando outras mulheres para o suprimento das mesmas, mas em relação às dificuldades impostas socialmente pela ausência masculina na casa, muitas vezes, compensada por outras figuras masculinas.

Outros estudos como o de Salém (1981), Neves (1984), Carvalho & Cravo (1988) e Scott (1990), também, merecem destaque no que se refere a um referencial de gênero na discussão sobre famílias pobres urbanas. Salem ressaltou a auto-representação das mulheres de uma favela carioca enfatizando a dupla determinação e indeterminação feminina, via classe e gênero, mostrando a família como o lugar onde se processam as desigualdades, instauração de normas, dicotomização de espaços e a construção social de gênero, formando identidades masculinas e femininas.

Neves estudou o caráter matrifocal em famílias nucleares de um morro carioca, mostrando que estas estão associadas às estratégias e padrões de sobrevivência familiar em face das situações de desemprego, insuficiência e irregularidade dos salários dos maridos, qualificando, assim, a organização matrifocal como uma variação dos padrões sociais de reprodução física e social das unidades familiares, apontando formas

diferenciadas de atualização do modelo dominante de constituição e reprodução familiares.

Carvalho & Cravo, mostraram como as relações familiares, em grupos matrifocais pobres de Curitiba, são vividas e qual o significado que assumem para os seus agentes. Enfatizando o arranjo matrifocal como resultado das condições socioeconômicas de desemprego e falta de qualificação e não como um projeto transformador de organização familiar. As autoras discutiram vários aspectos das relações de gênero no contexto familiar incluindo a divisão sexual do trabalho, provisão econômica, redes de apoio e violência doméstica.

Scott, comparando as percepções e experiências masculinas na esfera doméstica com as mulheres em condições matrifocais, em um bairro popular do Recife, mostrou a contraposição entre a dominação masculina e o exercício feminino de continuidade e segurança do grupo doméstico no seu ciclo de desenvolvimento, enfatizando o gênero como um elemento diferenciador na vivência das fases desse ciclo e na representação da casa.

Partindo de uma análise relacional de gênero, onde a matrifocalidade foi entendida num contexto onde se dá a operacionalização feminina e masculina atuando em conjunto, Scott mostrou que o ciclo doméstico é vivido e representado de forma diferente por homens e mulheres e que a casa e a rua são ambientes de controle masculino e feminino na relação que mantêm entre si, concluindo que as relações de gênero são relações de poder.

A discussão, aqui efetivada, sobre mudanças e práticas na família, focada em torno dos valores e da condição de pobreza, teve como objetivo evidenciar as categorias de interpretação das famílias em estudo. Tais famílias são aqui concebidas como estruturas não fixas e marcadas pela diversidade e pluralidade no que diz

respeito à forma dos arranjos e aos valores, práticas e comportamentos dos membros que a compõem.

O que significa admitir a presença de mudanças não significando, no entanto, concebê-las como formas radicais ou inteiramente novas, mas paradoxais, pautadas no entrelaçamento de valores e práticas tradicionais e modernas. Admite-se, também, a existência de um *habitus* de classe cuja presença proporciona uma base similar de práticas e valores, mas rejeita-se, porém, a idéia de uma generalização ou homogeneização absoluta desses.

Em relação à condição de pobreza essas famílias chefiadas por mulheres são aqui percebidas, por um lado, como reflexos das desigualdades sociais e, por outro, como produtoras das estratégias de sobrevivência (resistência), o que lhes descarta os atributos de alienadas ou desorganizadas. A provisão econômica feminina é um claro exemplo do empreendimento dessas estratégias de sobrevivência diante de uma vida de pobreza e exclusão marcada por precariedades e desemprego.

Estratégias que não são aqui entendidas como simples reprodução ideológica do capital, mas produção de estilos de vida, gostos, práticas e valores que depende dos recursos materiais, mas também da moralidade e solidariedade organizada em torno de princípios estabelecidos na família com sua complexa rede de afetividade, lealdade e sociabilidade, onde a imposição da sobrevivência se conecta com as regras culturais que organizam a vida, estruturando um universo moral que torna a família uma “garantia ética” num mundo improvável de condições dignas de vida (Telles, 2001). As relações construídas no interior da família se constituem em estratégias de garantia da sobrevivência física, mas também social e cultural (Carvalho & Cravo, 1988).

A família ocupa um lugar de grande importância na vida dessas mulheres. Em torno dela, com suas hierarquias internas, homens e mulheres se reconhecem como

sujeitos morais que enfrentam as adversidades da vida e garantem dignidade e respeito formando, assim, um espaço polivalente que além de viabilizar a sobrevivência cotidiana pelo esforço coletivo dos seus membros constroem os sinais de uma respeitabilidade que ameniza a marca da pobreza elaborando um sentido de dignidade que compensa moralmente as adversidades impostas pelos baixos salários, pelo trabalho instável e pelo desemprego periódico (Telles, 2001).

O trabalho é outra categoria central de entendimento das mulheres pesquisadas, é através da condição de trabalhadoras que são, geralmente, intituladas provedoras econômicas de suas famílias ou chefes de família. Ressalta-se, porém, que não necessariamente os rendimentos que lhes garante a provisão da família advém do trabalho, podendo ser provenientes de pensões, auxílios assistenciais do governo. No caso específico desse trabalho tomou-se como referência às provedoras econômicas que trabalhavam.

Nas próximas sessões se discutirá a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro com o objetivo de situar as mulheres chefes de família enquanto trabalhadoras no mercado, a representação desse trabalho como valor moral no contexto das camadas pobres onde estão inseridas e a significação do que representa a condição vivida de provedoras econômicas ou chefes de família no referido contexto social do qual fazem parte.

2.2 Retratando a situação das mulheres pobres no mercado de trabalho brasileiro

Os estudos, em geral, vêm mostrando que as mudanças sociais de maior destaque, observadas nas duas últimas décadas, estão diretamente vinculadas às mulheres, (Castells, 1999; Giddens, 1999; Bruschini, 2000; Borges e Guimarães, 2000;

Berquó, 2002; Butto, 1998; Carvalho, 1998). O ingresso dessas no mercado de trabalho tem sido apontado como um dos fatores proporcionadores dessas mudanças que se dão no contexto familiar e na condição feminina perante a sociedade⁴².

O trabalho foi considerado, principalmente pelo feminismo de cunho mais liberal, um potencial transformador para a emancipação das mulheres, que considerava estar a raiz da subordinação feminina na sua exclusão do mundo produtivo (Bruschini, 1998; Sarti, 1985; Cruz, 1996). Representava uma forma de enfrentamento feminino diante do mundo externo e a aquisição de novas formas de sociabilidade que lhes proporcionaria aprendizados, informações e mudanças dentro e fora da esfera familiar (Oliveira, 1992; Sarti, 1997), ou um indicativo de fortalecimento da sua “voz ativa” e da “condição de agentes” por meio da independência e do ganho de poder (Sen, 2000).

No decorrer das últimas décadas, é crescente e progressiva a participação feminina no mercado de trabalho. A mão de obra feminina atinge mais de 40% da força de trabalho. Pesquisas sobre a América Latina dão conta que no período de 1960/1990 o número de mulheres economicamente ativas triplicou enquanto que para os homens duplicou, destacando-se a participação das mulheres mais pobres, cuja incorporação ao mercado de trabalho foi mais intensa que aquela registrada para o conjunto da força de trabalho feminina. (Abramo, 2000; Antunes, 2001; Bruschini & Lombardi, 2003).

O crescimento da participação feminina no mercado brasileiro é apontado como uma das mais importantes mudanças que ocorreram no país desde os anos 70⁴³,

⁴² Jelin (1994) destaca o crescimento das mulheres na força de trabalho como um fator ligado ao aumento das separações, visto que acaba favorecendo certa autonomia econômica favorecendo a quebra de vínculos afetivos conflituosos ou não mais satisfatórios. A dependência econômica feminina implicaria o reforço da manutenção dessas relações matrimoniais e nos casos de separação a possibilidade de uma vitimização ainda maior.

⁴³ Leone (2000) mostra que a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro intensificou-se a partir da década de 70, período de expansão econômica, acelerada industrialização e urbanização.

estando essa relacionada a diversos fatores que inclui necessidades econômicas, transformações demográficas, culturais e sociais. As mudanças no papel social das mulheres impulsionado pelos movimentos feministas e a presença constante dessas nos espaços públicos, junto a queda na fecundidade, redução do tamanho das famílias, expansão da escolaridade e aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, foram primordiais para esse crescimento (Bruschini & Lombardi, 2003; 2000).

Embora essa participação seja considerada, em geral, uma revolução feminina, os estudos, também, revelam o seu paradoxo, ou seja, a presença de desigualdades e discriminações ao atestarem, por exemplo, que tal participação não foi acompanhada de uma diminuição das desigualdades profissionais entre os gêneros. A grande parte dos empregos femininos está concentrada em alguns setores de atividades, na sua maioria consideradas femininas⁴⁴, como se constatou com as mulheres aqui analisadas. Os processos de modernização tecnológica e organizacional não abriram oportunidades de acesso a novas profissões, ocupações, trabalhos melhor remunerados e hierarquicamente mais altos para as mulheres (Abramo, 2000; Hirata, 2002).

O perfil geral da mão de obra feminina no mercado de trabalho brasileiro, onde estão inclusas as chefes de família, indica a presença de um contingente de trabalhadoras composto por mulheres mais velhas, casadas e com filhos. O trabalho é marcado pela precarização, predominando as atividades informais concentradas na área de prestação de serviços, destacando-se o trabalho doméstico, reduto do trabalho feminino, principalmente quando se trata das mulheres mais pobres e menos

Prosseguiu na década de 80, mesmo com a estagnação econômica e deterioração das oportunidades de ocupação, e continuou na década de 90, período de intensa abertura econômica.

⁴⁴ Alvim & Leite Lopes (1990) em um estudo sobre as famílias operárias da Companhia Têxtil de Paulista mostraram a presença dessa dicotomização entre atividades masculinas e femininas na fábrica. Mostraram, ainda, que a cultura operária de fábrica era marcadamente masculina expressa em torno da virilidade, esperteza e da coragem. A participação feminina era marcada pela discricção, não enfrentamento e solidariedade, visto que a cultura profissional das operárias situava-se na mediação entre a fábrica e a família.

escolarizadas, como os casos aqui investigados (Bruschini & Lombardi, 2003, 2000, 1994; Antunes, 2001; Lavinias, 1996).

Persistem as desigualdades salariais de gênero no mercado de trabalho, as mulheres continuam ganhando salários inferiores aos homens em todos os países latino-americanos. Mesmo quando ocupam a mesma função e possuem o mesmo nível de escolaridade as mulheres ganham menos. O mesmo ocorre no que diz respeito aos direitos e condições de trabalho marcado, geralmente, pela ausência de contratos e de proteção social, e pela presença de subcontratos e trabalho por conta própria, também constatados nesta pesquisa (Abramo, 2000; Bruschini & Lombardi, 2003, 2000; 1994; Antunes, 2001, Hirata, 2001; Strey, 1997).

Em relação às desigualdades salariais e ocupacionais de gênero⁴⁵, algumas argumentações tentam explicar tal desvantagem feminina no mercado de trabalho associando a fatores que estão relacionados ao menor número de horas trabalhadas, o tipo de vínculo de trabalho, posição na ocupação e a falta de preparo para desempenhar funções mais qualificadas (Brumer, 1988)⁴⁶. Tais argumentações são rejeitadas por estudiosas como Bruschini (2000) que mostra através de resultados de pesquisas que elas não se sustentam.

Segundo Sarti (1997), com a qual se concorda, essas desigualdades são referendadas numa lógica familiar pautada na hierarquia de gênero, o que significa dizer que a disponibilidade dos componentes da família para o mercado de trabalho está associada às relações e atribuições de gênero implantadas nas relações familiares

⁴⁵ As desigualdades de gênero no mercado de trabalho impulsionaram as feministas a reivindicarem a equidade de direitos no mercado de trabalho através de duas correntes: uma que defendia a eliminação de qualquer diferenciação, inclusive das leis de proteção ao trabalho feminino, visto que essas reforçavam a sua discriminação, e a outra que reivindicava a necessidade das leis contemplarem as diferenças, considerando a questão da maternidade (Sarti, 1997).

⁴⁶ Para maiores detalhes sobre algumas dessas explicações ver Brumer (1988) que analisa teoricamente, através das explicações que se encaminham pelo campo econômico e da cultura, as razões de inferioridade das mulheres brasileiras no mercado de trabalho.

que, por sua vez, acaba definindo as possibilidades de inserção em determinadas atividades remuneradas. Nesse sentido, homens e mulheres sofrem de forma diferenciada os efeitos do processo de precarização. Os homens são mais afetados pela perda de emprego e pelas dificuldades em obter empregos equivalentes aos que tinham anteriormente, já as mulheres são mais afetadas pela precarização, no que diz respeito à oferta de possibilidades no mercado (Montali, 2004).

O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho está, também, associada à deterioração das condições de trabalho, fragilizadas pelo processo de flexibilização e fragmentação do mercado, via reestruturação produtiva, o que tem resultado num aumento do desemprego e trabalho precarizado acentuando, dessa forma, as desigualdades e exclusão social⁴⁷. Diante desse contexto de instabilidades, crise econômica, modernização tecnológica e aumento do nível de pobreza, a sobrevivência familiar depende cada vez mais de um esforço coletivo de trabalho, que acaba impulsionando mulheres, crianças e velhos ao mercado de trabalho (Hirata, 2002; Montali, 1998; Telles, 2001; Antunes, 2001; Haraway, 2000).

Como consequência dessa situação de precarização e desemprego, as pesquisas têm evidenciado, nessas duas últimas décadas, o crescimento da participação da cônjuge na renda familiar e o decréscimo da participação dos chefes masculinos mostrando, inclusive, que o empobrecimento generalizado das famílias brasileiras, nos anos 80, são não foi maior devido à contribuição das mulheres (mães, esposas) para a renda familiar possibilitando, em parte, a recomposição da perda de renda dos maridos,

⁴⁷ Destaca-se aqui o trabalho de Montali (2004) que evidencia os efeitos da reestruturação produtiva e do desemprego na família através de rearranjos de inserção dos seus componentes no mercado de trabalho, mostrando como a precarização do trabalho e o desemprego fragilizam as formas encontradas pelas famílias para garantir a própria sobrevivência.

tendência que continuou crescendo nos anos 90 (Leone, 2000; Jatobá, 1990; Montali, 2004).

Apesar do expressivo aumento do trabalho das cônjuges na renda familiar, algumas permanências continuam dificultando a dedicação delas ao trabalho, considerando que continuam sendo responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados dos filhos. A presença de filhos pequenos é outro dificultador do seu ingresso ou permanência no mercado de trabalho, principalmente, se os rendimentos forem insuficientes para arcar com as despesas e outros para cuidar dos filhos (Bruschini & Lombardi, 2003; Bruschini, 2000, 1994a). Entretanto, quando o trabalho feminino significa a principal ou única fonte de sobrevivência familiar, no caso das famílias mais pobres e chefiadas por mulheres sem cônjuge, os cuidados maternos ficam ao encargo das redes de parentesco ou vizinhança.

2.3 A relação trabalho-família no universo moral das mulheres pobres

A participação feminina no mercado de trabalho brasileiro não teve a mesma influência para todas as mulheres. O trabalho remunerado implicou em mudanças diferentes no modo de vida das mulheres das camadas médias se comparada às mulheres de camadas pobres. As primeiras possuíam maiores níveis de escolaridade e especialização profissional e sua participação constituía-se muito mais como uma questão de emancipação e atualização de bens de consumo do que, propriamente, a sobrevivência, como ocorria com as mulheres pobres. (Sarti, 1997; Hobsbawn, 1995; Vaistman, 1997; Jelin, 1995).

A participação das mulheres mais pobres, sem acesso à educação de nível médio e superior, no mercado de trabalho as manteve nas mesmas condições

estruturais, além do que essa participação não se configurou como uma situação inusitada em suas vidas, pois o trabalho sempre fez parte das obrigações e sobrevivência familiar (Sarti, 1997, 1997a).

Nas camadas mais pobres da população brasileira, a exemplo das áreas faveladas aqui investigadas, as mulheres, geralmente, ingressam no mercado de trabalho desde a infância. Sem escolhas e recusas são apresentadas ao trabalho desde cedo com o objetivo de ajudar na sobrevivência familiar ou suprir a própria situação cotidiana de fome e necessidades básicas, o que acaba caracterizando, na maioria das vezes, uma situação de trabalho infantil. Esse ingresso ao mundo do trabalho permanece, praticamente, durante todo o percurso de vida, seja na condição de crianças, jovens, adultas, solteiras, cônjuges ou chefe de família (compartilhando a renda familiar ou a constituindo integralmente)⁴⁸.

A possibilidade de uma maior autonomia através do trabalho remunerado é, de certa forma, dificultada não só pelo baixo nível de escolaridade e qualificação profissional, mas por sofrerem com mais intensidade os efeitos do desemprego, a perda de conquistas trabalhistas e a sobrecarga de trabalho. A limitação de uma maior expansão da autonomia, ainda, está associada às relações de obrigação moral representadas por uma rede de ajuda e dependência familiar (Sarti, 1997).

A identidade de trabalhadoras se imbrica com a de pobre, sendo essas as categorias essenciais para sua localização e percepção no mundo social. Junto à noção negativa de ser pobre está a noção positiva de ser trabalhadora. Ao tempo que se localizam como pobres na estrutura social, se localizam como ricas de espírito, visto

⁴⁸ Nas camadas mais abastadas, a questão é menos de sobrevivência e mais de acompanhamento das mudanças sociais decorrentes do acesso a um número crescente de bens e serviços de consumo para o bem-estar da família (Leone, 2000).

que possuem os valores morais que as permitem levantar-se das quedas ou obstáculos do mundo social através do trabalho.

Sendo assim, o valor moral do trabalho, constituído dentro de um referencial simbólico acaba reparando as desigualdades sociais vividas. Definindo-se, portanto, não só a partir de uma lógica de rendimento ou “cálculo econômico”, mas também de “benefício moral”. O trabalho é, dessa forma, um elemento viabilizador da vida familiar, se configurando menos como uma atividade para si e mais como uma atividade em prol do grupo familiar.

Para os homens ele significa uma afirmação de virilidade e o cumprimento do papel de provedor econômico da família⁴⁹. Mas ser um trabalhador não é condição suficiente para ser um bom provedor ou um bom marido, haja vista que para sê-lo há uma requisição de que o dinheiro do trabalho seja utilizado integralmente para o sustento da casa e a criação dos filhos, como se pôde verificar nos dados desta pesquisa.

Nesse sentido, o jogo e a bebida são elementos rejeitados por funcionarem como uma espécie de desvio da provisão econômica da família, passando a ser “aceitos” nos casos em que a manutenção da casa e da família é realizada, como comprovou Sarti (1996) em seu estudo e, também, comprovado nesta pesquisa. Ressalta-se, ainda, a traição como um desses elementos que são “suportados” ou, pelo menos, toma proporções menores quando a manutenção econômica da família não é comprometida.

⁴⁹ Zaluar (1994) mostra que nas representações populares o trabalhador constrói uma noção de trabalho honesto pautada no valor moral da ética do provedor que busca incessantemente basear a vida no trabalho regular e na família organizada.

No que se refere ao trabalho feminino, há que se destacar as modalidades do trabalho doméstico e remunerado⁵⁰. O primeiro está associado à idéia de “trabalhar para os outros” da família, como diz Sarti (1997), o que vai dar sentido à identificação feminina exercendo-se, também, como forma de poder e domínio no espaço doméstico, onde possuem certa autonomia, decidem, fazem e administram, ao seu modo, as coisas relativas a casa e aos membros que dela participam (Scott, 1990).

Por trás desse trabalho subsistem valores morais que são importantes para as mulheres nesse contexto social em que têm que provar e fazer reconhecer a si próprias e à sociedade o próprio respeito, mediante um contexto de vida marcado pela pobreza e precarização que as fazem ficar a mercê das circunstâncias da vida, onde a miséria é, muitas vezes, percebida como fatalidade, incapacidade e fracasso (Bourdieu, 1998), sendo a sua superação alcançada através do trabalho e da família unida, da casa limpa e boa aparência, símbolos indicadores de uma vida digna e honesta, apesar de pobre (Telles, 2001). Mas o sentido da limpeza ultrapassa o próprio corpo e a casa para estar presente no caráter, como demonstra esse líder comunitário ao dizer:

Ser pobre é uma coisa, ser relaxado é outra. Tem o pobre de espírito que é esse relaxado. Mesmo o pobre sabendo que é pobre ele não deve ser relaxado, não deve se entregar, aonde ele estiver ele deve se manter limpo. Porque ser limpo é uma construção da vida. Uma pessoa simples deve sempre se manter limpo. Agora o pobre deve cuidar também da limpeza da casa e das coisas comunitárias, não destruir, preservar. Aqui tem muita gente que é ignorante faz é destruir. Pronto, essas canaletas que eles reclamam, eles mesmo são os primeiros a quebrar, a destampar a pulso.

Mas o fato de encontrar na família, muitas vezes, a liberdade que lhes é negada no trabalho e na relação com as outras camadas sociais não significa constituí-la como paraíso ou sinônimo de paz e tranquilidade, pois é, também, um espaço de conflitos,

⁵⁰ Há que se ressaltar que não somente o trabalho doméstico (tarefas domésticas) é realizado na esfera doméstica, o trabalho a domicílio também, diferenciando-se do primeiro pelo fato de ser remunerado. Muitas mulheres chefes de família, aqui analisadas, executam o trabalho a domicílio. Sobre esse assunto ver os estudos de Silva (1979); Lavinas & Sorj (2000); Abreu & Sorj (1993).

onde as tensões, conseqüências, muitas vezes, das crises econômicas e desigualdades sociais, causam autoritarismo e violência entre os membros da família, especialmente na relação entre homens e mulheres (Cravo & Carvalho, 1988; Neves, 1984).

O trabalho feminino remunerado tem um papel fundamental nas famílias pobres. As mulheres, nesse contexto social, enfrentam a vida trabalhando desde a infância, como foi verificado com as mulheres aqui investigadas, seja complementando a renda familiar ou a compondo integralmente. Quando da constituição da família de procriação, costumam freqüentemente dividir com os filhos as entradas e saídas do mercado de trabalho para suprir as crises financeiras instauradas na família diante da situação de pobreza e precarização (Leone, 2000; Montali, 2004). No contexto familiar, tal trabalho faz parte da lógica de obrigações familiares sem necessariamente romper com seus preceitos e nem se constituir obrigatoriamente como afirmação individual (Sarti, 1997).

A sua representação simbólica, ainda, pode ser vista em relação à ausência ou presença masculina no domicílio. Quando da sua ausência, o trabalho feminino significa não só a viabilidade de provisão econômica da família, mas uma afirmação de coragem e dignidade feminina, uma espécie de reparação da condição de mulher sozinha, uma forma de reaver o amor próprio e o respeito perante os outros, visto que o papel feminino na casa encontra-se, tradicionalmente, sustentado numa estrutura familiar onde o homem se torna importante para validar a concepção de família enquanto ordem moral onde representa a autoridade e respeito na intermediação entre a casa e a rua, tornando a sua presença necessária, mesmo quando não provê a família.

Nesse sentido, concorda-se com Neves (1984) ao dizer que os arranjos monoparentais não significam a negação da necessidade de maridos ou que o seu sistema de organização se dê como renúncia ao casamento, pois sempre há o desejo,

por parte das mulheres, sobretudo as investigadas neste estudo, de ter um marido para compartilhar ou proporcionar a manutenção da família ou ter um descanso temporário em sua trajetória solitária de trabalho e responsabilidades familiares, como diz essa entrevistada:

Só trabalhando, só trabalhando, tem uma hora que a gente cansa, sabia? A minha vida todinha, a minha infância todinha, foi trabalhando, entendeu. Aí tem hora que eu digo assim, meu Deus do céu coloca uma pessoa na minha vida, um velho, seja lá o que for (risos), que me dê o que eu preciso, porque se só for pra ficar comigo e não me dá comida, também, não quero. Mas sei lá, eu acho que eu não acostumava não, depois que a gente tá acostumada a ter o da gente, mas eu tenho vontade de arranjar um companheiro, sabe, porque, é assim, eu aqui não tenho família nenhuma, entendeu, então, se eu não trabalhar ninguém vai me dar (Elis, 38 anos).

Quando da presença masculina no domicílio, o trabalho feminino pode representar tanto uma complementação da renda familiar, caso o cônjuge trabalhe - uma situação que acaba, por vezes, ocultando a real condição feminina de provedoras - quanto pode representar uma desmoralização e humilhação masculina pelo não cumprimento do papel de provedor, casos em que os companheiros além de não trabalharem, não se esforçam para tal, “faz corpo mole”, como se pôde observar nos discursos de algumas entrevistadas. Situação que se torna ainda mais caótica quando esses possuem vícios (Neves, 1984; Sarti, 1996).

A mulher tem, assim, um papel preponderante na “produção física e ideológica” do marido trabalhador, requerendo em prol da manutenção da família uma doação total desse ao trabalho. Por outro lado, é sobre ela que recai as insatisfações e revolta das desigualdades sociais presentes na sua condição de trabalhador explorado e precarizado no mercado, da sua inutilidade pela situação de desempregado e não provedor no contexto familiar. Tais insatisfações estão, muitas vezes, refletidas nas freqüentes discussões e até violência física movida pelos companheiros, geralmente, sob o estado de embriaguez, como se pôde observar nos dados de campo dessa

pesquisa, também, encontrado por Neves (1984) em seu estudo sobre famílias de baixa renda em Nitéroi.

Embora a situação das mulheres pobres seja desfavorável no mercado de trabalho, considerando a baixa qualificação, remuneração, ocupações e sobrecarga (doméstico/remunerado) que tornam o trabalho remunerado pouco gratificante, esse é recompensado pelo que pode proporcionar a família, principalmente aos filhos, e em menor proporção a si próprias, o que faz com que o significado do seu trabalho remunerado seja mediado pelo seu papel de mãe e dona-de-casa (Sarti, 1997; Montali, 2004; Salém, 1981; Bruschini & Lombardi, 2003).

2.4 Mulheres trabalhadoras na manutenção familiar: discutindo a chefia feminina

O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho traz à tona uma situação, também, crescente que é a mudança de gênero na manutenção econômica da família, trata-se da chefia feminina, um dos fenômenos que mais cresce na América Latina (Berquó, 2002; Goldani, 1993; Carvalho, 1998a). O crescimento desses tipos de arranjos familiares coloca não só em questão a idéia de que as mulheres constituem uma força de trabalho secundária, mas o fato de que esse crescimento além de significar autonomia ou emancipação feminina pode representar também, indicativo de pobreza no contexto familiar em determinadas camadas sociais.

Mas o que, de fato, significa chefia feminina?⁵¹ A terminologia chefia familiar ou domiciliar no Brasil⁵² indica a provisão econômica da família ou do domicílio. No

⁵¹ Outros termos equivalentes são, comumente, utilizados como chefia domiciliar feminina, mulheres chefes de família ou mulheres responsáveis pelos domicílios.

⁵² Segundo Carvalho (1998a), existe uma diversidade de significados que inclui os termos chefia domiciliar e domicílio. Em alguns países essa chefia é definida a partir do reconhecimento dos membros do domicílio, em outros é indicada a partir da provisão econômica, como no Brasil. O mesmo acontece com o termo domicílio, em alguns países o termo significa compartilhamento e provisão de trabalho

caso específico a que se está fazendo alusão trata-se da provisão econômica feminina junto à família (Carvalho, 1998a). No entanto, o seu significado remete a bem mais do que a provisão econômica. Scott (2001a) chama atenção à associação entre o termo chefia e poder, alegando que a própria idéia de chefia singulariza, separa e reifica diferenças de poder. Reforça a autoridade de um membro sobre os outros na família, promove a noção de uma desigualdade duradoura que, muitas vezes, dissimula a complementaridade que, também, coexiste na situação de chefia⁵³.

O referido termo tem sido empregado, tradicionalmente, como negação do padrão dominante que é a chefia masculina. Desenvolvido por demógrafos e historiadores que lidavam com pesquisas censitárias o termo passou a designar a unidade residencial composta de uma mulher sem companheiro e com filhos, ou seja, os domicílios em que havia a ausência masculina, como no caso das mulheres separadas, viúvas e mães solteiras (Carvalho, 1998a, 1998b; Hita-Dussel, 2004; Fonseca, 1987a).

O conceito é, em si, complexo e envolve uma gama de outras variáveis e condicionantes, a exemplo de questões relativas a conjugalidade, responsabilidade e autoridade familiar, propriedade do domicílio, provisão econômica e relações de poder. Tomar conhecimento desses e outros fatores que envolvem o termo torna-se fundamental não só pelo conhecimento da pluralidade de elementos que compõem esses arranjos familiares, mas pela possibilidade de um fornecimento mais preciso e amplo de subsídios que venham auxiliar no planejamento e execução de políticas públicas dirigidas a essas famílias.

doméstico associado a uma unidade residencial, em outros significa apenas a unidade residencial, como no caso do Brasil.

⁵³ O que, de certa forma, remete à própria origem do termo “chefia familiar” empregado, desde a sua origem para nomear o poder do homem mais velho sobre os demais membros do domicílio trazendo embutido o pressuposto da dependência econômica feminina ao provedor masculino e a existência de famílias conjugais como a referência do domicílio (Carvalho, 1998a).

O estabelecimento da figura masculina como principal provedor econômico do domicílio contribuiu, ao longo do tempo, não só para a desvalorização e o ocultamento da contribuição econômica e poder feminino na família, mas para impor um padrão de autoridade e responsabilidade econômica familiar que nem sempre confere com a realidade. Disso resulta ser comum em domicílios onde há ausência dos companheiros, se ver o filho mais velho ou outro homem adulto da parentela ser considerado o chefe ou o que responde pela autoridade e respeito moral da família. Como, também, é freqüente não considerar a mulher como chefe da família quando há a presença masculina no domicílio, mesmo que ela seja, de fato, a provedora econômica, situação que, muitas vezes, recebe a corroboração feminina.

A referência tradicional de família vista a partir da conjugalidade, nuclearidade e provisão masculina tornou-se, então, problemática visto que nem as famílias e nem os domicílios são necessariamente conjugais, nucleares e nem mantidos por homens. Podem ser chefiados por uma ou mais pessoas de sexos iguais ou diferentes, não ter chefia e, ainda, podem conter uma ou mais famílias no mesmo domicílio, considerando aí parentes e não parentes (1998b). A forma tradicional de família, assim, como a subestimação das atividades econômicas femininas que estiveram e, de certa forma, ainda estão presentes nas estatísticas oficiais dos recenseamentos brasileiros tem sido motivo de críticas freqüentes por parte dos estudiosos da área de família e gênero (Barroso, 1978; Bruschini, 1998).

Algumas questões se mostram importantes, em relação ao desvelamento do conceito de chefia feminina, trata-se daquelas relacionadas à própria delimitação da unidade de análise que pode ser mais restrita ou mais ampla, ou seja, referir-se ao domicílio ou a família, pode englobar aspectos econômicos e/ou simbólicos, um só modelo ou uma combinação de modelos familiares, uma ou várias chefias num mesmo

domicílio (Carvalho, 1998a, 1998b). Em outros termos, a referência a ser tomada como tradução da chefia pode considerar o grupo doméstico ou a família⁵⁴, pode referir-se à provisão econômica ou relações de poder no núcleo familiar ou ambos.

Nesse sentido, deve-se levar em consideração na identificação e estudo da chefia à heterogeneidade de arranjos familiares que a compõe, incluindo as famílias homossexuais e unipessoais, a presença masculina no domicílio, mas provisão econômica feminina, e a diversidade dos membros na contribuição da renda familiar. Desconsiderar esses fatores faz com que os domicílios chefiados por mulheres, respectivamente, sejam percebidos somente a partir dos arranjos monoparentais; não sejam concebidos como domicílios chefiados por mulheres devido à presença masculina; e sejam percebidos a partir de um único provedor, o que nem sempre acontece, principalmente, nas camadas populares.

A propriedade da casa e a autoridade familiar são alguns dos elementos que podem, também, envolver a noção de chefia. Woortmann (1987; 2002) em seu estudo sobre pobres urbanos em Salvador mostrou que a noção de chefia é variável e oscilante. Ela pode ser masculina ou feminina dependendo da situação de cada arranjo familiar em relação à autoridade no domicílio, propriedade da casa, responsabilidades com os filhos, ou provisão econômica, podendo sua identificação se dá através de um ou mais desses fatores.

O fator autoridade faz lembrar aqui a questão do poder na distinção entre chefia feminina e matrifocalidade. Como ressalta Carvalho (1998a: 23), o conceito de chefia “não significa necessariamente uma centralidade cultural, estrutural ou afetiva da mãe ou esposa” como sugerido nos estudos de matrifocalidade. Apesar de ambos estarem

⁵⁴ Grupo doméstico ou Household refere-se ao grupo de residência e consumo, podendo esse conter parentes, não parentes e agregados. Família tem um sentido mais amplo, pode englobar grupo doméstico, mas não se restringe somente a este (Segalen, 1993).

relacionados, geralmente, à ausência masculina, a matrifocalidade tem como centralidade o poder feminino sobre o grupo doméstico, o que não necessariamente acontece nos casos de chefia feminina⁵⁵.

Concebendo a chefia feminina como uma condição fluída⁵⁶ e não essencialmente relacionada ao ganho de poder feminino está, também, Fonseca (1987a; 1987b)⁵⁷, que analisando o poder feminino em uma comunidade porto-alegrense de baixa renda, mostrou que as unidades domésticas formadas por mulheres sem companheiros faziam parte de um sistema familiar onde a condição feminina de chefes de família oscilava entre um status conjugal, onde a sua autoridade é subordinada à do marido, e um status consangüíneo, onde sua autoridade é complementar à dos homens da família. Salem (1981), também, mostrou a dificuldade de mulheres faveladas no morro da Rocinha, no Rio de Janeiro, conviverem sem a intermediação da figura masculina, apesar do bravo enfrentamento da luta cotidiana com os filhos.

O crescimento desse fenômeno que é a chefia feminina inclui razões históricas, econômicas, sociais e culturais que variam conforme as especificidades de cada sociedade, tempo, lugar e extrato social. São diversas as causas que justificam a sua expansão. Dentre algumas das justificativas mais gerais, apontadas pelos estudos sobre a temática, está o processo de urbanização, enfraquecimento do patriarcalismo e modernização das relações familiares, participação feminina no mercado de trabalho, aumento das separações, viuvez, mães solteiras, migração masculina temporária e

⁵⁵ Para maiores detalhes sobre o conceito de matrifocalidade ver Scott (1990).

⁵⁶ Neves (1984), também, destaca a chefia feminina como uma situação provisória, uma forma transitória de distribuições de papéis em virtude das dificuldades de realização das funções masculina na família.

⁵⁷ A autora ressalta que o termo, em si, apenas descreve um tipo de organização residencial, mas que nada diz sobre a sua origem, estrutura ou dinâmica interna.

aumento do nível de pobreza no contexto familiar (Castro, 1990; Macedo, 2001; Carvalho, 1998a, 1998b; Berquó & Oliveira, 1990; Oliveira, 1996; Barroso, 1978).

A relevância de tal questão está não só no fato dessa possibilitar uma explicação da dinâmica social através das relações de gênero e da família, mas de ser um caminho de desvelamento das desigualdades sociais mais amplas, sobretudo, quando se trata das camadas populares. Sendo assim, tal importância está alicerçada não só no crescimento desses arranjos familiares, ao longo do tempo, mas na importância social dos fatores que perpassam a constituição da problemática destacando-se, principalmente, aqueles referentes às desigualdades de gênero presente no mercado de trabalho e na esfera doméstica.

Os estudos, em geral, revelam que a grande parte das mulheres brasileiras chefes de domicílios são pobres, o que pode indicar que a sua participação no mercado de trabalho esteja associada às condições de pobreza e sobrevivência familiar. Mostram, ainda, que a situação dessas mulheres como trabalhadoras no mercado, igualmente àquela descrita aqui para as trabalhadoras brasileiras, se inscrevem num quadro de precarização, baixos níveis de escolaridade e sobrecarga de trabalho no cotidiano doméstico (Berquó, 2002; Berquó & Oliveira, 1990; Berquó & Oliveira & Cavenaghi, 1990; Castro, 1990; Goldani, 1994; Carvalho, 1998a; Scott, 2001a; Barroso, 1978; Neupert, 1988; Oliveira, 1992, 1996; Carvalho & Cravo, 1988).

Um levantamento bibliográfico recente realizado sobre a temática (Scott, 2002a)⁵⁸, mostrou que as condições de vida das mulheres chefes de família nas camadas pobres é, sobretudo, de precariedades e precarização, acentuando-se tal

⁵⁸ O referido levantamento realizado para a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD, em 2002, e apresentado no pré-evento do XIII Encontro Nacional do Desenvolvimento sob a coordenação do Prof. Parry Scott, da UFPE. Participei da execução desse trabalho juntamente com a socióloga Marilyn Sena. A seleção incluiu as produções da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, a partir dos seus Encontros Nacionais e Revista Periódica de Estudos de População.

situação conforme a raça, idade, escolaridade e conjugalidade. A pobreza e o trabalho aparecem como os assuntos centrais e recorrentes nos estudos. A discussão sobre pobreza remete, quase sempre, às condições de vulnerabilidade socioeconômica vivida por essas mulheres, seja na situação atual ou na trajetória de vida, destacando as estratégias de sobrevivência utilizadas, dentre elas o trabalho infantil.

O trabalho aparece, geralmente, sob dois enfoques, um associado ao processo de desigualdade de gênero no mercado de trabalho, concentração de atividades e baixos salários e outro associado à divisão sexual do trabalho na esfera privada, referendada pelas atividades domésticas e familiares, gerando para as mulheres sobrecarga de trabalho e posição desfavorável no mercado. Os rendimentos femininos, fruto de uma ou mais atividades ou ocupações, aparecem como a renda majoritária ou integral da família acompanhada, paralelamente, da discussão sobre a situação de desemprego ou subemprego dos maridos e filhos.

A situação de precarização do trabalho, apontada nos estudos, e atribuída, geralmente, às transformações ocorridas na economia e na esfera do trabalho, aparece associada ao crescimento da pobreza, do desemprego e diminuição de oportunidades de melhores empregos e salários diante das novas exigências do atual mercado que, segundo Pochmann (2001), requer indispensavelmente um aumento do nível educacional do trabalhador. Educação que, no caso específico das mulheres, não só lhes favorece melhores ocupações e condições de trabalho, mas também melhores níveis de conscientização da sua condição de mulher na sociedade. No entanto, a realidade apontada pelos estudos sobre chefia feminina em camadas pobres, incluindo esta pesquisa, mostra um quadro de baixos níveis educacionais, baixa qualificação e especialização.

O perfil demográfico da chefia feminina no Brasil ajuda a evidenciar melhor o quadro geral de desigualdades sociais e de gênero em que estão inseridas essas famílias. Trata-se de um fenômeno crescente no país como um todo. Nos últimos trinta anos, praticamente, dobrou o número de domicílios chefiados por mulheres. Constitui-se como sendo tipicamente urbano⁵⁹, a maioria do tipo monoparental⁶⁰, destacando-se nessas as mulheres mais jovens, separadas, negras, mais pobres e com baixo grau de escolaridade. Revelam, também, os estudos que há uma grande proporção de mulheres chefiando a casa, mesmo na presença dos maridos ou companheiros (Berquó, 2002).

Em relação à situação educacional dessas mulheres, dados do censo do IBGE de 2000 indicam que apesar de ter apresentado melhorias no decorrer do período de 1991/2000, com o declínio nas taxas de analfabetismo (de 31,3%, em 1991, passou para 20,5%, em 2000) e aumento regular da escolaridade em todas as faixas etárias (a proporção de alfabetizadas passou de 80,6%, em 1991, para 87,5%, em 2000) o contingente de mulheres responsáveis pelos domicílios no nordeste apresenta os piores indicadores educacionais, uma evidência, também, das desigualdades regionais no país. Nas Regiões e Estados mais desenvolvidos os níveis educacionais das referidas mulheres são mais elevados (IBGE, 2002)⁶¹.

Essas desigualdades regionais, ainda, podem ser vistas no tocante aos rendimentos⁶². O nordeste possui o mais baixo índice entre as regiões, pouco mais da metade do rendimento médio da região sudeste. As capitais do nordeste, também,

⁵⁹ 91,4% dos domicílios com responsáveis do sexo feminino encontram-se em áreas urbanas e apenas 8,6% estão em áreas rurais (IBGE, 2002).

⁶⁰ O crescimento do modelo monoparental é mais evidente no estágio inicial da trajetória familiar. Em Recife, quase um terço das crianças na primeira infância vivem em domicílios de responsabilidade feminina (IBGE, 2002).

⁶¹ A Região Sul se destaca com a maior proporção de mulheres chefes alfabetizadas do país, com 92,4% contra 77,7% das mulheres do Nordeste. A proporção de não-alfabetizadas nesta região é de 22,3%, representando 57% do total das analfabetas brasileiras (IBGE, 2002).

⁶² O rendimento médio nacional corresponde a 3,9 salários mínimos.

possuem rendimentos médios mensais inferiores às capitais do Sul e Sudeste. Além das desigualdades regionais entre os rendimentos femininos há, ainda, as desigualdades nacionais dos rendimentos entre os gêneros. Em geral, as mulheres responsáveis pelos domicílios no país continuam com os rendimentos inferiores aos dos homens na mesma situação, correspondendo a 71,5% do valor destes (IBGE, 2002)⁶³.

Em relação ao seu crescimento na América Latina e, especificamente, nas camadas mais pobres de países como o Brasil, vários estudos têm associado à questão da chefia feminina ao processo de reestruturação da economia, alegando que este provocou o declínio dos rendimentos masculinos, aumento do desemprego estrutural e do nível de pobreza no contexto familiar gerando, muitas vezes, o abandono da família por parte dos homens em busca de trabalho, ou desavenças e rupturas nos relacionamentos conjugais ocasionando, conseqüentemente, a responsabilidade feminina pela manutenção da família (Castro, 1990; Barroso, 1978; Carvalho, 1998b; Macedo, 2001; Goldani, 1994b; Scott, 1990).

Algumas autoras chegam a atribuir o aparecimento de arranjos familiares matrifocais e a rotatividade de parceiros, no contexto social de pobreza, ao desemprego estrutural e a falta de qualificação, alegando que as formas alternativas de arranjos familiares como esses, antes de representar uma contestação ao modelo tradicional de família, resulta das condições socioeconômicas desfavoráveis e não de um projeto revolucionário da organização familiar ou relações mais igualitárias entre os sexos (Carvalho & Cravo, 1988; Neves, 1984).

⁶³ O IBGE (2002), no entanto, atesta que essa diferença entre os rendimentos masculinos e femininos tem diminuído no período de 1991/2000.

A justificativa que relaciona o crescimento da chefia feminina aos efeitos da recessão econômica brasileira dos anos 80, sofrida pelas famílias mais pobres, ganha força através dos estudos que mostram que o maior impacto de recessão e desemprego incidiu nas áreas metropolitanas e nas atividades de predomínio da mão de obra masculina, áreas onde foi evidenciado um maior crescimento das famílias chefiadas por mulheres (Carvalho, 1998b; Bruschini, 1995; Seade, 1994). Os estudos de Montali (2004) e Hirata & Humphrey (1989) mostram bem os efeitos diferenciados da reestruturação produtiva e do desemprego para homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

A problemática social que envolve a questão da chefia feminina remete, substancialmente, ao fato do seu crescimento acontecer entre os grupos mais pobres e serem esses os mais vulneráveis aos contextos de recessão econômica e implantação de programas de ajustes econômicos (Carvalho, 1998a). Alguns fatores como o acentuado processo de precarização do trabalho feminino, as desigualdades de gênero sofrida no mercado de trabalho e, ainda, à permanência da forma tradicional da divisão sexual do trabalho na família, são apontados, também, como indicativos de vulnerabilidade desses tipos de arranjos familiares.

A situação acentuada de pobreza nessas famílias chefiadas por mulheres faz surgir estratégias de reversão do desemprego no interior dessas, a exemplo do trabalho infantil (Vivarta, 2003), realidade encontrada no contexto familiar de origem e de procriação das mulheres em estudo. A fragilidade econômica das referidas famílias, principalmente, aquelas do tipo monoparental está, também, associada à instabilidade ou interrupção feminina no mercado de trabalho devido à gravidez e a maior presença de crianças pequenas e de jovens em relação aos adultos nesses tipos de domicílios (Oliveira, 1992). Outro fator, também, apontado pelos estudos diz respeito à frágil

participação masculina na manutenção familiar ou a ausência desta no domicílio (Carvalho, 1998a).

No entanto, há autoras como Castro (1991) que discorda de ser a ausência masculina o fator responsável pela vulnerabilidade dessas famílias, mas ao fato dessas mulheres pertencerem às camadas pobres, a determinados grupos raciais e a determinadas faixas etárias. Concorde-se com esta autora, visto que a presença masculina no contexto aqui investigado, praticamente, não altera as condições econômicas das famílias chefiadas por mulheres, uma vez que a situação em que se encontram os companheiros das referidas mulheres é de desempregados ou biscateiros esporádicos.

Barros, Fox e Mendonça (1993), em um estudo comparativo sobre a chefia feminina nas áreas metropolitanas de São Paulo, Recife e Porto Alegre, comprovam o predomínio das famílias mantidas por mulheres como as mais pobres dentre os grupos pobres, destacando Recife como a cidade de menores níveis de rendimentos para esses domicílios. Diante das condições de vulnerabilidade que caracterizam grande parte dos arranjos familiares chefiados por mulheres em camadas pobres, alguns estudiosos têm discutido alguns aspectos considerados fundamentais para a elaboração de políticas endereçadas a essas famílias⁶⁴.

Carvalho (1998b) e Scott (2001a) apontam algumas linhas de ação endereçadas a essas famílias que inclui programas de suporte à mulher trabalhadora (creches e acompanhamento extra-escolar dos filhos), participação paterna na manutenção econômica da criança, ações de prevenção e controle da gravidez, programas de geração de renda e trabalho, políticas de ação afirmativa visando diminuir o grau de

⁶⁴ Carvalho (1998b) destaca a necessidade dessas políticas combaterem a divisão tradicional dos papéis sexuais, reconhecer a diversidade de formas familiares e perceber que a situação de vulnerabilidade está associada ao fato de serem mulheres e, também, chefes de família.

precarização no mercado de trabalho, programas de incentivo aos estudos, cuidados com as condições insalubres de habitação, apoio judiciário (guarda dos filhos, pensões, insegurança e violência doméstica).

Numa postura de crítica às análises que priorizam os aspectos econômicos e associam a chefia feminina diretamente a um processo de vitimização e feminização da pobreza encontra-se Macedo (1999), cujo estudo sobre mulheres chefes de família em um bairro do subúrbio ferroviário de Salvador-Ba, priorizou as trajetórias de vida e experiências dessas mulheres refletindo acerca das multideterminações da sua realidade e das suas ações, mostrando que as mesmas não se constituem como um grupo homogêneo vitimizado e passivo às hierarquias sociais de classe, raça, gênero ou geração, mas como protagonistas de situações. O estudo, aqui empreendido, aproxima-se, de certa forma, desse viés analítico no sentido de mostrar as estratégias de sobrevivência e poder feminino num contexto social de pobreza, no entanto não desconhece a presença das desigualdades sociais e de gênero atuando e fazendo parte da vida dessas mulheres chefes de família.

Outro aspecto discutido nos estudos de chefia feminina trata-se das relações de gênero na esfera doméstica. Sobre o assunto as pesquisas, em geral, enfatizam a divisão sexual do trabalho mostrando que o fato de serem provedoras econômicas de suas famílias acoplado ao fato dos maridos estarem desempregados não as isenta do trabalho doméstico, o que acaba provocando uma sobrecarga de trabalho para essas mulheres que passaram a assumir novos papéis sem abandonar os velhos.

O cumprimento dessa dupla jornada de trabalho é viabilizado, geralmente, através do suporte da rede de parentesco e vizinhança com quem são divididos o

trabalho doméstico e o cuidado das crianças⁶⁵. As filhas, geralmente, destacam-se como substitutas ou extensão da mãe na esfera doméstica. Esse quadro geral sobre a divisão sexual do trabalho na esfera doméstica apresentado na literatura, também, se apresenta nos dados da pesquisa aqui empreendida (Carvalho & Cravo, 1988; Fonseca, 1987; Carvalho, 1998a; Macedo, 1999; Neves, 1984).

Observa-se que a limitada participação masculina nas atividades domésticas está relacionada não só à concepção masculina, mas também feminina sobre a dicotomização das esferas e atribuições de gênero, visto que as mulheres, também, corroboram com o status dessa participação, seja por introjetar tal distinção dos papéis gênero, seja pelo desejo de resguardar a esfera doméstica como um espaço ou território de poder feminino (Scott, 1990; Sarti, 1997; Mendes, 2002).

O poder e autonomia feminina são, também, discutidos em relação à situação conjugal dessas mulheres. O casamento é considerado por algumas autoras como Carvalho (1998a), um fator de dificuldade para o estabelecimento de autonomia e independência dessas mulheres⁶⁶, principalmente, se esse acontece de forma mais tradicional, legalizada e com filhos, diferente daquelas mulheres que mantêm relacionamentos instáveis e sem filhos, onde se observa uma maior independência e maior possibilidade de ruptura da relação⁶⁷. As relações conjugais conflituosas são pontos de destaque nas discussões sobre a temática, enfatizando a situação de trabalho feminino frente ao desemprego masculino como um dos motivos das freqüentes desavenças no contexto familiar.

⁶⁵ Neves (1984), em seu estudo, destaca a importância do papel da avó na criação e cuidados dos netos.

⁶⁶ Oliveira (1992) mostra que o casamento, também, pode ser uma afirmação de independência feminina frente às estratégias de sobrevivência da família de origem.

⁶⁷ Para Fonseca (1987), a ausência do companheiro não se concretiza em fator de independência feminina devido a outras dependências que essas mulheres passam a manter em relação às outras figuras masculinas da rede de parentesco.

Situação semelhante foi observada nos dados de campo dessa pesquisa, onde se pôde evidenciar que as mulheres mais velhas, casadas há mais tempo e com filhos, mostravam-se mais resignadas diante de uma relação conflituosa e da falta de provisão masculina, do que as mulheres separadas ou que estavam na segunda ou terceira união conjugal, cujo grau de autonomia e poder de decisão sobre si, sobre a família e os companheiros pareciam ser maiores. Para estas a violência física, a bebida e a traição são fortes determinantes de separações conjugais ou expulsão dos companheiros de casa.

Nos relacionamentos posteriores ao primeiro as mulheres costumam gerar expectativas diferentes em relação aos companheiros e passam a ampliar as suas condições de autonomia, ficando mais espertas, desconfiadas e exigentes (Oliveira, 1992; Carvalho, 1998a). À proporção que os companheiros adentram as suas casas e usufruem os serviços domésticos e sexuais lhes é exigido a retribuição através da manutenção da casa e dos filhos, mesmo sendo esses de uniões anteriores. Quando tal condição é cumprida eles passam a assumir maior controle sobre a família e sobre elas. Quando não cumprida tal condição, a elas são assegurados a autoridade e poder no interior da família. Dessa forma, o poder feminino nessas relações variará conforme a presença efetiva ou não dos companheiros no contexto familiar (Neves, 1984; Scott, 1990).

Se por um lado, à ausência masculina no domicílio pode favorecer uma maior independência e autonomia feminina, por outro lado, tal ausência pode representar desrespeito e insegurança para as mulheres o que, de certa forma, justifica a dificuldade de ruptura da relação conjugal e a permanência da figura masculina no domicílio, mesmo quando não há provisão masculina. Estar separada é estar no alvo de fofocas e discriminações nesse contexto social, como aponta diversos estudos na área

de família em camadas pobres e, também, verificado nos dados desta pesquisa (Carvalho & Cravo, 1988; Neves, 1984; Salem, 1981; Sarti, 1996; Carvalho, 1998a).

A questão da conjugalidade é, também, discutida em relação à capacidade de trabalho e geração de renda feminina. Carvalho (1998a) estudando a chefia feminina em uma comunidade de baixa renda nos arredores de Brasília, mostrou que as mulheres sem cônjuges possuíam melhores inserções no mercado de trabalho e melhores rendimentos do que as mulheres que mantinham relacionamento conjugal mais tradicional, visto que estas tinham pouca participação em networks diversificados e uma menor probabilidade de deslocamento geográfico devido às pressões dos cônjuges em restringi-las à esfera do domicílio e em atividades consideradas femininas, enquanto as outras ajustavam sua vida doméstica às demandas do mercado.

O nível de autonomia e poder feminino são, ainda, analisados a partir da geração de recursos econômicos no contexto familiar. Alguns estudos mostram que o processo de autonomia feminina é, fortemente, influenciado pela possibilidade dessas mulheres gerarem seus próprios rendimentos e o sustento da família, mas não necessariamente acontece por esse motivo específico, tal processo emerge como uma conjugação das experiências, internalizações e percepções dessas mulheres, também, em outras esferas, a exemplo da rede de parentesco e da esfera do trabalho, como alerta Carvalho (1998a).

A discussão dos aspectos centrais de análise contidos nos estudos de chefia feminina, aqui expostos, mostrou a multiplicidade de aspectos que envolvem a questão e as várias determinações dessa realidade experienciada pelas mulheres. Apesar dessa pluralidade observa-se que o encaminhamento geral de grande parte da literatura sobre mulheres chefes de família em camadas pobres enfatiza as condições de vulnerabilidade econômica vivida por essas famílias e às desigualdades de gênero

presentes no mercado de trabalho e na esfera doméstica, nesta última a ênfase recai sobre as práticas tradicionais da divisão sexual do trabalho, sobrecarga de trabalho feminino e autoridade masculina. Em menores proporções são apontados os aspectos referentes ao poder feminino no contexto familiar.

Diante desse quadro geral da literatura sobre chefia posiciona-se aqui, em termos de análise, pela intermediação entre os estudos que enfatizam as condições de vulnerabilidade dessas mulheres, remetendo à situação de pobreza e desigualdade no mercado de trabalho e os estudos que priorizam as relações de gênero na esfera privada, destacando tanto as desigualdades quanto às estratégias de poder e autonomia feminina, entendendo que ambos enfoques são fundamentais para a compreensão e significado da questão em análise.

Em se tratando da chefia feminina em camadas pobres, a exemplo das áreas faveladas e lócus de investigação dessa pesquisa, não se pode desconhecer que a condição de provedoras econômicas da família está atrelada às condições de pobreza, precarização do trabalho e precariedades de vida, o que não significa concebê-las como determinação pura e simples das estruturas sociais, mas admitir que tais estruturas exercem certa influência sobre o que são, onde estão e como estão.

Também não se trata de atribuir a todas as mulheres chefes de família inseridas nesse contexto social as mesmas condições de vida e motivos da provisão familiar, pois embora se possa falar de uma condição geral de pobreza que as unifica, há não só níveis diferenciados de pobreza nesse contexto, mas também percepções, ações e comportamentos diferentes, considerando a própria autonomia e singularidade próprias aos sujeitos. Exatamente por essa razão não se pode considerá-las como um grupo homogêneo em termos absolutos.

Assim como as condições de vulnerabilidades socioeconômicas e o status de trabalhadoras são fundamentais no entendimento da questão, as relações de gênero também o são, visto que a constituição desses sujeitos se dá na relacionalidade entre a esfera pública e privada, o que implica dizer que a condição de trabalhadoras não está desvinculada da vida familiar e vice-versa, ambas fazem parte do mesmo processo social.

No que se refere especificamente às relações de gênero afasta-se das interpretações que as concebe, unicamente, como sinônimo de submissão, tradicionalismo e permanências de práticas e valores, para concebê-las num quadro mais amplo e rico de possibilidades, onde as mudanças se processam em meio as tensões existentes entre práticas tradicionais e modernas que, geralmente, se processam através das estratégias cotidianas na sua forma sutil e indireta.

A chefia feminina é aqui entendida como um processo complexo que se inicia no entendimento do próprio termo e envolve uma pluralidade de aspectos e ações por vezes bem definidos, por vezes ambíguos. Tomando como parâmetro à provisão econômica, constitui-se menos como uma situação permanente e mais como uma situação fluída e oscilante presente na diversidade de arranjos familiares, aparecendo e desaparecendo em determinadas fases do ciclo de vida, dependendo da situação de emprego/desemprego, morte na família, situação conjugal, dentre outros. Inclui não só a provisão econômica da família, mas também as relações de poder que se processam no seu interior, apresentando-se via desigualdades e empoderamento.

Em suma, pode-se dizer que a argumentação teórica geral dessa tese, aqui exposta e construída a partir da interlocução entre teoria feminista e teoria social através da categoria gênero, teve como objetivo compreender a chefia feminina como

uma questão que é ampla em seus limites analíticos, envolvendo abordagens e categorias que estão entremeadas aos estudos de família, gênero, trabalho e pobreza.

Através desses se pôde explicar não só a ocorrência das desigualdades sociais e de gênero, mas as relações de poder e autonomia feminina que atravessam e traduzem os significados da chefia feminina. No próximo capítulo que trata dos caminhos metodológicos de efetivação da pesquisa empírica, mostrar-se-á os pressupostos analíticos que levaram à investigação da questão e o método através dos quais os dados foram apreendidos.

3. Caminhos da Pesquisa: da descoberta do objeto ao método de análise

Para compreender os caminhos metodológicos que orientaram e deram suporte à operacionalização do campo e objeto de estudo, optou-se por percorrer o processo de investigação como um todo, traçando a trajetória da pesquisa desde o seu início que inclui a própria descoberta do objeto, os seus pressupostos analíticos, o método, os instrumentos de pesquisa, os contatos e portais de entrada ao campo de pesquisa até a escolha, propriamente dita, do universo de análise e uma exposição geral sobre o contexto social onde essa se aplica.

3.1 Descobrindo o objeto de estudo e os seus pressupostos analíticos

O interesse em estudar a questão da chefia feminina em camadas populares, surgiu a partir de alguns dados encontrados na pesquisa que realizei no mestrado sobre a participação feminina em movimentos populares (Mendes, 2000)⁶⁸, que apontava as líderes comunitárias moradoras de áreas ZEIS⁶⁹, na região metropolitana do Recife, como provedoras econômicas de suas famílias. A ajuda de custo que recebiam pela representação política, somada aos ganhos oriundos de outras fontes e atividades por elas desempenhadas, as tornava responsáveis centrais pela manutenção financeira dos seus domicílios. Situação de prevalência salarial feminina, também, confirmada pela

⁶⁸ Esse estudo, realizado com líderes comunitárias, tinha por objetivo analisar a participação das mulheres nos movimentos populares e à influência desta participação nas relações de gênero na esfera pública e privada.

⁶⁹ As ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social, são áreas de assentamentos habitacionais populares, surgidas espontaneamente a partir de ocupações ou invasões efetivadas em áreas públicas ou privadas não dispoendo essas de infra-estrutura básica de urbanização e nem regularização fundiária. São áreas popularmente conhecidas como favelas, cujas características remetem a precariedades e carências as mais diversas. Situam-se, geralmente, em áreas de risco e grande parte está desprovida dos serviços básicos de urbanização. Esteticamente apresentam-se como aglomerados habitacionais muito precários que dão a impressão de amontoados de casas entrecortados por caminhos desordenados e estreitos.

situação de trabalho dos maridos que se ocupavam de “bicos” ou se encontravam desempregados.

No que se refere, especificamente, às relações de gênero a pesquisa mostrou haver evidências de ganho de poder feminino na família, advindo não só da posição de provedoras econômicas do domicílio, mas, sobretudo, do nível de conscientização e reivindicação adquirido através da sociabilidade política cujos reflexos estavam presentes não só na esfera pública, mas, também, na esfera privada, através de maior poder de autonomia e decisão.

Todavia, a aquisição desses elementos não as isentava de uma sobrecarga de atividades cotidianas, haja vista serem as responsáveis principais pelas tarefas domésticas e o cuidado dos filhos, situação bastante reclamada, porém efetuada cotidianamente. No entanto, esse fato não se constituía em simples obediência e conformação a relações conjugais autoritárias ou machistas, mas estratégias utilizadas para conciliarem a vida familiar com a atividade política e, assim, se manterem nas duas esferas, ambas consideradas importantes para elas.

A revelação desses dados apresentava uma situação, a primeira vista, paradoxal chamando a atenção dessa pesquisadora para a evidência de um panorama das relações de gênero que se constituía a um só tempo de mudanças (provisão econômica da família por via feminina) e permanências (tarefas domésticas e cuidado dos filhos sob encargo feminino) de práticas tradicionais na esfera doméstica. Em outros termos, a provisão econômica familiar, considerada uma atribuição masculina, estava sendo exercida pelas mulheres, mas o mesmo não parecia acontecer com os homens em relação às atividades consideradas tradicionalmente femininas gerando, assim, uma acumulação e sobrecarga de atribuições femininas no cotidiano. Compreender os significados das práticas e valores que perpassavam esse quadro paradoxal das relações

de gênero formado agora por mulheres chefes de família em áreas ZEIS que não eram lideranças comunitárias, era o foco pretendido de investigação.

Embora não houvesse a intenção de fazer um estudo comparativo, haja vista não se ter trabalhado especificamente com a temática da chefia feminina na pesquisa anterior, havia uma suposição de que provavelmente as mulheres chefes de família que se pretendia investigar possuíam um menor grau de conscientização e reivindicação e, também, sofreriam uma maior desigualdade de gênero na esfera doméstica, considerando que não tinham a seu favor os espaços e mecanismos de sociabilidade política que as mantinham mais informadas e reivindicativas, igualmente àquelas que eram líderes comunitárias. Mas ainda, assim, se supunha poder falar de uma situação de empoderamento feminino no contexto familiar, considerando, a priori, a própria condição de provedoras econômicas de suas famílias. Formava-se, então, um primeiro pressuposto de investigação para a atual pesquisa, o de que a provisão econômica da família trazia-lhes certa autonomia na esfera doméstica.

Simultaneamente outra constatação surgia, a de que uma maior politização das mulheres favorecia, sim, a uma renovação ou alterações de práticas e valores no cotidiano, mas não determinava necessariamente um quadro inteiramente novo desses, melhor dizendo, não produziam mudanças radicais, a exemplo da divisão sexual do trabalho que continuava desigual na esfera doméstica e, ainda, sob responsabilidade feminina, como foi visto na pesquisa anterior. Isso levantava um outro pressuposto de investigação, o de que havia uma dimensão simbólica que se tornava, ela própria, parte integrante das relações de gênero e princípio norteador de explicação das permanências de práticas e valores tradicionais que acabavam gerando as desigualdades de gênero no contexto familiar (Bourdieu, 2002; 1998).

Esses pressupostos que conduziram ao processo de investigação requeriam, sobretudo, que não se analisasse a questão de forma unilateral, no sentido de concebê-la somente em termos de mudanças ou somente em termos de permanências de práticas nas relações de gênero o que, certamente, deixaria de fora elementos importantes dessa realidade social que se mostrava mais complexa e rica de informações do que a eleição da pesquisadora por uma ou outra dimensão analítica. Era preciso considerá-las, concomitantemente, como fazendo parte da mesma realidade mesmo que, muitas vezes, parecessem contraditórias.

Sendo assim, as relações de gênero, concebidas como relações de poder, passariam a ser consideradas na sua forma positiva, através de situações que indicassem autonomia, presentes nos indicativos de poder de decisão na família, nas estratégias de resistências cotidianas, insatisfações e reclamações, e na sua forma negativa, através de situações que indicassem desigualdades de gênero, presentes na divisão sexual do trabalho, nos indícios de violência doméstica e discriminações, constituindo-se em elementos reveladores das (des)igualdades de gênero na família (Goldani, 2002, 2000).

Mas o fato das mulheres proverem economicamente as suas famílias suscitava, ainda, outras questões de investigação que iam além das relações de gênero, em si, para contemplar dimensões consideradas mais estruturais, aquelas referentes às desigualdades sociais de classe que estavam associadas ao contexto social de inserção dessas mulheres o que, por sua vez, mostrava o nível de pobreza dessas famílias, a situação freqüente de desemprego dos maridos e os motivos que levaram essas mulheres a estarem na condição de provedoras da família.

A condição de pobreza se constituía, assim, num elemento revelador não só da atual posição dessas mulheres como provedoras, mas de uma situação de outrora em

que ocupavam, muitas vezes, a provisão principal ou compartilhada da família de origem, condição que as caracterizava desde cedo como trabalhadoras, numa vida marcada por precariedades e necessidades que se estabeleciam como um estado ininterrupto, sendo o trabalho infantil uma das marcas desse contínuo processo de desigualdades sociais (Vivarta, 2003) compreendido, em suas várias modalidades, através das trajetórias de vida dessas mulheres.

Outra questão que remetia à evidência de desigualdades sociais no âmbito da chefia feminina dizia respeito à esfera do trabalho. Tratava-se da posição dessas mulheres como trabalhadoras, o que podia indicar a presença de um quadro geral de precarização, verificável através da informalização do trabalho, dos tipos de atividades exercidas, baixos rendimentos e aumento do desemprego o que, de certa forma, podia estar sendo gerado pelo baixo nível de escolaridade e especialização que, por sua vez, remetia à condição de pobreza.

Mas a colocação dessas mulheres em formas precarizadas de trabalho, caracterizadas como um tipo de desigualdade de gênero que ocorre no âmbito mais estrutural do mercado de trabalho e que recebe os efeitos e reflexos do processo de reestruturação produtiva (Hirata, 1998; Montali, 2004; 1998), associada ao contexto social no qual estavam inseridas, levantava a suposição de que essa situação de precarização podia não se constituir como algo recente ou específico à atividade atualmente exercida, mas fazer parte de um processo de atuação delas como trabalhadoras ao longo do curso de vida.

Nesse sentido, a trajetória de trabalho se constituía, também, em importante instrumento de apreensão da relação trabalho-pobreza considerando que através da referida trajetória se poderia confirmar a situação de precarização como um processo de longa data vivenciado no curso de vida e proporcionado pela situação de pobreza,

tornando-se num obstáculo de melhoria do nível de escolaridade e especialização dessas mulheres o que, conseqüentemente, as afastaria de melhores colocações e postos no mercado de trabalho, cujo barco veleja em águas globalizadas e com remos cada vez mais especializados longe, portanto, do alcance dessas mulheres.

Compreender a chefia feminina em parte de sua amplidão e complexidade era, ainda, analisá-la à luz dos sujeitos como partícipes de contínuos processos de socialização e sociabilidade, através dos quais interiorizavam e exteriorizavam normas, valores e conhecimentos, gerando práticas de reprodução e/ou de mudança, numa interconexão constante entre nível estrutural e agencial, expressos e significados no cotidiano, por sua vez, um lugar privilegiado da análise social, na medida em que se constitui em lugar revelador do funcionamento e das mudanças sociais e dos conflitos que opõem os agentes sociais (Pais, 1996)⁷⁰.

Este não deve ser remetido simplesmente aos hábitos, rotinas, rituais e trivialidades (Matos, 2002; Pais, 1996) constitui-se num “mundo onde se multiplicam formas peculiares de resistência/luta, integração/diferenciação, permanência/transformação, onde a mudança não está excluída, mas sim vivenciada de diferentes formas” (Matos, 2002: 26), o que requer por parte do pesquisador certa perspicácia para percebê-las no interior de estruturas que parecem, à primeira vista, imutáveis.

⁷⁰ Os estudos sobre o cotidiano emergiram da crise dos paradigmas tradicionais das ciências sociais que requiritava uma revisão das suas ferramentas de pesquisa o que aconteceu, entre outros, através da redefinição do político que teve o seu campo de poder, antes exclusivo da esfera do Estado e Instituições, deslocado para a esfera privada ou do cotidiano. Foucault (1997, 1995) foi uma figura chave neste processo com a concepção de microfísica do poder. A descoberta do político no âmbito do cotidiano fez com que se refletisse a presença das mudanças sociais nos fatos cotidianos, na família, no papel exercido pelas mulheres. Essas novas perspectivas metodológicas questionaram as abordagens globalizantes com conceitos abstratos e universais rejeitando a existência de um sujeito universal em favor de uma pluralidade de sujeitos. Defenderam a historicização e transitoriedade dos conceitos e do conhecimento, rejeitaram uma concepção linear e progressista de sociedade e da segmentação entre passado e presente. Destacaram as experiências de diferentes sujeitos marginalizados nas discussões sociais a exemplo das mulheres (Matos, 2002).

As abordagens que se debruçam sobre o cotidiano guiam-se, comumente, por análises microsociológicas que priorizam os microprocessos da vida social⁷¹. No entanto, entende-se, à maneira de Pais (1996), que ao se estudar sociologicamente os indivíduos torna-se necessário mover-se entre um instrumental metodológico macro e micro, o que significa que examinar as práticas cotidianas “não implica um puro retorno aos indivíduos, desenquadrados do contexto social em que se movem” (p. 47).

Uma análise sociológica da vida cotidiana constitui-se numa “espécie de lançadeira de tear, de um lado para o outro, num movimento pendular, cerzindo no universo social as micro e as macroestruturas” (p.51). Uma interconexão constante entre as dimensões micro e macro, onde se pode colocar em um plano o comportamento dos indivíduos e no outro as desigualdades sociais⁷², associando as características inerentes ao contexto social ao poder de apreensão e resposta dos indivíduos a esse (Alexander, 1987; Giddens, 1991).

É nessa forma metodológica de análise, onde agência e estrutura, subjetividade e objetividade, são entendidas como aspectos constituintes de uma mesma realidade social (Ferreira, 1998), que se pautará a investigação desse estudo, cujo objetivo é verificar como se processa e se efetiva a chefia feminina em camadas populares, mas especificamente em Áreas ZEIS, tomando como eixo analítico às relações de gênero.

Dentro de um quadro metodológico mais geral se pode dizer que o referido estudo tem suas raízes no campo da sociologia compreensiva (*verstehen*) que “visa à compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que

⁷¹ Para maiores detalhes ver Pais (1996) que faz um panorama crítico das principais correntes teóricas que tem influenciado a análise sociológica da vida cotidiana destacando a abordagem fenomenológica, o interacionismo simbólico e a etnometodologia. Sobre outros estudos a respeito do cotidiano ver Berger & Luckman (1995), Heller (1970, 1977), Certeau (1994).

⁷²Trabalhar com o cotidiano é utilizar-se de teorias de médio alcance visto que essas se situam numa zona intermediária entre as hipóteses mais detalhistas e as teorizações mais gerais. Trata-se da imbricação de um acontecimento individual ou interacional com uma estrutura social global, através de uma rede de mediações sociais (Pais, 1996: 12).

foram vivenciadas” (Goldenberg, 2000: 19) ou, em outros termos, a busca do significado das ações⁷³ e comportamentos dos indivíduos considerando o contexto social de inserção (Minayo, 1994; 2004).

3.2 O método, modelo de tratamento dos dados e instrumentos de pesquisa

Diante dos pressupostos analíticos levantados, formou-se o panorama geral do processo de investigação e o fio condutor das categorias que compuseram essa pesquisa de teor qualitativo cuja apreensão dos dados se deu através do método biográfico e o tratamento analítico através da análise de conteúdo. Embora fundamentada centralmente numa análise qualitativa utilizou-se uma quantificação, via porcentagens simples, das informações consideradas mais objetivas, aquelas que tratavam basicamente do perfil das entrevistadas e da estrutura dos arranjos familiares⁷⁴. Tal procedimento não teve a intenção de generalização dos dados, mas de caracterização geral da população estudada, visando tornar os dados melhor perceptíveis ao leitor⁷⁵.

O método biográfico ou história de vida⁷⁶ que visa, em termos mais amplos, a interconexão entre a particularidade individual e o contexto social, onde cada indivíduo é uma síntese ou reapropriação singular do universo social que o abrange

⁷³ A importância da ação humana e o seu significado social está expressa no pensamento clássico de Weber (1972) para quem a realidade individual compõe e dá sentido à realidade social. Para outros comentários metodológicos sobre esse assunto ver Haguette (1997), Ferreira (1998), Feijó (2003).

⁷⁴ Dados referentes à origem, estado conjugal, idade, cor, religião, nível de escolaridade, nº de filhos, nº de pessoas no domicílio, rendimentos, renda familiar e violência doméstica. Para a confecção dos gráficos que se referem a essas informações utilizou-se o Statistical Programme for Social Science – SPSS.

⁷⁵ A respeito do diálogo entre métodos quantitativos e qualitativos na pesquisa social ver Neves (1998).

⁷⁶ Há uma certa variação em relação ao uso e ao entendimento do termo *história de vida* quando se refere à forma de apreensão dos dados, para maiores detalhes ver Haguette (1999), Queiroz (1987), Lang (2001) e Becker (1999). Toma-se como referência para esta pesquisa a concepção de Becker, que concebe a história de vida como uma técnica de pesquisa social onde a coleta de informações sempre é encaminhada ou direcionada pelo pesquisador, sendo esse o aspecto que a distingue das biografias tradicionais ou autobiografias.

(Goldenberg, 2000) e onde se pode “conhecer a realidade presente e o passado ainda próximo pela experiência e pela voz daqueles que o viveram” (Lang, 2001: 96), mostrou ser o mais apropriado para a apreensão dos dados desta pesquisa, cujos pressupostos analíticos relativos a gênero e desigualdades sociais, requeriam que as informações fossem além do presente e contemplasse também o passado, com a finalidade de verificar as permanências e mudanças de situações, práticas e valores, consolidando a inferência de determinados elementos na vida dessas mulheres chefes de família.

A *história de vida*, enquanto técnica de coleta de dados, permitiu não só o acesso às mediações entre indivíduo e estrutura, mas às interações contínuas entre produção e reprodução (Borderías, 1997). Por meio desse caminho metodológico se teve acesso não só às práticas sociais, mas o sentido que lhes atribui os sujeitos. Possibilitou o conhecimento de uma multiplicidade de informações relativas à origem, estratégias, decisões, relações de poder, valores, práticas, interesses e desejos dos sujeitos pesquisados (Camargo, 1984), constituindo-se, ainda, em “pedra de toque” para a avaliação das teorias e pressuposições empregadas neste estudo, dado a sua característica de apreensão dos fatos como processo.

Processo que é, sobretudo, social e onde percorrer as trajetórias de vida, através de um resgate de memória (Bosi, 1987), permitiu a revelação de pontos e aspectos que remetiam a fases, idades, lugares e experiências de vida, constituídas não como um processo linear, coerente e orientado para um único fim, nem unicamente pautado na singularidade do sujeito, como afirma Bourdieu (1997) em sua crítica à abordagem da “história de vida” nas ciências sociais. Entende-se que partir metodologicamente das singularidades dos sujeitos não significa excluir suas condições objetivas, haja vista

que eles próprios são entrecruzamentos de relações sociais (Kofes, 2001) e, portanto, entendidos como imbricados nessas relações e em determinado contexto social.

Afirmar, então, que “os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social” (Bourdieu, 1977:81) ou que não se pode compreender uma trajetória “a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou” (p.82) parece, ao reverso da medalha, chegar-se a um outro extremo analítico, aquele da supervalorização da dimensão estrutural e da crença na unificação de práticas associadas a determinado espaço social.

Não se trata de negar essa dimensão, mas há que relativizá-la em se tratando da sua supremacia absoluta em relação ao sujeito. O espaço social é fundamental na compreensão dos indivíduos, tanto no que se refere às explicações das condições de vida quanto do significado de suas práticas, os próprios dados dessa pesquisa o mostram, mas revelam, também, que não se pode falar de uma absolutização de práticas determinadas por um contexto social.

Isso faz com se questione a generalização e admissão categórica de um habitus de classe que aponte numa só direção, inviabilize a singularidade dos indivíduos diante das condições objetivas e que seja uma simples admissão das práticas de reprodução. Talvez o mais apropriado fosse pensá-lo a partir de uma base relativamente homogênea possibilitando, assim, a existência de práticas e valores diferenciados dentro de um mesmo contexto social podendo, dessa forma, não só admitir as suas singularidades e pluralidades, mas conceber o habitus como produção de práticas e mudanças.

Concebendo o método biográfico nos termos acima discutidos, houve a preocupação em campo de transitar entre apreensões e informações de caráter mais

singular até aquelas de cunho mais contextual ou estrutural contemplando, dessa forma, várias dimensões da vida das chefes de família. Informações que englobavam o contexto social de origem e o atual, as relações familiares, afetivas e profissionais atuais e passadas, além de outras, a exemplo do uso do tempo, recursos, gosto, lazer e estilo de vida que se somou às categorias principais de análise no propósito de entendimento mais amplo da questão, tal qual a imagem de um “mosaico” onde o acréscimo de cada peça contribui para a compreensão do quadro como um todo, como afirma Becker (1999).

Ressalta-se, ainda, que empregar a história de vida como técnica de apreensão dessa realidade social não significou colher relatos livres por parte dos sujeitos investigados, mas relatos orientados a partir de algumas questões que se desejava enfatizar, fazendo com que a história contada seguisse o encaminhamento ou direcionamento dos aspectos que deveriam ser apreendidos e que tinham a ver com os pressupostos analíticos levantados sobre a questão (Becker, 1999). O procedimento de tal técnica, apesar de sua praticidade e objetividade teve, porém, suas desvantagens no sentido de limitar as informações que poderiam ser mais diversificadas e amplas se não houvesse essa espécie de estruturação prévia em campo (Alves-Mazzotti, 1998, 1991).

A aplicação instrumental principal da coleta de dados se deu através de *entrevistas* realizadas em profundidade, do tipo semi-estruturadas, gravadas com a permissão das entrevistadas e acompanhadas de um roteiro que contemplava as questões centrais de investigação que, por sua vez, diziam respeito às informações sobre o perfil das entrevistadas, contexto social de origem, formação da família de procriação, trabalho e relações de gênero no cotidiano da esfera doméstica.

As referidas entrevistas foram realizadas com mulheres moradoras das áreas ZEIS do bairro da Várzea, em Recife, que eram provedoras econômicas de suas

famílias, com ou sem companheiros(as) co-residentes. A escolha para a composição do universo de análise tomou como parâmetro às mulheres provedoras que tinham trabalho remunerado com a intenção de verificar a conciliação entre trabalho e família e identificar a presença de (des)igualdades de gênero no âmbito da esfera doméstica⁷⁷.

Utilizou-se, ainda, como técnica de apreensão e coleta de dados a *observação* que se mostrou fundamental na complementação e enriquecimento das informações adquiridas junto às entrevistadas, visto que proporcionou captar a sinceridade das respostas, identificar os comportamentos não-intencionais, explorar tópicos que se constituíam em obstáculos de verbalização e registrar os comportamentos em seu contexto temporal-espacial (Alves-Mazzotti, 1998; Haguete, 1997).

Observar “os imponderáveis da vida real” (Malinowski, 1975: 55)⁷⁸, para essa pesquisadora que buscava averiguar os significados das práticas, valores e as condições objetivas de vida dos sujeitos investigados, tornou-se um duplo ofício de investigação, considerando que compreendeu dois aspectos dimensionais: um que dizia respeito aos interstícios da subjetividade dos sujeitos, apreendidos através dos sentimentos expostos nos semblantes, gestos e silêncios, revelando informações que iam além das próprias falas das entrevistadas e outro que dizia respeito à visibilidade das condições estruturais do contexto social, do cotidiano e estilo de vida das mulheres entrevistadas e dos moradores em geral⁷⁹.

Sobre o grau de envolvimento dessa pesquisadora em campo, discussão que reporta, em sua forma mais ampla, ao tão discutido método e status da pesquisa social

⁷⁷ O processo de seleção da população será detalhado adiante.

⁷⁸ Malinowski (1975) chamou de “imponderáveis da vida real” aqueles fenômenos que não podem ser registrados através de perguntas ou em documentos quantitativos e por isso observáveis em “sua plena realidade”.

⁷⁹ Enquanto técnica de apreensão e coleta de dados a observação percorreu todo o processo da pesquisa empírica, inclusive a fase anterior à entrada, propriamente dita, no campo, iniciando-se nos primeiros contatos com os portais de entrada que levariam essa pesquisadora às áreas investigadas.

em relação à objetividade ou neutralidade científica (Outhwaite, 1985, 2000; Santos, 1989; Haguette, 1997; Ferreira, 1998, Goldenberg, 2000, Demo, 1995) coloca-se aqui, de antemão, aderindo à impossibilidade de neutralidade das ciências sociais, dada a sua própria especificidade, onde o sistema de valores é algo inerente ao pesquisador e pesquisado e onde a própria escolha por determinado objeto de estudo já é, em si, um valor que se lhe atribui (Weber, 1993; Becker, 1999).

No entanto, concorda-se com Bourdieu (1998) que se deva buscar a “objetivação”, um esforço de controle da subjetividade, através do rigor instrumental teórico e técnico do estudo. No caso particular desta pesquisa, tomando emprestado os termos utilizados pela literatura metodológica (Minayo, 2004; Haguette, 1997), se pode falar de um grau médio de envolvimento dessa pesquisadora em campo, o que significa dizer que a mesma não atuou como participante nativa e nem junto a trabalhos comunitários no contexto de investigação.

Com a finalidade de ultrapassar o que Bourdieu (1994) chamou de “ilusão da transparência” para atingir os significados manifestos e latentes presentes nos relatos das entrevistadas, numa correspondência entre estruturas semânticas (significantes) e estruturas sociológicas (significados), utilizou-se à *análise de conteúdo* que parte de um plano mais simples para níveis mais aprofundados de análise ultrapassando os significados manifestos dos discursos das entrevistadas.

Através dessa técnica de análise, buscou-se relacionar os significantes e os significados dos enunciados articulando a superfície das falas escritas com os fatores sociais, econômicos e culturais (Minayo, 2004; Bardin, 1979) visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos do conteúdo das mensagens, indicadores que permitissem a inferência de conhecimentos relativos aos sujeitos investigados. Ressalta-se, porém, que nesse estudo a referida técnica não foi empregada, visando

inferências estatísticas para a obtenção de indicadores quantitativos, mas visando a apreensão dos significados das práticas e valores dos sujeitos investigados para a obtenção de indicadores qualitativos de (des)igualdade de gênero (Goldani, 2002) e desigualdades sociais.

Gênero foi tomado como categoria analítica, visto conter historicamente as relações sociais indispensáveis para o conhecimento do objeto de estudo nos seus aspectos mais amplos e fundamentais. As dimensões explicativas da problemática em estudo, extraídas a partir dos seus pressupostos analíticos que remetem, em geral, às relações de poder na sua forma positiva e negativa, nas dimensões micro e macro sociais, foram discutidas tomando-se como referências às categorias empíricas: empoderamento feminino, desigualdades de gênero e desigualdades sociais.

A operacionalização das referidas categorias que aparecem diluídas ao longo da discussão e análise dos dados pode ser entendida sumariamente da seguinte forma: as questões referentes às evidências de *empoderamento feminino* (estratégias de poder e resistência) foram apreendidas através das informações que remetem ao poder de decisão e autonomia feminina no contexto familiar, reclamações a respeito da sobrecarga de trabalho; insatisfações sobre a relação conjugal, reações às agressões sofridas, iniciativas da separação conjugal e estratégias de resistência na trajetória de trabalho.

As questões relativas às *desigualdades de gênero* foram apreendidas através das informações relativas à divisão sexual do trabalho no contexto familiar, violência doméstica, discriminação pela ausência masculina no domicílio, proibição e controle por parte do(s) companheiro(s) nas relações conjugais. Já as informações referentes às *desigualdades sociais* remetem, aqui, ao contexto social de origem familiar e ao contexto atual de inserção dessas mulheres, destacando as condições de pobreza, a

evidência de trabalho infantil, as formas precarizadas de trabalho, os baixos níveis de escolaridade e especialização.

Ressalta-se que ao separar tais categorias, como se fez acima, a intenção foi utilizar-se de um artifício metodológico, via “tipos ideais”, que tornasse mais evidente a percepção das referidas categorias empíricas na discussão dos dados. No entanto, isso não significa concebê-las de forma estanque e fixas em seus próprios termos ou domínios. Ao contrário, compreende-se que fazem parte do mesmo processo social, onde aparecem articuladas e inter-relacionadas, havendo não só um entrelaçamento e migrações de significados entre elas, a exemplo da precarização do trabalho feminino no mercado que tanto pode remeter às desigualdades sociais de classe quanto às desigualdades de gênero, como também a ambivalência de significado, a exemplo da divisão sexual do trabalho que pode funcionar como desigualdade de gênero, mas também como poder feminino no espaço doméstico.

3.3 Adentrando o campo e selecionando o universo de análise

Exposto o método e instrumentos técnicos de pesquisa trata-se agora de discorrer como se deu a inserção dessa pesquisadora nas áreas ZEIS e a seleção do universo de análise. Inicia-se por dizer que pesquisar mulheres chefes de família, particularmente em áreas ZEIS, tinha a ver não só com os achados da pesquisa anterior sobre a questão nesse contexto social, como foi mencionado anteriormente, mas também com a facilidade de contato e familiaridade dessa pesquisadora com alguns Representantes Comunitários dessas áreas que podiam vir a ser os portais de entrada às Comunidades que se pretendia investigar.

Na pesquisa anterior o universo de análise contemplava essas áreas ZEIS, mas em diferentes zonas e bairros da região metropolitana do Recife. Nessa pesquisa, por uma questão de maior praticidade de acesso e apreensão dos dados, optou-se por fazer a investigação nas áreas ZEIS que compreendessem apenas um bairro da cidade. Além do que, embora haja diferenças e especificidades entre essas áreas, por zonas geográficas da cidade, acredita-se não serem significativas, considerando que o fato de ser ZEIS já as coloca sob determinados padrões geográficos, infra-estruturais e sócio-econômicos, o que implica, até certo ponto, em semelhanças nas condições e modos de vida dos seus moradores.

O bairro escolhido foi a Várzea⁸⁰ por ser um bairro popular e estar situado numa das regiões da cidade que mais possui áreas pobres havendo, portanto, a possibilidade de se encontrar áreas ZEIS, universo contextual pretendido para investigação. Além do que se tinha certa proximidade, fruto da pesquisa anterior, com dois Representantes Comunitários de algumas dessas áreas que pertenciam ao bairro. Somando-se a isso, ainda, havia o fato dessa pesquisadora morar no referido bairro o que, de certa forma, facilitava o deslocamento e as visitas mais freqüentes às Comunidades. O bairro possui cinco (05) áreas ZEIS que são conhecidas popularmente como áreas faveladas⁸¹. A intenção era investigar a chefia feminina em cada uma dessas visando contemplar o bairro em termos das suas ZEIS.

⁸⁰ Maiores detalhes sobre o referido bairro e suas áreas ZEIS será visto mais adiante.

⁸¹ Há que se dizer, porém, que nem toda área ZEIS é considerada pelo IBGE como favela. A RPA-04, da qual faz parte o bairro da Várzea, apresenta 56 áreas pobres dessas apenas 09 são consideradas por esse Instituto como favelas, designadas como um conjunto constituído por mais de 50 unidades habitacionais ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada, densa e carentes, em sua maioria, em serviços públicos essenciais. O curioso é que esse conceito encaixa diretamente nas comunidades investigadas.

A entrada na primeira Comunidade⁸², a ZEIS Brasilit, se deu através do seu Representante Comunitário que foi, também, o contato intermediário para se chegar às demais. Através desses portais de entrada, também, constituídos por Agentes de Saúde, foi possível adentrar e conhecê-las em termos da sua infra-estrutura, disponibilidade de escolas, lazer, segurança, saúde e, ainda, inteirar-se do perfil geral e condições de vida dos seus moradores, especialmente das mulheres, observando, principalmente, a composição das famílias, as formas de trabalho e estilos de vida. Ressalta-se que os contatos com as outras Comunidades e com as mulheres se deram de forma semelhante ao descrito acima, embora não mais via Representante Comunitário, mas através dos Agentes de Saúde⁸³.

Durante esses passeios feitos em companhia do Representante Comunitário ou dos Agentes se era observada atentamente por esses moradores. Nos primeiros dias de andanças olhavam com certa estranheza e curiosidade para essa pesquisadora, alguns paravam ou chamavam os Agentes e perguntava-lhes quem era a pessoa que os acompanhava e o que ia trazer de bom para os moradores, mas a resposta de alguns informando que não se tratava de uma pesquisa cujos benefícios seriam materiais e em curto prazo parecia nem sempre satisfazê-los, haja vista que, de fato, esperavam ajuda de caráter mais imediato, do tipo assistencial⁸⁴.

A sensação que se tinha, diante da requisição dos moradores por esse tipo de ajuda, era a de que se desconhecia a verdadeira realidade de urgências e carências em

⁸² Ressalta-se que os termos Comunidade, ZEIS ou Área estão sendo aqui empregados com o mesmo significado.

⁸³ O número de agentes de saúde mudava conforme a Área. Na época da realização da pesquisa de campo, em 2003, havia na comunidade Brasilit treze (13) agentes, no Campo do Banco quatro (04), em Rosa Selvagem oito (08), no Sítio Wanderley cinco (05) e na Vila Arraes dois (02) agentes.

⁸⁴ Houve duas situações em que se presenciou os moradores intermediando junto aos Agentes de Saúde ajudas materiais à pesquisadora, como demonstra uma mulher ao dizer “vê se ela arruma, assim, uma cesta básica pra essas famílias que aqui tem muitas mãe de família que não tem nada em casa pra comer e nem pra dá pros filhos” (Carla, 28) e, ainda, outro que disse, “leva ela lá em casa que eu tô desempregado e o que a mulher tá ganhando não dá nem pra comer e eu queria que ela falasse lá pros home do governo ajudar a gente nem que seja com uns tijolos pra levantar o barraco” (Juliano, 35).

que viviam ou que se estava fazendo algo de menor importância em termos de pesquisa. Essa sensação ia se esvaindo à medida que se evidenciava mais de perto as reais condições de pobreza vivida cotidianamente pelas famílias moradoras daquelas áreas o que justificava, por parte deles, a requisição de providências e reposições urgentes, pois como disse uma moradora à agente de saúde “a fome não espera não”. Essa realidade de acentuada pobreza estava presente em todas as áreas ZEIS desse bairro.

Os agentes de saúde foram fundamentais para que se adentrasse à casa das mulheres e se mantivesse contato com elas. O fato de serem profissionais moradores das áreas os tornava conhecidos das famílias e merecedores de confiança. Além disso, havia o fato de que o trabalho que exerciam requeria visitação diária e, portanto, um contato próximo com as famílias, o que fazia com que as conhecessem mais de perto e de forma até mais íntima. Conheciam não só o histórico de saúde-doença dos moradores, mas os seus problemas familiares e afetivos.

Grande parte das famílias, principalmente as mulheres, tinha nos agentes de saúde amigos com quem podiam contar nas horas mais difíceis, seja em relação à ajuda material, médica ou emocional. Em geral, muitos dos problemas familiares pelos quais estavam passando eram verbalizados e confidenciados a eles na hora das visitas. Dessa forma, passavam a inteirar-se do contexto familiar que atendiam sendo, pois, pessoas-chaves para a indicação e condução dessa pesquisadora às famílias e mulheres que se queria contatar e entrevistar.

As Agentes eram mais procuradas do que os Agentes para as confidências íntimas e familiares, assuntos tratados, segundo as moradoras, “de mulher pra mulher” o que implicava, também, a idéia de esferas e atribuições específicas para homens e mulheres, cabendo a estas últimas os assuntos e questões referentes à família ou à

esfera doméstica (Sarti, 1996; Bourdieu, 2003; Scott, 1990). A própria atividade de agente de saúde era um exemplo dessa dicotomização, visto ser considerada em termos profissionais um reduto feminino. Embora houvesse Agentes do sexo masculino era ínfimo o seu número, a grande maioria era do sexo feminino caracterizando, assim, um quadro de feminização dessa ocupação (Abramo, 2000; Hirata, 2002; Bruschini, 2000). Na época em que foi realizada a pesquisa de campo, janeiro a julho de 2003, havia ao todo 32 agentes de saúde nas ZEIS da Várzea, desses apenas dois (02) eram homens.

Depois de um certo período⁸⁵ que se fazia companhia a esses profissionais nas suas andanças pelas Comunidades e visitas às casas de algumas famílias, se requisitou deles a indicação e entrada, propriamente dita, às casas das mulheres para conversas mais particulares e possíveis entrevistas. Nesse momento, a facilidade inicial que se teve de acesso aos passeios e visitas acompanhando-os às casas dos moradores, parecia ter ali o seu limite⁸⁶ ou uma outra lógica de ultrapassagem dessa barreira.

Embora o propósito da pesquisa já fosse conhecido de alguns Agentes de Saúde, devido ao contato anterior mantido com parte deles via Representante Comunitário, houve a informação de um dos Agentes e, posteriormente, da Supervisora desses de que não havia permissão para se entrar na casa das mulheres através deles e entrevistá-las sem que antes fosse autorizado pelo Distrito Sanitário IV, responsável pela parte de saúde das áreas ZEIS do bairro da Várzea, e instância na qual o Posto de Saúde, médicos, enfermeiras e agentes de saúde estavam atrelados e subordinados. A orientação dada pela referida Supervisora era de que fosse providenciado esse trâmite legal para depois se voltar ao contato com os Agentes que,

⁸⁵ Durante aproximadamente uma semana.

⁸⁶ Nas ocasiões dessas visitas em companhia dos agentes se era apresentada às famílias e se conversava um pouco com as mulheres de onde se obtinha algumas informações de caráter mais geral e de forma mais assistemática, visando certa familiaridade com o universo de pesquisa e, conseqüentemente, uma espécie de primeira filtagem.

de posse da devida autorização, conduziriam a pesquisadora às casas das mulheres chefes de família da Área.

De posse da autorização junto ao Distrito Sanitário IV, a Supervisora comunicou que iria convocar uma reunião com todos os agentes de saúde de cada Área ZEIS para que a pesquisadora expusesse os objetivos da pesquisa e em que aspectos os Agentes poderiam ajudar. Mobilizar os agentes foi uma estratégia proveitosa, no sentido de que se tinha uma gama maior de informações e não se ficava atrelada a um único profissional, o que significava colher relatos apenas de mulheres que moravam em uma zona específica de determinada Comunidade, considerando que os Agentes são distribuídos para cobrirem famílias em determinados trechos e ruas das Áreas.

Mas se por um lado, ter indicações de agentes diferentes significava uma cobertura mais ampla e diversificada das mulheres em diferentes localidades das Comunidades⁸⁷, o que implicava famílias em melhores ou piores condições de vida, haja vista haverem trechos menos assistidos e mais carentes nessas Áreas, por outro lado, tais indicações dificultavam uma seleção prévia e mais apurada por parte dessa pesquisadora em referência às mulheres com quem se pretendia alguns contatos antes de iniciar a entrevista, pois muitas dessas indicações já eram agendamentos efetivados pelos próprios Agentes para a realização das entrevistas.

Isso acontecia não só pela disposição que tinham esses profissionais em ajudar e facilitar o trabalho da pesquisadora, mas pelo fato de se sentirem sensibilizados com a situação de miséria vivida por algumas famílias, o que os fazia selecionar algumas

⁸⁷ Na comunidade Brasilit foram contemplados no universo de análise os trechos: UGA UGA, Rua João Sales de Menezes (trecho do chiqueiro). No Sítio Wanderley: as ruas do Patrocínio, Maria Jaboaão, Polony. Em Rosa Selvagem: as ruas Guardião Manoel Pacheco, Maria Adélia Colier, M^a Rita Siqueira, Aristarco Pavão, Travessa Luiz Gonzaga Perazo, Expedicionário Augustinho Monteiro. Na Vila Arraes: as ruas Rio Capibaribe (trecho do beco do óleo), 15 de novembro (trechos do campo de futebol e da ladeira do macaco). Campo do Banco: as ruas 6 de março, Torre Homem (trecho da rua da merda), Nova Olinda, General Aauto Barbosa.

mulheres que, muitas vezes, não se enquadravam no perfil que se pretendia para a análise, ou seja, mulheres provedoras econômicas de suas famílias. O que, também, levava a crer que alguns desses profissionais concebiam a pesquisa pelo viés assistencialista, apesar dos esclarecimentos. Nesse aspecto, se assemelhavam aos moradores em geral.

Esses momentos requereram certa habilidade por parte da pesquisadora que, apesar de ter cumprido muitos dos agendamentos por eles acertados, mesmo fora do perfil pretendido para as entrevistas, algumas vezes teve que dizer não. A habilidade estava associada não só ao fato de saber como dizer não, mas ao fato de que eram profissionais imprescindíveis para a efetivação da pesquisa de campo, não só pelo conhecimento que tinham a respeito das famílias, como já foi mencionado, mas por possibilitar a inserção, propriamente dita, na área e o contato com as mulheres. Observou-se que quando não se é morador não se tem livre trânsito nessas Comunidades sem que haja uma identificação prévia e aprovação para que se possa estabelecer ali por determinado tempo.

Essa situação, porém, teve seu lado proveitoso, tratava-se de uma situação de ajustamento operacional da apreensão e coleta dos dados que foi se adequando à medida que se adentrava ao campo e se tinha, proporcionalmente, um maior refinamento e, sobretudo, conhecimento sobre a multiplicidade de perfis e sentido que caracterizavam a chefia familiar nessas áreas. Abre-se aqui um parêntese para descrever tais observações.

Tomando como parâmetro de caracterização o tipo de fonte de renda, podia se observar uma variedade de mulheres que se enquadrava na condição de chefes de família. Havia mulheres aposentadas, pensionistas, trabalhadoras, beneficiárias do

auxílio bolsa escola⁸⁸ e pedintes na condição de chefes de família. Algumas dessas situações podiam contemplar outras, ou seja, as mulheres aposentadas, pensionistas⁸⁹ e beneficiárias do auxílio bolsa escola podiam ao mesmo tempo estar na condição de trabalhadoras.

Além da provisão econômica havia outros aspectos que se acoplavam à questão para identificá-la ou tipificá-la como a conjugalidade, indicando a ausência ou presença masculina no domicílio, onde se podia observar mulheres solteiras, casadas, separadas e viúvas na condição de chefes de família. Os casos mais comuns de caracterização da chefia se configurava a partir da ausência masculina evidenciando, dessa forma, a chefia feminina como negação do padrão dominante (Carvalho, 1998a; Hita-Dussell, 2004; Fonseca, 1987a; Macedo, 1999).

Em se tratando da ausência masculina no domicílio havia, ainda, situações em que a chefia não se dava pela provisão econômica feminina, mas pela administração domiciliar dessa provisão associada à autoridade materna junto à menoridade e incapacidade legal dos filhos. Tratava-se das famílias cuja provisão econômica vinha dos filhos. Geralmente, quando os provedores econômicos eram crianças ou adolescentes a chefia era atribuída ao pai, no caso de ser uma família nuclear ou extensa, e à mãe no caso de ser uma família monoparental⁹⁰.

Mas se num arranjo familiar do tipo monoparental houvesse um filho adulto que compartilhasse a provisão econômica da família a ele era atribuída a chefia, o que

⁸⁸ Atualmente os benefícios bolsa escola, bolsa alimentação e vale gás que eram concedidos em separado pelo governo federal foram convertidos no benefício bolsa família.

⁸⁹ Pensionista por viuvez ou invalidez de um filho.

⁹⁰ Observou-se que as famílias monoparentais cuja provisão econômica vinha dos filhos menores eram as mais pobres nesse contexto social. Era comum nessa situação a mãe não trabalhar, ficar em casa cuidando de um filho recém-nascido e dos outros filhos pequenos, enquanto os filhos maiores, geralmente, a partir dos oito anos, estavam nas ruas atuando como limpadores de carros, vendedores de bombons, pedintes ou empregadas domésticas. Tratava-se de uma espécie de aliança formada entre mães e filhos (Scott, 1990).

indicava uma associação entre provisão econômica e representação moral da figura masculina como elemento de respeito e autoridade da família perante a esfera pública, uma substituição do lugar do pai (Sarti, 1996, 1997).

O mesmo caso acontecia quando a provisão econômica do domicílio era compartilhada entre filhos e filhas numa família monoparental. Nesses casos a chefia da família era, geralmente, atribuído ao filho homem mais velho. Somente no caso de não tê-lo na família é que era atribuída à mãe ou filha mais velha quando esta era a provedora. Mas para a filha ser considerada chefe da família haveria que se considerar a incapacidade de gerenciamento familiar por parte da mãe, o que podia acontecer pela idade avançada ou inatividade por doença. Caso contrário mesmo a filha sendo a provedora, prevalecia a mãe como chefe da família devido à representação e reconhecimento público da figura materna como portadora moral da família em substituição à figura paterna.

Nos casos em que havia a presença masculina no domicílio e a provisão econômica era feminina a chefia familiar era, geralmente, atribuída ao homem, como já foi comentado. No entanto, em algumas situações a chefia era atribuída à mulher, o que não se dava pela ausência masculina, mas pela sua inoperância. Além da provisão econômica as mulheres passavam a assumir, gradativamente, junto à esfera privada e pública, a representação moral da família. Isso acontecia, geralmente, quando os companheiros estavam desempregados, bebiam e eram violentos havendo, dessa forma, uma perda de autoridade e prestígio no contexto familiar, como foi observado com muitas das mulheres entrevistadas (Sarti, 1996; Carvalho & Cravo, 1988; Neves, 1984; Scott, 1990).

Como foi visto, essas disposições apresentadas em campo sobre a chefia familiar apareciam perpassadas pela provisão econômica, mas diversos outros aspectos

e dimensões a entrecruzava como foi visto anteriormente na discussão teórica (Carvalho, 1998a; Wortmann, 1987, 2002; Fonseca, 1987a). A descoberta dessa diversidade foi um achado de campo positivo no processo de coleta dos dados, pois permitiu que se despertasse para alguns desses parâmetros que designavam a chefia feminina, o que conseqüentemente proporcionou um afinamento e uma melhor precisão na escolha do perfil que se pretendia dentro desse variado universo.

Apesar da diversidade de situações apresentadas como expressão da chefia feminina observou-se que havia, nas indicações dos Agentes uma certa homogeneização em relação a determinado arranjo familiar. Havia uma predominância quase que total de famílias monoparentais. Percebendo esse viés de indicação que evidenciava a chefia feminina como ausência masculina no domicílio e com a intenção de considerar, também, as mulheres provedoras casadas, ajustou-se novamente a operacionalização da coleta de dados e a seleção da população refazendo o pedido junto aos Agentes no sentido de que a indicação contemplasse as mulheres que sustentassem financeiramente as suas famílias, trabalhassem, podendo ter ou não companheiros co-residentes.

À proporção que foi avançando o trabalho de campo, o viés anterior referente ao arranjo familiar comentado foi se diluindo através do surgimento de outros arranjos, a exemplo dos modelos nuclear, extenso e homossexual. Dois (02) casais homossexuais femininos fizeram parte do universo de análise dessa pesquisa. A indicação de famílias monoparentais ainda predominou, mas isso já tinha a ver com o predomínio desse modelo em se tratando da chefia feminina, aspecto, comumente, levantado nos estudos sobre a temática (Berquó, 2001, 2002; Carvalho, 1998; Goldani, 1999).

Foram efetuados contatos com 77 (setenta e sete) mulheres provedoras econômicas de suas famílias nas áreas investigadas. Nesse grupo havia aquelas que eram trabalhadoras (63) e as que não eram trabalhadoras (14). Estas últimas ficaram fora do universo de seleção considerando que o propósito era analisar aquelas que trabalhavam com a intenção de verificar a relação trabalho⁹¹ e família como indicativos de igualdade ou desigualdade de gênero na esfera doméstica. Ressalta-se, ainda, que se está trabalhando numa perspectiva de gênero a partir das informações das mulheres, uma escolha metodológica que não a invalida, visto que se pauta na concepção de que informações sobre mulheres são informações sobre homens (Scott, 1989).

Apesar de não fazerem parte da análise observou-se nos rápidos contatos com essas mulheres que elas tinham uma história e trajetória de vida parecida com aquelas que fizeram parte dessa pesquisa. No entanto, diferenciava-se na forma de sustento de suas famílias que não se dava através de trabalho remunerado, mas de ganhos relativos à pensão por viuvez, benefícios por invalidez de um filho, aposentadoria, auxílios assistenciais do governo (Programa Bolsa Escola) e escolas. Nesse grupo de mulheres provedoras e não trabalhadoras destacam-se as pensionistas e as aposentadas⁹².

Entre aquelas que trabalhavam foram selecionadas sete (07) mulheres em cada uma das cinco áreas ZEIS do bairro para se efetivar entrevistas em profundidade perfazendo um total de 35 (trinta e cinco) mulheres entrevistadas. A seleção tomou como referência os contatos anteriores e maior proximidade que se havia tido com

⁹¹ Refere-se aqui a uma atividade de trabalho remunerado.

⁹² Entre as quatorze (14) mulheres contatadas que não trabalhavam, nove (09) eram pensionistas, duas (02) aposentadas, uma (01) era pedinte, uma (01) vivia com o auxílio bolsa escola e uma (01) era sustentada pelos filhos.

essas mulheres em companhia dos Agentes, oportunidades em que se colheu alguns dados pessoais e um brevíário de vida.

Selecionada a população, os agentes de saúde viabilizaram o retorno da pesquisadora à casa das mulheres que haviam sido selecionadas para saber das mesmas sobre a concessão da entrevista e da sua efetivação. Por serem trabalhadoras as entrevistas aconteciam, geralmente, na parte da tarde ou nos finais de semana, turno em que algumas não estavam trabalhando ou estavam de folga.

Essa preferência de turno, também, tinha a ver com a forma como se processava a divisão sexual do trabalho na esfera doméstica, pois mesmo para aquelas que exerciam os seus trabalhos em casa, como era o caso das lavadeiras, a preferência era pelo turno da tarde, provavelmente, o período em que já haviam efetuado grande parte das tarefas domésticas, confirmando, assim, o que diz as pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho nesse contexto (Neves, 1984; Salem, 1981; Macedo, 1999; Carvalho & Cravo, 1988).

Os momentos de realização das entrevistas eram, também, instantes de construção e ajustamentos do próprio fazer empírico. Era um lapidar constante de circunstâncias e procedimentos que se pretendia melhores arrematados diante da conversa com as informantes. Ocasões em que a subjetividade, muitas vezes, afluía e onde se fazia necessário o esforço de *objetivação* (Bourdieu, 1998) no sentido de controlar os *bias*⁹³ para que esses não viessem a moldar os dados de coleta (Goldenberg, 2000), o que não significou um caminho de fácil execução, mas possível, haja vista a consciência que se tinha da interferência dos valores e envolvimento ali embutidos (Mills, 1974).

⁹³ Termo em inglês usado em pesquisas sociais com o significado de preconceito, parcialidade.

O receio da acolhida e receptividade das mulheres, mediante o teor das conversas que dizia respeito a dimensões de suas vidas circunscritas à esfera familiar, se dissipava tão logo se era cumprimentada e convidada a entrar com amabilidade em suas casas. Mesmo considerando a situação de pobreza e maltratos revelados em seus relatos, nada agradável aos olhos e aos sentimentos, essas conversas foram momentos agradáveis em termos da receptividade que tiveram com uma “estranha” que aportou em suas casas e começou a escavar-lhes a vida em seus fatos corriqueiros e secretos, alguns bons de serem lembrados, ao que eram expressos num sorriso, outros dolorosos de serem tocados pela evidência de choro.

O início das conversas era, geralmente, marcado por certa inibição e desconfiança que iam se desfazendo no decorrer do bate-papo. À medida que o tempo passava envolviam-se nas descrições de suas vidas e nas memórias levantadas sobre o passado familiar e afetivo, além do que se sentiam valorizadas e ao mesmo tempo orgulhosas de saberem que suas histórias de vida eram importantes. Oportunidades, também, em que aproveitavam para fazer uma avaliação sobre si mesmas e sobre aqueles que faziam parte da sua vida.

Mesmo considerando curto o tempo de contato com essas mulheres para o estabelecimento de vínculos afetivos, observou-se a existência de certa afetividade por parte das entrevistadas em relação à pesquisadora. A evidência estava no tratamento dispensado a esta quando findava as entrevistas. O abraço apertado e o pedido de retorno às suas casas para outras conversas e para tomar um cafezinho eram sinais de que aquelas conversas funcionavam como momentos de desabafo e retrospectivas de vida relatadas a alguém com quem estabeleciam uma relação de confiança.

Mas nem sempre o quadro era de aceitação. Houve casos de repulsa por parte de algumas mulheres em conversar ou conceder entrevistas. Uma delas chegou a

marcar, mas no dia combinado não se encontrava em casa, havia deixado um recado com a vizinha dizendo que tinha desistido de conversar e só o faria se fosse para receber alguma coisa em troca. Há, ainda, o caso de outra que, também, havia marcado e não se encontrava em casa, tinha desistido da conversa porque ela tinha confundido a pesquisadora com uma funcionária da Prefeitura que iria à Comunidade para fazer o cadastro dos moradores no Programa Bolsa Família. Essas reações, além de confirmarem o que já havia sido comentado, anteriormente, a respeito do desejo de ajuda assistencialista, pode indicar um receio de expor a vida pessoal e íntima e, ainda, uma certa desconfiança contra os sistemas repressores que experimentam ao longo da vida.

3.4 O contexto social de inserção das chefes de família: o bairro e as áreas ZEIS

O bairro da Várzea

O bairro da Várzea está situado na região Oeste da cidade do Recife e faz parte da Região Político-Administrativa 4 (mapa 1). Até meados do século XX o referido bairro tinha a feição de arrabalde, circundado por grandes propriedades. A expansão urbana do mesmo está vinculada às trajetórias que interligavam o Porto e o centro do Recife ao interior. A estrada da Caxangá se constituía em uma dessas trajetórias que não só levava em direção à Várzea que era o centro histórico e sede paroquial de atendimento aos engenhos da região, situados na planície do Capibaribe, mas aos municípios de São Lourenço da Mata, Carpina, Limoeiro e outros do agreste e sertão do Estado (PREFEITURA, 2001).

A partir do século XIX, os caminhos de acesso ao bairro foram se desenvolvendo através de novos meios de transporte juntamente com os pequenos

aglomerados localizados em suas margens. Posteriormente, o surgimento de instituições como o Campus da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o Instituto Tecnológico de Pernambuco - ITEP, a Escola Técnica Federal de Pernambuco - ETFPE, e o Colégio Militar, mudaram a feição anterior que tinha o bairro sem alterar de forma significativa as características consolidadas ao longo do tempo (PREFEITURA, 2001).

O perfil de bairro pobre é constatado, sobretudo, pelos bolsões de pobreza (favelas) ali existentes provenientes das invasões de terras ocupadas, na maioria das vezes, por pessoas oriundas do interior do Estado, principalmente da área rural, que se deslocavam para a cidade na tentativa de melhores condições de vida. A origem rural de grande parte das famílias habitantes está, de certa forma, associada ao caráter itinerário do fluxo migratório que tem este bairro devido às suas áreas limites⁹⁴.

O veloz e desordenado crescimento populacional da cidade trouxe, também, como consequência o seu crescimento periférico através da expulsão das pessoas de áreas mais centrais e nobres para localidades mais periféricas constituídas, muitas vezes, por invasões de áreas ociosas que acabavam se transformando em favelas que, atualmente, estão não só no bairro investigado, mas por toda a cidade.

Outros indicadores sociais como o grande crescimento populacional, a baixa renda familiar e o alto déficit de alfabetização o caracterizam como um bairro pobre da cidade. É predominantemente residencial e tem como atividade econômica sobressalente o comércio, destacando-se nesta a atividade de panificação. Conforme

⁹⁴ A oeste faz limite com o município de São Lourenço da Mata e Camaragibe, ao norte com a RPA 3 e Rio Capibaribe, ao sul com a RPA 5 e à leste com o braço morto do rio Capibaribe.

dados do censo demográfico do IBGE (2000), trata-se de um bairro populoso⁹⁵ com 64.512 habitantes distribuídos em uma área de 2.264 ha, e uma densidade populacional de 28,49 habitantes/ha. A população residente é predominantemente jovem, sendo 46% menor de vinte anos.

As mulheres são ligeiramente mais numerosas (53%) que os homens. A média de moradores por domicílio é de 3,78. Das pessoas responsáveis pelos domicílios, 67% são homens e 33% são mulheres. Em relação ao rendimento mensal dos responsáveis 13% não possui rendimento, 41% tem renda igual ou inferior a dois salários mínimos e 11% ganha acima de 10 salários mínimos. O rendimento mediano mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes é de 350,00 reais. No que se refere à faixa salarial mais baixa de rendimento nominal mensal dos responsáveis (até ½ salário mínimo) as mulheres estão na frente dos homens (PREFEITURA / FAGES, 2003)⁹⁶.

A Várzea está entre os doze bairros do Recife que apresentam os maiores déficits de alfabetização para pessoas na faixa etária de quinze anos ou mais. A taxa de alfabetização por sexo é menor para as mulheres que para os homens. Está, também, entre os bairros que apresentam maior contingente de responsáveis pelos domicílios na condição de não alfabetizados. Dos responsáveis pelos domicílios sem instrução e com menos de um ano de estudo 45% são mulheres (PREFEITURA / FAGES, 2003)⁹⁷.

⁹⁵ É o bairro mais populoso da RPA 4

⁹⁶ Essa pesquisa tomou como referência os dados do censo demográfico do IBGE (2000). Trata-se da pesquisa “Mulheres Analfabetas no Recife”. O salário mínimo de referência foi R\$ 151,00.

⁹⁷ Para maiores detalhes sobre mulheres e analfabetismo no Recife ver PREFEITURA / FAGES, (2003).

As áreas ZEIS na cidade do Recife: instituição, constituição e assistência pública

Semelhantes às grandes aglomerações urbanas brasileiras, os assentamentos populares ou de baixa renda no Recife disseminam-se por todos os bairros e convivem lado a lado com moradias de renda elevada⁹⁸ formando paisagens que assinalam a pobreza e carências infra-estruturais e que refletem um histórico urbano de permanência de desigualdades sociais. Tais assentamentos fazem parte da história de ocupação do centro urbano da cidade do Recife. No Censo de 1913, 43% dos domicílios já eram de mocambos.

Essa proliferação de áreas muito pobres na cidade, conhecidas popularmente como favelas, fez com que a Prefeitura, por reivindicação de entidades e movimentos populares, criasse em 1983, a Lei de Uso e Ocupação do Solo (nº 14.511.83) instituindo as chamadas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS que, no seu artigo 14, as definia como “assentamentos habitacionais, surgidos espontaneamente, existentes e consolidados, onde são estabelecidas normas urbanísticas especiais, no interesse social de promover a sua regularização jurídica e sua integração na estrutura urbana” (FASE/URB, 1997)⁹⁹.

Apesar de instituídas como ZEIS essas não funcionavam na prática em termos de assistência pública, situação que só foi revertida através da instituição da Lei Municipal nº 14.947/87 que criou o Plano de Regularização das Zonas Especiais de

⁹⁸ Para saber mais ver “Cadastro das Zonas Especiais de Interesse Social com COMUL Instalada” publicada pelo Departamento de Equipamentos e Projetos Urbanos, da Prefeitura Municipal do Recife em 1999.

⁹⁹ Sobre o processo de migração intra-urbana na região metropolitana do Recife ver Scott (1996) que aborda a questão da remoção populacional visando discutir a importância de projetos de desenvolvimento urbano no redimensionamento do espaço nas cidades e na qualidade de vida dos seus habitantes demonstrando os significados atribuídos a indenizações e remoções forçadas para compreender a reintegração e reabilitação desse contingente populacional. Ver também Fontes (1986) que destaca a ação do estado no processo de segregação espacial no Recife enfocando a política repressora de remoção, via indenização.

Interesse Social - PREZEIS, cujo objetivo era viabilizar o processo de regularização fundiária, integrá-las ao contexto urbano, definir os parâmetros para a sua instituição e, ainda, estabelecer canais que contemplassem a participação popular tais como as COMUL¹⁰⁰ e o Fórum do PREZEIS¹⁰¹.

Um dos fundamentos básicos da lei do PREZEIS é a preservação das características locais de cada Comunidade fazendo com que as ocupações, se possível, permaneçam em seus locais de origem (Mendes, 2000). Sendo assim, deduz-se que a instituição de áreas ZEIS e a criação de seus mecanismos de regularização e urbanização representam muito mais um reconhecimento legal da existência de áreas faveladas na cidade do que, propriamente, a sua erradicação (Mendes, 2000).

Atualmente existem sessenta e seis (66) áreas ZEIS instituídas na cidade do Recife. Elas se encontram distribuídas pelas seis regiões político-administrativas e em quase todos os bairros da cidade. Cada uma dessas divide-se em duas ou três microrregiões, escolhendo seus delegados entre as Associações de Moradores cadastradas que, por sua vez, encaminham suas necessidades e reivindicações para serem discutidas durante a elaboração do orçamento no Fórum do PREZEIS ou no “Programa Prefeitura nos Bairros”.

Atualmente 53% das ZEIS (35) possuem COMUL instaladas, o que significa a abertura de um canal de negociação entre o Poder Público Municipal e as

¹⁰⁰ Trata-se da Comissão de Urbanização e Legalização que são espaços institucionais de caráter deliberativo no que diz respeito aos projetos de urbanização e regularização jurídica desenvolvidos nas ZEIS pelo poder executivo municipal. Elas são compostas por 01 representante da URB, 01 representante do órgão público encarregado do projeto, 01 representante de assessoria à comunidade (ONGs) e 02 representantes comunitários.

¹⁰¹ O Fórum do PREZEIS é um espaço de discussão política, deliberação, formação e capacitação dos Representantes Comunitários. Como canal institucional deliberativo sua função, também, é gerir o fundo do PREZEIS e administrar os seus trabalhos através de uma coordenação composta de cinco (05) membros: 03 representantes do segmento popular, 01 do poder público (URB), e 01 de ONGs. Subsidiaram o Fórum do PREZEIS as Câmaras de Urbanização, Legalização, Orçamento e Finanças, que se constituem em instâncias de caráter técnico consultivo. Cada uma dessas são constituídas por 02 representantes do segmento popular, 02 representantes do poder público, e 02 representantes de ONGs.

Comunidades, através do qual são encaminhadas as reivindicações de melhorias, ações de urbanização e legalização da posse da terra. A intermediação ou negociação é feita oficialmente através de dois (02) Representantes Comunitários eleitos pela Comunidade sob a supervisão de técnicos da URB.

Essa exposição sobre a definição e organização política das áreas ZEIS, na cidade do Recife, teve o objetivo de mostrar como essas Comunidades, na qual estão inseridas as mulheres em análise, foram instituídas oficialmente perante o poder público e através de que mecanismos legais são ou deveriam ser assistidas em suas múltiplas vulnerabilidades. No próximo item se conhecerá os aspectos gerais e comuns às áreas pesquisadas. Informações obtidas através dos passeios, conversas e observações feitas em campo, onde se pôde perceber tanto as vulnerabilidades infra-estruturais e assistenciais às essas áreas, incluindo as condições de moradia, suporte educacional, médico e de segurança, quanto o modo e estilo de vida dos seus moradores.

Adentrando as ZEIS da Várzea: a infra-estrutura, modo e estilo de vida nas Comunidades

O bairro da Várzea possui treze áreas pobres¹⁰², dessas, cinco são ZEIS e fizeram parte do universo pesquisado, são elas: Vila Arraes, Sítio Wanderley, Rosa Selvagem, Brasilit, Campo do Banco (mapa 2). Só as três últimas possuem COMUL instalada. No que se refere aos dados de população, essas áreas se apresentam na faixa que vai de 3.000 a 8.000 habitantes¹⁰³, de 13ha a 49ha e possuem entre 121 hab/ha a

¹⁰² Ambolê, Barreiras, Brasilit, Campo do Banco, Caxangá III, Caxito, Sítio Wanderley, Favela da Draga, Ilha das Cobras, Invasão UR7, Jardim Caxangá, Vila Arraes, Malvinas.

¹⁰³ A menos populosa é a Vila Arraes e a mais populosa é Rosa Selvagem

339 hab/ha¹⁰⁴. A maioria delas localiza-se em áreas de planície com exceção de Rosa Selvagem que está incluída na categoria “morro com risco” e Vila Arraes que fica em área ribeirinha, localizando-se às margens do rio Capibaribe.

Em termos de infra-estrutura básica, apesar de apresentarem abastecimento de energia elétrica e água¹⁰⁵, a maioria carece dos serviços de drenagem e esgoto sanitário, onde é possível se ver com frequência valas abertas e estouradas, alagamentos nos períodos chuvosos e a grande incidência de ratos e baratas, como mostra essa entrevistada ao dizer que: “aqui tem rato que só, minha filha. A minha netinha fica assim, olhando, assistindo aqui e com medo dos ratos” (Lindalva, 48) ou essa outra que diz “minha fia os problema maior aqui é quando chove que estoura tudo, não tem quem agüente essa catinga, como você tá vendo aí e, também, os ratos, eu durmo aqui nesse sofá e todo dia cai um guabiru em cima de mim, no começo eu me assustava, agora chuto ele com a mão e vou dormir, ele já é meu amigo (risos)” (Severa, 59).

O abastecimento de água não chega todos os dias nas casas dos moradores, o que faz com que seja freqüente a presença de reservatórios no interior das casas. O “dia de água”, como é chamado pelos moradores, é bastante movimentado, uma ocasião para limpeza geral que inclui desde a lavagem das casas, roupas, panelas até os banhos mais abundantes. É um dos momentos de intensa sociabilidade entre as mulheres que aproveitam os momentos de estender as roupas nos varais, que ficam nas vias públicas ou em quintais conjugados, para colocarem os assuntos em dia. As mulheres que trabalham como lavadeiras aproveita esse dia para efetivar o seu trabalho.

¹⁰⁴ Rosa Selvagem é a que possui a menor densidade demográfica e Campo do Banco a maior.

¹⁰⁵ Em trechos mais carentes das comunidades é comum a prática da gambiarra.

No tocante à existência de escolas, creches e posto de saúde essas áreas são, em geral, precárias. Vila Arraes, uma das áreas mais carentes entre as investigadas, não tem creche pública, escola e nem posto de saúde em seu interior, já Sítio Wanderley não possui posto de saúde e Rosa Selvagem não possui escola de ensino fundamental. Em termos de assistência médica, os moradores das comunidades de Sítio Wanderley e Vila Arraes recorrem ao posto de saúde que fica fora das comunidades. O atendimento nessas referidas áreas se dá via Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, onde esses têm a função de orientação básica sobre saúde e regras de higiene junto às famílias. Somente nos casos de idosos, acima de 60 anos, é que efetuam diretamente a marcação de consultas no Posto de Saúde próximo.

Desigualdades diferenciando os pobres dos mais pobres nas ZEIS

Apesar de serem, em geral, semelhantes em termos das precariedades infra-estruturais e de saneamento básico, as comunidades se diferenciam. Uma são menos assistidas e mais carentes que outras, o que tem a ver não só com o tempo de existência, mas com a falta de um canal legal junto ao poder público visando à assistência e implantação de melhorias. Além dessas diferenças entre comunidades, há as diferenças dentro de uma mesma comunidade, onde é possível se verificar trechos menos e mais precários, assim também como pessoas mais e menos pobres. Quanto mais pobres são as famílias, nesse contexto, mais agravantes são as situações gerais de vulnerabilidade e risco em termos de moradia e condições de vida¹⁰⁶.

Nos casos estudados observou-se, grosso modo, três realidades de precariedades ou níveis de pobreza estrutural no que se refere à localidade, estrutura

¹⁰⁶ As especificidades de cada área investigada serão apresentadas nos anexos através de uma exposição do seu histórico de ocupação e alguns indicadores sociais.

das casas e poder aquisitivo dos moradores¹⁰⁷. No primeiro padrão situam-se as habitações consideradas menos precárias, localizadas em trechos considerados mais “nobres”, trata-se daquelas que ficam nas avenidas ou ruas principais. São casas, geralmente, de tijolo e telha canal, possuem piso, água, banheiro e são maiores em termos do número de cômodos. Os moradores são antigos na área e pelo menos uma pessoa no domicílio possui emprego certo ou mais estável, enquanto os outros se ocupam de trabalhos informais.

No segundo padrão aparecem as casas que ficam localizadas no começo das travessas que cortam as avenidas e ruas principais. São menores e estruturalmente inferiores ao primeiro caso, geralmente, construídas de tijolo, com telha brasilit, sem piso, com banheiro, agarradas umas às outras e localizadas em ruas bem estreitas com valas no lugar de calçadas por onde passam os excrementos e águas de esgotos. Em algumas ruas essas valas encontram-se destampadas ou entupidas causando um mau-cheiro permanente. Os moradores desse padrão estrutural são, também, antigos na Área, porém mais pobres que os primeiros. Ocupam-se de biscates.

No terceiro padrão, estão as casas localizadas no final das travessas que cortam as ruas principais, são trechos periféricos, menos valorizados e invadidos mais recentemente. Trata-se de terrenos acidentados, por vezes, próximos de rios ou em morros. As ruas são muitas estreitas, com pouca luminosidade e cortadas, repentinamente, por becos e vielas em formatos de caminhos desordenados e sem calçadas. As moradias têm aspecto de barracos com dimensões muito pequenas, um ou dois cômodos, coladas lateralmente umas às outras, algumas construídas de tijolos, mas grande parte de madeirite, piso de chão batido, teto de lona, telha brasilit ou

¹⁰⁷ Essa tipificação não tem o propósito de precisão ou limitação das estruturas das Áreas aos padrões aqui descritos. Trata-se apenas de uma tradução observacional dessa pesquisadora sobre a disposição sócio-geográfica do espaço.

ambos. No interior de muitas dessas casas costumam não ter água e nem banheiro, os esgotos e excrementos ficam a céu aberto¹⁰⁸. Os moradores dessas localidades são, geralmente, os mais pobres das Áreas¹⁰⁹.

Os moradores desses trechos e domicílios mais vulneráveis, praticamente, não têm privacidade em relação aos espaços da casa, uma vez que, essas são muito pequenas fazendo com que, na maioria das vezes, todos estejam aglomerados num mesmo compartimento, principalmente em relação ao local de dormida, onde a cama ou o chão forrado é dividido para duas ou quatro pessoas, dependendo do tamanho da família. Essa “coletivização forçada” acaba gerando uma rotina estressante e uma maior incidência de conflitos entre os membros da família (Carvalho, 1997).

O nível diferenciado de pobreza nesse contexto social, como foi visto acima, torna inadequada a percepção de sociedade como estando dividida entre pobres e ricos, onde a favela é pensada como um lócus homogêneo e indiferenciado de pobres em oposição aos ricos (Salém, 1981), como alertou Preteceille & Valladares (2000) em seu estudo sobre as favelas cariocas enfatizando a inviabilidade de se pensá-las como um “tipo ideal” de concentração da pobreza urbana.

Tal qual a concepção de família aqui discutida em um momento anterior, as favelas e os moradores no interior dessas devem ser pensados de forma relativa não só em termos de práticas, valores, gostos e estilo de vida (Zaluar, 1994), mas também em termos das condições de pobreza, visto que há uma variação de níveis onde é possível

¹⁰⁸ É comum nesses trechos utilizarem para as necessidades fisiológicas o sistema de pombo que consiste em fazer tais necessidades num saco e jogá-las nas proximidades da casa, terreno baldio e rios, como mostra esse relato “logo num havia atrás o quartinho, eu mandei fazer agora, acho que quatro anos que passei aqui, não tinha banheiro, eu fazia cocô no papel ou numa lata pra esperar anoitecer assim, pra jogar lá dentro do rio. Às vez o povo ficava mangando assim: ‘Óia os pombo!’ E eu ficava minha fia, com uma vergonha” (Irani, 46). Do total de domicílios investigados 28% utilizam-se desse sistema. Silva (2004) em seu estudo sobre assentos populares em Recife, também verificou esse quadro de precariedade socioambiental e habitacional.

¹⁰⁹ Destaque no Brasilit para os trechos Uga Uga e Ninho das Cobras; na Vila Arraes o trecho do Beco do Óleo; No Campo do Banco o trecho da rua Torre Homem, também, conhecida por rua da merda.

se evidenciar os menos pobres e os mais pobres, não só em relação às desigualdades de renda, mas em nível do acesso aos equipamentos urbanos¹¹⁰, número de desempregados no domicílio, nível de escolaridade, número de filhos, entre outros.

Os passeios pelas Áreas foram ricos, também, em informações a respeito dos hábitos e estilos de vida dos seus moradores. Nas andanças se pôde observar uma movimentação constante das pessoas nas ruas conversando umas com as outras, em qualquer horário do dia. À tardinha a presença se intensificava, destacando-se as mulheres nas calçadas de suas casas, provavelmente o período do dia em que já haviam efetuado o grosso das tarefas domésticas.

Em geral, a presença acentuada de pessoas nas ruas, nas portas das casas ou em rodas de conversas, variando em termos de sexo, idade e horário, algumas bebendo, outras conversando, outras perambulando, chama atenção não só para a existência de uma forte sociabilidade entre os moradores, mas para a presença de um grande contingente de desocupados ou desempregados nessas áreas. Uma boa parte dos que estão empregados ocupam no mercado de trabalho uma posição de trabalhadores(as) não especializados(as), de baixa escolaridade e atuando na informalidade.

A roda de homens bebendo nos botecos era um acontecimento freqüente nas comunidades pesquisadas. Em todos os turnos do dia se podia ver pequenos grupos de homens, aparentando idade entre trinta a cinquenta anos, tomando cachaça. Em algumas comunidades essas cenas se apresentavam com mais intensidade, a exemplo de Vila Arraes e Rosa Selvagem. Conforme os agentes de saúde, o alcoolismo masculino se constitui num dos mais graves problemas das famílias por eles atendidas, sendo responsável não só por doenças orgânicas causadas pela ingestão de álcool, mas

¹¹⁰ Tomou-se esse termo emprestado de Preteceille & Valladares (2000) que o utiliza significando o nível de acesso das moradias a água, esgoto, coleta de lixo, número de cômodos e banheiro por domicílio.

por problemas relacionados às desavenças e violência familiar o que confirma o que dizem alguns estudos sobre violência doméstica (Soares, 1999; Soihet, 1989; PREFEITURA/FAGES/SOS CORPO/USP, 2003). Apesar dos homens se destacarem nesse item vem aumentando o número de mulheres alcoolistas nessas áreas, conforme os agentes de saúde.

Mas apesar do reconhecimento do problema e das reclamações desses profissionais, essas ficam em nível dos discursos, na prática não se observou ou tomou conhecimento de nenhuma medida ou serviço especializado no Posto de Saúde ou nessas áreas ZEIS para tratar o alcoolismo. A inoperância diante da dependência alcoólica vem de todos os lados, da administração pública, da parte dos profissionais de saúde e dos próprios moradores, e parece estar associado à concepção dessa prática como “vadiagem” ou “sem-vergonhice” e não como doença que necessita de tratamento especializado.

Com isso não se quer dizer que a questão seja resolvida com um simples tratamento médico. A dependência alcoólica pode ter raízes em problemas sociais de caráter mais amplo, aqueles relacionados à própria situação de pobreza, desemprego ou subemprego que acaba atingindo a honra e a moral desses homens que é pautada no trabalho e provisão familiar. Estar nessa condição é vivenciar cotidianamente a desvalorização e desprestígio pela impossibilidade de não poder prover a família e, ainda, depender de outros membros da rede de parentesco como esposas e filhos motivo de desmoralização masculina e baixa-estima que, geralmente, é canalizada para o ciclo vicioso da bebida e violência doméstica como válvula de escape (Sarti, 1996).

As formas de lazer perpassando as relações de gênero e as questões familiares

As formas de lazer para os moradores dessas comunidades são restritas devido ao baixo poder aquisitivo e marcadamente recortadas pelo aspecto de gênero. A prática futebolística e as rodas de conversas se sobressaem como principais formas de lazer cotidiano. O futebol destaca-se como uma forma de lazer masculino. Acontece nos campos de futebol, em algumas ruas mais largas e menos movimentadas das comunidades ou em terrenos baldios dessas. A existência de alguns desses campos se confunde com a própria história da Comunidade ou mesmo explicam o seu surgimento, como é o caso do Campo do Banco e da Vila Arraes.

À tardinha é comum ver homens e meninos reunidos em torno dos referidos campos para jogar, assistir ou conversar com os amigos. A expressão de satisfação e empolgação presente nos semblantes, gestos e falas dos que lá estão evidenciam momentos de plena alegria e descontração através do quais a vida de pobreza e sofrimento parece, por alguns instantes, ser esquecida.

Esses encontros esportivos cotidianos, parte integrante do gosto e estilo de vida dessas Comunidades são redutos de sociabilidade e formação da masculinidade, prováveis reflexos da socialização internalizada do que é ser homem. Embora alguns estudos já apontem sinais de mudanças no sentido dessa não ser mais uma prática exclusivamente masculina (Santos, 2003), ainda, predomina como prática e espaço masculino nessas áreas. Não se observou a presença de meninas ou mulheres jogando ou assistindo às peladas que aconteciam diariamente nas áreas investigadas. Nos momentos em que aconteciam os jogos, as mulheres se encontravam no interior das casas, na vizinhança ou nas portas envoltas nas suas próprias rodas de conversas, consideradas redutos de socialização e sociabilidade feminina.

As condições de acentuada pobreza vivida pelas famílias nessas áreas as impossibilitam de formas diversificadas de lazer, principalmente se para a realização das mesmas for necessário dispendir de numerários. As mulheres provedoras, aqui analisadas, estão também incluídas nesse quadro de limitações, visto que os seus poucos rendimentos são direcionados basicamente para o sustento da família, traduza-se alimentação¹¹¹, não lhes sobrando praticamente nada para diversão.

Algumas vezes quando recebem um “dinheirinho extra” procuram formas de lazer para os filhos que não lhes custam muito caro, como ir a praia e pracinhas. No entanto, lamentam não poder ir com mais frequência devido aos gastos que ainda têm com as crianças nesses tipos de passeios como diz essa entrevistada “eu mesmo não me divirto em nada, agora elas pedem é muito pra ir na praça, mas termina que eu vivo tão cansada e o problema maior não é nem isso é o dinheiro, porque tu sabe criança como é. Uma vez na vida, quando melhora um pouquinho, eu levo as bichinhas pra sair ali na pracinha e compro um confeitozinho pra elas lá” (Joselma, 40). Observa-se, também, que as prioridades giram em torno dos filhos e não delas.

As mulheres separadas com filhos maiores parecem se divertir mais que as casadas. As festas e rodas de cervejas com amigas aparecem como formas de lazer, como se pode observar no relato dessa entrevistada que diz: “a gente toma uns

¹¹¹ A alimentação básica dessas famílias é, em geral, muito precária. Aquelas mais pobres não fazem três refeições por dia, limitam-se a uma. Arroz, feijão, farinha e ovo constituem a alimentação básica. A carne apesar de não fazer parte do cardápio diário é muito valorizada, ao contrário das verduras e legumes. As crianças têm certo privilégio em relação aos adultos, não só devido aos programas assistenciais do governo como o fornecimento do ticket leite, mas em relação à preocupação dos pais, principalmente as mães, em se sacrificar em prol delas. Geralmente, os alimentos são comprados em sistema de fiado e em mercearias próximas às suas casas. Além de mais barato há uma relação de confiança e proximidade com os donos(as) dos estabelecimentos que por serem seus vizinhos e conhecerem mais de perto suas dificuldades financeiras se sentem, muitas vezes, sensibilizados no sentido de adiarem a dívida por mais um tempo ou permitir a retirada de alimentos, mesmo com a dívida anterior sem ter sido paga o que, por outro lado, não as isenta da cobrança de altos juros no final do mês. Quando recebem o dinheiro “é só pra pagar o fiado na barraca e já fica pindurado de novo” (Quimera, 44). Sobre o estilo e a importância de determinados tipos de alimentos em áreas faveladas ver o trabalho de Zaluar (1994).

copinhos de birita, solta aquelas gargalhadas! Quando a gente tem, quando eu tenho dinheiro e ela tem, a gente fica lá na casa dela tomando uma e conversando negócio dos amores que fica por aí...” (Mercedes, 38). Ou essa outra que comenta sobre os seus passeios dizendo: “eu gosto muito de dançar, tem uma turminha que vem aqui, eu me animo e vou pra um barzinho. De vez em quando, assim num domingo, eu vou na casa de uma colega minha e passo o dia lá, levo os meninos” (Elis, 38).

Mas, em geral, o lazer limita-se à televisão e conversas com vizinhos. Nesse sentido, pode-se dizer que há uma relativa homogeneização de gostos e estilos de vida que acaba se constituindo numa espécie de *habitus* de classe (Bourdieu, 1994). Cada uma dessas formas de diversão contribui, ao seu modo, para sociabilizar as mulheres sobre questões familiares e de gênero, seja mostrando como estão se dando tais relações na sociedade em geral, no contexto social ao qual pertencem e nas suas próprias casas.

Assistir televisão constitui um passatempo relevante para essas mulheres. Além de não trazer maiores custos, é cômodo e prático, no sentido de não precisar se deslocar de casa e poder usufruir nos momentos em que estão desocupadas ou, mesmo, fazendo algum trabalho doméstico. Através desse entretenimento se defrontam tanto com situações que, comumente, fazem parte do seu mundo real (pobreza, violência), quanto àquelas que remetem a um mundo distante, um mundo que gostariam de ter e estar (riqueza, poder).

As novelas aparecem como o estilo televisivo mais assistido. Através delas se identificam, reproduzem, criticam e julgam personagens e situações considerando as suas próprias histórias de vida, experiências de trabalho e, sobretudo, experiências afetivas e conjugais, como revela essa entrevistada quando diz “eu gosto daquela novela ‘mulheres apaixonadas’ porque ali mostra a verdade, os homens batendo,

traindo, mas, também, tem as mulheres safadas que trai os maridos, como aquela que aparece lá saindo com o motorista (risos). Isso é da realidade mesmo, não é mentira não, a gente vê todo dia acontecer aqui mermo, bem perto de nós”. (Leila, 34).

Há, também, a preferência por programas de estilo popular centrado em casos de família, como mostra uma entrevistada justificando a sua preferência por esse tipo de programa e elogiando a postura da apresentadora em relação aos homens “eu gosto do Programa da Márcia porque ela mostra a realidade da vida. Homem bandido não tem trégua com ela não. Ela incentiva as mulheres a denunciar” (Dorina, 46).

Embora se observe, nos discursos, rejeições iniciais aos programas de estilo policial mediante alegações de não “gostarem de baixaria”, “de esculhambação”, negando a associação comumente feita entre pobres e confusão, acabam revelando preferência por esse tipo de programa, com o qual identificam situações que acontecem, corriqueiramente, nas comunidades em que moram e nas suas próprias casas.

Eu gosto de J. Ferreira e gosto do Jornal da Tribuna. É porque eu gosto de ver as coisa, assim, essas coisa que acontece, de acidente, essas coisa assim. Porque a gente fica dando conselho as meninas, alertando, né. Agora, mermo, teve o caso das moças que mataram né, nova, bonita, rica. Eu digo pra essas daqui, olha, com o filho de um rico acontece isso, quanto mais o do pobre, né. Aí é uma coisa pra alertar elas, pra elas vê porque elas são adolescente. Elas num prestam muito atenção não, mas eu fico dizendo. Aí eu gosto mais de assistir por causo disso. (Laura, 34).

Eu gosto de assistir J. Ferreira, Cardinot. Gosto muito. Todo dia eu tenho que ver um pouquinho. Eu gosto porque às vezes passa até coisa pra gente rir. Feito as palhaçada que o pessoal faz por aí, né? E tem coisa que acontece mesmo, visse! Esses marginais, morte, tudinho. Eu mesmo, aqui onde eu moro, eu sou doida pra sair daqui. Tô pedindo a Deus essa benção d'eu sair daqui, porque eu moro na esquina e dia desses tinha um rapaz que eu recramei porque ele tava batendo na minha porta aí ele ficou dizendo coisa, sabe. Eu já fui quase morta mesmo de faca, ele me ameaçou, me esperou com a faca. Já morreu, ele. (Helenita, 32).

As conversas com vizinhos são as formas mais freqüentes de lazer para as mulheres moradoras dessas áreas, incluindo as mulheres chefes de família. Funcionam, quase sempre, como momentos de desabafo, conselhos, apoio e exposição dos problemas familiares e afetivos por parte das mulheres, mas, também, momentos em que aproveitam para atualizar as fofocas sobre quem se separou, brigou, casou, traiu, apanhou, foi abusada sexualmente, entre outros.

Participar desses momentos de sociabilidade que acontecem de forma mais intensa a noite significa irmanar-se e mostrar-se, acima de tudo, igual em práticas e valores àqueles que desses espaços participam. No entanto, não participar significa diferenciar-se do grupo e do contexto ao qual pertence e, conseqüentemente, sofrer as conseqüências da rejeição e desprezo, como mostra essa entrevistada que se diz diferente das demais mulheres da vizinhança e, portanto, discriminada.

Aí começou as fofocas, fofoca daqui, fofoca dali. Outro dia eu escutei umas piadinhas assim, ‘ô fulana, tu sois tão inteligente e só leva gaia’, outras dizia, ‘ô fulana, hoje não deu certo porque tu veio tão triste, e outra que perguntou pra minha cunhada como é que eu andava tão arrumadinha e ia trabalhar em casa de família toda produzida se só eu trabalhava lá em casa e não dava pra isso. Eu acho que elas pensam que eu sou orgulhosa. Eu sou uma pessoa igual a elas, mas sou diferente, entende? Não sei se é inveja não, eu acho, assim, que é uma raiva que elas têm de mim, exatamente, porque eu não sou aquela pessoa que gosta de tá numa moia. Eu acho tão feio assim, aquelas pessoas ficar fazendo aquele círculo e fofocando. Sempre estou por fora, sabe. Quando começa eu sempre me saio. E me preocupo com minhas amizades, tenho muitas amizades boas. Não vivo com aquelas pessoas que só vivem em multidão ou dentro da minha casa. Não sou daquelas pessoas que vai pra festas ou vai fazer farra ou fica na porta da barraca bebendo. É do meu trabalho pra casa (Fabiola, 36).

Essas rodas de conversas se efetivam sob a égide de algumas regras implícitas que levam em consideração, sobretudo, a confiança e a proximidade entre seus participantes. Ao tempo que são permitidas e apreciadas como forma de sociabilidade que propicia descontração, comunicação e mesmo educação são, também, consideradas como alvo de conflito e fofoca visto que envolve não só fatos

verdadeiros, mas também falsos sobre a vida alheia. É onde se põe em xeque a honra de outrem (Fonseca, 2000).

Mais danoso que estar em rodas de conversas em espaços públicos, como nas calçadas, é estar e andar na casa de vizinhos. Há uma concepção geral de que viver freqüentemente na casa desses, participar de suas intimidades, não é algo bom, traz conseqüências desagradáveis e, muitas vezes, desastrosas não só para os envolvidos, mas para terceiros. Trata-se novamente das fofocas que se institui sob o recorte de gênero e vai desde leves fuxicos, gerando intrigas, até grandes acusações, gerando mortes. Apesar de se eximirem, em geral, da participação em fofocas é bastante comum se ouvir falar da forte presença dessas nas áreas (Fonseca, 2000).

Só não gosto de ir pra casa dos outro, viu. Não gosto de tá dentro da casa de ninguém. Se a senhora me ver é dentro da minha casa. Eu gosto de vir do trabalho pra casa e da casa pro trabalho. Por causa que só tem fofoca, né? É pra evitar confusão. Desde pequena é que meu pai dizia isso. Eu acho que eu aprendi por causa de meu pai. Ele dizia ‘a casa dos outro só presta pra arrumar inimizade’. A casa que eu ía, que eu gostava de ir, é duma amiga que é como uma irmã pra mim, ela foi comigo pra maternidade, mas ela foi embora daqui. (Josina, 45)

Tenho amizade aqui, mas eu gosto de ficar na minha casa mesmo. É melhor. Porque evita pobremas com vizinhos, né. É porque eu sou uma pessoa muito do meu lugar. Porque sempre a maioria pobre as pessoas dizem, ah! porque é baixaria, vai sair fofoca, aí eu não vou. Cada qual vive a sua vida e eu vivo a minha. Quando você não me vê dentro de casa, cuidando da casa, você me vê vendendo tapioca, mas nas casas de vizinho não! (Marília, 40).

A gente não deve ficar na casa dos outros, socado direto, porque não presta. Eu vou lá embaixo falo com ela digo: oi! Mas viver na casa dela eu não vivo. Não vou não. Porque sempre o pessoal é muito falso. Ela fala de mim, a outra falava de mim. Porque eu sou uma pessoa que eu não tenho opinião, porque olhe, se você tiver amizade tem que ter respeito, mas ela nunca teve comigo, ela falava de mim pra o meu marido que só a cebola. Porque se eu saísse e conversasse com alguém eu já estava traindo o homem. E ela botava pra falar, falava que só, duas caras. Prejudicava mais, ainda, a minha situação quando falava de mim. Aí porque eu falava com um rapaz daí, dizia que eu tinha caso com esse homem, com o vizinho daí. E eu nunca fiz isso, eu vivi sozinha. (Joselma, 40).

O que está em jogo na aprovação e desaprovação das rodas de conversas públicas ou nas idas frequentes às casas dos vizinhos é a questão da reputação, elemento utilizado para diferenciar aqueles que tem boa reputação e são incluídos nas redes de ajuda e proteção, daqueles que não tem boa reputação e são excluídos dessas. Nesse jogo a mulher é figura central, visto que é através dela que se dá a manipulação da opinião comunitária, como demonstrou Fonseca (2000) em seu estudo sobre uma comunidade pobre em Porto Alegre.

A grande incidência de conflitos e fofocas entre os moradores nessas áreas parece, também, estar associada contraditoriamente a forte rede de solidariedade cotidiana existente entre os moradores dessas áreas que, na maioria das vezes, é viabilizada pela frágil estrutura habitacional e disposição amontoadas das moradias, proporcionando além de pouca privacidade uma maior publicização da vida pessoal, gerando uma maior incidência de confusões e fuxicos. Nos casos das mulheres separadas essas intromissões e falatórios são ainda maiores.

Para além dos conflitos e fofocas a intensa rede de solidariedade, observada nessas comunidades, se constitui como peças fundamentais do estilo de vida dos moradores. Através delas se igualam e se irmanam como elementos integrantes do conjunto de pobreza ao qual pertencem. Por essa via estabelecem que “onde come um, come dois” e não costumam negar ajuda porque sentem na pele o que é sofrimento. A ajuda ou solidariedade funciona como uma espécie de dádiva que traz implícita uma lógica de reciprocidade que, nesses casos, advém tanto das relações vividas no cotidiano, quanto da relação com o sobrenatural respaldada na lógica de que “mais tem Deus pra dar de volta”.

Outra situação observada com frequência nas áreas pesquisadas diz respeito à grande incidência de adolescentes grávidas ou com filhos. Era comum encontrá-las nas

casas em que se visitava, nas ruas ou nos Postos de Saúde. Quando grávidas ou com filhos pequenos e sem companheiros, geralmente, moram na casa dos pais e são sustentadas por eles. Quando residem com os companheiros na casa dos pais estes costumam separar um “canto” para o casal dentro do pequeno espaço da casa ou construir um “vãozinho” nos fundos para acomodá-los.

Eram freqüentes os comentários de adolescentes ou dos seus pais queixando-se sobre as divergências familiares que surgiam por conta dessa convivência difícil de administrar no ambiente da casa. Da parte dos pais havia alegações e cobranças às filhas(os) e respectivos (as) companheiros(as) em relação ao sustento do neto e das responsabilidades que deveriam ter como pais. Havia, ainda, pressões para trabalharem e exigências para que seguissem o regime da casa e do seu provedor. Em contrapartida, havia por parte das filhas(os) e companheiros(as) insatisfações diante da dependência financeira, controle dos pais e restrições que tinham na casa, inclusive em relação à criação do próprio filho, na maioria das vezes, criado e educado pela avó cuja autoridade e poder é bastante significativa na família, como verificou Neves (1984) em seu estudo.

A casa constitui-se, assim, em importante elemento de compreensão dos valores e afetos familiares (Da Matta, 1985), uma dádiva em circulação, um instrumento através do qual os proprietários exercem poder e controle sobre os que nela habitam que, por sua vez, deverão seguir ou moldar-se aos regimes por eles estabelecidos. Ter um pedaço privativo na casa dos pais, concessão de um cômodo ou construção de um compartimento, ao tempo que representa uma maior privacidade e

autonomia para o casal significa, também, controle por parte da família de origem sobre eles (Hita-Dussel, 2004)¹¹².

Uma cena observada com frequência nas ruas das Comunidades trata-se da presença ociosa de jovens, aparentando na faixa etária dos quatorze aos vinte anos, a qualquer hora do dia em grupos ou perambulando. A informação dos agentes de saúde sobre esses, indicava que havia muitos deles sem estudar, desempregados e sem nenhuma ocupação o que causava motivo de preocupação aos pais, pois não ter um emprego ou pelo menos uma atividade para preencher o tempo é um risco de envolvimento com drogas, outra incidência forte nas ZEIS. Em algumas delas o histórico do consumo de drogas e do tráfico se confunde com o próprio surgimento da Comunidade. Homens e mulheres fazem parte desse universo, mas o destaque continua sendo para os homens. A droga mais consumida é a maconha e os consumidores, em sua maioria, são os adolescentes e jovens adultos. Os homens mais que as mulheres.

O envolvimento acontece, na visão dos Agentes, devido às más companhias e falta de controle dos pais sobre os filhos. Apesar de colocarem, em geral, a culpa no casal, observou-se no decorrer dos discursos que a atribuição da culpabilidade recaia, de fato, sobre as mães, as verdadeiras responsáveis pela criação e controle dos filhos. Veja o comentário dessa agente de saúde sobre a família de uma garota que estava envolvida com drogas:

Mas, também, a culpa é da mãe que é uma mosca morta, ela não tem domínio, não tem moral sobre os filhos e é porque é evangélica. Aqui acontece muito isso as amizades ruins que puxam os jovens pra esse lado, mas eu acho que as mães tinham que controlar mais os filhos, só que elas não controlam e aquelas que trabalham passam o dia fora e aí quando chegam em casa não vão atrás do que os filhos fizeram (Durvalina, 42 anos).

¹¹² A autora fala dessa relação ao tomar a casa como categoria central de análise da matriarcalidade, a partir de dois arranjos familiares extensos, em um bairro popular de Salvador.

Ao perguntar o porquê dos pais não se encarregarem da criação e controle dos filhos essa mesma Agente retrucou dizendo “mas vai nada (risos), não tem nem perigo, eles não ligam pra isso não, se não for às mães aqui. E, também, eles só vivem na rua bebendo, só dá mal exemplo pros filhos, que moral é que tem? Nenhuma. Os filhos ficam aí abandonados, dão pro que não presta, e quando eles vão acordar já é tarde”. Esse discurso reforça a idéia de papéis e atribuições diferenciadas de gênero na esfera doméstica, cabendo a mulher a responsabilidade pela criação dos filhos (Sarti, 1996; Scott, 1990).

Ao se envolverem com drogas os jovens costumam ficar agressivos gerando com frequência conflitos no contexto familiar. Alguns casos foram relatados de adolescentes que as mães tiveram que expulsar de casa ou mesmo denunciar, com receio de sofrerem as conseqüências do envolvimento com as drogas, seja pelas agressões físicas praticadas pelos próprios filhos contra a família, ou pelo risco de morte como vingança dos comparsas.

O envolvimento dos jovens com o mundo das drogas costuma ser atribuído no próprio meio e no senso comum à marginalidade ou delinquência desses. No entanto, quando analisada em seus aspectos sociais mais amplos, essa marginalidade vai além do próprio indivíduo e passa a estar associada à falta de oportunidades no mercado de trabalho, de moradia digna, de alimentação básica, de escolaridade, elementos instituidores da condição de pobreza e miserabilidade na vida desses jovens gerando revoltas e subterfúgios como esse.

Com isso não se quer dizer que a condição de pobreza leva necessariamente à delinquência e às drogas, mas que se constitui como um dos fatores de influência, seja pelo convívio cotidiano do indivíduo com esse universo, seja como válvula de escape dos problemas e das adversidades ou, ainda, como meio de sobrevivência, já que essa é

considerada uma instância “promissora financeiramente”, principalmente para os que nela se inserem como profissionais do tráfico. Alguns Agentes e moradores comentaram existir famílias que mesmo não aceitando o envolvimento dos filhos, cônjuge ou parentes com o tráfico, acaba se beneficiando indiretamente dos frutos dessa atividade através da ajuda financeira ou mesmo provisão econômica que esses efetivam junto às suas famílias.

Embora a violência não seja um assunto revelado abertamente e nem admitido com facilidade para alguém de fora desse contexto, o que acaba sendo uma espécie de preservação e valorização do lugar ao qual pertencem é, de fato, uma prática freqüente nessas Comunidades investigadas, apresentando-se, em geral, sob a forma de violência doméstica ou na forma de crime praticado, geralmente, por grupos ou pessoas envolvidas com o tráfico de drogas. Esses grupos, ao tempo que afligem e são temidos pelos moradores, são também considerados seus protetores. Há uma espécie de código de proteção e ajuda às mulheres e crianças e, também, um pacto de proibição de roubo e assalto aos moradores da própria Comunidade, atitudes só permitidas fora do próprio contexto o que, de certa forma, traz tranquilidade e segurança aos moradores nesse aspecto.

Em uma das ZEIS, considerada a mais violenta do bairro, observou-se certa preocupação das agentes de saúde em não deixar essa pesquisadora entrar ou sair da Comunidade sozinha. Uma delas chegou a dizer “não é bom você descer sozinha, não se preocupe que eu vou lhe buscar e deixar, é só você dizer a hora. Estando com a gente não tem problema” (Soledade, 28). Em um dos dias em que os trabalhos se encerraram à noite, meia hora depois que se saiu da referida área houve troca de tiros entre a polícia e traficantes. Houve outro caso em que a entrevista foi interrompida pela notícia de que a polícia estava vigiando a casa da entrevistada atrás de um preso

fugitivo que era seu genro. Notícias de assassinatos de moradores durante o período da pesquisa, também, foram veiculadas nas áreas.

A entrada nessas comunidades sem os devidos contatos com pessoas que tenham certa representação comunitária torna-se inviável. Além de serem áreas de difícil acesso, devido à própria disposição do local e desordenamento das casas e ruas, atravessadas por muitas vielas ou becos, há uma espécie de restrição velada em relação à entrada e circulação de estranhos em determinados trechos e horários. Nesse sentido, os agentes de saúde e os representantes comunitários são profissionais imprescindíveis para a realização de pesquisas nessas áreas.

Através do panorama, aqui exposto, sobre as comunidades que fizeram parte da pesquisa, onde foram destacados alguns aspectos comuns ao modo de vida dos moradores, expressos nas práticas de convivência, lazer e solidariedade, condições de pobreza, trabalho, nível de violência, alcoolismo e drogas, se pôde perceber o contexto social no qual estão inseridas e do qual fazem parte as mulheres chefes de família em estudo. Espaço social onde retornam da condição de empregadas para a condição de chefes de família, passando das relações impessoais do mundo do trabalho para as relações afetivas do contexto familiar, local de descanso, mas também de conflitos e desavenças.

4. De trabalhadoras a Chefes de Família: trajetória de vida, trabalho e relações de gênero

Discutida a parte teórica e metodológica da questão em análise, cabe agora fazer a devida articulação em termos da análise dos dados, propriamente dita. A discussão, aqui efetivada em termos da trajetória de vida, permite que se faça referência tanto a uma situação presente quanto passada do percurso de vida dessas mulheres. Apreender ambas temporalidades tem a intenção, como já foi mencionado, de verificar como se estabelece o processo de mudanças e permanências, igualdades e desigualdades na vida dessas mulheres chefes de família no tocante às condições de vida, situação de estudo, trabalho e relações de gênero. Sendo estes os aspectos gerais através dos quais os dados foram sistematizados.

O primeiro ponto de discussão refere-se ao perfil das entrevistadas que inclui a identificação pessoal, os tipos de arranjos familiares nos quais estão inseridos, os níveis de escolaridade, as ocupações, os rendimentos e as formas de efetivação do trabalho. Através desses aspectos é possível identificar a situação atual de precariedades e precarização, em termos respectivos das condições socioeconômicas e de trabalho, e as estratégias de conciliação e adaptação que utilizam na relação família-trabalho.

O segundo diz respeito à trajetória de trabalho que vai desde a infância à juventude, destacando o processo de migração rural-urbano e trabalho infantil, onde se pode observar, também, uma situação anterior ou passada de precariedades e precarização, mas também de estratégias de resistência e subversão frente às experiências vividas de trabalho. O terceiro refere-se à formação da família de procriação, enfatizando questões relacionadas à sexualidade, gravidez, união conjugal

e a relação com o trabalho, mostrando o significado de cada uma dessas categorias para a formação do quadro de instituição e constituição da relação família-trabalho e as estratégias de sobrevivência utilizadas para a mudança de vida e trabalho.

O quarto ponto de discussão trata das relações de gênero vivenciadas no âmbito da esfera doméstica enfatizando, simultaneamente, as desigualdades de gênero presentes na divisão sexual do trabalho e nas práticas de violência doméstica e as estratégias de poder e resistência feminina, percebidas através do poder de decisão no contexto familiar e das reações, insatisfações e reclamações no que diz respeito a vida doméstica e às relações conjugais.

4.1 Comentando o perfil atual das Chefes de Família das ZEIS do bairro Várzea

As mulheres que fizeram parte da população estudada (35) são, em sua maioria, de cor parda¹¹³, de origem rural¹¹⁴ vindo, a maior parte, do interior do próprio Estado. Em relação à situação conjugal, destacam-se as mulheres separadas¹¹⁵. A média de idade é de 40,7 anos, onde a menor e maior idade é de respectivamente 28 e 59 anos¹¹⁶. No que se refere ao número de filhos a média é de 3,9 sendo a menor e maior quantidade de 0 e 13 filhos. A idade dos filhos vai de 2 e 41 anos. A média de pessoas por domicílio é de 4,6 destacando-se o arranjo domiciliar do tipo monoparental¹¹⁷. No

¹¹³ As mulheres de cor parda somam 49%, negras, 34% e as brancas 17%. A tipologia adotada para a cor seguiu a autodefinição das próprias entrevistadas. Devido à variedade de definições elencadas e com o objetivo de sistematização dos dados, categorizou-se como pardas as definições morena clara, marron clara e amarela, na categoria negra estão as definições morena escura, preta, negra e escura; e na categoria branca estão as definições clara e branca.

¹¹⁴ Das mulheres que provém do meio rural (54%), 43% provém do interior do próprio estado e 11% são proveniente de outros estados. Aquelas provenientes da região metropolitana do Recife somam 46%.

¹¹⁵ As mulheres separadas somam 51%, as casadas legalmente ou oficialmente somam 43% e as viúvas 6%.

¹¹⁶ Destaca-se o intervalo de 44 a 59 anos (37,14%), seguido dos intervalos de 36 a 43 anos (34,28%), e 28 a 35 anos (28,57%). A classificação intervalar da idade seguiu a divisão extraída a partir do percentual acumulado.

¹¹⁷ O arranjo do tipo monoparental perfaz um total de 40%, os arranjos nucleares somam 29% dos casos, o extenso 29% e casal sem filhos 3%. O arranjo domiciliar extenso pode ainda ser desmembrado em

tocante à adesão religiosa predominam as católicas, no entanto é alto o número de evangélicas quando comparado à média geral da população estudada¹¹⁸. (gráficos nos anexos)

No que diz respeito à situação econômica, a média dos rendimentos femininos é de R\$ 170,000 (cento e setenta reais), sendo o menor e maior rendimento de, respectivamente, R\$ 20,00 (vinte reais) e R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais)¹¹⁹. A média da renda familiar é de R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais). Sendo a menor e maior renda de R\$ 60,00 (sessenta reais) e R\$ 500,00 (quinhentos reais). (gráficos nos anexos). Observou-se uma discrepância entre os extremos dos quesitos rendimentos e renda familiar, o que confirma que a pobreza não se apresenta de forma homogênea e absoluta nesse contexto, como já foi comentado (Preteceille & Valladares, 2000).

O motivo de estarem trabalhando, em todos os casos entrevistados, tem como razão principal à sobrevivência familiar que significa, prioritariamente, preocupações com a alimentação diária e com as precárias condições de moradia (Salem, 1981). O ingresso ao mercado de trabalho é viabilizado, quase sempre, pelas redes de amizade, parentesco e vizinhança, elementos fundamentais, sobretudo, nos casos em que o serviço é executado nos domicílios, onde ter referência de quem se vai contratar ou

dois micro-arranjos: o monoparental extenso, composto de mãe, filhos, parentes (20%); e nuclear extenso, composto de cônjuges, filhos, parentes (8,57%).

¹¹⁸ As mulheres católicas somam 60%, as evangélicas 34% e que não aderem a nenhuma religião perfazem um total de 6%. A adesão se dá por formação familiar ou por convencimento. Por formação familiar, trata-se da adesão que se dá pela influência, socialização e vivência familiar, o que não significa necessariamente ser praticante ou convicta ardorosa, trata-se, geralmente, de uma adesão mais frágil nesse sentido. Aderir por convencimento implica uma adesão que, embora tenha sido influenciada por outros, inclusive pela própria família, tem um caráter mais individual que familiar, e se apresenta mais forte em termos de prática e fervorosidade. Esse tipo de adesão, geralmente, acontece nos momentos mais difíceis da vida, principalmente, no que se refere aos aspectos relacionados à saúde, área financeira ou afetiva, e representa uma reorientação de vida que reflete em mudanças e novas visões do mundo e conseqüentemente novas condutas em relação a si e aos outros. Essa adesão é, também, significativa como elemento de análise das relações de gênero, a qual se discutirá adiante.

¹¹⁹ O salário mínimo de referência nacional durante o período de coleta dos dados era de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais)

empregar se torna uma indicação necessária e imprescindível de confiança na relação patrão-empregada, como se pode perceber na fala dessa mulher.

Desde que eu me entendo por gente que eu trabalho, sabe como é, a gente que é pobre a vida toda tá trabalhando porque os pais são pobre, não tem condição de dar as coisa, a gente é que tem que ajudar e se não trabalhar não tem como comer. Quando eu tava morando no interior era no roçado ou cuidando de casa e dos irmãos, quando eu vim pra cá fui trabalhar em casa de família que minha madrinha arrumou, ela tinha conhecimento com umas pessoas aqui e tavam precisando duma pessoa e eu vim, até hoje tô nessa vida, é uma luta visse! Eu já trabalhei num bocado de casa, quem me arrumou esse emprego que eu tô hoje foi uma amiga, ela trabalhava numa casa de família em Boa Viagem e no prédio tinha uma mulher que tava precisando de uma pessoa pra trabalhar e aí ela me indicou porque sabia da minha luta e me conhecia, né, porque a mulher queria uma pessoa de confiança que era pra trabalhar dentro da casa dela e minha amiga falou por mim, falou a meu favor, entendeu. Tô lá até hoje (Fabiola, 36).

As regras de admissão ao emprego são estabelecidas, em grande parte dos casos, através de um acordo meramente informal entre contratante e contratado. Os patrões ou empregadores são, geralmente, de classe média, encontrando-se entre esses bancários, funcionários públicos, funcionários de empresas privadas, donos de armarinhos. O local do emprego fica relativamente próximo às suas residências. A maioria trabalha no bairro onde mora, o que as faz evitar os dispêndios com deslocamentos de transporte e economizar nos rendimentos mensais. Aquelas que trabalham mais distantes do local de moradia, dependendo de alguns fatores como o tempo de trabalho, aproximação e amizade com os patrões, podem receber vale-transporte além do salário.

Dentre as atividades que desempenham como trabalhadoras destacam-se as de empregada doméstica (31%) e faxineira (26%) (gráficos nos anexos). Outras atividades aparecem em menores proporções como a de lavadeira, cozinheira, vendedora

ambulante, camareira, copeira e catadora de lixo¹²⁰. Algumas semelhanças foram observadas no que diz respeito ao teor do trabalho de algumas dessas atividades acima elencadas.

Apesar da convergência de tarefas, essas atividades se encontram aqui dispostas e concebidas como distintas por terem especificidades e denominações próprias, cabendo um maior detalhamento sobre o que as diferenciam. A atividade de cozinheira, diz respeito à tarefa exclusiva de fazer comida, é um trabalho, geralmente, efetuado em restaurantes, bares e lanchonetes. A atividade de copeira também difere da atividade de cozinheira, é um trabalho exercido em estabelecimentos comerciais (escritórios, laboratórios) e remete aos serviços de limpeza, em geral, e de cozinha restrito à preparação de cafezinho. Já as tarefas referentes ao emprego doméstico que, por sua vez, são executados em casas residenciais, são mais amplas e estão, de certa forma, associada às atividades de copeira e cozinheira, visto que inclui não só os serviços de cozinha, arrumação e lavagem de roupas.

O conjunto geral de atividades desempenhadas como trabalhadoras caracteriza um quadro de feminização das ocupações. São atividades consideradas “femininas” por serem atribuídas e desenvolvidas basicamente por mulheres (Bruschini, 2000; Bruschini & Lombardi, 2003; Abramo, 2000; Hirata, 2002). Representam, em geral, uma extensão das atividades femininas executadas na esfera doméstica, fruto da forte introjeção, via socialização e sociabilidade, que elege e dicotomiza práticas femininas e masculinas, presentes tanto no contexto familiar quanto no mercado de trabalho (Bourdieu, 2002a; Roazzi, 1995).

¹²⁰ As atividades de lavadeira, cozinheira, vendedora ambulante totalizam 11% cada uma e as de camareira, copeira e catadora de lixo 3% cada uma.

Além da tendência de feminização das ocupações, há outro aspecto de destaque em relação ao trabalho dessas mulheres trata-se da precarização e informalidade, corroborando, assim, as informações bastante difundidas na literatura sobre trabalho feminino em camadas pobres (Bruschini, 2000; Abramo, 2000; Hirata, 2002; Lavinas, 1996; Antunes, 2001). A maioria trabalha sem carteira assinada, sem salário mínimo e os demais direitos trabalhistas. As poucas que ganham salário mínimo não possuem carteira assinada, como no caso das empregadas domésticas consideradas entre as ocupações, a mais estável em termos de durabilidade no emprego.

Outra característica do trabalho feminino, em análise, é a diversidade de atividades que desempenham como trabalhadoras. Com o propósito de compensar a instabilidade de trabalho diário e os baixos rendimentos obtidos pelo trabalho que executam, costumam exercer várias atividades, simultaneamente, situação que para algumas autoras está associada ao processo de reestruturação produtiva (Neves, 2000). Tal estratégia de simultaneidade, também, se torna possível devido à própria natureza da maioria das ocupações. É comum terem uma ocupação principal e outras secundárias. Por exemplo, quando trabalham como empregadas domésticas costumam nos finais de semana trabalharem como faxineira ou lavadeira. De forma semelhante acontece com aquelas cuja atividade principal é a faxina que, também, atuam como lavadeiras e babás.

Sobre o local de exercício do trabalho há que se ressaltar que algumas atividades são efetivadas parcialmente ou integralmente em suas próprias casas caracterizando-se, muitas vezes, como trabalho domiciliar (Bruschini & Ridenti, 1993; Silva, 1979). É o caso das vendedoras ambulantes de alimentos (vendedoras de tapioca, mungunzá e canjica), cujos produtos são preparados ou semipreparados em

casa e depois levados ao local de venda (praças, Universidade) aonde permanecem durante o horário comercial ou até findar a mercadoria.

A lavagem de roupa é outra atividade que, geralmente, é executada em suas próprias casas. A maioria dos patrões mora em apartamentos inviabilizando, muitas vezes, o espaço necessário para a execução do serviço, o que não significa dizer que esse espaço exista no local de moradia delas, considerando que, geralmente, residem em casebres, sem quintal, com fornecimento de água em dias intercalados sendo necessário armazená-la, o que acaba dificultando a execução do trabalho. Porém, com todas as dificuldades não só efetivam como preferem efetivá-lo em suas próprias casas, desejo manifestado, também, por aquelas que exercem esse tipo de trabalho na casa dos patrões.

Executar o trabalho em casa significa “ganhar mais tempo”, o que implica a possibilidade de conciliar e intercalar o trabalho remunerado com as tarefas domésticas ou como dizem “fazer o trabalho de lá e o de cá ao mesmo tempo”, além de não estarem sendo “vigiadas” pelas patroas, livrando-se, assim, dos seus “pitacos”. Dessa forma, a preferência pela execução do trabalho em suas casas traduz não só a utilização de estratégias para otimizar a relação tempo-trabalho e burlar a vigilância dos patrões, obtendo mais autonomia na efetivação do serviço, mas a continuidade em termos da responsabilidade feminina pelos cuidados com a casa e filhos (Bruschini & Ridenti, 1993; Salém, 1981).

A flexibilidade das ocupações, em termos dos dias e horário de execução, é outro aspecto característico do trabalho dessas mulheres. As atividades de faxineira, lavadeira, vendedora ambulante, catadora de lixo e camareira são exercidas em horários que fogem ao padrão comercial. Algumas são exercidas em dias intercalados, outras uma vez por semana, outras no horário da tarde e a noite. Mesmo no caso

daquelas que trabalham como empregadas domésticas é possível perceber uma certa flexibilidade em termos do horário de saída. É comum relatarem que agilizam o serviço no trabalho para chegarem mais cedo em casa e cuidarem dos filhos.

Esse quadro geral do trabalho feminino reforça o caráter conciliatório entre trabalho remunerado e doméstico e não caracteriza melhores salários e ocupações, ao contrário, evidencia precarização, sobrecarga de trabalho e guetização de ocupações confirmando, dessa forma, o que vem apontando há duas décadas os estudos sobre gênero e trabalho em camadas pobres (Neves, 2000; Abramo, 2000; Hirata, 2001; Bruschini & Lombardi, 2003, Sarti, 1997).

Em termos dos níveis de escolaridade, o quadro geral de formação dessas mulheres indica a predominância de um baixo nível escolar, onde a maioria das entrevistadas encontra-se no intervalo que corresponde ao ensino fundamental I (43%), seguidas das analfabetas (29%), daquelas que se encontram no intervalo referente ao ensino fundamental II (26%) e ensino médio (3%)¹²¹. Tal situação acaba gerando, por consequência, um baixo grau de especialização dessas mulheres junto ao mercado de trabalho e diminuindo as oportunidades de melhores empregos e salários (Pochmann, 2001).

Os motivos que as levaram a não terem estudado ou terem parado de estudar são diversos, entre eles encontra-se o trabalho, a inexistência de escola, proibição do pai, casamento, gravidez, dificuldade de aprendizagem, falta de interesse e problemas

¹²¹ O ensino fundamental I corresponde o intervalo da 1ª a 4ª série. O ensino fundamental II corresponde o intervalo da 5ª a 8ª série. No grupo referente ao ensino fundamental I, 47% chegaram a concluir e 53% não concluíram o ciclo, concretizando, dessa forma, uma incidência de mulheres cujo grau de instrução formal se pode definir, à maneira antiga, como primário incompleto. No grupo correspondente ao ensino fundamental II, nenhuma chegou a concluir o ciclo, sendo a 7ª série o maior nível alcançado nesse intervalo escolar, situação equivalente ao que se denominaria anteriormente de ginásio incompleto.

familiares¹²². Observa-se, no entanto, que o principal motivo está relacionado ao trabalho (inscrito nas suas diversas formas: rural, emprego doméstico, comércio, fábricas e tarefas domésticas) que, por sua vez, está vinculado as precárias condições socioeconômicas vivenciadas em suas trajetórias de vida. Essa realidade e causas semelhantes, em relação ao nível de escolaridade, estão também presentes nos achados de campo da pesquisa realizada pela PREFEITURA / FAGES (2003) sobre mulheres analfabetas no Recife.

No que diz respeito à relação origem e nível de escolaridade, a maioria das mulheres analfabeta é de origem rural¹²³. Os motivos por não terem estudado estava, na sua maioria, associados ao trabalho rural (78%), considerado prioritário nesse contexto, visto que a sobrevivência e manutenção da família dependem essencialmente desse. Nesse sentido, o estudo passa a ser secundário como projeto de vida familiar quando comparado ao trabalho. O reflexo de tal realidade é a naturalização da prática de não estudar, sustentada na afirmativa dessa mulher quando diz que “trabalhar é o destino do pobre, estudar é coisa pra rico, nós do mato vai é pra debaixo do sol, nosso estudo é o cabo da enxada. Quem é das grota bem funda, não pensa em estudo não, pensa é no comer minha fia (risos)”. (Neuma, 63)¹²⁴.

A inexistência de escola na localidade de residência (11%) é outro obstáculo de ingresso dessas mulheres aos estudos. A instalação dessa instituição no meio rural depende, muitas vezes, do tamanho e grau de desenvolvimento do lugarejo. Em locais menores e de pouca demanda é comum não existir escolas e quando existem costumam

¹²² Por problemas familiares refere-se aqui, em geral, aos conflitos na relação pai e filho; dificuldades financeiras dos pais em manter os filhos na escola (aquisição de farda e material escolar); assistência delas aos pais e parentes doentes.

¹²³ As mulheres de origem rural que são analfabetas perfazem um total de 90% desse grupo.

¹²⁴ Neuma é analfabeta, viúva, provedora da casa como pensionista. Ela foi uma das mulheres contatadas em campo.

ficar bem distantes da residência, o que acaba sendo um fator de desestímulo, pois freqüentá-las significa percorrer várias léguas a pé.

As tarefas domésticas, também, aparecem como responsáveis pelo analfabetismo no meio rural (11%), estando essas relacionadas ao estilo de organização familiar que gira em torno do trabalho camponês. Nesse contexto, as mulheres além de ajudarem no trabalho da roça, ainda ficam encarregadas pelas tarefas domésticas e cuidado dos irmãos menores, o que acaba dificultando a sua ida a escola, visto que o horário de funcionamento desta acontece, simultaneamente, à realização das tarefas de casa e do campo, como mostra essa entrevistada ao dizer “não dava pra estudar não, trabalhar nos mato é uma vida muito difícil, quando eu não tava no roçado com eles, eu ficava tomando conta da casa e dos irmão menor até meus pais voltar de noitinha” (Magali, 35).

A proibição do pai aparece, aqui e acolá, acoplada aos motivos, acima mencionados. Tal proibição refere-se ao receio paterno de que as filhas ao aprenderem a ler e escrever despertem para o namoro e venham a fugir de casa ou engravidar, como mostra a fala dessa mulher ao falar do seu pai “quando a gente tava morando com ele no interior, ele não deu estudo a gente não porque ele dizia que nós íamo esquecer ele e começar a mandar bilhete pra namorado. Meu pai é do tempo do ronca, é desses pessoal bem ignorante” (Vitória, 48). Essas situações aqui descritas como obstáculos ao estudo, também, são apontadas por Salém (1981).

No que se refere às mulheres analfabetas cuja origem é urbana¹²⁵, o motivo de não ter estudado está associado a problemas familiares que diz respeito a um contexto familiar conturbado somado à condição de extrema pobreza. A impossibilidade dos pais de manterem os filhos na escola (aquisição de material escolar e fardamento), a

¹²⁵ Das mulheres de origem urbana 10% são analfabetas.

presença de pais alcoólatras, desempregados e maus-tratos na infância, geram um ambiente não propício ao ingresso à escola, como mostra a entrevistada que se encontra nessa situação.

minha mãe não ligava pra me botar pra estudar não. Ela era muito ruim pra mim, me batia muito, não era uma mãe carinhosa, entende. Depois que ela batia na gente ela tomava remédio, mas também é porque ela bebia pra agüentar o sofrimento. A vida dela desde pequena foi muito sofrida, ela sofria na mão da minha avó, depois passou a sofrer na mão de homem que batia nela. Oia, minha vida teve muito conflito, os home que minha mãe arrumava não prestava, era arenga todo dia em casa, não dava pra estudar não e eu era virada, só queria farrar com gente que não presta. E quando eu tava maiorzinha fui trabalhar (Fabiana, 28).

Em relação às mulheres de origem rural que começaram a estudar e pararam¹²⁶, os motivos principais de tal interrupção estão relacionados à difícil conciliação entre a escola e o trabalho rural e entre a escola e o emprego doméstico, referindo-se aqui, respectivamente, à fase em que essas mulheres viviam no meio rural e outra em que passaram a morar e trabalhar na cidade. Na primeira fase aparece o trabalho rural¹²⁷ como obstáculo de prosseguimento aos estudos, justificado não mais em relação à incompatibilidade de horário entre escola e trabalho rural, mas em termos da própria natureza deste trabalho considerado cansativo.

Além do desestímulo provocado pelo cansaço, outras justificativas se somam a este, trata-se da fragilidade do conteúdo escolar somado ao despreparo didático-pedagógico dos profissionais. A não assiduidade e impaciência de alguns professores no trato com os alunos são queixas que aparecem como justificativas de abandono à escola. Há, em geral, um descrédito por parte das mulheres em relação à qualidade da escola rural, como se pode ver nessa fala “eu larguei, porque além de ficar dormindo nos banco da escola, porque tinha ficado o dia todo no cabo da enxada, a escola era

¹²⁶ Nessa classificação apareceram 44% das entrevistadas

¹²⁷ Nessa categoria o trabalho rural aparece como motivo de parada do estudo para 27% das entrevistadas do meio rural.

muito fraquinha, a professora não sabia nada e era ignorante pra ensinar a gente, só chegava atrasada e quando ía, aí eu me arretei e sai, não fui mais ser besta não” (Joselma, 40).

Na segunda fase o emprego doméstico é que aparece, para as mulheres rurais, como fator de desistência ao prosseguimento dos estudos (27%) remetendo nesse caso à migração e ao trabalho infantil¹²⁸. Em geral, a difícil conciliação do emprego doméstico com os estudos implica em algumas justificativas. Uma está relacionada à concepção mais tradicional de que empregada doméstica não precisa estudar, casos que acontece, principalmente, com aquelas mulheres que vinham do interior ainda crianças para trabalhar e morar na casa dos patrões na cidade, onde o trabalho tomava-lhes o tempo integralmente.

A outra remete ao próprio cansaço advindo do trabalho. Nesse caso, o horário que teriam para estudar coincidiria com o turno da noite que seria para elas mais apropriado para o descanso ou diversão (dormir, conversas, namoro, saídas e festas), tornando, assim, o trabalho um fator de desânimo para o estudo. Ressalta-se que o desestímulo pelo cansaço pode somar-se ao desinteresse e falta de atração pela escola (ambiente, conteúdo e professores) enquanto espaço e processo de aprendizagem.

Outros motivos como o casamento, gravidez, problemas familiares¹²⁹, tarefas domésticas¹³⁰ e trabalho em fábrica, também, aparecem como obstáculos à

¹²⁸ A migração e o trabalho infantil serão discutidos posteriormente na parte referente ao percurso de trabalho.

¹²⁹ Os problemas familiares como interrupção dos estudos está associado, nesses casos, às dificuldades financeiras que acabavam inviabilizando não só a alimentação básica da criança ou adolescente, mas a sua própria manutenção escolar.

¹³⁰ As tarefas domésticas como obstáculo de continuidade aos estudos para as mulheres rurais está relacionado ao trabalho doméstico e rural, tal qual as mulheres analfabetas já mencionadas. Dependendo da época e volume de serviços no roçado, mesmo estando na escola, são interrompidas e chamadas pela família para ajudar na roça ou ficarem em casa cuidando das tarefas domésticas e dos irmãos menores.

continuidade dos estudos¹³¹. O casamento e a gravidez, como fatores de interrupção está associado às responsabilidades que tiveram que assumir como donas de casa, esposas e mães na formação da família de procriação ou simplesmente como mães cuidando da criação e sustento do filho, os casos das mães solteiras. Tais atividades, além de cansativas e contínuas, tomavam grande parte do seu tempo como afirma essa mulher “eu parei porque perdi a cabeça, né, muito nova fiquei logo grávida, fiquei com o pai dos menino, aí pronto, não me interessei mais em fazer. Fui só cuidar de casa e menino. Depois disso não tem mais condição de estudar” (Quimera, 44).

Além disso, ainda, contavam com maridos que nem sempre aceitavam bem a idéia de terem suas mulheres estudando, o que significava que passariam mais tempo fora de casa, conheceriam outras pessoas e aprenderiam coisas novas o que, de certa forma, se tornava uma ameaça à autoridade e controle masculino geradas pelo ciúme e medo da traição (PREFEITURA / FAGES, 2003).

Em relação às mulheres de origem urbana que começaram a estudar e pararam¹³², os motivos por não terem prosseguido estão relacionados, principalmente, ao emprego doméstico (21%) e problemas familiares (21%). Semelhante, em parte, à justificativa das mulheres de origem rural na mesma situação, a interrupção dos estudos está associada ao cansaço proveniente da jornada de trabalho. Fatigadas depois de um dia de trabalho esmorecem para enfrentar a jornada escolar à noite. Acrescente-se a esse o desestímulo provocado pela outra jornada de trabalho que as espera em casa.

Na categoria problemas familiares como fator importante de interrupção dos estudos, as justificativas estão praticamente associadas aos conflitos cotidianos com os

¹³¹ Todos esses motivos aparecem em proporções estatísticas iguais (em torno de 9% cada)

¹³² Nesse grupo que começaram a estudar e pararam estão 56% das entrevistadas urbanas.

pais e presença de violência doméstica no contexto familiar. Observa-se, que a natureza dessa categoria “problemas familiares” se diferencia em relação às mulheres de origem rural e urbana. No caso das mulheres de origem rural, ela aparece associada à condição de pobreza, já no caso das mulheres de origem urbana ela está mais relacionada aos conflitos familiares.

Outros motivos como gravidez, casamento, dificuldade de aprendizagem e falta de interesse¹³³, também apareceram como obstáculos à continuidade dos estudos das mulheres de origem urbana. As alegações de falta de interesse e dificuldade de aprendizagem como interrupção dos estudos podem estar associadas, além do ambiente não estimulável da escola, às cobranças que sofrem por parte dos familiares, da vizinhança, além da própria culpa de não estarem cumprindo a contento o papel de donas de casa, mães e esposas, devido a longa ausência do domicílio, o que acaba favorecendo suas escolhas e decisões pela família ao invés do estudo.

Por outro lado, essa atribuição de suposta ineficiência doméstica preocupa-lhes mais em relação aos filhos do que aos maridos. É comum ao falarem sobre a ausência de casa por motivo de trabalho, referirem-se e lamentarem pelos filhos, justificando, ao mesmo tempo, a utilização de estratégias de compensação que se apresenta na forma de agrados, maior proximidade e escuta aos filhos quando estão em casa.

Diante do exposto, se constata a evidência de um baixo nível de escolaridade feminina, destacando-se nesse quadro as mulheres de origem rural. O trabalho aparece como motivo principal do analfabetismo ou interrupção dos estudos e se constitui, no percurso de vida das entrevistadas, como uma questão de sobrevivência aliada às condições de pobreza o que reflete, em parte, as posições hoje ocupadas por elas no

¹³³ Dentre esses motivos à gravidez é o que aparece em maiores proporções (14%), os outros estão no patamar de 7% cada.

mercado de trabalho. Além da questão de classe, se pôde observar que a categoria gênero aparece influenciando o seu status de trabalhadoras, caracterizado pela diversidade e conciliação de ocupações e de tarefas (Oliveira, 2003; Carvalho & Cravo, 1988; Sarti, 1997; Neves, 1984; Salem, 1981).

4.2 Visitando as trajetórias: um percurso de pobreza, trabalho e estratégias de resistência feminina.

As condições atuais de vida dessas mulheres e o contexto social de inserção indicam como foi visto no perfil, acima descrito, uma situação geral de vulnerabilidade que, de certa maneira, está relacionada às suas próprias trajetórias de vida, no sentido de uma origem e percurso familiar marcados por um contínuo processo de pobreza no contexto familiar, o que as faz conviver desde a infância com uma vida de extremas precariedades e, portanto, de objetivos e alcances mais imediatos, visto que a luta travada, constantemente, gira em prol da sobrevivência diária, o que ao longo do processo de suas vidas acabou proporcionando-lhes um quadro geral de baixa qualidade de vida, necessidades básicas e violação de direitos.

Embora inseridas nesse quadro estrutural que, grosso modo, dá a impressão de um estado de permanência, não significa se falar de uma inércia feminina diante desse contexto, haja vista a mobilidade de trabalho aliada às estratégias de resistência presentes nas suas trajetórias de vida e de trabalho. Tais estratégias, geralmente, presentes nas microesferas cotidianas não se apresentam como mudanças radicais e nem estruturais de grande porte, porém significativas, ao longo do tempo, em se tratando das relações familiares e de gênero que, segundo Nussbaum & Sen (1996) e Giddens (2000), se constituem em elementos fundamentais de explicação do desenvolvimento social.

4.2.1 O trabalho na trajetória de vida das mulheres chefes de família

As mulheres chefes de família, aqui analisadas, cuja origem é **rural** tiveram como realidade básica na infância o trabalho agrícola, a falta ou deficiência de formação escolar e outras privações comuns a uma família camponesa pobre que quando muito tinha era a propriedade da terra que lhes servia de moradia e sustento. Em situações ainda mais difíceis de vida nem o local de moradia como propriedade possuíam, viviam na condição de arrendatários e caseiros, uma espécie de sistema de repartição de bens de consumo e obrigação de trabalho junto aos donos da terra.

Os pais, na sua maioria, eram trabalhadores rurais, analfabetos, com famílias grandes¹³⁴ e filhos, também, analfabetos. Aqueles que estudaram limitaram-se a um ou dois anos de estudos, o suficiente apenas para saber ler e escrever, considerado o bastante para suprir os objetivos mais práticos do dia a dia. Os filhos mais novos eram, comumente, os que estudavam, já os mais velhos, tanto homens quanto mulheres, eram os mais sacrificados na família no que diz respeito ao trabalho e obrigações, muitas vezes, ocupando uma posição de substitutos dos pais no contexto familiar.

A minha vida, minha fia, foi sofrida desde logo cedo, né? Novinha, né? Que meu pai era nessa situação da gente hoje, tudo pobezinho naquele lugar. Minha mãe trabalhava na roça mais ele pra ajudar a criar a gente, todo ano um filho, naquele tempo o povo todo ano era um filho, todo ano um filho. Aí sei que depois ela ficou viúva aí ela e eu fomo trabalhando na roça, os outro não dava pra trabalhar que era tudo pequenininho (Cremilda, 43)

O trabalho representa, além do próprio sustento, um valor moral associado à dignidade, coragem e honestidade e, de certa forma, um indicativo de masculinidade, no sentido de produzir a representação de um modelo de homem que corresponde ao “homem de verdade”, “homem sério”, “homem que serve para casar e ser pai de

¹³⁴ No caso das mulheres de origem urbana observa-se, também, a incidência de pais analfabetos com ocupações incertas no mercado informal, e famílias grandes.

família”. Mas, também, representa um indicativo de feminilidade, ao produzir um modelo de mulher que está associada à “mulher trabalhadeira”, mulher que serve para casar e ter uma família. Uma espécie de um bônus referencial para a escolha masculina daquela que seria ideal para ser esposa e mãe dos seus filhos. Ser trabalhador ou trabalhadora, o que não implica necessariamente estar trabalhando, mas ter disposição para o trabalho, é uma referência fundamental de identificação de homens, mulheres e crianças (Sarti, 1996; Zaluar, 1994).

O aprendizado do trabalho agrícola acontece cedo como processo de socialização e sociabilidade na família de origem. As crianças costumam acompanhar os pais na lida camponesa desde muito pequenas e são progressivamente encarregadas de pequenos trabalhos do tipo espalhar e enterrar sementes, regar plantações, arrancar matos, até tarefas de porte maior, conforme a idade. Mas nem sempre esse trabalho se caracteriza como uma simples ajuda familiar, muitas vezes, se consubstancia em trabalho infantil, implicando em sobrecarga de peso, tarefas e impedimento aos estudos (Corrêa & Gomes, 2003)¹³⁵.

A representação cultural do trabalho no contexto popular, principalmente rural, como elemento de formação do caráter e desvio da marginalidade, somado à necessidade de mão de obra para composição da renda familiar, leva à naturalização da prática do trabalho infantil seja no meio rural ou urbano. Diante das transformações e políticas econômicas de flexibilização e especialização do trabalho pelas quais vem passando a sociedade brasileira, acentua-se o desemprego no interior das famílias pobres requisitando, conseqüentemente, um maior número de repositores para a

¹³⁵ As autoras dentre os vários aspectos analisados sobre trabalho infantil chamam atenção ao trabalho supostamente tolerado ou considerado aceitável para crianças e que são incorporados no cotidiano como uma situação normal, a exemplo dos serviços domésticos.

composição da renda familiar, figurando dentre esses as mulheres e as crianças (Corrêa & Gomes, 2003; Hirata, 2002; Telles, 2001; Antunes, 2001).

O trabalho infantil se efetiva não só no espaço público, mas também no espaço privado do contexto familiar via trabalho doméstico. Quando se trata de trabalho realizado no âmbito da casa o diagnóstico é bem mais difícil de ser apontado por ser, na maioria das vezes, concebido como uma ajuda e fazer parte da socialização doméstica das famílias pobres e, portanto, encarado como necessário e “natural”, visto que compõe a rede de reciprocidade e solidariedade que guiam essas relações familiares (Almeida, 2002; Madeira, 1997), o que não ameniza as graves consequências que trazem para essas crianças, pelo contrário, constitui-se ainda mais danosa por se apresentar de forma sutil e natural, uma espécie de “violência simbólica”, nos termos de Bourdieu (1998).

Essa naturalização do trabalho infantil pode ser observada nos comentários de algumas mulheres sobre marginalidade e violência na área onde moram, associando o seu crescimento à mudança que vem ocorrendo na criação dos filhos, comparando a outrora onde esta era direcionada para o trabalho, gerando desde cedo na criança responsabilidade e honestidade. Reclamam, ainda, da criação de leis de proteção à criança e adolescente como “coisa nova, de agora”, “do mundo de hoje” o que, para elas, não é visto como algo positivo, mas estímulo à violência, consumo de drogas e marginalidade dessas crianças que estando desocupadas e ociosas acabam inclinándose por caminhos errados ou como dizem “mente vazia oficina do diabo”.

Antigamente, tudo que era menino os pais botava pra trabalhar e nenhum nunca morreu, nós mesmo fomos criado tudo trabalhando e nenhum deu pro que não presta, agora hoje tá tudo mudado, não pode isso, não pode aquilo, já visse? É por isso que tem tanto marginal aí solto no mundo. É criação errada fia, hoje os pais não bota os filhos pra trabalhar, pra ser homem, se cria tudo na marginalidade, aí dão pra roubar, cheirar droga. (Linda, 59).

Tudo tá diferente, né mesmo? O mundo não é mais aquele das antiga, só pra você ver que os pais de hoje não tem nem direito de criar os filhos como quiser, fica submisso, depois que apareceu essa lei aí, qualquer coisinha, ta lá a denúncia, os vizinhos se metendo na vida dos outros, agora pra dá dinheiro e comida não aparece um. É muito errado, oxe! Tá vendo só, os outros se metendo na criação dos filhos da gente! (Dorina, 46).

Observa-se que esses discursos acabam sendo contraditórios, considerando que elas próprias foram vítimas do trabalho infantil, deixaram de estudar por esse motivo e, ainda, sofreram maus-tratos na infância nesse mesmo contexto. Fica, também, evidente no último relato a reclamação da intromissão pública do Estado num campo considerado privado, a família, onde decisões e atitudes relacionadas a essa cabe somente aos membros que dela fazem parte, considerando nesses a hierarquia e a autoridade vinculada aos papéis de gênero desempenhados no seu interior.

Tal tensão está relacionada à dicotomia e delimitação entre esfera pública e privada. A família, apesar de ser uma instância privada, está entrecortada pelo Estado através das políticas públicas de intervenção e dos mecanismos legais e jurídicos vinculados à defesa dos direitos humanos básicos. No caso do trabalho infantil tratar-se-ia de uma violação desses direitos na família, ao qual caberia a intervenção pública, visto o resguardo dos direitos humanos e especificamente os direitos de proteção ao menor (Jelin, 1994, 1995).

Por outro lado, o próprio trabalho infantil é reflexo da ausência ou presença mínima do Estado no atendimento aos direitos básicos de cidadania, que deveria possibilitar aos cidadãos, minimamente, a sobrevivência. O que implica dizer que não se trata apenas de violação de direitos no âmbito privado da família, culpabilizada em torno dos seus próprios membros, mas também de negligência pública de atendimento às condições dignas de sobrevivência, oportunidades de emprego e educação aos cidadãos.

As estratégias de sobrevivência se estendem a outros aspectos da vida cotidiana das famílias pobres, a exemplo do processo de migração. No meio rural, é comum a migração dos filhos para a cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho. O emprego doméstico e o emprego na construção civil são, comumente, os portos de ancoragem dessa empreitada. Trata-se de atividades que, geralmente, não requerem estudo e nem especializações e, ainda, carregam consigo um forte indicativo de gênero.

A migração feminina, no contexto familiar de origem das mulheres rurais, aqui analisadas, se dava mais em direção à capital do Estado. Os grandes centros urbanos do país como São Paulo e Rio de Janeiro não aparecem como alternativa ou escolha de migração. Talvez isso se devesse ao fato de que para as mulheres afastar-se muito da família e do local de origem tornava-se uma prática mais difícil considerando que havia um resguardo e proteção maior da família em relação às filhas, o que mostra a forte relação da mulher com a família, questão bastante comentada na literatura sobre gênero e família (Sarti, 1996, 1997a; Neves, 1984; Fonseca, 2000; Salem, 1981; Carvalho & Cravo, 1988).

Elas próprias, pela criação e socialização voltada para a casa e família, geralmente, se colocavam mais tímidas no sentido de aventurar um desbravamento que requeresse maior deslocamento. Mesmo quando já estavam trabalhando em Recife e a família para quem trabalhavam se transferia para os maiores centros do país, geralmente, não acompanhavam essas famílias, como se pode observar nesse relato: “eu saí de lá porque a mulher viajou, o marido dela era desse negócio de aeroporto, viajante. Aí ele foi morar pro lado de São Paulo mais ela. Ele foi transferido pra lá. Ela queria me levar, mas eu não quis não, por causa da minha mãe e do meu pai e meus irmão, ficar assim muito longe eu não gosto não” (Marina, 40 anos)

A ida para a capital do estado, ainda, quando crianças e/ou adolescentes era assegurada e monitorada pelas redes de amizade e/ou parentesco que funcionava tanto como indicativo e referencial da vaga e do emprego, quanto rede de apoio no novo local de moradia e trabalho (Durham, 1973; Jelin, 1994; Sarti, 1996). O objetivo principal da migração era a ajuda financeira à família, seguida da necessidade de auto-sustentação e melhoria de vida, esperada através de novas formas de trabalho e da possibilidade de estudo (Fonseca, 1995).

Essas mulheres que vinham do “interior” para a cidade, analfabetas ou com poucos anos de estudos, geralmente, iam trabalhar como empregadas domésticas ou babás. Na cidade dão adeus ao trabalho rural e passam a exercer o trabalho de empregadas domésticas ou babás que, de certa forma, já eram atividades que executavam nas suas casas no contexto rural, no entanto, na cidade esse tipo de trabalho tem especificidades próprias ao estilo de vida urbana e de classe média.

É o começo de uma nova fase de vida que requer, sobretudo, adaptações aos costumes e à forma de vida típica da cidade que se diferencia do meio rural em vários aspectos como o dialeto, alimentação, modo de efetivação do trabalho, as estruturas habitacionais, utensílios e aparelhos domésticos, formas de lazer e gosto, como demonstra essa entrevistada ao dizer que: “na roça é tudo diferente daqui, porque no interior é panela de barro e aqui é tudo de louça, alumínio, era tudo muito estranho, estranho mesmo, mas aí a mulher foi me ensinando aos pouquinhos e nesse negocinho eu vivi lá seis anos” (Vitória, 48). Ou ainda esse relato que mostra a experiência de transição e aprendizado do estilo de fazer urbano: “Lá no interior eu trabalhava em roçado, plantação, essas coisas, eu vim pra cá trabalhar em casa de família, e o que eu sabia fazer era na roça, né, aí ela foi me ensinando tudinho” (Magali, 35).

Esse período, que corresponde à chegada e adaptação na casa das famílias onde vão trabalhar, constitui-se numa fase de estranhamento, surpresa e, muitas vezes, motivos de gracejos para ambos, patrões e empregadas. O não saber lidar com o estilo urbano de vida faz com elas sejam taxadas de “matutas” não só pelos patrões, mas por elas próprias. Aquelas que já estão na cidade há algum tempo ou que estiveram e retornaram ao “interior”, seja porque ficaram desempregadas ou foram a passeio, são consideradas no contexto de origem “sabidas” ao que tentam passar umas às outras o que aprenderam ou estão aprendendo, mostrando-lhes os pontos que as separam ou as identificam como “matutas” ou “sabidas”.

Dentre os aspectos que as colocam no cabedal de “matutas” está a postura corporal encolhida, olhar cabisbaixo, silêncio ou sorriso diante de determinadas perguntas que desconhecem, pronúncia errada das palavras, vocabulário interiorano, desconhecimento da leitura, da escrita e valor do dinheiro. É comum, a esse respeito, se ouvir frases do tipo “fulana ainda é matuta, não conhece nem dinheiro” ou “fulana não sabe falar, ainda é matuta”.

Já os aspectos que as caracterizam como “sabidas” estão associadas ao “desarnamento” que se revela pela perda do encabrunhamento, desenvoltura do falar, conhecimento de coisas novas em relação ao fazer doméstico, manipulação de instrumentos elétrico-eletrônicos, estilo e hábitos diferentes de vestir, comer e comportar-se, como diz essa entrevistada “minha irmã já fazia tempo que morava e trabalhava na cidade, ela já sabia muita coisa, não era mais caboca, sabe como é? Oxe, tudo ela sabia, o povo do interior ficava tudo besta de ver ela. Ela foi me ensinando e depois ela me trouxe pra cá pra trabalhar na casa duma mulé” (Helenita, 32).

Porém, há uma certa dosagem de aceitação e repulsa no que se refere a ser “sabida” para os conterrâneos do local de origem. Uma espécie de noção limítrofe que

se ultrapassada pela não valorização e desconhecimento das próprias origens passa a estar vinculada não mais à admiração, mas à indiferença, transformando-se no que denominam de “posuda”, “cheia de dedo” ou “cheia de nó pelas costas” que significa aquela que desfaz e desvaloriza o conhecimento e costumes da terra ou sempre está “corrigindo”, “repreendendo” e “criticando” o modo de viver e fazer dos conterrâneos. Nesse sentido, é fundamental não se desprender e não esquecer os hábitos e costumes locais para que possa ser considerada ainda uma igual, mesmo considerando as diferenças que agora carrega pela influência do estilo de vida urbana (Durham, 1973).

As casas dos patrões passavam a ser as suas casas e referências quando empregadas na condição de crianças e/ou adolescentes menores, vindas do interior. A menor idade com que saíram para trabalhar fora de casa foi sete anos, destacando-se a idade de doze anos como a de maior incidência de migração. Os patrões eram, também, os seus responsáveis diretos, substituindo os pais biológicos em termos de autoridade e cuidados, o que implicava, respectivamente, mandar nessas crianças e adolescentes, aplicar-lhes corretivos e castigos físicos e cuidar de alguns aspectos do seu desenvolvimento como alimentação, saúde e estudo.

Pela própria condição de menores trabalhavam e moravam na casa dos patrões, porém, essa não era uma situação exclusiva daquelas que eram menores de idade. Embora sendo ou estando de maior idade dormiam na casa dos patrões, visto que era a única referência e abrigo que tinham na cidade. Somado a isso havia uma cultura de emprego doméstico associada ao trabalho serviçal, no sentido de não ter limites e respeito pelo empregado.

Dormir no emprego significava uma maior carga de trabalho e falta de privacidade, como se pode verificar na fala dessa entrevistada que relata essa desvantagem associando-a a um ciclo ininterrupto de trabalho, “olhe, realmente o

melhor é a pessoa vir pra casa, porque por mais que seja boa a patroa, a gente se sente mais escravizada, não tem hora pra dormir, não tem hora pra acordar. Aliás, tem hora pra acordar, não tem hora pra dormir! Acorde pra botar o jantar de fulano. Por mais que a patroa seja boa, mas esse lado existe. Aí, pra dormir é bem pior, né?” (Dorina, 46). Ou ainda esses outros relatos que dizem:

É mais ruim, porque tem que começar de cinco horas e terminar de cinco horas. Aí tem que levantar fazer o café, cuidar das crianças, fazer a lancheira, tem que levar os meninos para o colégio. E a noite a gente vai dormir tarde porque sete horas, oito horas o café não é normal aí gente arruma a cozinha. Quando dá dez horas, onze horas tem um tal de lanchinho para as crianças. Lavai sujar tudo de novo. E ainda tem que deixar a cozinha arrumada porque não pode deixar a desarrumada. Aí quando termina na cozinha aquele lanche todinho de onze horas e a arrumação terminou aí vamos embora dormir. Aí quando dá cinco horas de novo tem que estar acordada. (Ednalda, 52).

Eu acho pior dormir na casa que trabalha. Eu acho, assim, porque tem aquela responsabilidade de acordar muito mais cedo da hora. Inclusive eu já trabalhei numa casa de babá, na Iputinga, que eu não gostava, porque, fazia tudo, trabalhava o dia todinho, e quando era de noite, qualquer hora da noite que a criança tava se sentindo mal, ela ia no meu quarto, batia e eu que tinha que cuidar da menina. Aí eu já não gostava porque eu já cuidei o dia todinho. E à noite, eu acho que é obrigação da mãe cuidar. Tá certo que se precisar uma vez, mas toda vez (Magali, 35).

A doação de filhos é uma situação que ocorria com frequência no contexto familiar de origem dessas mulheres. Algumas delas que começaram a trabalhar muito novas, em cidades próximas à localidade aonde moravam ou mesmo na capital do estado, foram dadas por seus pais a essas famílias, alegando, na maioria dos casos, a dificuldade financeira que tinham de criá-las e o desejo de vê-las mudarem de vida. Outras vezes, essa doação estava associada à morte, doença ou separação dos pais (Salem, 1981; Hita, 2004; Fonseca, 1995, 2000)¹³⁶.

¹³⁶ Hita (2004), Fonseca (1995; 2000) e Salem (1981) mostraram em seus estudos sobre famílias pobres, respectivamente, no nordeste, sul e sudeste do país, a prática de doação “ou circulação de crianças” inserida numa grande rede de sociabilidade que inclui vizinhos, parentes e conhecidos, enfatizando a questão da responsabilidade coletiva e condições precárias de vida.

Na maioria das vezes, os pais conheciam as famílias para quem estavam dando a criança. A doação era feita de forma ilegítima, no sentido de já terem sido registradas pelos pais biológicos, o que acabava não caracterizando uma adoção de fato, mas de palavra. A doação, também, era feita para parentes (avós, tios, primos), situação comum nos casos em que as famílias eram muito pobres, o marido tinha abandonado o lar e a mulher se deslocava para outra localidade para trabalhar.

As meninas eram as preferidas para a adoção, devido à associação dessas com o trabalho doméstico. As lembranças sobre o fato de terem sido dadas pelas mães não são boas, guardam grandes ressentimentos enfatizando o sacrilégio dessas pelo abandono dos filhos, principalmente quando não davam notícias e nem procuravam saber como estavam os filhos que deram (Salem, 1981).

A minha mãe eu conheci há pouco tempo, né, porque eu fui criada com vó. Porque quando minha mãe me teve, teve no Interior e, então, ela abandonou, né, eu e meus irmão, nós fomos abandonados. Porque o meu pai não quis ficar com minha mãe e ela deu pra minha vó que foi quem me criou, eu e meus dois irmão. Aí minha mãe num tinha condições de me criar e, então, deixou a gente com minha vó, e ela veio pra cá pro Recife. Aí, mas só que num ligava pra gente (Joana, 42).

Minha mãe me deu pra pessoas que me criaram, diziam que minha mãe não gostava de menina, então, eu e minha irmã a gente foi criada por outras pessoas. Ela só gostava dos meninos. Também meu pai e minha mãe bebia. Mas minha mãe passou a beber mais depois por desgosto pelo o que pai fazia com ela. Ele trabalhava, mas num sustentava a casa, aí minha mãe foi obrigada a começar a beber pra criar coragem e seguir a vida. Ele foi uma pessoa ruim, assim, de não ajudar em casa. Ele ia trabalhar, levava o saco de feira pro trabalho pra mainha não dá pros filhos. Pois é, ele era assim. Olhe pra bem dizer eu não tive amor de pai e nem de mãe, não sei o que é isso. Nós ficamos tudo, assim, jogado na casa dos outro, é triste isso (Quimera, 44).

Por trás dessas doações sempre estava implícita a questão da troca de trabalho por alimentação e roupa (Salem, 1981). Aquelas que foram explicitamente dadas para trabalhar ficavam morando na casa dos pais de criação ou patrões por um certo período a título de experiência, onde esses podiam avaliar se era preguiçosa e rude para o

trabalho para só, então, se estabelecerem como trabalhadoras definitivas, cujos ganhos se caracterizavam mais em formas de “agradinhos” ou irrisórios salários que eram enviados para as famílias de origem.

Mesmo ganhando “agradinhos” ou quase nada na casa dos patrões, o fato de estarem se alimentando, morando de forma melhor e podendo ajudar a família era considerada uma situação boa quando comparada à vida anterior, como afirma essa mulher: “foi minha irmã que arrumou, não pagava salário não, era só um agrado, era só uma coisinha pouca, mas a vista do que eu vivia lá” (Joana, 42). Outros relatos confirmam esse estilo de pagamento e mostra, também, o despertar delas para tal situação, como esta mulher que diz: “essas mulher quando acha uma pessoa do interior elas pagam pouco e ajuda, assim, dando roupa, percata, essas coisa. Naquele tempo eu, ainda, era boba, aí eu aceitava o que elas me davam. Eu também dormia lá, porque eu não conhecia ninguém aqui” (Quimera, 44).

Não havia, por parte dos patrões, uma prática de colocar ou incentivá-las a estudar, como afirma essa moradora: “naquele tempo ninguém não queria saber de empregada estudar não, empregada era escravo” (Neuma, 63). Mesmo quando o pedido partia delas próprias não havia uma facilitação para que tal fato ocorresse:

Eu passei oito meses lá. Lavava, passava, arrumava. Ela só me dava a roupa. Eu queria estudar, mas ela, também, não deixou eu estudar. Mãe mandou meu currículo, minha transferência, que eu pedi, mas ela não aceitou. E depois ela disse: ‘vá, mas você vai estudar a noite’. Pronto, aí sumiu meu currículo, minha transferência, tudo, mas só que ela tinha escondido, tá entendendo? Aí com muitos anos depois ela mandou os currículo tudo, depois que eu saí de lá (Fabíola, 36).

Estudar significava, de certa forma, anular a condição de “matutas” e passar a adquirir a condição de “sabidas”, no sentido de conhecer e reivindicar seus direitos, principalmente, no que diz respeito ao trabalho o que, por outro lado, implicava, também, pagar maiores salários, conceder-lhes outros direitos trabalhistas e, ainda, a

possibilidade de ouvir reclamações, o que provavelmente não era uma situação confortável para os patrões que costumavam não pagar os seus salários, as manterem na informalidade e, ainda, não permitir ou não incentiva-las ao estudo, além do que este, ainda, significava uma menor carga horária de trabalho.

Observa-se que o emprego doméstico, associado que está ao espaço privado das relações familiares, acaba proporcionando relações mais próximas entre patrões e empregadas¹³⁷. Tal relação de proximidade pode significar ajuda e compreensão, mas também severidade e agressões por parte das patroas. As patroas fazem parte do percurso de vida dessas mulheres e aparecem representadas sob dois ângulos. Um em que são vistas como pessoas ruins e perversas, quando a referência é o trabalho que exerciam na infância ou adolescência, como empregadas domésticas e babás, fase em que eram maltratadas e humilhadas. Outro em que são vistas como pessoas boas e compreensivas, quando a referência é o emprego doméstico exercido na fase adulta (Salem, 1981)¹³⁸.

A maioria daquelas que na infância moravam nas casas dos patrões não têm boas lembranças do período em que viveram com essas famílias, principalmente, por causa dos maus-tratos sofridos, como mostra esse relato: “eu tinha onze anos quando eu fui pra casa dela, no começo era tudo legal, me dava roupa, me dava tudo, depois quando eu fazia as coisa errado, menina do interior não sabe fazer as coisa direito, não é? Eu me lembro de uma vez que ela pegou, só porque eu calcei o sapato da filha

¹³⁷ No que diz respeito às outras atividades como cozinheira, camareira e copeira verifica-se, pelos relatos, não haver demonstrações dessas mulheres no que se refere a uma maior proximidade na relação patrão e empregada. Embora essas atividades remetam a atividades da esfera doméstica, são ocupações exercidas em ambientes residenciais de forma esporádica ou em ambientes comerciais o que, de certa forma, está associada à característica e finalidade mais comercial e pública do próprio trabalho, no estilo empresa. Nesses a relação patrão-empregada é mais profissional e impessoal.

¹³⁸ Salém (1981), também, verificou em seu estudo a relação de ajuda das patroas em relação as empregadas. Para essa autora, o trabalho de empregada doméstica não favorece uma transcendência simbólica da mulher em relação à esfera doméstica, tornando-se tão isolante quanto à de dona-de-casa, considerando que não proporciona nenhum corte significativo entre a esfera doméstica e a extradoméstica, além do que ficam mais expostas a formas paternalistas de autoridade.

errado, ela pegou e meteu o sapato na minha cabeça” (Valda, 24 anos). Ou esse outro que diz:

Eu fui dada pra uma mulé em Garanhuns, eu era de menor, eu morava e trabalhava lá, mas eu saí de lá fugida. Eu tinha levado uma surra... a filha dela casou e ela queria que eu trabalhasse na casa dela e na casa da filha dela. Eu não ganhava nada não, só era a comida e a roupa e ainda levava umas surras. Eu fazia tudo na casa dela. Eu saí de lá fugida e nunca mais fui lá. Eu dizia a ela, você perdeu a boquinha, porque eu trabalhava pra você feito escrava, agora não volto mais. (Helenita, 32).

Já na condição de trabalhadoras adultas, principalmente, na fase atual de trabalho, essas mulheres passam a ter as patroas como uma espécie de “fada madrinha” que as ajudam nos momentos mais difíceis de suas vidas servindo não só como conselheiras e fontes de desabafos dos problemas que estão passando com os maridos, filhos e parentes, mas como suporte material ou financeiro (Neves, 1984; Salem, 1981).

Em termos de suporte material e financeiro, as ajudas vão desde a compra da casa própria, terrenos, empréstimos, até doações de alimentos e utensílios usados, como relata essa entrevistada: “tudo que eu tenho aqui foi ela que me deu, geladeira, raqui, fogão televisão. É uma mãe pra mim, ela me ajudou a criar o resto dos meus filhos... se eu tô sem feira, sem uma coisa, ela me dá feira, ela me dá roupa” (Joana, 42). Ou essa outra que diz que a patroa é “uma benção de Deus. Todos na casa são bons comigo, me tratam como da família, me ajudam muito. Quando eu tô, assim, triste e calada ela pergunta logo o que foi e eu acabo desabafando e chorando ali mesmo e aí aquilo vai passando” (Elis, 38).

Na condição de trabalhadoras jovens adultas continuaram atuando praticamente nas mesmas atividades caracterizadas, também, pelo viés de gênero (feminização das ocupações, precarização do trabalho), muitas morando, ainda, no local de trabalho e na condição de trabalhadoras informais. A diferença em relação à condição anterior de

trabalhadoras infantis, é que os salários passaram a ser maiores, a ser pago em dinheiro e entregue a elas próprias, ou seja, uma fase em que tinham mais autonomia sobre os próprios ganhos, gastos e seu usufruto, permanecendo, ainda, a ajuda financeira à família de origem.

Outra novidade observada nessa fase adulta de trabalho é a formação e solidificação das redes de amizade e vizinhança construídas ao longo do tempo¹³⁹, junto a um certo domínio adquirido sobre o espaço geográfico da cidade, onde se sentiam mais seguras e autônomas para mudar de emprego com frequência e mostrar descontentamento com relação ao trabalho, cujas justificativas de saída incluem, baixos salários, sobrecarga de trabalho, grosserias e humilhações.

As saídas e as conversas com amigas que atuavam na mesma atividade de trabalho (empregadas domésticas, babás), constituía-se, ao longo do tempo, em importantes espaços de sociabilidade não só referente ao lazer, mas também à sexualidade e ao trabalho. Eram espaços ricos de informações e trocas de experiências. Através desses se atualizavam e obtinham conhecimentos a respeito da vida, das pessoas e do próprio trabalho, aprendiam e ensinavam umas as outras como proceder cotidianamente com os patrões, quais os seus direitos, o que aceitar ou não, o que fazer e deixar de fazer, como ser mais ágil na execução de determinada tarefa, como fazê-la de outro modo, como trabalhar menos no mesmo intervalo de tempo (Scott, 2000).

¹³⁹ A construção de tais redes se dá inicialmente através das conversas diárias com as outras empregadas da vizinhança, quando da execução de algumas tarefas que são efetuadas fora de casa como fazer compras em feirinhas e mercadinhos da vizinhança, varrer a parte da frente da casa, deixar e buscar crianças no colégio, e, também, nos momentos de folga, à noite, quando se reúnem nas portas das casas em que trabalhavam para conversar sobre suas famílias, problemas, alegrias, dia de trabalho e também a ida a festas, praças, casas de amigos, etc. Tal sociabilidade, formada através das relações de trabalho produz relações de amizade que, por sua vez, produz novas redes de trabalho fechando, assim, o ciclo trabalho – amizade – trabalho. A referida sociabilidade se torna fundamental como elemento de despertar reflexivo, não só a respeito do meio social do qual fazem parte, mas no que se refere a elas próprias como trabalhadoras.

Nessas conversas também compartilhavam as experiências afetivas e algumas intimidades relacionadas à sexualidade. Expunham, ouviam e se posicionavam sobre as intimidades e os problemas familiares da vida dos patrões e delas próprias. Em geral, essas conversas não eram bem vistas pelos patrões, talvez pelo receio de terem seus problemas familiares expostos na vizinhança ou de que elas tomassem consciência dos seus direitos trabalhistas. Expressavam, ainda, nessas rodas de amizade, as estratégias para burlar a autoridade e vigilância dos patrões e/ou dos pais, respectivamente, em relação à execução do trabalho, e as saídas para os namoros (Scott, 2002).

A relação entre estudo e trabalho, nessa fase de trabalhadoras adultas, continuou insatisfatória e não harmoniosa, só que agora a proibição dos patrões era algo que acontecia de forma mais frágil. Por serem maiores de idade, havia uma maior autonomia para que tomassem a iniciativa de estudar no horário noturno, no entanto, a maioria não iniciou ou prosseguiu os estudos, justificando que não conseguiam conciliá-los com o emprego devido ao cansaço, como foi visto no perfil.

Mas essa justificativa acopla outra alegação que era o envolvimento com namoros. O horário noturno, período de folga do trabalho preferiam investir nas paqueras ao invés de estudar. Não havia atração pelo estudo como havia pela diversão ou namoro e nem era uma prática naturalizada em se tratando de empregadas domésticas. Algumas que (re) iniciaram os estudos utilizavam-no como estratégia para assegurar as saídas noturnas que eram, de fato, endereçadas à diversão ou namoro.

Depois de adulta eu inventei de estudar de novo que eu já tinha parado, eu tava trabalhando numa casa de família, mas essa minha patroa não se importava não, eu sei que não adiantou nada porque eu ia pra escola só no faz de conta, ia era atrás dos namorado, ia me divertir e tá o que eu sou hoje, num tenho nada, nem uma casa decente pra sossegar a cabeça, mas quando a gente é nova, né, só quer saber disso e quando acaba, home não dá lucro nenhum, só muita dor de cabeça, que nem esse daqui de casa (Quimera, 44).

Em outros termos, pode-se dizer que vão se tornando “sabidas” e ao mesmo tempo “incômodas” aos patrões que traduziam esse descontentamento em frases do tipo “você está botando as unhas de fora” ou “as manginhas de fora”, como desabafa essa entrevistada ao ouvir a patroa falando dela: “enquanto eu era bestinha, ela achava bom que só, muntava de cangaia em cima de mim, mas depois que eu comecei a achar ruim, a não temer, aí ela vêi dizer pra mim, oia, tu tá muito saidinha, não venha botar as manginha de fora não, visse!” (Elis, 34). E ainda essa outra, quando explica o porquê de ter sido despedida: “Passei quatro anos, eu saí desse emprego porque a mulher botou pra fora, eu já tava muito chata, muito cabulosa no emprego, aí ela com raiva de mim, sabe, eu não tinha mais saco, aí ela pegou e disse, não dá mais certo não, aí eu fui embora” (Joselma, 40).

Em relação às mulheres de origem **urbana** as condições de pobreza e trabalho são, relativamente, semelhantes às daquelas mulheres de origem rural, acima descritas. São filhas de pais analfabetos, com baixo nível de escolaridade, atuando como biscateiros e as mães ajudando na renda familiar ou provendo a família como empregadas domésticas, lavadeiras ou faxineiras. Desde a infância viveram em áreas faveladas, com precárias estruturas de saneamento básico e moradia, grande contingente domiciliar de desempregados ou subempregados e grande incidência de conflitos no contexto familiar, destacando-se a violência doméstica, (gravidez na adolescência e dependência alcoólica)¹⁴⁰.

¹⁴⁰ Chama-se atenção para a ingestão de bebida alcoólica aparecer de maneira acentuada no contexto familiar de origem tanto das mulheres rurais quanto urbanas, destacando-se nesse aspecto o contexto rural, aonde é mais freqüente o relato de mulheres que tinham pais que bebiam e até mães. Pode-se intuir que tal prática, no contexto rural, possa estar relacionada a um hábito cultural associado à própria natureza do trabalho rural ou mesmo uma forma de sociabilidade entre os camponeses. O que não significa dizer que deva ser concebida exclusivamente como uma prática de trabalho ou uma forma específica de sociabilidade nesse contexto, pois outros aspectos como desemprego, problemas financeiros, familiares e afetivos podem estar incluídos, principalmente no tocante ao contexto urbano,

A convivência na infância e adolescência, dentro e fora da família, aparece marcada por fortes indicadores de conflitos e violência doméstica que aparece de forma mais intensa nessas famílias do que naquelas de origem rural. Muitos desses conflitos familiares eram gerados pelas dificuldades financeiras de viabilizar a manutenção da família, o que fazia com que o sustento de cada dia se tornasse prioritário ao estudo, daí o investimento maior no trabalho dessas crianças¹⁴¹.

Os casos de doação de filhos aparecem nas famílias de origem dessas mulheres justificadas, também, pelas dificuldades financeiras de sustentá-los. Porém, tem conotação um pouco diferenciada daquela aplicada às famílias de origem rural, onde a doação se baseava mais na relação sustento-trabalho havendo vínculo entre a família dos pais biológicos e os pais de criação ou patrões, enquanto nas famílias urbanas, a doação era feita para pessoas que nem sempre conheciam.

De forma semelhante àquelas de origem rural, essas mulheres, também, começaram a trabalhar, ainda, crianças com a finalidade de ajudar na renda familiar de origem e prover o próprio sustento (Salem, 1981). Atuavam, na maioria das vezes, como empregadas domésticas ou babás num esquema parecido ao das mulheres que migraram para a cidade, ou seja, uma realidade, também, de exploração e ausência de direitos, caracterizando-se em trabalho infantil.

Ressalta-se que embora os ganhos adquiridos do trabalho fossem muito poucos, ainda, eram relativamente maiores do que recebiam aquelas de origem rural. Era, também, mais freqüente receberem o pagamento em forma de dinheiro sendo esse entregue aos pais ou a elas próprias, dependendo da idade. Talvez o fato de serem da

em que tais problemas parecem apresentar-se de forma mais intensa devido ao próprio estilo de vida, onde elementos como o tempo, trabalho, família, seguem uma outra lógica. Não houve relatos em relação ao consumo de drogas nas famílias de origem das mulheres do meio rural.

¹⁴¹ Colaborando para esse ambiente não propício ao estudo havia o fato de que no ambiente doméstico não contavam com o incentivo dos pais ou não tinham neles um exemplo de prática de leitura e busca de informação, seja porque não viveram essa experiência ou a experienciaram muito pouco.

cidade, e suas famílias supostamente mais informadas sobre questões relativas a trabalho, salários e direitos, aliado ao fato de terem os pais residindo aonde trabalhavam, tenha intimidado uma exploração trabalhista maior dessas crianças.

Morar no local de trabalho era uma prática menos presente na vida dessas trabalhadoras mirins da capital, quando comparadas àquelas provenientes do meio rural. Quando havia tais situações os pais, também, outorgavam aos patrões certa autoridade sobre as filhas. Geralmente, aquelas que moravam no trabalho eram as mais pobres e essa estadia significava a garantia de alimentação diária e melhores condições de moradia. Além do que quando crianças não podiam vir sozinhas para casa e nem os pais podiam ir buscá-las, devido às precárias condições financeiras, como diz essa mulher: “De quinze em quinze dias é que a gente ia na casa dos pais, a gente dormia no emprego. Num tinha lugar pra eu ir e mãe morava longe, tinha que gastar passagem para ir pra casa” (Severa, 59).

Situação onde se observa, também, o reconhecimento delas a respeito da exploração e falta de privacidade que sofriam ao morar no local de trabalho, como mostra essa mulher:

Era numa casa de família, lá no Janga, eu fazia tudo, não era carteira assinada, eu nunca trabalhei de carteira assinada, eles me pagava o salário, eu dormia lá, eu só vinha em casa de quinze em quinze dias. Ôxe, eu trabalhava que só, dormir na casa da patroa, as cinco da manhã a mulher acorda a gente, ôxe, tinha noite que eu ia dormir, era nove hora da noite e ela inventava de comer pizza, aí lá se vai, chama Suelia, aí eu tinha que ficar lá esperando eles comerem pra lavar os pratos (Suelia, 28 anos).

Mas fatores como a idade, pequena distância da casa para o trabalho e boas relações familiares, contribuía para que algumas preferissem dormir nas próprias casas. O que se configura, também, como uma estratégia utilizada para terem maior liberdade e menor carga de trabalho como revela essa entrevistada: “Eu tinha dezessete anos, fui

trabalhar pra ajudar minha mãe a ter as coisas em casa, era em casa de família, mas eu não dormia lá não, a mulher queria, mas eu não quis não porque eu queria tá com minha mãe, em casa. E também porque a gente descansa, dorme, faz as coisas que quer porque tá na casa da gente, né, é se eu tivesse lá tava trabalhando” (Angélica, 38). Ou, ainda, essa outra que diz: “Oxe, eu com quatorze anos, eu doidinha pra sair pra namorar, tá, eu dava um jeito de num dormir lá, dizia pra ela que minha mãe tava doente e que eu tinha que vim. Ela queria que eu tomasse conta dos meninos no sábado pra ela ir pra praia” (Laura, 34).

Os maus-tratos praticados pelos patrões, também, aconteciam com essas trabalhadoras urbanas mirins: “Eu tinha doze anos, eu trabalhei lá por dois anos. Dormia e voltava pra casa só sábado de noite. Me pagavam, mas não era carteira assinada não. Pagava e dava muito beliscão. Era porque eu quebrava as coisas, sabe, não fazia direito, não é” (Lindalva, 48 anos). No entanto, eram bem menores quando comparado às mulheres que vinham do interior. Essa menor frequência em relação aos maus-tratos pode estar associada ao fato das mães já terem trabalhado ou estarem trabalhando para essas mesmas famílias, como mostra essa entrevistada “faz mais de trinta anos que eu trabalho lá, minha mãe era lavadeira dessa casa, a vida toda, a família toda, já trabalhei com tudinho lá” (Severa, 59) formando, assim, uma rede de sociabilidade de trabalho que passava de geração para geração em ambos os lados.

Através dessa discussão a respeito do percurso de trabalho das mulheres, sejam elas de origem rural ou urbana, se pôde observar que as condições de pobreza no contexto familiar de origem as conduziram ao trabalho ainda crianças evidenciando um quadro de trabalho infantil que se caracterizou em sobrecarga de trabalho, obstáculo aos estudos e maus-tratos. O trabalho que efetivavam tinha como finalidade o auto-

sustento e/ou contribuição à renda familiar de origem, já trazendo incrustado as marcas de gênero.

Nesse processo, marcado não só pela ausência de direitos trabalhistas, mas violação de direitos infantis, as mulheres rurais foram mais sacrificadas do que aquelas urbanas. Na relação patrão-empregado sofreram de forma mais acentuada os maus-tratos infantis e na relação trabalho-estudo, também, foram mais penalizadas, haja vista o maior contingente de analfabetas, sem falar que nas trajetórias infantis estão inclusos o trabalho agrícola e as dificuldades de adaptação no processo de migração.

Também se pôde observar nesse processo de trabalho a existência de algumas estratégias femininas que denotaram, de certa forma, esperteza e autonomia diante do sistema geral de trabalho e da relação com os patrões, evidenciados pelo descontentamento e menor permanência nos empregos, utilização do estudo como meio de garantir as saídas noturnas, resistências em não dormir no local de trabalho, estratégias de retardamento ou agilidade de tarefas e reconhecimento do processo de exploração.

Essas estratégias podem ser pensadas e associadas ao que James Scott (2000) denominou de formas cotidianas de resistência, aquelas associadas à jornada de trabalho, lazer, salário, direito e respeito, importantes no processo de mudanças. São formas de lutas que usam armas comuns aos grupos relativamente sem poder como “fazer corpo mole”, dissimular, submeter-se falsamente, fofocar, dentre outras, que não requerem praticamente coordenação e planejamento e evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade e normas estabelecidas.

4.2.2 Formação da família de procriação: a sexualidade, a gravidez, o casamento e a relação com o trabalho.

A trajetória que culmina na formação da família de procriação dessas mulheres, não se dá de forma linear e nem através do cumprimento das etapas tradicionais do namoro, casamento e gravidez como etapas sucessivas, ao contrário, constitui-se numa multiplicidade de situações onde há antecipação de umas etapas em relação às outras, estando essas associadas às diversas fases da vida, trabalho e contexto de origem. O quadro diversificado de significados e motivos geradores da formação da família inclui, em geral, questões relacionadas ao desconhecimento sobre a sexualidade, a gravidez não planejada e a expectativa de casamento enquanto mudança de vida e trabalho.

Quando pensada numa fase mais adulta da vida e na condição de trabalhadoras, principalmente, aquelas de origem rural e morando na casa dos patrões, a formação da família surgia como um anseio por mais liberdade e autonomia, uma possibilidade de livrar-se dos maus-tratos e humilhações sofridas no trabalho. O namoro e a união conjugal são passos iniciais nessa empreitada de “sair da casa dos outros” ou “deixar de trabalhar no fogão dos outros”.

Nessa situação, o sexo e a gravidez podiam acontecer, intencionalmente, como um indicativo mais seguro de união conjugal, estratégias para deixar ou dar uma pausa no trabalho somado, ainda, ao desejo de trabalhar para si, ter a própria casa e filhos. As relações sexuais e a gravidez passam a se constituir em instrumentos e poder de barganha feminina para prender o homem, também verificado por Salem (2004), Carvalho & Cravo (1988) e Woortmann (1987).

Isso implica dizer que a formação da família não necessariamente vinha acompanhada de sentimentos de amor ou paixão, podia representar um arranjo

econômico visando suprir necessidades materiais e financeiras pelas quais vinham passando ou mesmo descontentamento em relação à vida de trabalho em determinado momento da vida, apostando na possibilidade dos pretendentes ou namorados vir, em parte, a supri-las ou aliviá-las da carga de trabalho.

Os relatos exemplificam bem essas situações: “Eu disse, bom já que ele é pedreiro eu vou namorar com ele pra ele fazer a minha casa, depois eu chuto ele. O negócio era assim, mas só que com um mês depois o homem endoidou a cabeça e veio morar na minha casa” (Ednalda, 52).

Eu tinha vindo do interior pra trabalhar e tava morando na casa da minha prima e, também, ajudava ela. Ela me arrumou um emprego numa casa de família, eu ganhava bem pouquinho. Aí foi quando esse rapaz, que morava ali, ele começou a querer namorar comigo, e eu sem querer. Eu não sentia nada pra namorar, não me agradei nada. Mas aí eu tava, assim, na casa dos outros, ganhando pouquinho. Foi quando eu digo, tá certo, bora tentar. Foi quando eu comecei a namorar com ele. Me casei numa rapidez, só você vendo e vivi até ele morrer. (Mirna, 48)

Passei nessa casa, que eu trabalhava, oito meses. Eu não gostava muito de lá não. Dizia, meu Deus no dia em que eu arranjar um homem eu me caso com ele pra poder sair dessa vida, tá entendendo? Eu nunca fiquei apaixonada por ele, eu casei sem gostar dele. Eu disse a ele. E pior que aconteceu depois eu gostei muito dele, gostava mais dele que ele de mim. Aí a gente ficou só, aí pegou aconteceu. Aí eu era mais nova, fiquei desesperada chorando não sabia o que fazer. Aí engravidei logo e fui morar com ele na casa da minha sogra e tô com ele até hoje. (Fabiola, 36)

Aí eu fui morar com ele, porque o meu interesse era ter uma casa pra morar, porque eu não tinha. Às vezes eu saía do trabalho pra me divertir e ia dormir na rua. Quando eu saía da casa dos outros, assim, que eu trabalhava, depois queria sair, aí eu não tinha aonde dormir. Aí eu dizia: meu Deus, eu preciso de uma moradia. Aí eu peguei conheci uma pessoa que disse que queria morar comigo, aí realmente ele tinha casa pra morar, tinha terreno, aí eu passei um bocado de tempo com ele, aí tive essa filha minha. (Helenita, 32).

Observa-se que nessa investida de união conjugal como estratégia de suporte material ou financeiro, onde as relações de afetividade pareciam, a priori, frágeis e previstas para uma curta duração, tempo suficiente para que estivessem em melhores condições financeiras, acabavam se solidificando, no decorrer do tempo, e gerando

sentimentos mais profundos e de longa duração conjugal, como se pôde ver nos depoimentos acima.

Os namorados e futuros companheiros, em geral, possuíam níveis socioeconômicos e de escolaridade semelhantes aos delas assim, também, como histórias e trajetórias de vida associadas a um contexto de pobreza, trabalho infantil e migração para os centros urbanos. Como trabalhadores estavam e estão, ainda hoje, inseridos em formas precarizadas de trabalho e atuando na informalidade, situação semelhante a delas no mercado de trabalho, diferenciando-se, porém, em relação a uma maior dificuldade de reinserção em atividade equivalente no mercado e, ainda, uma maior duração na condição de desempregados, como mostra Montali (2004) sobre os rearranjos familiares de inserção no mercado de trabalho.

Ter iniciado as relações sexuais ou como dizem “se perder” ou “se entregar”, no período do namoro, causava falatórios na vizinhança e conflitos no interior da família. Ao relatarem sobre as primeiras experiências sexuais, confessaram não ter conhecimento sobre a própria sexualidade e nem sobre métodos contraceptivos justificando, dessa forma, o desvirginamento e a gravidez, como mostra essa entrevistada que diz, “eu tinha essa ilusão na minha cabeça, que só engravidava por amor. Eu achava que só engravidava se amasse, se a pessoa tivesse aquela vontade do homem, e eu só vim saber o que era camisinha depois que eu engravidei do meu terceiro menino” (Simara, 29 anos).

A alegação de desconhecimento sobre a sexualidade e métodos somava-se a justificativa de terem sido enganadas e pressionadas pelos companheiros a cometerem o ato sexual mostrando-se, geralmente, indignadas com esses e arrependidas do feito ao pensarem nas consequências futuras. A primeira relação sexual, em todos os casos

entrevistados, não se constitui em boas lembranças, sempre remete à insistência do parceiro e o consentimento delas por receio de perdê-los (Salem, 2004).

Eu fui mulé dele e não sabia não. Ele mais véi, vivido, já tinha arrumado mulé e eu nem namorado arrumava. Presa lá naquele lugar, não sabia o que era uma mulé, não sabia o que era uma moça, não sabia o que era nada mesmo. Aí foi que ele ajeitou pra lá e findou que ele mexeu comigo. Eu sei que quando eu vi foi o sangue descendo, aí eu ôxe, eu vou dizer a minha mãe, criminoso! Eu não sabia de nada, eu fiquei com raiva dele. Fiquei braba, né. Foi, aí quando eu vi aquele dermantelo. (Cremilda, 43)

O sonho dele era que eu fosse mulher, ele vivia me aperreando, me levava pro lugar, assim, me enganando, sabe. Eu não sabia de nada, eu não entendia, e eu já gostando dele, né. Agora só que eu num queria que ele fizesse isso comigo, né, mas ele pegou, me rasgou, dali eu caí. Rasgou minha vagina. Aí dali eu caí na calçada, minhas pernas morreram. Era tanta dor e uma dor que eu num podia nem andar. Rasgou, rasgou tudo, fora e dentro. Aí quando passou uns dias eu fiquei perdendo sangue e fui pra ginecologista e ela disse assim pra mim ‘foi um monstro que fez isso com você’. Ele fez com uma raiva tão grande porque eu não queria me entregar. Num queria não, eu queria me casar na igreja, assim, meu sonho era esse. Ele foi embora, ele fugiu, foi pra Fortaleza, pra terra de onde o pai dele era. (Irani, 46)

Uma mulher foi dizer para ele que eu passei três anos e seis meses noiva e que o rapaz tinha acabado porque eu não era mais moça. A mulher foi dizer isso, foi botar coisa na cabeça dele. Aí ele meio cismado disse, ‘passa a minha aliança pra cá’. Foi uma cena. ‘Passa a aliança pra cá que você é assim, assim, assim. Eu só fico com você se você se entregar. Aí eu disse, não, sou uma moça, não sou mulher não. Aí ele disse, eu quero saber. Ele bicado e eu com medo dele. E quando a gente ama a gente entrega tudo. (Leila, 34)

Tais discursos podem ser vistos como estratégias de vitimização que utilizam diante das práticas cometidas (relações sexuais e gravidez antes do casamento) mas não aprovadas no contexto social e familiar do qual faziam parte. Ao culpabilizar os namorados e se mostrarem desconhecedoras e inocentes frente à situação acabam, estrategicamente, se protegendo e se isentando da culpa através da artimanha de parecerem meros objetos e não agentes do processo.

O que, de certa forma, está associado à representação sobre sexualidade no contexto popular, onde homens e mulheres são submetidos a regimes sexuais

diferenciados, como aponta Salem (2004). A sexualidade masculina é construída em termos de uma “teoria sexual pulsional”, onde a necessidade e a vontade se interconectam, freqüentemente, produzindo um desejo incontrolável e urgente que precisa ser descarregado para não gerar “perturbação”, enquanto a sexualidade feminina é construída em cima de uma representação que está associada ao autocontrole e a vinculação do sexo ao sentimento e emoção.

Não se trata de negar a falta de informações sobre a sexualidade e métodos contraceptivos no contexto social e familiar de origem, principalmente quando se refere àquelas mulheres de origem rural, cuja criação se pautava nos moldes mais tradicionais e rígidos, onde os pais possuíam baixo grau de escolaridade ou eram desprovidos desse e os serviços de saúde pública eram, geralmente, escassos e quando existia a finalidade era muito mais curativa do que preventiva ou educativa.

Mas o desconhecimento sobre a sexualidade, métodos preventivos e a incidência de gravidez na adolescência aparecia, também, nos relatos das mulheres de origem urbana, mais jovens, e em tempos mais recentes. E continua a acontecer com as próprias filhas dessas mulheres na atualidade. O que leva a crer que não se trata exclusivamente do desconhecimento e nem inexistência informações, visto que hoje há uma grande divulgação e serviços públicos especializados na orientação e educação nessa área.

Concorda-se com Leal (1994), quando diz que não se trata de investir em novos métodos e nem intensificar a sua publicização, mas conhecer a lógica de ordenação das práticas e valores presentes no contexto popular, da autonomia cultural e da forma como se processam as relações de gênero nessas camadas. O que não implica abstrair que exista um bloco único e homogêneo de proceder para os pobres.

Sendo assim, a gravidez, um aspecto de destaque no percurso de vida dessas mulheres (rurais e urbanas) e elemento importante na formação da família, pode ser atribuída a vários fatores, considerando as diversas fases e circunstâncias de vida e de trabalho dessas mulheres. A sua ocorrência pode ter várias explicações e motivos que inclui o próprio desconhecimento da sexualidade e falta de informações de métodos preventivos e contraceptivos, mas também desejo de formar uma família, e expectativa de mudança de vida e de trabalho, como já foi apontado nesse estudo.

Comumente considerado um ato de irresponsabilidade, principalmente quando na adolescência, supõe-se como Scott (2001c) que nessa fase da vida a gravidez possa, também, significar uma busca de respeito e autonomia, elementos através dos quais possivelmente elas dariam entrada no mundo dos adultos, uma prática irresponsável para obter responsabilidade e respeito no contexto social e familiar. O filho, enquanto “fruto” e “propriedade” própria legitimaria essa busca de autonomia e responsabilidade, figurando como elemento sobre o qual passariam a decidir, discordar e conceber os rumos da sua vida.

No entanto, apesar de poder se considerar essa possibilidade como motivo da gravidez, ela não foi examinada nesse estudo com vistas a investigar de forma mais sistemática esse aspecto que merece um maior aprofundamento em termos de pesquisa. Embora se perceba um certo desejo de autonomia e respeito, diante do fato de serem mães e de reconhecerem a necessidade de trabalhar para cuidar do filho e sustentá-lo, as justificativas para a situação de gravidez se centravam basicamente na falta de informação acoplada à pressão dos companheiros e possibilidade de efetivação de união conjugal visando uma melhoria de vida, como já foi frisado.

No contexto familiar de origem e na vizinhança a notícia de estar grávida sem estar casada ou ter companheiro fixo era motivo de discriminações, humilhações e até

difamação pública. O maior constrangimento moral dessa situação cabia aos pais que, geralmente, eram acusados de negligentes e de ter criado as filhas de modo inadequado, como mostra a fala dessa entrevistada, “aí eu fiquei grávida e fiquei com medo. Aí o vizinho e a vizinha que era amigos da gente começou a me notar, assim, mais cheinha, ai espalhou. Sempre tem um vizinho que observa mais, principalmente numa casa onde tá cheia de moça. Aí meu pai pra não ficar desmoralizado não me aceitou, me botou de casa pra fora”. (Rosina, 38). Ou, ainda, esse outro relato que demonstra a penalização sofrida pela entrevistada na condição de grávida adolescente, solteira, e convivendo com os pais:

Eu fiquei grávida muito nova, com doze anos, uma menina, não sabia nem como ía ter o bebê. Morei na rua, passei fome, minha família não me aceitava. ...minha mãe não queria me botar pra dentro de casa por causa do meu pai de criação. ...eu sofri muito, muito, eles fechavam a porta e eu me sentava na biqueira pra dormir. ...aqui atrás morava minha mãe, minha irmã, mas ninguém me colhia, ninguém me aceitava, me jogaram mesmo no meio da rua. Eu era muito bobinha, eu perguntava: ô mamãe, por onde é que esse menino vai sair, hein? ‘Pela boca, na hora você vê’. Realmente, na hora quando deu as dores, ela chamou a parteira, ainda hoje ele é viva. Quando ela disse: ‘tire a roupa’, aí eu disse: ah eu não quero não. Foi quando eu vi saber realmente por onde o menino ía sair. (Luzia, 48).

Mas o peso maior dessa “culpa” era atribuído às mães pelo fato de, tradicionalmente, caber-lhes a atribuição de criar e cuidar dos filhos o que implicava, no caso das filhas, não deixá-las soltas na rua, nas casas alheias e festas e, ainda, manter-lhes sobre vigilância maior por serem mulheres, ao contrário dos homens. Fato esse que está associado às atribuições de gênero na esfera doméstica, cabendo à mulher cuidar da casa e da família e ao homem manter a casa e a família sob controle (Scott, 1990).

E pai num aceitou, ai começou a esculhambar muito comigo. Começou a me esculhambar dentro de casa, mas foi novela. Ai pegou maltratando mãe, esculhambando minha mãe. Ele dizia pra minha mãe ou eu ou ela, ele queria que ela botasse eu pra fora, mãe disse que num botava eu nessa situação que eu tava. Olhe num tinha onde eu dormi, só tinha a cama da minha mãe no quarto,

meu pai deu um maltrato tão grande até que eu fui me embora. Eu num tenho nem vontade de ir lá onde tá ele, eu num tenho raiva dele não, mas só me lembro do ele fez comigo, só a misericórdia. (Luma, 50).

Quando essa situação se dava em famílias monoparentais, o acontecido era justificado, quase sempre, pela ausência masculina no domicílio, sob a premissa de que “em casa que não tem homem os filhos acabam não prestando” evidenciando, assim, a importância da presença masculina no domicílio como autoridade e representação moral da família (Sarti, 1996; Carvalho & Cravo, 1988; Fonseca, 2000; Salem 1981; Scott, 1990).

Na família de origem, a providência diante de uma situação de filha grávida e solteira se dava, na maioria das vezes, mediante a intermediação da mãe junto ao namorado ou à família desse para que casasse ou assumisse a união com a filha, sobretudo, quando essa era menor de idade, uma forma não só de afirmar e apaziguar a “culpa” materna pela negligência, mas de restabelecer às filhas o respeito moral e a honra perante a vizinhança.

Observa-se que essa situação de culpabilidade materna pela gravidez das filhas, na família de origem das entrevistadas, embora com menor intensidade, também acontecia no contexto da família de procriação delas próprias, o que indica a persistência de práticas e valores tradicionais de gênero no contexto familiar atual, como se pode observar no relato dessa entrevistada ao demonstrar receio de ser maltratada e expulsa de casa pela notícia da gravidez da filha ao pai:

Ela disse pra mim: ‘ô mãe, eu vou dizer um negócio à senhora, eu tou grávida de três meses’. Aí eu disse, tá conversando merda, menina, cala a boca, fale baixo porque se ele saber disso ele vai expulsar a gente de dentro de casa, ele disse que se as meninas fizessem alguma coisa expulsava mãe e filha de dentro de casa. Ele me disse que se alguma engravidasse, expulsava a gente. Aí eu disse a ela, fale com Leandro que é o jeito você ficar na casa da mãe dele, você vai ter que morar lá, minha filha, porque você não pode ficar debaixo da ponte não, e aqui não dá não, morar com um pai bêbado desse jeito. Aí a mãe dele veio aqui e disse, olhe ela vai morar com a gente lá (Leila, 34).

A pressão ou intermediação materna junto ao suposto pai da criança para que se casasse com a filha ou mesmo assumisse a paternidade nem sempre surtia efeitos. Quando os relacionamentos afetivos eram de caráter mais recente, sem vínculo amoroso forte e pouca aproximação com a família de origem da namorada, geralmente, eles não costumavam assumir a paternidade ou a união conjugal, abandonando a localidade onde residiam, alegando ter que viajar para assumir um emprego ou por outros motivos (Monteiro, 1999; Salem 2004).

Quando foi com uns dois mês ele foi e disse, ‘oia não vai dar mais pra casar aqui, você fica calada, não diz nada pra ninguém’. Não vai dar pra mim casar aqui porque o meu dinheiro, eu saí do trabalho, meu dinheiro tá muito pouco, eu vou pra São Paulo, pra quando eu chegar casar contigo. Vê se eu ganho um dinheiro pra casar. Aí eu, oxe, tá certo! Aí ele foi se embora pra São Paulo. Aí cá minha fia, ‘que moleza!’, ele disse pra uma tia dele. (Cremilda, 43).

Nesse sentido, a migração masculina representava possivelmente uma estratégia de não comprometimento com relações fixas diante de companheiras consideradas ocasionais, aquelas que não eram as eleitas para o casamento. O desejo por relações mais tênues significava, ainda, não terem que cumprir o papel de provedores econômicos da família e nem se responsabilizarem moralmente por esta, o que, muitas vezes, acabava levando à situação de chefia feminina (Scott, 1990; Macedo, 2001).

No contexto familiar de origem a gravidez, principalmente na adolescência e fora do casamento, acabava estabelecendo práticas paradoxais no interior da família, pois ao tempo que gerava conflitos, gerava também estreitamento dos laços de solidariedade e união. É um dos aspectos através do qual se pode evidenciar a forte presença e funcionamento da família de origem. Quando engravidavam e os companheiros não assumiam a paternidade e essas continuavam convivendo e

dependendo financeiramente da família, a suposta autonomia que esperariam ter em relação ao filho e a própria vida era, de certa forma, fragilizada pela figura da mãe.

Nesse processo, a mãe que se estabelece como administradora e coordenadora da nova dinâmica familiar é, na maioria das vezes, quem passa a criar e cuidar, de fato, dos netos desenvolvendo sobre esses e sobre a filha fortes laços afetivos e de autoridade, considerando que no contexto familiar ela concentra e redistribui os recursos, realoca a nova família no espaço domiciliar e exerce a função de socializadora e mediadora, como, também, constatou Neves, 1984 e Almeida, 2002 em suas pesquisas. A família de origem representa uma espécie de porto de ancoragem, seja nas situações de gravidez, separações, migração masculina ou morte dos companheiros. A cada (re) ingresso no mercado de trabalho, principalmente quando separadas ou solteiras com filhos essas requisições de ajuda junto à rede de parentesco são acionadas ou acentuadas.

Quando a situação de gravidez na adolescência ocorria com aquelas mulheres que pertenciam às famílias mais pobres que, geralmente, eram monoparentais, havia a pressão da mãe para que doassem o filho, alegando a impossibilidade financeira de criá-lo (Fonseca, 1995, 2000; Salem, 1981). Dar o filho causava-lhes, nessa situação, um dilema interior que figurava entre o remorso de dar a criança e o medo de serem postas para fora de casa, como lembra essa entrevistada, “hoje em dia eu estou mais recuperada porque eu tenho meu Deus. Me arrependi muito, quer dizer, eu também fui muita induzida pra dá minha filha, porque ela não foi dada não, ela foi arrancada de mim, como um pedaço que eu perdi, me dói muito até hoje falar disso. Eu ainda não perdoei minha mãe por isso, eu tenho muita mágoa dela” (Simara, 29).

Nesses casos, a mãe intermediava o processo de doação, as deixando fora dos trâmites que o envolvia. Encarregava-se, inclusive, do possível acordo gerado por

conta dessa doação que se dava antes da criança nascer. Um acordo ou negociação difícil de ser admitida e verbalizada publicamente¹⁴². A doação de filhos, também, acontecia quando já haviam formado a própria família. Nessa situação elas próprias tomavam a iniciativa e participavam ativamente do processo de doação. Apesar de expressarem tristeza havia, nesses casos, uma tendência maior a naturalização e conformação pela doação justificada, prontamente, pela condição real de pobreza que era significada como uma condição de difícil reversão (Bourdieu, 2002b; Salem, 1981), pelo menos em curto prazo ou tempo hábil para suprir determinados momentos de crise financeira mais aguda pelas quais passavam.

Oia, eu tive que dar dois filho, um menino e uma menina. A mulher pra quem eu dei o menino eu conheço, eu ia na casa dela, que ela me dava, assim, umas coisinha, que eu era muito pobre nesse tempo, virge maria, depois eu deixei de ir, que ela pediu porque o menino ia saber, mas hoje ele já sabe. E a menina foi dada pra uma mulher, ela num é daqui não, é de fora, eu nem vi ela não, foi uma amiga minha que entregou a menina. Eu tive que dar eles porque num tinha condição de sustentar e pra num morrer de fome é melhor dá, né. E num me arrependo não, pelo menos eu penso que eles num tão sofrendo, tem uma vida melhor que a minha mais esses outro aqui, se tivesse aqui tava do mermo jeito. A vida do pobre é muito difícil, é só na necessidade, pobreza (Severa, 59).

Observa-se que, embora com bem menos intensidade, houve um retorno às práticas de doação de filhos no contexto da família de procriação dessas mulheres, onde outrora, na família de origem, foram elas próprias vítimas da doação e agora se encontram na condição de agentes do referido processo.

No que diz respeito ao trabalho feminino, a gravidez gerava, também, situações diversificadas no contexto social analisado. Quando solteiras que engravidavam e já estavam trabalhando podiam permanecer ou sair do emprego, dependendo do tempo de

¹⁴² Essa negociação entre doador e receptor da criança implicava um suporte material e financeiro suprimimento mensal de alimentação à família da criança em nome da mãe alegando a necessidade de uma alimentação melhor visando o nascimento sadio da criança, o que acabava por beneficiar a família como um todo. Era dado, ainda, algum dinheiro para efetivar a compra de remédios, passagens de ônibus e exames nos momentos em que a gestante passava por problemas de saúde.

trabalho e grau de aproximação com os patrões. Se possuíam pouco tempo de trabalho e um relacionamento distante com os patrões era mais comum serem demitidas, como mostra essa entrevistada “eu dormia naquele tempo no emprego porque eu não tinha onde morar, não tinha. Aí depois eu grávida, mesmo, saí da casa. Ela botou pra fora porque eu tava grávida, não é. Aí meu namorado arrumou um quartinho lá na frente e botou eu” (Joselma, 40).

Porém, quando tinham mais tempo de trabalho e uma relação de amizade e proximidade com os patrões, não só permaneciam no trabalho, mas, ainda, recebiam ajuda material e financeira desses no sentido de formar a própria família, nos casos de terem companheiros fixos e relacionamentos afetivos mais estáveis. Se a gravidez fosse fruto de uma relação casual ou houvesse negação da paternidade por parte do namorado, a relação de amizade com os patrões fazia com que continuassem no emprego juntamente com o filho, nos casos daquelas mulheres de origem rural e morando no emprego. Mesmo que inicialmente ficassem com o filho, depois de algum tempo preferiam deixá-lo com os pais.

Nessa casa da Imbiribeira eu passei oito anos. Aí foi quando arrumei o pai do meu primeiro menino. Fiquei grávida desse rapaz. A gente não chegou a morar não, porque ele ficava na casa dele e eu ficava no meu trabalho. Ele não tinha trabalho certo não. Eu morava lá, sabe. Engravidei, descansei, tudo no meu trabalho. Aí o menino foi crescendo e eu lá no trabalho. Ele ficou até os três anos de idade. Ai eles se mudaram para João Pessoa e eu não gostei de lá e vim embora com meu filho. (Elis, 38).

Em alguns casos, mesmo mantendo boas relações com os patrões, tomavam a iniciativa de deixarem o emprego quando grávidas pela falta de disposição em relação ao trabalho, como revela essa entrevistada “aí depois que eu fiquei grávida, eu sai com sete meses de gravidez, sai da casa dela. Ficou muito chato, assim, ela tinha filhos e os filhos dela me aperreavam muito e eu não podia ficar nervosa. Eu fiquei, também, muito chata. Ai eu comecei a querer, assim... tudo o que os meninos faziam... eu

começava a querer discutir com os meninos. Ai eu pensei, é melhor eu sair” (Rosina, 38).

Nos casos de serem mães solteiras morando com os pais, trabalhar logo após a gravidez se tornava imprescindível para ajudar a compor a renda familiar mediante as condições de pobreza do contexto familiar de origem. Trabalhar representava, ainda, uma forma de reparação da atitude impensada e onerosa para a família, além da aquisição de respeito, responsabilidade e autonomia perante os outros. As requisições e pressões para que trabalhassem eram, ainda, mais intensas para aquelas cujas famílias de origem eram monoparentais e continham crianças pequenas, consideradas as famílias mais vulneráveis (Oliveira, 1992).

Uma entrevistada pressionada para trabalhar e ameaçada pela mãe de ser posta de casa para fora com os filhos, provenientes de relacionamentos casuais e de parceiros diferentes, resolve num ato de desespero suprir a necessidade financeira fazendo programa sexual, como se pode ver abaixo.

Eu ía andando ele pegou e atravessou e me acompanhou aí eu virei e ele disse: ‘oxente, uma moça tão bonita dessa chorando. Por que você está chorando?’ E aí eu comecei a contar, faz seis meses que eu tô na casa da minha mãe e hoje ela me botou pra fora. Eu tô precisando de uma cesta básica. Aí ele fez o convite pra mim sair com ele. Só que ele tinha uma fala que nem uma pessoa boliviana. Aí ele disse: ‘pense bem porque eu vou lhe ajudar’. Eu precisando daquela ajuda, tá entendendo. Aí eu fiquei com medo, mas ao mesmo tempo eu disse, eu vou, eu já tou perdida mesmo. Mainha já me botou pra fora. Eu tô sem nada. (Fábia, 28).

Quando moravam com os filhos, constituindo uma família do tipo monoparental, o trabalho se fazia necessário e imprescindível antes, durante e depois da gravidez (Scott, 1998). No entanto, o estado de gravidez ou pós-gravidez somado a existência de filhos pequenos no domicílio acabava dificultando o (re) ingresso ou permanência feminina no mercado, em termos de um tipo de trabalho exercido nos

moldes do horário comercial. Era uma situação de difícil conciliação na relação trabalho-família.

Com filhos recém-nascidos, fase infantil que requeria períodos curtos e intercalados de amamentação, tornava-se difícil à ausência de casa por longos períodos, mesmo contando com as redes de apoio existentes (vizinhos, parentes, filhos). Era comum nesse estado deixarem os empregos de estilo mais formal e com horários determinados que requeriam uma ausência maior e mais continua de casa, para atuarem em atividades que podiam executar com maior flexibilidade e em suas casas ou próximo dessas.

Observa-se, em geral, que a situação de gravidez ou de filhos recém-nascidos e pequenos torna a posição dessas mulheres como trabalhadoras marcadas por períodos alternados de ingressos e saídas, o que acaba confirmando o que diz a literatura a respeito do quadro de instabilidade e interrupções que marca a participação feminina no mercado de trabalho. Torna-se, portanto, fundamental considerar que essa participação é determinada não só pelas condições do mercado, em si, mas pela relação da mulher com a família que, por sua vez, está vinculada à estrutura e ao ciclo de vida familiar e, principalmente, a condição de maternidade. A quantidade e a idade dos filhos acaba dificultando o trabalho feminino remunerado fora de casa (Bruschini & Lombardi, 2003; Bruschini, 2000, 1994a; Oliveira, 1992; Salem, 1981).

Essa espécie de “hibernação” temporária associada à gravidez e filhos pequenos, frente ao mercado de trabalho significa, por outro lado, intenso período de trabalho junto à esfera familiar e vizinhança. É comum, além das tarefas domésticas e do cuidado dos filhos, efetivarem trabalhos alternativos como, por exemplo, dividir a lavagem de roupa com colegas, confeccionar enfeites de geladeira, bordar, costurar, vender perfumes, doces e salgados e outras ocupações que, geralmente, podem

executar nas suas próprias casas ou nas proximidades do local de residência para ganhar alguns trocados e continuar se mantendo ou sustentando a família.

O casamento, em si, é outro aspecto através do qual se pode compreender a relação trabalho-família na vida dessas mulheres hoje provedoras econômicas de suas famílias, situação que foi se sedimentando, ao longo do tempo, em proporções inversas à situação de desemprego ou subemprego dos companheiros frente ao mercado de trabalho o que, por outro lado, não significa falar de uma condição permanente e fixa para as mulheres no contexto familiar, apesar de se observar a sua consolidação em termos do tempo relativamente longo na trajetória da família de procriação. A provisão econômica é uma condição oscilante e fluida e está associada à situação financeira e condições de emprego dos membros no interior da família.

Pode se dizer que, igualmente à situação de gravidez, o casamento traz situações diversificadas em relação ao trabalho dessas mulheres. Se já trabalhavam antes de casarem, a permanência ou saída do emprego acabava dependendo menos do tempo de trabalho e da relação com os patrões e mais da situação financeira dos companheiros, da posição desses em relação à sua permanência no trabalho e da situação de gravidez.

Havia por parte de alguns maridos a proibição de continuarem trabalhando depois de casadas. Permitir que permanecessem no emprego significava, tradicionalmente, uma evidência da incapacidade masculina de prover a família, além do que representava um menor controle sobre essas mulheres visto que o trabalho permitia que não estivessem integralmente presas à esfera doméstica e dependessem menos deles em termos financeiros. Os relatos abaixo mostram essa situação: “ele num gostava que eu trabalhasse não. Ele foi e disse: ‘olhe, você vai sair da fábrica, a gente vai se casar, não quero você trabalhando não’. Aí sai, né”. (Irani, 46).

Quando eu casei não fui trabalhar não, parei de trabalhar porque ele pediu pra eu não trabalhar. Tava grávida. Foi, tava muito doente, desmaiando, aí eu sai. Aí meu marido disse que eu não ia voltar mais não. Aí eu besta, né? Fui besta, fui otária. Meu patrão disse, ‘depois você volte, depois que você tiver o neném. Eu não fui mais não, porque não tinha quem ficasse com o menino, porque minha mãe trabalhava e minha sogra não podia ficar. Aí ele, também, disse que não ia deixar o menino com ninguém, aí eu caí na besteira, saí. (Suelane, 43).

E eu saí porque eu pedi pra sair, e também assim a fábrica fechou, mas antes de fechar eu tava lá, antes de engravidar, depois que eu tive eles mandaram me chamar e eu não fui por causa da gravidez e me acomodei porque eu queria cuidar dela e o pai dela nunca quis que eu trabalhasse. Nunca quis não. Minha luta era assim em casa, era lavagem de roupa, eu botava barraquinha de confeito, eu fazia picolé, esses trabalhinho, assim, né? Ele sempre desempregado, mas o que era que acontecia, eu tava dando um tempo, tava dando um tempo pra ele, entendeu? Eu tava dando um tempo pra ele e pra mim. E pra mim não entrar em atrito com ele também, né? Aí nisso eu me acomodava em lavagem de roupa, aqui em casa, aí comecei a botar barraquinha de confeito, eu sei que nessa barraquinha eu progredi. A gente ia pra Ceasa, comprava verdura pra vender. Aí depois ele mesmo destruiu tudo. Ele destruiu de um jeito que me deixou com uma mão na frente e outra atrás. Eu não gosto muito de falar disso daí não. (Angélica, 38).

No entanto, essa proibição não vigorava “eternamente”. Era revogada, meio a contragosto dos maridos, quando a situação financeira familiar se tornava muito precária, a exemplo de quando ficavam desempregados ou os seus ganhos, provenientes de bicos, não eram constantes e nem suficientes para a manutenção mínima da família. Nessa situação, as mulheres costumavam utilizar-se de estratégias de convencimento junto aos companheiros para retornar ou ingressar ao trabalho, tentando sensibilizá-los, principalmente em relação às necessidades e melhoria de vida dos filhos.

As situações, aqui encontradas, de resistência masculina ao trabalho feminino estavam, geralmente, associadas à primeira união conjugal. Scott (1990), de forma semelhante, mostrou em seu estudo sobre a percepção masculina no domínio doméstico em famílias pobres, que essa resistência se reduzia nas uniões conjugais subseqüentes à primeira.

Outro motivo de ingresso ou reingresso ao trabalho, depois de casadas, acontecia quando os maridos, além da condição de desempregados ou de ganhos incertos e insuficientes, se entregavam à prática da bebida. O que representava um desandar não só nas questões familiares, mas profissionais. Percebiam, a partir daí, que a situação não podia permanecer como estava. Teriam que entrar em ação em prol dos filhos, tomando a iniciativa de trabalharem para complementar ou mesmo prover economicamente a família, resistindo aos conflitos que podiam ser gerados junto aos maridos.

Aí depois ele foi bebendo. Não queria mais trabalhar. Aí foi dismantelando as coisas. E eu vi que ele foi maneirando porque ele não queria mais trabalhar. A bebida prejudicava, ele ficava vomitando, com diarreia, dor de cabeça. O patrão ia lá em casa dar um baile nele. Quando dava um baile um dia ele ia no outro ele não ia. Aí a gente pegou vendeu a geladeira e o sofá pra comprar o mocambinho da gente. Aí quando ele comprou uma casa aí ele não foi trabalhar mais. Aí ele amoleceu mesmo. Aí eu vi que as coisas estavam ruim mesmo, sem nada pra comer, os filhos precisando das coisas. Aí eu fui trabalhar, procurar uma faxina. (Leila, 34).

Quando eu casei com ele eu parei de trabalhar porque tive menino, tinha que cuidar da casa né. Mas depois de um tempo eu decidi trabalhar, minha fia, porque ele não arrumava trabalho e metia a cara na bebida. Esse menino meu de doze anos passou um tempo tomando mingau de água com farinha da terra. Aí eu disse: ah meu Deus! Ele tomava meia mamadeira e vomitava. Ele já tinha três ano, aí uma amiga me arrumou uma lavagem de roupa, depois outra amiga arrumou em casa de famia. (Cremilda, 43).

Mas ao tempo que se contrapõem, através do trabalho remunerado, ao modelo tradicional de família onde não dependem financeiramente dos maridos, também sustentam valores tradicionais em relação ao papel de mãe, cujo significado e sentido da própria vida gira em torno dos filhos (Carvalho & Cravo, 1988; Salem, 1981; Vaistman, 1997; Neves, 1984; Zaluar, 1994; Sarti, 1996; Scott, 1990; Woortmann, 1987).

Os maridos, quando comparados aos filhos, geralmente, aparecem em segundo plano, principalmente nas uniões subseqüentes a primeira, a partir da qual passam a

desencantar-se pela busca de um protótipo de homem ideal, pelas decepções e traições sofridas. Fase onde, também, começam a perceber de forma mais nítida o desvinculamento ou “desapego” dos companheiros aos filhos, reflexos dos papéis tradicionais de gênero na família que faz da maternidade um atestado de responsabilidade afetiva “eterna” junto aos filhos, ao tempo que o homem é eximido de tal responsabilidade. Nessa lógica, o abandono do pai em relação aos filhos não é tão danoso e discriminado quanto o abandono da mãe, sendo esse considerado um sacrilégio, uma espécie de excomunicação familiar onde elas próprias reclamam de tal representação social, mas corroboram com a mesma.

Tal importância e centralidade nos filhos estão evidentes não só através das suas justificativas de (re)ingresso ao mercado de trabalho e destino dos seus rendimentos, mas da preocupação constante em dar-lhes uma vida melhor através do estudo. Desejam para eles uma trajetória de vida diferente daquela que viveu, projetando neles aquilo que não tiveram, como revela essa entrevistada: “porque eu não aprendi nada, então, eu quero que eles aprendam pra mais tarde ter uma profissão boa, sabe. Porque meu Deus do céu! Se for igual a mim Deus me perdoe, mas eu não quero não. Não quero isso pra os meus filhos não. De jeito nenhum. O que eu puder fazer pelos meus filhos eu vou fazer. Vou fazer mesmo” (Elis, 38). Ou essa outra que diz: Mas eu batalho pra comprar uma bolsa, um caderno. Se tiver precisando de uma sandália pra ir pra escola eu tiro, não compro pra mim, mas compro pra eles pra que eles a mais tarde, eu digo pra eles que o que eu faço é pra que eles a mais tarde tenham alguma coisa na vida porque eu não tive. (Angélica, 38).

Os filhos se constituem, ao longo da vida, em elementos importantes no processo de trabalho dessas mulheres. Contraditoriamente são eles os motivadores do seu ingresso e permanência no mercado de trabalho, mas também da sua evasão ou

interrupção neste (Oliveira, 1992; Bruschini & Lombardi, 2003). Eles são pensados como bens e valores simbólicos permanentes que ultrapassam e estão além dos relacionamentos afetivos que, porventura, possam vir a ter. A lógica pela qual se guiam é a de que os amores e relações conjugais são passageiros e podem ser substituídos, enquanto os filhos são para sempre, para a vida toda (Salem, 1981; Woortmann, 1987).

Trabalhar ou mesmo prover economicamente a família, diante de uma situação de crise financeira e moral na família, não era tarefa fácil para essas mulheres, só acentuava os conflitos já instituídos em relação à figura masculina que passava a ser desmoralizada e tinha o seu caráter abalado frente ao não cumprimento da provisão econômica da família somada à prática de bebida alcoólica que, de certa forma, os impedia de estarem trabalhando regularmente e, muitas vezes, os induzia à violência doméstica (Sarti, 1996; Scott, 1990; Carvalho & Cravo, 1988; Salem, 1981; Neves, 1984).

Ao (re)ingressarem no mercado de trabalho depois de casadas e com filhos pequenos havia uma preocupação maior em procurar atividades que pudessem exercer em horários e dias mais flexíveis ou nas suas próprias casas com a finalidade de conciliar o trabalho com os afazeres domésticos e cuidados dos filhos, outro sinal de permanências de práticas e valores tradicionais na trajetória de formação da família.

Embora não seja possível traçar uma linearidade e gradatividade em torno das trajetórias de vida e de trabalho dessas mulheres, se pode perceber que, ao longo do tempo, foram passando de ajudantes ou provedoras econômicas da família de origem, a ajudantes ou provedoras principais de suas próprias famílias, seja a partir da gravidez como mãe solteira, seja a partir das uniões conjugais ou depois da separação.

Atualmente, se pode dizer que mesmo aquelas que dividem a provisão econômica com os companheiros, possuem os ganhos mais representativos e certos do domicílio, não porque sejam provenientes de empregos legalmente mais estáveis e melhores remunerados, mas devido o teor e à característica polivalente e flexível das atividades que desempenham no mercado, seja atuando em mais de uma atividade (faxineira, lavadeira, babá) ou numa única atividade exercida para várias pessoas concomitantemente (faxineira, lavadeira, babá).

Tal situação de flexibilidade e diversidade das ocupações, acopladas à natureza das atividades que desempenham e das fortes redes de sociabilidade, proporciona estarem trabalhando de forma, relativamente, mais freqüente que os seus companheiros, mas também em formas mais precarizadas de trabalho (Bruschini & Lombardi, 2003; Montali, 2004).

Mesmo concretizada a condição atual de provedoras econômicas da família e estando essa presente em grande parte da trajetória de vida dessas mulheres há que se ressaltar, como já foi observado, que não se trata de uma situação contínua e permanente. As histórias de vida mostram que em determinados períodos ou fases da vida se encontram na condição de provedoras, outros estão dividindo a provisão da família com os maridos, outros se encontram desempregadas e dependendo financeiramente desses, dos pais ou dos próprios filhos (Fonseca, 1987a).

Nos momentos de grandes dificuldades financeiras em que estão na condição de desempregadas, separadas, com filhos e longes da família de origem, a procura ou o interesse por um novo namorado ou companheiro tinha finalidades mais práticas e objetivas. Sair, ter um caso ou unir-se a alguém, passa a funcionar como uma estratégia para aumentar a renda familiar precária ou prover o sustento dos filhos. Sendo assim, priorizam o investimento em homens que estão trabalhando e possuem ganhos mais

certos ou estáveis. Nessas situações, são freqüentes as saídas ou casos com homens casados, um alvo mais apropriado para os referidos objetivos. Geralmente são homens bem mais velhos que elas.

Nesse tipo de relação colocam-se, de fato, na condição de amantes dos companheiros, sem pretensões de separá-los de suas esposas e nem de criar constrangimentos junto à família desses, pelo contrário, esquivam-se sempre que podem de aparecer em público com eles e de procurá-los em suas casas ou locais de trabalho. No entanto, essas uniões só costumam permanecer durante o período em que estão sendo supridas financeiramente, tão logo os companheiros comecem a faltar com tal manutenção separam-se deles.

Eu fiquei sem paradeiro, meu irmão não me queria lá que eu tava grávida de um rapaz que não me assumiu. Ai eu disse, não tem nada não, Jesus ainda vai me mostrar uma tira de quarto pra eu botar minha cabeça. Ai tinha um homem que era doido por mim, ele era casado, mas eu não queria não. Ai a minha amiga Helena dizia, mulher pensa nas tuas coisas, faz um tempo que tu tá, sei lá, pega essa oportunidade e depois tu deixa ele. Ai eu fiquei com ele, mas eu disse pra ele não arengue com sua mulher por causa de mim. Ele trabalhava no Estado. Ai eu fiquei com ele e grávida do outro. Eu só sei que eu, ainda, passei dez anos com ele. Ele me dava de tudo, era bom pra mim. (Linda, 59).

Eu convivi dez anos, me separei agora há pouco. Não morando no mesmo teto, diretamente na minha casa. Apesar que ele vinha todas as noite, ele era casado, separado da mulher, mas convivia dentro de casa. Aí deixei ele voltar porque eu precisava. Situação financeira. Não é mole a pessoa precisar de médico, de coisa dentro de casa, só o meu salário. Isso era uma das coisas que fazia com que eu aceitasse. Mas ai que ele parou com a responsabilidade dele, desde de outubro pra cá. Não tinha mais sentido eu agüentar tanta humilhação, agressão, porque ele humilhava, ele me dava homem, ele dizia que não sabia se eu ia pro trabalho ou se eu ia me encontrar com meus homem. Só dizia quando tava bêbo. (Dorina, 46).

Um dia ele disse, eu vou te levar na casa dum amigo meu, e ele me levou sabe pra onde, pra casa dele, quando dá fé aquela morena alta olhando pra mim com uma raiva, chorando, e ele chamou ela e disse oia aqui é minha mulher e esse é meu filho, eu fiquei chocada, pense num choque, eu corri e fui pra casa e ele foi atrás de mim, depois a mulher dele me procurou, era um estilo de mulher que nem era carne e nem era peixe e disse se eu tava sabendo o que eu tinha feito, a família que eu tinha destruído, chorava a mulher e chorava eu, aí eu fui e terminei com ele e eu já tava grávida. Aí eu disse a ele que eu não queria

passar pelo que a mulher dele passou e eu disse a ele, se tu fez isso com ela tu pode, também, fazer comigo, você mora com ela há mais de trinta anos, tem filho com ela, isso não se faz não. Você fique com ela e fique comigo, eu não aconselho a deixar a mulher não, se ele tiver condição de assumir as duas, assumo, se não, eu caio fora, eu não gosto desse negócio não. (Suelia, 28).

O fato de não poder ter um relacionamento exclusivo e nem contar com a presença dos amantes em tempo integral no domicílio, não parece constituir-se em obstáculo ou algo negativo para elas, pode até mesmo significar um fator de positividade, no sentido de terem mais liberdade, autonomia e de sofrerem em menor grau o controle masculino.

É comum nas suas experiências conjugais terem tido mais de uma união, em média oscilam em torno de duas, indo de um mínimo de uma a um máximo de quatro. Em geral, são experiências muito diversificadas em termos do tempo de duração de cada união, indo de um mês a trinta e um anos. Embora se possa dizer que as uniões mais duradouras estão associadas às mulheres mais velhas, que estão na primeira união e com filhos do mesmo companheiro com o qual estão unidas até hoje, não existe uma causa única que determine uma curta ou longa duração. Em geral, se observa que as mulheres que se encontram em uniões mais duradouras são aquelas que tem posturas e valores mais tradicionais.

No entanto, se pode falar de uma certa homogeneização no sentido da presença de alguns aspectos que são apontados como motivos das separações, a exemplo das agressões físicas, traições e ingestão de bebida alcoólica. Independente das uniões serem duradouras ou curtas, comumente, se processam num cotidiano de brigas, acusações, alegações e agressões verbais e físicas. Tais desavenças, freqüentemente, se tornam públicas e tem a interferência de parentes, amigos ou vizinhos.

Essa publicização das relações conjugais é facilitada, em parte, pela forma estrutural e falta de privacidade das moradias, que acaba proporcionando a exposição

dos problemas íntimos do casal à rede de vizinhança mais próxima. Outro fator de propagação refere-se aos fortes laços de comunicabilidade e integração social que fazem parte do *habitus* e do estilo de vida dos indivíduos nesse contexto social, onde as rodas de conversas e fofocas se constituem como focos de divulgação e conflitos (Bourdieu, 1994; Fonseca, 2000).

Através dos aspectos, aqui discutidos, sobre a formação da família de procriação, evidenciada basicamente através da sexualidade, gravidez e casamento, se pôde verificar o significado de tais categorias na relação família-trabalho, onde foi possível se perceber a presença simultânea de um quadro de desigualdades sociais e de gênero atuando no contexto familiar por um lado, e a presença de estratégias de subversão feminina agindo por outro.

As relações de gênero experienciadas durante a formação da família de procriação incluem um contexto de pobreza que está, em parte, associado à falta de informação e desconhecimento sobre a sexualidade e métodos contraceptivos gerando, em grande parte, situações de gravidez não planejadas e instituídas na adolescência, cujas conseqüências incidem em aspectos de caráter moral e na doação de filhos. A relação formação da família e trabalho significa, também, a inserção dessas mulheres em formas flexibilizadas e precarizadas de trabalho e a evasão ou interrupção da sua presença e participação junto ao mercado de trabalho.

No que se refere às estratégias femininas, presentes no processo de formação da família, essas puderam ser conferidas através da intencionalidade nem sempre assumida das relações sexuais, da união conjugal ou gravidez como possibilidade de mudança de vida, além das estratégias de convencimento e sobrevivência utilizadas diante da proibição dos maridos em relação ao seu (re)ingresso ao mercado de trabalho para ajudar na renda. Início de um processo de provisão econômica no contexto

familiar que passa da ajuda à integralidade e não se efetiva somente pela via do casamento, mas também das separações e viuvez.

Começo, também, de uma maior aquisição de poder junto à família, onde o poder de compra, adquirido como fruto do trabalho, favorece a uma maior autonomia e liberdade que são conquistadas junto a um processo mais geral de desigualdades sociais e de gênero que inclui avanços e recuos femininos, permanência e mudanças de valores e práticas, como se pode constatar na sessão seguinte em que se discutirá as experiências e vivências femininas cotidianas no tocante às relações de gênero na esfera doméstica.

4.3 Relações de gênero no cotidiano da esfera doméstica: entre permanências e mudanças

As relações de gênero presentes no cotidiano dessas mulheres indicam, também, um quadro de situações diversas e complexas que impossibilita se considerar apenas uma das dimensões que as possam traduzir, ou seja, unicamente um quadro de permanências nas relações de gênero, indicando desigualdades e submissão feminina, por um lado, ou mudanças nessas relações, indicando um quadro inteiramente novo de práticas marcado por autonomia e emancipação feminina, por outro lado.

No universo pesquisado, tais dimensões que figuram entre a tradição e o moderno, entre o velho e o novo se apresentam, concomitantemente, formando o quadro através do qual se processam as mudanças nas relações de gênero. O que faz com que não se possa afirmar que as identidades femininas, aqui analisadas, sejam construídas exclusivamente em relação aos papéis reprodutivos na família ou signifiquem simplesmente uma reprodução total de práticas e valores tradicionais,

como também observou Vaistman (1997) ao mostrar a pluralidade de mundos e os discursos ambivalentes das mulheres de baixa renda no Rio de Janeiro.

Ao tempo em que se verifica a presença de situações tradicionais e de desigualdades de gênero, aqui apresentadas através de alguns fatores referentes à divisão sexual do trabalho, violência doméstica, religião e homossexualidade, observa-se, também, a presença de mudanças e de poder feminino, evidenciado não só pela condição de provedoras econômicas que amplia seu poder de atuação no interior da família, mas pelas atitudes e comportamentos que evidenciam reações, insatisfações e reclamações junto às situações desiguais de gênero vividas, constituindo-se, assim, num panorama geral de práticas e valores ambivalentes que formam um quadro de permanências e mudanças presentes nas micro-esferas do cotidiano através do qual se processam as relações de gênero (Lipovetsky, 2000; Bourdieu, 2002a; Rocha-Coutinho; 1994; Vaistman, 1997; Romanelli, 1997; Barsted, 1995; Foucault, 1995a).

Divisão sexual do trabalho indicando a presença de desigualdades de gênero e sobrecarga de trabalho feminino

Em geral, ainda prevalece a desigualdade entre mulheres e homens na esfera doméstica, no tocante à divisão sexual do trabalho observada nesse estudo. Além de estarem assumindo o sustento da família, seja compartilhando a renda com os maridos ou encarregadas integralmente da sua manutenção, no caso das mulheres em análise, elas continuam sendo as responsáveis centrais pelos cuidados da casa e dos filhos. Questões relativas à educação, alimentação, saúde dos filhos e tarefas domésticas continuam majoritariamente sob seus auspícios, demonstrado também pela maioria das pesquisas que tratam sobre relações de gênero no contexto popular (Sarti, 1996; Scott, 1990; Macedo, 2001 Carvalho & Cravo, 1988; Salem, 1981; Neves, 1984).

As mulheres invadiram a esfera pública, mas a vida privada continuou estruturada como se elas ainda estivessem, em termos de responsabilidades domésticas e familiares, no modelo tradicional de família. Nessa sociedade contemporânea, apontada em geral como de grande ascensão e emancipação feminina e, conseqüentemente de relações mais igualitárias entre os sexos, observa-se a propagação de uma igualdade de direito, mas não de fato. O que ocorreu foi uma somatória de trabalho, além da atuação na esfera pública elas continuaram a executar as tarefas que já vinham desempenhando tradicionalmente na esfera privada.

Como diz Oliveira (2003), não houve por parte das mulheres uma negociação em relação ao tempo dedicado à vida privada, propiciando de forma involuntária ou inconsciente, como diz Bourdieu (1996), que o mundo do trabalho se estruturasse articulado a uma vida privada por elas garantida, onde o limite do dia é extrapolado para além dele próprio, na compressão diária entre família e profissão, gerando cotidianamente estresses, tensões familiares e conjugais. Nesse sentido, se faz necessária uma reengenharia do tempo como condição necessária à equidade nas relações de gênero e melhor qualidade de vida dos indivíduos através da reorganização do trabalho em virtude da família que mudou, como alerta a mencionada autora.

Os relatos das entrevistadas, abaixo, mostram não só a responsabilidade delas pela execução das tarefas domésticas, comprovando, assim, a existência das desigualdades de gênero no âmbito da divisão sexual do trabalho, mas também as insatisfações e reclamações dessas mulheres diante dessa situação, aspecto que se diferencia dos dados de Carvalho & Cravo (1988), onde as autoras não encontraram, por parte das entrevistadas, questionamentos sobre a dupla jornada ou divisão sexual do trabalho, o que mostra, assim, mudanças nas práticas e valores femininos.

Ah! Ficava difícil, era muito difícil, muito mesmo, porque geralmente eu tinha que fazer tudo à noite, comida, roupa, ele não ajudava em nada, nem em retirar o prato na mesa que ele comia. A gente brigava muito, eu reclamava, ele não dizia nada, pegava a camisa botava nas costas e saía. Aí começou a complicar, ele não queria trabalhar e não queria ajudar na educação dos meninos. Eu tinha que sair de manhã e chegar à noite e quando eu chegava à noite só encontrava problema (Luzanira, 43).

A gente tá na rua, eu mesmo tô trabalhando e tô com o pensamento neles. Meu Deus como vai meus filhos, será que tão bem, passo muitas vezes no colégio pra ver. Eu tenho por obrigação de uma vez ou outra tá no colégio pra ver se tá bom, não vou todo dia porque é chato, as pessoas se incomodam, entendeu? É obrigação da gente, até nisso, quer dizer... O homem não cuida não. O homem ele não vai pra uma reunião, ele não vai procurar saber, é raro a gente ver um homem numa reunião de criança. Não vai na sala de aula procurar saber como tá o comportamento. Porque isso é nossa obrigação, tanto mãe como pai, mas os pais eu acho que não fazem não. Quer dizer, a gente além de ter a carga de trabalhar fora, ainda tem que ter essa também de casa, porque eu tenho. (Angélica, 38).

Ele não ajuda não. Pode botar, não, aí no papel. Preguiça, sabe fazer muito bem, até melhor do que eu. Comida e tudo sabe. Eu acho ridículo, né? Porque devia fazer. Eu acho, assim, sabendo que a gente gosta de fazer as coisa, devia vir ajudar um pouquinho porque isso não desonra homem nenhum. Não que fizesse tudo, mas só um pouquinho, né? Pelo menos ajudava, né? Pra dizer que ele não faz nada, de vez em quando ele enche o balde e vez em quando ele sai com o butijão de água mineral, aí ele acha que faz muita coisa, sabe. (Marília, 40).

Nem o prato que ele comia, ele lavava. Às vezes, alguma vez perdida, que ele lavava, se eu tivesse doente. Aí ele fazia, mas aí era demais. O que é que eu vou fazer com esse homem aqui dentro de casa só... eu sempre digo, jamais. Ah, várias vezes eu chegava cansada de trabalhar, porque não é mole não, trabalhar numa casa e ter que fazer tudo de novo em casa. Chegava tão estressada, tanto do prato sujo, a casa suja. Qualquer coisa, assim, eu ficava reclamando de todo jeito com os menino e com ele, aí ele pegava e saía. Tirava o corpinho dele fora. (Magali, 35).

A ajuda dos maridos na esfera doméstica aparece de forma ínfima, quando comparado aos serviços femininos. A ajuda dos filhos aparece de forma mais significativa do que a dos pais. Embora apareça com mais frequência, observa-se que essas práticas ou ajudas domésticas masculinas acontecem na inexistência de filhas no domicílio, visto que esses casos aparecem em famílias monoparentais onde havia

apenas filhos homens. Situação, também, encontrada por Carvalho (1998) em seu estudo sobre chefia feminina em camadas populares na cidade de Brasília.

Isso faz supor que tal fato pode não estar associado apenas à ausência de filhas no domicílio, mas também à ausência da figura do pai no domicílio que pode funcionar como elemento inibidor da investidura da mãe em relação à inserção dos filhos nas tarefas domésticas. Frente à inexistência de uma filha que possa executar ou dar continuidade ao seu papel de dona de casa, prática comum nas famílias populares, somado à ausência do pai no domicílio a mãe, caso tenha uma postura menos tradicional no que se refere às atribuições de gênero, vai encontrar menos entraves para direcionar e socializar os filhos de forma mais flexível e aberta no que se refere a tais atribuições na esfera doméstica.

A efetivação de tarefas domésticas por filhos homens é confirmada pelos relatos dessas entrevistadas que dizem “eles ajudam, lava os pratos, passa a roupa deles. Eu ensinei tudo a esses meninos, tá entendendo? Ontem eu cheguei a casa tava um brilho. Eles sabem fazer arroz, faz tudo, tudo, numa casa. Às vezes o colega dele chega eles tão passando roupa, eles não tem vergonha não, eles passam!” (Suelane, 43). Ou essa outra que afirma que “todos eles me ajudam, homem e mulher, não tem isso não, hoje em dia o homem tem que fazer, não é como tempos atrás não, hoje todos tem que fazer” (Rosina, 38). E, ainda, essa que fala da repartição dos serviços domésticos com os filhos, “aqui fica dividido, eu tenho um filho que ele me ajuda muito”. (Luzanira, 43).

Mesmo aparecendo essa ajuda dos filhos em relação às tarefas domésticas, o que não deixa de ser indícios de sutis mudanças, há que se dizer que, ainda, é forte a resistência e a presença de concepções e posturas tradicionais em relação a tal questão, como se pode observar na fala dessa mãe que diz, “ele faz, mas num quer fazer. Ele diz

que num é mulher não, pra fazer serviço de casa. Eu digo que a bimba dele num vai cair não, se ele fizer” (Edilia, 33). Ou essa outra que diz que os filhos “ajudava, pouquinho, mas ajudava. Sabem fazer um cuscuz, um café, mas lavar roupa e engomar eles dizem que não são frango não. Eu digo que não tem nada a ver, se fosse assim no motel os homens não trabalhavam nisso, não lavava roupa, não passava, isso é besteira!” (Severa, 59 anos).

A opinião do filho de uma entrevistada, que se encontrava em casa durante a entrevista, representa bem essa posição mais tradicional de resistência às tarefas domésticas ao discordar da mãe quando essa lhe disse que o fato de ajudar, lavar um prato, não o tornava mulher, ao que ele retrucou referindo-se à irmã e dizendo: “quem tem que fazer é ela que é mulher. E eu sou mulher pra fazer, é?” (Junior, 14).

Apenas uma, dentre as entrevistadas, relatou a ajuda masculina como bastante significativa na esfera doméstica, aproximando-se mesmo de uma inversão de papéis. Essa entrevistada trabalha fora como empregada doméstica, é responsável pela provisão econômica da família, o marido não trabalha desde que se uniu a ela, há dez anos atrás, mas toma conta dos afazeres domésticos e dos filhos, a dispensando dessas tarefas mesmo quando está em casa.

Faz tudo, ele lava prato, dá banho nos meninos, isso ele faz, agora lavar roupa ele não lava não, agora o resto ele faz. E ele não lava roupa porque não sabe, não sabe mesmo. Ele lava muito mal lavada e aí vai gastar sabão e ainda vou lavar, aí eu mesmo lavo. A comida ele faz direito, é um cozinheiro de mão cheia, faz um feijão de você ficar de boca aberta, visse! Faz feijão, galinha, faz carne, faz tudo, tudo. Eu saio e fico despreocupada que ele faz tudo. Quando eu chego eu vou dormir e assistir televisão (risos). (Suelia, 28).

A afirmação dessa entrevistada a respeito do marido cuidar da casa e dos filhos foi confirmada quando ao chegar na sua casa para a entrevista se pôde observar que ele estava dando banho, vestindo os filhos e cozinhando algo para o jantar. Ao chegar do

trabalho ela dirigiu-se para ele reclamando sobre o lanche que o mesmo teria deixado de dar para uma das filhas que reclamava de estar com fome.

A maior participação nas tarefas domésticas e na criação dos filhos, embora reclamada pela maioria é, ao mesmo tempo, corroborada por elas que acabam cotidianamente as executando como sendo uma atribuição de sua responsabilidade, resultado da incrustação dos valores e atribuições de gênero internalizado no processo de socialização e sociabilidade cotidiana. A fortaleza dessa socialização encontra-se no seu caráter simbólico que favorece a naturalização de práticas como essas (Bourdieu; 2002a; 2001; 1998; 1996). Tal força de internalização pode ser vista na fala de algumas entrevistadas que concebendo as tarefas domésticas como atividades de sua alçada rejeitam uma possível repartição dessas com os companheiros ou filhos.

Eu não acostumei ele a lavar a roupa dele não. Eu prefiro fazer porque se eu deixar ele anda muito sujo. Eu não gosto não. Eu acho que é minha obrigação de mulher. Tem mulher que acha que não é não. Não é, mas eu acho. Ele faz a comida dentro de casa eu já reclamo com ele. Eu acho que negócio de homem é procurar fazer na rua. Arrumar alguma coisa na rua, não é. Chega na hora do almoço, vai se embora de novo. Mais negocio de lavar prato, varrer casa. Às vezes ele varre aqui, apanha um lixinho e bota fora. Eu acho que o meu serviço é dentro de casa. (Lindalva, 48).

Outras mulheres, mesmo achando que não deve haver essa desigualdade em relação à divisão sexual do trabalho, afirmando que os companheiros e os filhos devem ajudar, o fazem com ressalvas. Tais restrições apresentam-se condicionadas, ora à ausência feminina temporária na casa, ora a não concessão de algumas atividades para os homens, como mostra os relatos de algumas mulheres, a exemplo dessa que diz que “os home não vai fazer se tem duas mulher em casa” (Dorina, 46 anos). Ou essa outra que acha que os homens devem ajudar “se no caso, a mulher não tá em casa, tá na rua, o homem pode fazer essas coisas” (Luzia, 48 anos). Ou, ainda, essa que assume, “sou eu mesmo que faço. Ele não faz porque o que tem que fazer eu já deixo pronto. Eu

faço a comida, a roupa eu mesmo lavo que homem não vai lavar roupa, eu faço tudinho, não me importo não”. (Ednalda, 52 anos)¹⁴³.

A criação dos filhos é, também, um dos aspectos de evidência dessas diferenças e desigualdades no tocante a gênero no contexto familiar. As mães, geralmente, socializam as filhas para serem uma extensão sua e os filhos uma extensão do pai (Macedo, 1999; Whitaker, 1988). Na ausência de filhas, outras mulheres da família se encarregam das tarefas domésticas ou dos cuidados dos filhos (Neves, 1984). Acabam, dessa forma, sustentando uma forma de socialização que dicotomiza as práticas do fazer e ser cotidiano dos indivíduos constituindo, dessa forma, as diferenças e desigualdades de gênero que se instalam fora e dentro da esfera doméstica.

Essas práticas que conduzem a atribuições dicotômicas de gênero e que afetam de mais imediato à esfera doméstica extrapola esses limites e acaba refletindo, também, na esfera pública do mercado de trabalho, atestado pela concentração das trabalhadoras pobres em guetos ocupacionais, as chamadas “ocupações femininas” que, geralmente, são menos valorizadas e piores remuneradas e se constituem como uma extensão das atividades que já desempenhavam na esfera doméstica, quadro esse demonstrado pela literatura e, também, confirmado nessa pesquisa. (Abramo, 2000; Bruschini, 2000).

Estar responsável pela manutenção econômica da família e, ainda, pelos afazeres domésticos e cuidados dos filhos, aliado a um contexto familiar de pobreza e relações conjugais conflituosas traz grande sobrecarga de trabalho e preocupação a essas mulheres comprometendo, muitas vezes, a própria saúde. A maioria queixa-se de

¹⁴³ Faz-se aqui uma observação em relação à tarefa “lavar roupa”, essa aparece tanto nos discursos de alguns maridos em que se teve a oportunidade de conversar quanto das mulheres como sendo uma tarefa eminentemente feminina.

algum tipo de doença, as mais freqüentes são aquelas referentes à pressão alta, insônia, dores no corpo e dores de cabeça.

Eu tô com uma dor de cabeça, desde ontem, porque eu fui dormir tarde e me acordo cedo. Ontem eu fui dormir quase meia noite e eu acordo cedo porque tenho que trabalhar. E eu cheia de roupa pra lavar, tudo pra fazer. Tive que lavar roupa, ajeitar tudinho porque às vezes eu chego tão cansada aí só dá tempo pra fazer o jantar. É uma luta. Eu tive que deixar a roupa lavada, tudinho. A casa é uma bagunça, essa menina minha tem dez anos, mas ela não faz nada, nadinha. É a vizinha quem faz, eu dou um agrado e ela faz. Lavei lençol, eu não tô agüentando não, porque eu já passo a semana todinha, quando é no domingo eu estou com estafa. (Joselma, 40).

Às vezes lavo a roupa, faço tudo, corro pro trabalho. Termina tudo lá, volto pra casa de novo. Faço tudo de novo em casa, até a hora de dormir. Olhe, eu ligo a televisão pra assistir a novela, a novela termina, ôxe... eu cochilando. Mas assim, eu tô tão surtada que ultimamente eu não tenho dormido direito. Perco o sono de noite, a noite todinha acordada. Quando eu vou fechar o olho pra dormir o dia já tá clareando. Eu me levanto. Já duas noite que eu tô assim. É o estresse. É muita coisa, né. Ultimamente eu vivo tão estressada que meu cabelo tá caindo tanto! (Magali, 35).

Algumas afirmam tomarem diariamente remédios antidepressivos, um paliativo de enfrentamento da luta diária de apereios e preocupações freqüentes em suas vidas. A obrigação de ter que trabalhar para o auto-sustento e dos outros e, ainda, lidar com um cotidiano familiar de problemas e conflitos gera, nessas mulheres, um quadro de estresse que as fazem recorrer a assistência médica com freqüência para a prescrição de remédios que possam amenizar as dores psicológicas e orgânicas.

Pra mim tem dia que tudo tá bom, tem dia que eu tô alegre, tem dia que eu tô chorando, tem dia que dá vontade d'eu correr, desaparecer por causa dos estresses de dentro de casa. Eu tomo diazepam, mas eu não fui pegar no posto porque minha médica tá de férias. Aí desses dias pra cá eu tô tão agitada, tão agitada. Tem dia que eu não penteio o cabelo, tem dia que eu fico, assim, só pensando na minha vida que é muito sofrida, eu me aperreio muito. Ela se perdeu com um rapaz que não chegou nem a ser pai. Aí tudo pra mim ficou difícil, não é. Eu tenho que sair pra arranjar. (Lindalva, 48).

Minha fia eu choro tanto pensando nessa minha vida sofrida, visse! Ontem, mermo, eu chorei muito pensando no meu sofrimento, nesses meus filhos, os bichinho quer as coisinha deles e eu não posso dar, tem dia que eu só falto ficar doida. Eu sofro dos nervos. Não posso faltar sem remédio, três caixas não dá pra eu passar um mês não, porque eu tomo três comprimidos desse aqui por dia,

eu tomo. É lorax. E quando tô atacada, que eu já num tô conseguindo dormir mais, nessa hora, eu tomo um e uma banda. (Irani, 46).

Esses casos foram observados com mais frequência nas mulheres que tiveram e têm uma vida familiar e/ou conjugal mais conflituosa, ou seja, marcada por agressões, ingestão de drogas, bebida e práticas de traição por parte dos companheiros e, também, problemas com filhos quando esses estão envolvidos com amizades ou atividades consideradas ruins ou marginais, aquelas associadas às drogas, crimes ou roubos. É comum contarem sobre crianças que viram nascer e que hoje estão no mundo do crime e das drogas, um assunto delicado de ser tocado e verbalizado sem restrições.

A criação e o destino dos filhos é algo preocupante para elas, sobretudo, devido ao alto teor de violência e marginalidade presente nas Comunidades onde residem, o que requer uma orientação mais severa e vigilância dobrada sobre eles, principalmente, quando estão na fase da adolescência, considerada a mais propícia ao envolvimento com drogas, um meio relativamente fácil, embora perigoso, de obter dinheiro. Algumas das entrevistadas tiveram ou têm filhos envolvidos com drogas e crimes. Alguns se encontram presos. Há, também, maridos e genros que se encontram nessa situação.

Para aquelas que não têm maridos a preocupação é, ainda, maior, haja vista terem que lidar sozinhas com tal situação, onde se faz necessário a presença mais próxima junto aos filhos, as suas amizades e os ambientes que freqüentam o que, no caso delas, se torna difícil ou mesmo impossível, considerando que a necessidade de trabalhar faz com que estejam ausentes de casa a maior parte do dia.

Eu me aperreio tanto com essas meninas, visse! O negócio é que elas gosta muito de andar, sabe. Sai pras praça, aí tem que tá atrás, se não for atrás elas só chega no outro dia. Porque os adolescentes de hoje é assim. Elas vai pras casas das colegas, aí tem que tá em cima pra ver aonde é, com quem tá. Aí quando eu me abuso dou logo uma pisa boa (risos). Não gosto de dar não, mas também,

tira a paciência e é eu sozinha pra dar conta de tudo, não é fácil não. (Laura, 34).

No caso das famílias monoparentais, ter filhos dando problemas em casa, termina sendo um duplo sofrimento, aquele que enfrenta com o filho, propriamente dito, e aquele referente ao julgamento dos vizinhos sobre a sua responsabilidade pelo referida situação que acaba sendo atribuído, em grande parte dos casos, à ausência masculina no domicílio, como expressa essa mulher ao dizer que: “a pior coisa do mundo é você criar filho na rua e sozinha, não é isso. Criar na rua é horrível. E sozinha, assim, porque eu estou educando só. É mais difícil porque tudo cai nas costas da gente. Toda a educação que a gente der, um vacilo que a gente der, tá entendendo, um vacilo na educação, se você não souber lidar, cai em cima de você”. (Rosina, 38).

Eu vivo pra os meus filhos. Então, quer dizer, eu não sinto falta de um homem na minha vida. Se eu disser a você, eu sinto em termo de criação porque hoje em dia criar umas bênçãos dessas sem a presença de um homem é difícil, visse! Porque um homem a criança teme mais, entendeu? A gente, mãe, vive as vinte e quatro horas com a criança e muitas coisas a gente vai passando a mão, porque se a gente for severa demais, também, não dá. Então eu temo muito criar meus filhos sem o pai deles, apesar de tudo, entendeu? (Angélica, 38).

A culpa pelo modo desviante ou má condução dos filhos atribuída ao fato de não estarem dividindo com um homem a criação desses mostra que as atribuições de gênero no contexto familiar são, ao mesmo tempo, complementares e dicotômicas, cabendo ao homem uma autoridade mais rígida e mais ampla, devido à representação moral que exerce na esfera pública e privada. À mulher cabe uma autoridade mais maleável e restrita ao âmbito da casa, na analogia de um conjunto (feminino-casa) que está contido no outro (masculino-família) ou este que contém aquele (Sarti, 1996, 1995; Scott, 1990; Mendes, 2002b).

Mesmo ausente do domicílio, no caso das mulheres separadas, a presença paterna pode ser requisitada quando os filhos estão causando problemas considerados

sérios ou graves, como andar com más companhias, ausência da escola e brigas na rua. Nesses momentos, os pais como autoridade moral que intermedia a relação casa e rua são acionados para exercer o controle sobre os filhos e inibi-los desses atos desviantes. A natureza da sua autoridade sobre os filhos é diferente da autoridade da mãe. Os problemas que dizem respeito ao âmbito da própria casa e ao grupo de parentesco são resolvidos por elas, enquanto aqueles que estão relacionados à esfera pública são direcionados aos pais ou outras figuras masculinas da rede de parentesco, a exemplo do avô, tios, primos e filhos adultos (Salem, 1981; Neves, 1984; Fonseca, 1987a).

Os reflexos dessa importância atribuída a presença da figura masculina na família estão, também, presentes no tratamento desigual dado às mulheres separadas ou mães solteiras no contexto investigado (Sarti, 1996; Carvalho & Cravo, 1988). A ausência masculina no domicílio é um motivo de controle e discriminação feminina (Sarti, 1996; Carvalho & Cravo, 1988; Fonseca, 2000). Muitas dessas mulheres sofreram ou sofrem, ainda, discriminações, culpas e desrespeito que vão desde a criação dos filhos, como já foi visto, até insinuações e propostas sexuais masculinas.

Passaram as mulheres casadas, bem casadas, me desconsiderando, a me olhar diferente, porque agora eu era uma mulher sozinha, uma mulher sem respeito, quer dizer na cabeça de muitas pessoas, mas nem todo mundo pensa assim. É uma mulher sem caráter, é uma sem respeito, é uma mulher fácil. Teve pessoas aqui, mesmo, que depois da minha separação passou a me ver com outros olhos, a fazer comentários (choro). Agora eu faço que não entendo aquilo ali. Eu gosto muito desse jogo de me fazer de boba. Sabe por quê? Porque se tudo na vida a gente for levar na sinceridade cria muito problema, não só pra gente como pra quem está ao redor da gente. Já aconteceu de eu chegar em um barzinho, assim, e de chegar pessoas casadas, de querer ficar comigo, de me dar cantada e eu não levar a sério e depois essa mesma pessoa me pedir desculpa. Também já disseram aqui que eu virei sapatão. (Luzanira, 43).

Quando os homens vêem a mulher sozinha sempre quer chegar junto. Quando eu estava sozinha ele sempre vinha aqui, batia na minha porta. Tinha um homem aqui casado, ficava aqui rondando, a fim de mim, rondando. Depois que esse tá aqui não ronda ninguém não. Porque a mulher sozinha todo mundo quer soltar uma gracinha, quer dizer isso, quer dizer aquilo. Eles pensa, assim, 'ela não tem homem, a gente faz o que deve. Se tiver uma confusão, a gente

fazer um negócio aí, ela não tem homem, aí ela não vai dizer nada. Ela não tem ninguém pra defender ela'. E a gente fica uma pessoa sem moral nenhuma porque pensa que a gente é mulher aí dos homens. (Joselma, 40).

As pessoas respeitam mais a mulher com o marido. Eu passei barra. Foi. Tinha marido que não queria que a mulher nem tivesse amizade comigo porque eu não tinha marido. Aí teve um que se arrependeu do que fez. Se arrependeu que veio me pedir perdão porque ele viu que eu não era pra gandaia, né? Eu não tenho marido não, mas aqui teve rapaz, filho dessa pessoa, que disse, assim, ela é digna! O marido dela volta pra ela na hora que ela quiser. Ela é digna porque a gente vê o comportamento dela. Todo mundo via meu comportamento aqui. (Suelane, 43).

Se minha vida era ruim, depois de eu separada a vida ficou mais ruim ainda. Porque você sabe, quando a mulher tem um marido não é nunca que nem uma mulher só. Quando a gente tem marido todo mundo respeita e a gente quando se acha sem marido cada um que queira fazer a gente de gato e sapato, mas a gente tem que saber permitir porque se você der moleza à turma munta em cima e pra muntar em mim, mia fia, só meu pai e ele já morreu. (Vitória, 48).

As atitudes discriminatórias junto a essas mulheres separadas, acontecem no próprio contexto comunitário onde habitam, partem de homens e mulheres e se implantam mediante um controle e julgamento público que se estabelece associado ao seu comportamento, seja em relação à diversão, saídas, modos de vestir-se, comportar-se e amizades. Dependendo de como se constitui tal comportamento vão surgindo os aspectos considerados elogiosos ou difamatórios a seu respeito.

Passar da condição de casadas a separadas significa mudar de status e entrar numa zona fronteira, um movimento pendular que oscila entre o respeito e o desrespeito, entre ser uma mulher digna ou da gandaia, o que vai depender do seu comportamento e práticas. Como separadas passam a ser alvo de julgamento e vigilância pública através do olhar panóptico dos vizinhos. Nesse sentido, resguardar-se, ter comportamento e atitudes comedidas, principalmente, em relação aos homens, as fazem permanecer no status de mulher “digna de respeito” perante a comunidade.

Aquelas que na condição de separadas se mostram extrovertidas, gostam de sair freqüentemente, beber, se divertir, ter e receber amigos em casa são criticadas por

infringir esse código simbólico de reputação, e passam a não se constituir num bom modelo ou referência para as mulheres estimadas como sérias e respeitáveis. Para os homens elas passam a ser alvo de investida para o sexo, parceiras eventuais sem vínculo afetivo, categorizadas como “mulheres de fora” (Salem, 2004) ou, ainda, como aquelas as quais é preferível manter distância, conforme Quadros (2004). Para as mulheres casadas elas representam uma ameaça em potencial (Fonseca, 2000; Carvalho & Cravo, 1988). Esse relato, descrito abaixo, mostra como homens e mulheres se posicionam frente a uma mulher sem marido.

Incrusive muitas frase insuportável, entendeu, mas eu nunca levei a sério, eu sempre dizia que eu ando desse jeito num é pra mostrar o que tenho não, é porque eu gosto, certo, agora você vá incomodar a mulher dos seus filhos, que você num dá valor a você mermo, seja um home. Eu recebia piadinha só porque tava desse jeito, porque eles tava de olho, como diz a história né... Ai, pronto, ali em baixo, tinha uma barraca, e o marido dela era bem pouquinho enxerido, sabe, pra num dizer o contrário. Ela tava ai até um tempo desse mermo, ela só vivia de cara feia, muitas vez, passava por mim rismungando. Teve uma mermo, pronto, dali, só falava comigo soltando piadinha, piadinha safada, ai eu disse, oia, fecha teu rabo que o teu marido num quer me dá nada, porque home com compromisso eu num quero não, eu posso ficar, não sabendo que ele tem compromisso, agora, se tu tá com tanta raiva de mim porque ele não te quer, pega um copo de veneno e bebe, quem sabe tu num fica só. Agora, se tu quiser levar tudo na união, faz de conta que tu não me vê, passa, faz de conta que eu num existo onde tu mora. (Edilia, 33)

Observa-se que a condição de mulheres separadas ou mães solteiras acaba sendo um indicativo de discriminação feminina e desigualdade de gênero. Esse é mais um aspecto através do qual se firma a idéia não só de que a presença masculina na família funciona como fator de respeito e autoridade moral, mas de que a sua ausência é motivo de controle e julgamento público das práticas e comportamento feminino. Mesmo sem prover economicamente a família, a figura masculina se implanta como sinônimo de autoridade e respeitabilidade, ou seja, uma presença simbolicamente necessária (Carvalho & Cravo, 1988; Sarti, 1996; Fonseca, 2000). Diante desse quadro discriminatório se fazem, também, presentes às reclamações e reações femininas, o que

mostra que não desconhecem e não aceitam de forma passiva as desigualdades e discriminações que sofrem.

O poder feminino à luz da condição de provedoras no espaço doméstico

Apesar do espaço doméstico ser considerado, em geral, um locus de desigualdades de gênero aqui evidenciado através da divisão sexual do trabalho, dupla jornada e discriminação feminina pela ausência masculina, paradoxalmente ele também se constitui num locus de poder feminino ou poder positivo para as mulheres, onde é possível se evidenciar a tomada de decisão, negociação, escolhas e estratégias de resistência e convencimento feminino que aparecem entremeadas nas micro-teias cotidianas da convivência diária (Foucault, 1997, 1995, 1995a).

Um espaço de forte domínio feminino onde decidem sobre questões relativas a alimentação da família, compra de objetos, reforma da casa, direcionamentos e controle sobre os filhos. Locus onde se apropriam das estratégias do saber e fazer doméstico para mostrar o poder de estar ativamente administrando a casa e os membros que dela fazem parte, de fazer valer o seu gosto e vontade por vias simbólicas que se manifestam através de formas sutis, sem confrontações diretas e embates, priorizando sempre que possível o diálogo, a intermediação e conciliação (Rocha-Coutinho, 1994; Romanelli, 1995; Lipovetsky, 2000; Bourdieu, 1996; Scott, 1990).

O poder de decisão no espaço doméstico é confirmado por todas as entrevistadas quando indagadas sobre quem decide em casa. Associam esse poder ao fato de estar sendo as provedoras econômicas da família, elemento que lhes dá certa autonomia pelo poder de compra proporcionado pelo trabalho. Essa confirmação está

presente, tanto na fala das mulheres casadas, como daquelas separadas, seja referindo-se à relação conjugal atual ou anterior.

Era eu que decidia tudo porque ele não me ajudava em nada, tinha que ser eu mesmo. Até às vezes ele passava na minha cara e dizia que não tinha moral, aqui ele não tinha nada, só as roupas dele. Porque eu que tenho que decidir, se você não me ajuda em nada, você não tem um trabalho, você não bota nada dentro de casa, pra que você quer dizer as coisa dentro de casa? Quem tem que dizer é eu mesmo. (Magali, 35).

Esse negócio de dinheiro é comigo, né, porque é eu que trabalho, quer dizer, eu quem tomo a frente, eu quem compro o que tem que comer. Eu quem controlo. As coisas pra comprar em casa, uma roupa de menino, escola, comida, água luz. Tudo sou eu. Ele disse que eu virei o homem da casa, pronto. Ele diz, você agora virou o homem da casa! Aí às vezes eu digo, tu tá exagerando, mas às vezes eu fico ligada, pior que é mesmo. (Angélica, 38).

Eu me sentia pior quando eu não trabalhava porque eu dependia de tudo, eu via faltar tudo pra dentro de casa. E hoje, por exemplo, eu quero fazer uma festinha, mesmo que seja fiado eu compro, eu sei que eu vou pagar. E se eu estivesse dentro de casa eu não tinha aquela esperança, eu tinha que comer o que tivesse mesmo. Se não tivesse tinha que passar. Tinha que depender da mãe dele, das humilhações que tinha que passar. (Fabiola, 36)

Eu é quem decido tudo, tudo eu. Ele não manda aqui em nada. Tudo é eu. Ele tá aqui porque não tem onde ficar mesmo, mas tudo é eu. Se ele não quiser ele lava, vai simhora. Ele depende de mim pra tudo. Me pede dez conto ou quinze, de vez em quando eu dou. E ainda quer mandar? Agora se ele bancasse de tudo. Que nem ele fez, ‘corte o cabelo’. Eu não corto o cabelo porque eu não quero cortar mais, meu cabelo é de negro, mas deixe, sou eu. Não corto porque eu não quero. O cabelo é meu. Agora não me dá um creme, não me dá um beliro, não me dá uma ataca. Existe isso! Eu digo a ele, a tua sorte é que eu gosto de tu. Gosto mesmo dele. Gosto, mas tem hora que eu me estresso. (Lindalva, 48).

É eu, eu, a primeira palavra dentro de casa sou eu, eu mando e desmando. O que eu disser ele assina em baixo. Olhe sa menina eu sempre fui a mulher e o homem da casa. Eu é quem dou as carta e ele faz, e aí dele se não fizer (risos), eu abro o berreiro e arengo logo, xingo, passo na cara dele que ele é frouxo, mole, mando ele trabalhar. Faz dez anos que eu vivo com esse home, mas ele não tá com nada, não presta não... Nunca trabalhou, em nada na vida. Ele é biscateiro, é ajudante de pedreiro, descarregador, coisa assim. (Suelia, 28).

Há, de fato, um empoderamento dessas mulheres no espaço doméstico adquirido, substancialmente, via provisão econômica, que não só altera o modelo tradicional de família, pautado na provisão masculina, mas na concepção de mulheres

restritas ao espaço doméstico e dependentes financeiras dos maridos. O trabalho faz com que não só consigam minimizar as precárias condições de sobrevivência, mas também adquiram um maior controle e definição dos usos e gastos dos recursos no domicílio e, conseqüentemente, ampliem o poder junto à família, sobretudo, considerando que os maridos se encontram na condição de desempregados e, portanto, seus dependentes financeiros.

O que não implica dizer que tenham o total domínio, poder e autoridade sob o espaço doméstico e, principalmente em relação aos maridos e, tão pouco, que se desvincilhem de práticas tradicionais. Mas o fato de estarem provendo a família, somado à situação de desemprego dos maridos, falta de interesse desses em procurar trabalho e as práticas ou vícios como a bebida alcoólica, acabam fragilizando a sua autoridade e representação moral na família, proporcionando ao mesmo tempo ganho de poder feminino e estratégias de resistência no âmbito da esfera doméstica (Sarti, 1996; Carvalho, 1998; Macedo, 2001; Vaistman, 1997).

As reações ou estratégias de resistência podem, ainda, ser vistas através das insatisfações ou reclamações no tocante à ausência ou deficiência dos companheiros enquanto provedores econômicos da família ou o que chamam de “donos de casa”. Em geral, as entrevistadas mostram-se descontentes com a condição dos companheiros de desempregados e, conseqüentemente, com a dependência financeira desses em relação a elas, cuja situação tem seus limites de compreensão (Foucault, 2003; Scott, 2002).

Tal compreensão feminina à situação de dependência financeira dos companheiros está referendada na evidência de que esses mesmo não estando na condição de provedores da família, se mostrem interessados em trabalhar, procurar emprego ou empenhar-se em outras formas alternativas de ajudas no contexto familiar,

seja cuidando dos filhos, das tarefas domésticas e da casa na ausência feminina, seja não desviando financeiramente o que não têm e o que não pode com dívidas, mulheres e vícios (Salem, 1981; Neves, 1984).

Se assim procedem ficam, relativamente, resguardados das cobranças e alegações femininas de não estarem provendo financeiramente a família como algo proposital ou marginal. Além do que, ainda, podem contar com certa generosidade da parte delas em relação à manutenção da sua honra e moral como trabalhador e pai de família através da divulgação pública, pela vizinhança e grupo de amigos, de que são trabalhadores ou espertos para o trabalho, mas que não estão trabalhando porque lhes faltam oportunidades de empregos ou porque estão doentes justificando, dessa forma, a sua situação de “desempregados ocasionais ou crônicos” (Vaistman, 1997).

Ele estava trabalhando. Até um tempo desse ele estava trabalhando. Ele parou agora pouco. Fez um ano agora que ele parou por causa do problema da diabetes que está muito avançada, sabe. Está muito avançada a diabetes dele. E ele disse que é feito um bocado de espinha furando. Que ele não agüenta... Agora é trabalhador viu. Ele é trabalhador, não mede distância. Quando ele era bom. Dia de semana às vezes trabalhava o dia todinho nas firmas e quando chegava de noite pegava serviço na casa mais eu. (Ednalda, 52).

Nessas situações, a justificativa de não disponibilidade de emprego passa a ser encarada mais como reflexos de questões socioeconômicas de caráter mais estrutural e menos como incapacidade ou falta de disposição individual dos companheiros. Nesse sentido, são eximidos da culpa de não estarem trabalhando e nem provendo a família, e passam a ser considerados vítimas de uma problemática social mais ampla que ultrapassa o âmbito da casa e da família e vai além da sua disposição para o trabalho.

Todavia o que, em geral, acontece no que diz respeito ao comportamento e práticas masculinas é o contrário do preconizado pelo desejo e compreensão feminina. As adversidades e crises financeiras constantes que atravessam esses homens como trabalhadores junto ao mercado, onde se colocam numa posição cada vez mais

marginal e periférica não só em relação à possibilidade de emprego, mas boas ocupações e salários, fazem com que as revoltas e insatisfações vividas por eles no mundo desigual e precarizado do trabalho acabem refletidas no contexto familiar (Neves, 1984; Sarti, 1996).

Estar na situação de desempregados, de não provedores e tendo a família sob provisão feminina, representa, em geral, para os homens desse contexto uma desmoralização frente à função que deveriam supostamente desempenhar de chefes de família, através da qual poderiam exercer a autoridade moral garantindo à família os recursos materiais, respeito e proteção.

Mediante tal condição de desempregados, que se lhes apresenta como constrangedora e humilhante frente a introjeção do modelo hegemônico de masculinidade (Almeida, 1996), muitos deles, se entreguem à bebida como válvula de escape o que, por sua vez, acentua a sua condição de desempregados e vice-versa, formando um ciclo vicioso e contínuo (Nascimento, 1999). As conseqüências de tais procedimentos podem ser observadas nas reclamações e insatisfações das mulheres em relação à postura dos atuais maridos ou ex-maridos.

Mas aí, também, quebrei a cara de novo, me enganei. Porque ele bebe, ele não é uma pessoa muito responsável. Porque ele vê que eu sou, assim, uma pessoa assim tão batalhadora, trabalhadeira. Deveria, né? Pois é, mas não, nada, nada de ajudar. Aí não dá não. Desse jeito não dá não. Faz um mês só, que eu mandei ele ir pra casa do pai dele. Eu tô muito afastada dele, devido as coisa que ele também aprontava comigo. De traição aí, também, tudo isso vai acabando. E dessa forma não dá não, porque eu trabalhar pra dar de comer a um homem, além dos meus filho. Os meus filho eu tenho obrigação, mas com outra pessoa. Uma mulher não quer um homem só pra cama não, quer pra um dialogo, pra despesas, pra outras coisas. (Magali, 35).

Eu não dou sorte com homem não. O outro, mesmo, me aperreava muito. Eu arrumava uma pessoa, assim, porque é muito ruim uma pessoa viver só, não é? Porque eu tenho filho, tudinho, mas o filho não dá a atenção que um homem dá. E homem é outra coisa, não é? Sabe qual é o fato? Que eles, os que eu arrumo, não querem me ajudar, entendeu. O problema é esse. Batalhar. Feito ele, mesmo, não batalha, não faz por onde, ele é uma pessoa descansada. Não quer

nada com a vida, entendeu. Agora eu não sou obrigada a ficar com ele não. Esse agora disse outro dia: ‘eu vou embora’. Quando ele disse, eu disse: pode ir, a casa é minha e quem manda aqui sou eu. Eu não faço questão nenhuma por homem não. (Joselma, 40).

O espaço doméstico, considerado por excelência feminino, se mostra, como se pôde observar, paradoxal, no sentido de abrigar desigualdades e discriminações de gênero e de ser ao mesmo tempo espaço de poder feminino. Nele as mulheres atuam como socializadoras e mantenedoras da família o que aumenta o seu poder na família, mas também lhes traz problemas em termos das relações de gênero, no sentido de terem que administrar a sua condição de provedoras com a falta de provisão masculina, uma situação difícil de ser encarada pelos homens no contexto familiar e que, muitas vezes, acaba levando à produção de novas desigualdades e discriminações, a exemplo da violência doméstica que se discutirá em seguida.

Violência doméstica marcando a vida e o cotidiano das chefes de família: as agressões masculinas e as reações e insatisfações femininas

A violência doméstica¹⁴⁴, outro forte indicativo da presença de desigualdades de gênero, não só faz parte da vida atual das entrevistadas, mas atravessa as suas trajetórias de vidas, seja através de agressões físicas, abuso ou tentativa de abuso sexual praticados, geralmente, por conhecidos, pais, parentes e patrões. Do total da amostra aqui analisada 17% das mulheres afirmaram sofrer agressões físicas atualmente. Considerando especificamente as mulheres casadas, os relatos revelam que 40% delas sofrem agressões físicas dos maridos. (ver gráfico e tabela nos anexos).

¹⁴⁴ A discussão em torno da temática, em seus termos e conceitos, é bastante controversa entre os estudiosos da temática. Não cabe ao propósito desse estudo um aprofundamento sobre suas explicações e controvérsias. No entanto, cabe ressaltar que o termo está sendo aqui empregado para referir-se à violência que tem lugar, predominantemente, no interior do domicílio e pode ser praticada por parentes consanguíneos e afins e não-parentes. Trata-se, no caso desse estudo, especificamente das agressões físicas praticadas pelos maridos sobre suas mulheres e à tentativa ou abuso sexual praticado por parentes, pais ou conhecidos contra essas mulheres quando crianças ou adolescentes. Sobre a temática ver os estudos de Saffioti (2004, 200, 1999), Teles e Melo (2002), Soares (1999) e Soihet (1989).

Constatou-se, ainda, que do total geral da amostra 60% das mulheres já sofreram agressões físicas em relações anteriores e 17% já sofreram abuso ou tentativa de abuso sexual, no decorrer de suas vidas, praticado por parentes por consangüinidade e afinidade (pai, marido, tio) ou pessoas próximas e conhecidas (vizinho, patrão).

Ressalta-se, porém, que esse não é um problema inerente às camadas populares, levando à idéia de que só os pobres, alcoolizados e drogados espancam suas mulheres e abusam sexualmente de crianças. Ele acontece independente da situação econômica e está presente em qualquer camada social e etnia. A justificativa exclusiva de patologização dos agressores tal qual a culpabilização dos pobres como portadores de uma cultura de violência, acabam encobrindo as hierarquias e contradições sociais existentes e gerando pré-conceitos que não condizem, de fato, com a realidade, como alerta Saffioti (2004).

O que, por outro lado, não implica dizer que as condições de pobreza ou de necessidades materiais não sejam fatores importantes de desencadeamento de tais práticas, como também a bebida alcoólica e o estresse, ao contrário, são e devem ser considerados na questão, mas perpassando essas está a categoria gênero que toma um lugar central e de destaque para a compreensão da mesma (Teles & Melo, 2002; Soares, 1999; Safiotti, 2004, 2001, 1999, Soihet, 1989).

Quando associado à categoria gênero, o conceito de violência torna-se amplo em seu raio de abrangência incluindo não só mulheres, mas homens, crianças, adolescentes, jovens e adultos de ambos os sexos. Todavia quando se fala de violência de gênero essa, comumente, está associada à “violência contra a mulher” não só por ser o seu alvo principal no espaço doméstico, mas também pela prioridade que lhe é dada em termos dos estudos de gênero na academia.

Trata-se de uma forma de dominação que se estabelece não como fruto da natureza humana, mas como construção social perpetrada em bases fundantes de um sistema patriarcal e de relações hierárquicas de gênero que cria e preserva estereótipos que estão inscritos nos corpos e nas práticas e que associam a força, o controle e o domínio ao masculino e a obediência e fragilidade ao feminino. Uma dominação que se institui, sobretudo, por via simbólica, percorrendo meandros sutis, se dando aquém da consciência e de forma naturalizada nas relações de gênero, o que a faz persistente e, muitas vezes, não identificável em seus pontos nevralgicos (Teles & Almeida, 2002; Safiotti, 2004, 2001; Bourdieu, 2002a).

No entanto, essa dicotomia de gênero que vincula força e domínio ao masculino e obediência e fragilidade ao feminino não parece se estabelecer na prática como um dado tão certo e natural das relações de gênero. Um exemplo é o fato de que as mulheres que sofrem violência não são tão passivas diante das agressões como se supõe. Elas respondem de diversas formas e estratégias às agressões quando não as implementa, embora seja mais raro devido à própria forma de socialização que receberam. Essa não passividade ou revide feminino diante das agressões, encontrado nessa pesquisa, foi também apontado por Safiotti (2004; 2001) em seus estudos.

Os dados de campo revelam que a violência se processa ao longo do percurso de vida dessas mulheres, iniciando na infância e adolescência, através do próprio trabalho infantil e maus-tratos cometidos pelos patrões, já discutido anteriormente, e nas tentativas ou prática de abuso sexual as quais deter-se-á agora.

Foi com oito anos que ele, meu pai, começou a abusar de mim. Meu pai não que aquilo num é pai (choro). Minha mãe tinha saído pra fazer feira, ele chegou queimado e disse, venha aqui que eu quero que você tire minha bota, aí ele deitou na cama e eu inocente, era pequena, comecei a tirar a bota dele, depois eu só ouvi ele dizendo deita aí que eu quero fazer uma coisa com você aí eu peguei e me deitei e ele foi logo tirando a roupa dele e tentando tirar a minha e eu querendo gritar, mas ele conseguiu, chegou a sangrar. (Valda, 25).

Eu tinha seis anos, aí eu gostava muito de brincar de se esconder perto de casa, aí um dia que a mulher dele não tava em casa, ele pegou e me chamou pra dentro, aí tirou a roupa todinha dele, ele era um véio gordo, aí que coisa feia, quando eu me lembro, um véio gordo da barrigona, branco, aí ele disse, ‘deite aqui em cima de mim’. Fechou a porta, me puxou pra cima dele e ficou se esfregando, ele só ficava se esfregando. Ele dizia assim, ‘não é igual a do seu padrasto, né? Não é assim que ele faz?’. E eu inocente dizia que era. O meu padrasto não fazia isso comigo, entendeu. Ele só veio fazer isso comigo quando eu tinha onze anos. Depois ele dizia, ‘olhe não diga a sua mãe de jeito nenhum porque se você disser Jesus vai ficar com raiva de você’. Por isso que hoje em dia eu não quero meus filhos na casa de ninguém, porque eu não confio. (Simara, 29).

Mas aí, também, nessa casa que eu tava trabalhando eu saí. Porque um certo dia, eu era, assim, sabe, bem feitinha. Aí o marido dela gostava muito de olhar pra minhas pernas sabe. Aí comecei a usar uma saia mais compridinha. Porque eu gostava de short bem curtinho sabe. E eu já ficava com aquele medo quando ela saia com medo de ficar só com ele. Que ele chegava, cochichava dizia as coisas. Aí quando eu estava na pia eu senti aquela pessoa me agarrando, era ele. Começou me agarrando a pulso, a pulso, a pulso, aí eu peguei dei um chute nele, assim, e corri. (Fabiola, 36).

Ter sido vítima de tentativa ou *abuso sexual* na infância ou adolescência é uma marca indelével e permanente na vida dessas mulheres, não só pela lembrança traumática do ato, mas pelas conseqüências e decepções que esse gera, a exemplo da descrença ou descaso da própria mãe em relação ao fato, sobretudo, quando este é praticado pelo próprio pai, além da culpa que lhe é atribuída pelo ocorrido, sob as acusações de que “menina amostrada, que vive na rua conversando com os homens só dá nisso” (Simara, 29 anos)¹⁴⁵ e, ainda, do preconceito e desvalorização que passam a sofrer como mulheres perante os homens, que não só pode lhes denotar a culpa do ocorrido, mas lhe imputar a partir daí uma espécie de vigilância comportamental (Safiotti, 2004).

¹⁴⁵ Fala de uma entrevistada se referindo às declarações da mãe e vizinhos quando souberam que ela tinha sofrido tentativa de abuso sexual praticada pelo vizinho.

É esperado que depois do ocorrido se comportem como uma “mulher reservada”, “direita” para que possa, de fato, continuar se estabelecendo na categoria de vítimas de violência sexual. Sendo assim, deverá evitar mudanças frequentes de namorado e principalmente “fazer rodas com homens”, pois, dependendo de tal comportamento, pode ser vista e propagada como “mulher perdida” ou “mulher sem-vergonha”, procurada por eles somente para sexo, orgias e bebidas.

Tal desvalorização por parte dos homens, acoplada ao jeito extrovertido de ser de algumas mulheres que passaram por essa experiência, somada à condição de extrema pobreza, acaba gerando um estado de baixa-estima que é compensado, para algumas, na estratégia de aceitação e usufruto da condição de “mulher perdida” da qual procuram tirar vantagem através de uma vida profissional-amorosa que passam a exercer, algumas como garotas de programa, outras como amantes de homens casados.

Nas duas situações, acima, havia uma recompensa financeira, só que no primeiro caso era uma relação mais comercial não havendo exclusividade de parceiro, diferente do segundo caso, que além de ter essa exclusividade podia, ainda, contar com sentimentos de afetividade na relação. Nos dois casos a alegação de tal prática, em determinado momento de suas vidas, estava associada à condição de sobrevivência aliada a condição de desempregada e com objetivos de sustentar-se, aos filhos, no caso de tê-los, e até mesmo a família de origem.

Para outras mulheres, a reação diante da experiência de abuso sexual resulta em práticas diferenciadas dessas, acima mencionadas. Convivem com a dor e mágoa do ocorrido afastando-se de tudo que possa lembrá-lo, inclusive do elemento causador. Se foram abusadas sexualmente pelo pai passam não só a desconsiderá-lo como pai, mas a defender e supervalorizar aspectos relativos ao caráter e moralidade que os pais devem ter em relação à família e, principalmente, aos filhos para, de fato, serem chamados de

pais. Entre esses aspectos está incluso o respeito e a intocabilidade sexual aos filhos como práticas esperadas de um verdadeiro pai. Práticas contrárias a essas são consideradas “monstruosas” ao invés de “paternas”.

Os reflexos dessa experiência traumática vivenciada em relação ao pai, estão presentes nas relações afetivas futuras dessas mulheres que através de uma observação cotidiana mais apurada passam a fiscalizar o comportamento do companheiro no que se refere aos próprios filhos, principalmente se esse tem o hábito freqüente de ingerir bebidas alcoólicas ou é, de fato, um alcoólico ou, ainda, consome drogas.

Se foram abusadas sexualmente por vizinhos, conhecidos ou parentes por afinidade, costumam usar com certa freqüência o discurso de propagação das práticas e valores atribuídos ao que chamam de um “homem de verdade”, “homem que honra as calças que veste” ou “homem com H maiúsculo”, o que implica não macular a confiança que lhe foi dada ao fazer parte da rede de amizade, vizinhança ou parentesco, e não usar da covardia, aproveitando-se da pureza e inocência de crianças indefesas.

Agir dessa forma é “agir como moleque, como covarde e não como homem”. É comum, também, como parte desta justificativa no que diz respeito à covardia, suporem que a atitude daquele que se aproveitou sexualmente de uma criança, provavelmente não seria a mesma se no lugar da criança estivesse um homem. Na lógica normativa desse contexto, crianças e mulheres grávidas são categorias sublimes devendo, pois, serem resguardadas e poupadas em termos de violência (Fonseca, 2000).

Observa-se, ainda, que a experiência de violência sexual torna essas mulheres temerosas e desconfiadas em relação aos homens em geral, utilizando estratégias de vigilância sutil e constante sobre as atitudes e comportamentos daqueles que estão

mais próximos, inclusive os companheiros que não são os pais biológicos de seus filhos. O cuidado é redobrado em relação às filhas, principalmente se são adolescentes, consideradas um alvo mais requisitado de tentação.

Os dois grupos de mulheres com práticas diferenciadas em relação à experiência de violência sexual, vistos acima, têm em comum a vigilância e desconfiança permanente em relação aos homens, consequências do trauma vivido. No entanto, essa precaução em relação aos homens, não se constitui uma exclusividade das mulheres que foram abusadas sexualmente, observa-se que ela está presente tanto em relação àquelas que sofreram abuso sexual, como àquelas que não sofreram tal violência.

Quando possuem filhos, sobretudo filhas, de uniões anteriores procedem de forma, ainda, mais cautelosa no que diz respeito às próximas uniões e, principalmente, no que diz respeito a levarem os atuais namorados para morar em suas casas, com receio deles se aproveitarem sexualmente das filhas na sua ausência. Quando os levam para morar debaixo do mesmo teto ficam vigilantes em relação às filhas, seja observando as atitudes desse em relação a elas ou prevenindo-as para não se deixarem ser tocadas. (Scott, 1990).

Eu estou educando os meus filhos sozinha, não tenho um homem dentro de casa. Por que eu não tenho? Porque eu tenho medo, eu tenho duas filhas moças, tá entendendo. Aí a violência no mundo está muito, assim, em termo de violência de homem com mulher, principalmente o estupro, tá entendendo. Porque eu tenho medo, assim, de botar um homem dentro de casa. Eu tenho duas moças aí eu sempre digo, assim, eu não quero um homem pra viver comigo mais, enquanto as minhas filhas tiverem dentro de casa. Às vezes eu digo assim, eu morri pra o mundo porque eu sou pra vocês. Elas se divertem, elas curtem a vida e eu não. (Rosina, 38).

Essa precaução, além de ser uma consequência da experiência vivida de violência sexual, pode advir também do conhecimento ou incidência de casos ocorridos na localidade de residência e pela vizinhança ou, ainda, informações

adquiridas sobre esses fatos na mídia televisiva e radiofônica, principalmente dos programas de estilo popular-policial que divulgam diariamente casos de violência doméstica nas camadas populares, programas preferidos e assistidos pela maioria das entrevistadas.

Faz um ano e cinco mês que eu tô separada dele, do pai dos meus filhos. Tô só. Tive umas paquera, mas nada sério não, porque eu não quero botar homem dentro da minha casa. Porque eu tenho minhas menina, né? Eu digo sempre, homem, não boto nunca dentro de casa, porque os homens de hoje não é de confiança. E já é por ver, também, tanta coisa que passa na televisão e na realidade porque aqui, mermo, já aconteceu muito. Aí eu não quero por causa disso, também. Aí meu paquera é lá fora e lá fora, mermo, fica. Eu não digo nem onde moro (risos). (Laura, 34).

E eu quero nada mais conversa com homem. E mais, arranjar homem eles não vão querer a gente dentro de casa vão querer as filhas da gente. Vai querer as moças da gente. Eu quero nada. Eu tenho medo. Eu vejo muito caso aí na televisão. Muitos casos aí que a mãe sai para trabalhar e as filhas ficam em casa e os pais embucham as filhas, não é. E diz, se você disser eu lhe mato. Aí acontece em muitos casos e eu tenho muito medo. No dia que ele morrer eu não quero mais ninguém me fazendo companhia mais não. (Leila, 34 anos).

Além do receio de abuso sexual junto às filhas, elas temem também a violência física por parte dos companheiros aos filhos provenientes de uniões anteriores. Algumas mulheres, mesmo estando insatisfeitas com a vida de casada, no tocante à prática de bebida e agressões físicas dos companheiros, a ela e aos filhos, preferem permanecer nessa relação, pautadas no lema “ele é ruim, mas eu conheço”, a ter que dividir a criação dos filhos com uma pessoa “estranha”.

Me afastei dele um tempo, fui pra casa da minha mãe, mas depois eu voltei, eu fiz, não é isso que eu quero. Eu fui morar com ele porque é com ele que eu quero ficar, entendeu. Eu não sou mulher pra outro homem. E uma que eu tenho quatro filhos e eu não vou jamais arrumar outro homem que eu não conheço pra botar dentro de casa com meus filhos, a gente assiste jornal, vê as coisas pesadas que tá no mundo, as coisas horrível, é que hoje em dia um pai a gente tem que tá de olho aberto, não é isso? Imagine botar um homem estranho na sua casa e ele judiando dos seus filhos. (Angélica, 38).

Preocupam-se em não levar para morar consigo e com os filhos alguém que possa vir a maltratá-los fisicamente, o que parece ser permitido, até certo ponto, aos

pais biológicos sob a assertiva de que “quem fez é que tem direito de bater”, evidenciando, assim, a importância ao fator biológico na legitimação do poder e autoridade paterna que pode inverter-se no caso dos pais terem abusado sexualmente dos filhos (as). Nessas situações o fator biológico deixa de legitimar o referido poder e autoridade cedendo lugar a fatores associados aos valores morais (Sarti, 1996), o que mostra que tais fatores não são tão facilmente separados, oscilam entre a preponderância de um ou outro dependendo do contexto situacional em que se apresentam.

A agressão física praticada pelos maridos ou companheiros sobre elas é outra forma de violência cuja presença é bastante forte na vida dessas mulheres, seja em relações conjugais anteriores ou atuais, sendo essa responsável por grande parte das separações.

Ele dava em mim quando eu era mais moça, mais besta. Mas minha filha, eu apanhava, viu? Ele me botava no canto da parede. Quando eu falava, que reclamava alguma coisa que ele não gostava, ele ficava irritado, essas coisas. Me colocava pra fora de casa. E o dinheiro, sabe o que ele fazia com o dinheiro? Levava e os amigos roubavam e gastavam. Tiravam do bolso dele e ele vinha com a carteira sequinha. Quando eu reclamava ele não gostava. E quem é que gosta também, né? A gente chega em casa e quer o dinheirinho ali pra fazer a feira. (Josina, 45).

Ele trancava a porta, me trancava cedo, tinha que ir dormir logo cedo. E quando ele bebia que chegava teve uma vez que ele quando chegou queria bater em mim, só que não conseguiu dar porque eu consegui sair das mãos dele. Me liberei dessa. Outra vez, ele bebeu, bebeu, bebeu, quando chegou em casa veio me esculhambar pegou uma faca só que aí eu corri pra rua, aí quando eu corri ele fechou as portas. Tinha uma pessoa aqui na rua que ele morria de ciúme. (Ednalda, 52).

Ele me batia, me batia muito, muito mermo. Sem tá bebo, ele me batia. Maltratava porque dizia assim, que nunca gostou de mim. Ele dizia que casou por causa da minha mãe. Foi! Ele bateu, eu tava com oito meses, aí ele me deu uma pesada na barriga. Pronto, desse pobrema que ele bateu em mim, eu tava grávida, aí ele falou assim, ‘vou matar você e o seu filho’, mas só que ele num me mata não, mata meu filho. Aí o menino nasceu, mas nasceu com pobrema das pancada, aí depois morreu. (Irani, 46).

Essas agressões aparecem acopladas a outros fatores como traição, ciúme e desemprego, mas fundamentalmente, para a maioria, essas estão associadas à ingestão de bebida alcoólica prática responsável não só pelos atos violentos, traição e cenas de ciúmes como pela situação de desemprego. Vale observar que esses motivos não devem ser tomados, necessariamente, como causalidade de uns sobre os outros. É certo que determinados fatores podem exercer influências sobre outros, porém a instalação do referido quadro deve ser pensada como resultado de uma cadeia bem mais complexa e plural de mecanismos que envolvem tanto aspectos sociais quanto individuais.

Tais mecanismos incluem o contexto social de pobreza no qual estão inseridos esses indivíduos, que remete a uma situação “permanente” de desemprego e de precárias condições de vida; a introjeção de um modelo de masculinidade pautado na provisão econômica e autoridade familiar; e a forma individual de ser e de lidar com as adversidades e dificuldades da vida. Todos esses aspectos atuam, concomitantemente, formando a tão discutida interconexão ou imbricação entre ação e estrutura, entre os processos macro e micro que percorrem o tecido social.

A categoria gênero como foco central de entendimento da prática de violência doméstica merece aqui destaque e discussão. Como diz Safiotti (2004), o poder em termos das relações de gênero apresenta a face da impotência e potência. Em termos gerais as mulheres foram socializadas para conviver com a primeira e os homens com a segunda. Considerando tal assertiva é possível se deduzir, como Safiotti, que é “no momento de vivência da impotência” que aconteçam de forma mais veemente os atos violentos. Um dos elementos centrais de definição da masculinidade é a provisão econômica da família, fragilizados ou ausentes dessa condição os homens são

atingidos em sua virilidade pela “subversão da hierarquia doméstica” que lhes são imputados, geralmente, pelos filhos ou mulheres, mas principalmente por estas.

As agressões se estabelecem para além do ato em si, representam uma dor na alma e no corpo (Safiotti, 2004, 2001; Teles & Melo, 2002), visto que comportam um conjunto de outras modalidades de violência que são freqüentemente utilizadas pelos companheiros ao longo da convivência marital, a exemplo das ameaças, violência patrimonial e violência psicológica, esta última considerada uma das mais graves por não se constituir numa dor passageira como aquela que experimentam na agressão física, mas numa dor permanente e que é sentida na alma, visto que atinge-lhes a conduta moral atacando a sua honra e dignidade.

A maneira violenta de agir dos companheiros é inexistente ou desconhecida para essas mulheres no início da relação conjugal, dado também encontrado por Carvalho & Cravo (1988) em seu estudo. Começam a aparecer, ao longo do tempo, geralmente, a partir do primeiro filho que, segundo elas, é o tempo que eles vão mudando ou como costumam dizer “vão botando as unhas de fora” e “vão mostrando quem são de verdade”. Um dos fatores que pode indicar esse desconhecimento a respeito dos comportamentos violentos dos companheiros pode estar associado ao curto período entre o conhecer e unir-se a eles, seja pelo fato de estarem grávidas ou pela estratégia, relativamente, urgente de formarem a própria família visando mudar de vida, de trabalho ou sair de casa, como já foi discutido em outro momento.

Diante dos sofrimentos cotidianos, provenientes de uma relação conjugal conflituosa, muitas dessas mulheres resolvem separar-se. Na maioria das vezes, são elas que tomam a iniciativa. O desemprego, a bebida alcoólica, violência e traição se apresentam como motivos centrais da separação. Uma situação difícil de administrar,

pois além de manterem financeiramente suas famílias sozinhas, às custas de muito trabalho, baixos salários e nenhuma estabilidade profissional, continuarem sendo responsáveis pelos cuidados da casa e dos filhos, ainda, tem que lidar com um quadro de violência diária praticada contra elas pelos companheiros, na maioria das vezes, sob estado de embriaguez.

Diante de um quadro de desempenho mínimo ou inexistente dos homens como provedores da família e da perda gradativa de autoridade e respeito moral, as tensões e conflitos ficam cada vez mais freqüentes nas relações conjugais até se dá a ruptura, propriamente dita (Neves, 1984).

A minha separação foi mais porque ele estava desempregado e começou a beber. Aí eu decidi, não dá pra viver. Aí me separei dele. Quem botava as coisas dentro de casa era eu. Aí ele começou a não sair mais pra procurar emprego. Ai eu comecei a cobrar dele. Eu chegava do trabalho encontrava ele bêbado dentro de casa aí já começava a agressão, agredindo, agredindo. Ele discutindo me chamava disso e daquilo e daquilo outro. Porque ele dizia, tem mulher que é cabra safado, isso, aquilo, aquilo outro, e eu não era, tá entendendo. Foi três dias de discussão. Aí teve um dia aí eu resolvi sair. Aí eu disse, olha não dá, não dá de jeito nenhum. Eu vou pra casa de mãe. Aí ele não me deixou sair, trancou a porta e fez, ‘tu vai embora, não é, mas você não vai sair assim não’. Pegou a água quente que tava no fogo e chof em cima de mim. Foi horrível, horrível, ficou aquelas bolhas horrorosas eu, ainda, hoje tenho marcas pelo corpo todo. (Rosina, 38).

Eu me separei. Passei dez anos. Ele era muito mulherengo, como sempre, aí não dava não. Não é do meu ramo dividir. Não admito. Aí eu mandei embora e até hoje ele vive a vida dele e eu vivo a minha. Mande sim, tava com três filhos já. Eu sabia que eu ia perder, mas é uma coisa melhor você perder e ganhar mais tarde do que perder a vida toda com ele. E eu novinha, botei ele pra fora de casa. Então eu tomei essa decisão e chorei a noite inteira, pensando com é que ia ficar minha situação com meus filhos. Mas aí eu pensei, sou nova, sou bonita, não sou de se jogar fora, eu vou me arrumar, cuidar de mim, arrumo novo namorado, posso arrumar até mil namorados na minha vida, mas com certeza! A gente sofre um pouquinho, por causa da convivência, mas quando você encontra outra pessoa que lhe dar amor e carinho, você esquece tudo aquilo ali, passou, foi passado. (Marília, 40).

Do primeiro eu me separei porque ele era muito grosso, muito ignorante. Ignorância, ele não sabia falar, até dava em mim, sabe. Ele não bebia não, visse, era ignorante mesmo. Ele batia em mim, mesmo, porque ele dizia coisa e eu respondia, né. Só que ninguém pode ficar fazendo coisa com a pessoa

também, né? Um marido meu não é meu pai pra dizer coisa comigo e eu responder e ele querer dar em mim, né? Não pode. Do segundo eu me separei, ele não batia, mas às vezes dizia palavras que eu saía até de perto dele. Falava ignorante, falava coisas que a gente não se agrada, não gosta. Dizia coisa comigo, desligava a televisão, eu fazia a comida e ele dizia que não tava pronto. Mas também eu dizia: tu vai ver, visse? Passei a não fazer comida, aí saía. Quando eu chegava ele tinha feito a comida. Fazia e ainda botava a mesa. (Helenita, 32).

A decisão de separar-se não se dá repentinamente, é algo maturado durante um certo tempo de convivência e sofrimento em que tentam amenizar muitas dores e ponderar as conseqüências de tal atitude. Essa ponderação em termos da separação, algumas vezes, está associada ao fato de serem, em determinados momentos da vida, dependentes financeiras dos maridos. Outras vezes está relacionada ao receio de tocarem a vida sozinha com os filhos na condição de mulheres separadas, considerando o valor moral que representa a figura masculina na família. (Sarti, 1996).

Observa-se que as separações subseqüentes a primeira se dão de forma menos traumática e mais objetiva e natural, visto já terem vivido a experiência da separação e dos seus elementos motivadores como traição, falta de provisão, bebida e agressões, e já terem se consolidado como provedoras e proprietárias de uma casa (Woortmann, 1987), aspectos que se somam no sentido de tornar frágil à busca de um modelo ideal de homem e a necessidade de tê-lo como suporte material e financeiro. Gradativamente os homens vão deixando de ser tudo em suas vidas para ser apenas o homem com quem estão vivendo. Passam do centro à periferia em termos de importância e prioridade, o que não significa dizer que abandonaram o desejo de namorar e ter maritalmente um companheiro, mas que não se constitui como o objetivo maior.

Para aquelas mulheres que mesmo sofrendo violência física continuam com os seus companheiros, as alegações de não estarem separadas se pautam, geralmente, numa visão mais tradicional sobre a família e o casamento entendido como algo eterno

ou indissolúvel, como se pode observar na fala dessa mulher que diz, “eu acho, também, que é porque eu sou muito ignorante, assim, muito antiga. Eu acho que a partir do momento que a gente sai da casa da mãe e pai pra viver uma vida a dois tem que fazer por onde viver. Então, quer dizer, eu saí da casa da minha mãe pra ter uma vida a dois e eu quero ter até quando eu ver que tem limite, entendeu? (Angélica, 38).

Como extensão dessa visão de indissolubilidade da união conjugal rejeitam, ainda, a concepção de uma mulher ter filhos de pais diferentes, como essa entrevistada que diz “eu sempre achei feio a mulher com os filhos de um marido, filho de outro, eu sempre achei feio. E Deus me ouviu que quando eu arrumei esse eu já fiquei pensando, ai meu Deus e agora eu vou arrumar mais filho e, ainda, mais uma coisa que eu sempre achei feia” (Quimera, 44).

Há, também, as justificativas que se respaldam no fato de não terem para onde ir com os filhos, além de temerem aumentar o grau de violência já instalado na família se assim procedem, como revela essa entrevistada: “a minha família é tudo pobrezinha, não pode nem dizer, assim, vem com esses meninos pra qui. Se eu tivesse uma casa eu saía, mas eu tenho medo que ele é muito violento” (Cremilda, 43).

A bebida alcoólica se constitui em elemento importante na discussão da violência doméstica, haja vista o seu entrelaçamento com a referida questão e a frequência com que aparece nos relatos das entrevistadas ao discorrerem sobre suas experiências conjugais, onde aparece como um forte indicativo de desagregação familiar e desemprego. Do total da amostra aqui analisada 31% das mulheres tem companheiros que bebem. Considerando especificamente as mulheres casadas, 73% delas possuem companheiros que bebem. E 66% do total da amostra já tiveram em relações anteriores companheiros que bebiam. Tal prática está associada à violência

doméstica, aparecendo nos relatos das mulheres como um agravante importante das agressões físicas praticadas contra elas e os filhos.

A bebida alcoólica é o principal indicador da transformação desses homens em “incrível hulk”, ou seja, pessoas enfurecidas, violentas que quebram móveis e utensílios em casa, rasgam roupas, agridem fisicamente mulheres e filhos e os degradam moralmente. No dia seguinte, quando estão sóbrios, costumam não lembrar nada que fizeram e, ainda, se mostram mansos e quietos.

O que estraga ele é a bebida. Porque quando ele tá bom é outra pessoa. Às vezes ele fica agressivo quando bebe, já chegou a me bater. Parece até que ele tinha uma coisa ruim que ele disse que via coisa, via um rosto e danava a mão nas coisas e quebrava, ele dizia que tinha um negão olhando pra minha casa. E quando tá bêbo diz que eu tenho homem. Ai quando eu chego tarde ele diz: Ah! você foi se encontrar com seu ex marido, a venda do perfume é uma desculpa não sei o que, você tá é saindo com ele, tá me butando gaia. Eu digo, tu quer que eu fique em casa olhando pra sua cara, você desempregado e eu também. A gente mulher se sente sem jeito, né, porque quem passa na rua escuta e porque a gente tá sem ter nada a ver. Quando ele tá bom que eu vou falar com ele, olha você aparece muito bêbado, diz isso, diz aquilo, aí ele faz, mas eu disse isso? Mas eu disse sem querer eu não sei nem o que eu tava dizendo, eu nem me lembro. Eu digo, a pois, você pare com isso, se oriente, quando você for beber pense bem no que vai dizer. (Quimera, 44).

Ele bom é uma boa pessoa, mas quando ele bebe parece que perde o juízo e, ainda, por cima usa uma peste de uma droga. Aí pronto, não é, acaba tudo. Aí fica aqui na minha cabeça. Ôxe! É muita coisa minha filha. Se você puder me emprestar esse seu gravador, viu, pra botar aqui quando meu marido estiver bêbo pra eu levar pra o Cordeiro (risos). Porque ele diz as coisas e não se lembra não, sabe. Aí eu digo, eu queria ter um gravador pra botar aqui no quartinho e deixar ele falando o que ele quisesse, sabe. Ele é safado. Ele diz e depois diz que não diz. Aí eu pegava isso aqui e ia lá com ele, chegava lá eu ligava. Porque ele diz as coisas e diz que não disse. Ele não é doido. Ele é cachaceiro, mas doido não. (Lindalva, 48).

Tal esquecimento pode se constituir numa estratégia de vitimização masculina utilizada para amenizar a culpa e a vergonha do acontecido e, ainda, manter a relação conjugal. Acompanhada dessa espécie de amnésia temporária ou ocasional, vem o pedido de desculpa e a promessa de não mais beber e praticar tais atitudes, o que faz

com que elas se sintam sensibilizadas e os perdoem acreditando ser o vício algo incontrolável, uma força que os possuem e os fazem praticar atos violentos, os transformando em pessoas totalmente irreconhecíveis.

Outra consequência gerada pela bebida alcoólica diz respeito às relações sexuais. Muitas mulheres que tem companheiros alcoólicos reclamam do mau cheiro da bebida na cama, como diz essa mulher “Ôxe! Um fedor medonho. Até o travesseiro no pé da cama fede. Eu tiro da cama, lavo. Ele fica ali e eu venho pra cá. Um bafo minha filha, um bafo de timbú. E quando ele quer ter relação comigo eu digo, sai, sai, sai daqui, de jeito nenhum” (Leila, 34). Ou essa outra que diz:

Aí quando ele bebia, que ele vinha dormir com o cheiro daquela cana, de chulé, de tudo, aí eu tava jogando ele pra fora da cama, porque ninguém agüentava. Ele quando assoprava era cana pra todos os lados. Aí pronto. Aí depois, com a convivência assim, foi se acabando o amor. E acaba. A gente não gosta mais da pessoa não. Aquele cheiro horrível perto da gente. A gente tá tomada banho, fica cheirosa, mas o marido não tava, tava cheirando a gambá. Aí pronto, o amor mais acaba por causa disso às vezes. (Josina, 45).

Com o outro era horrível! Era horrível! Eu não dormia nem junto com ele, ele dormia pra lá e eu dormia pra cá porque o bafo é ruim demais. É horrível. É muito ruim. Não faz nem nada e quer fazer, ele me obrigava a fazer. Esse daí até que ele deixa eu dormir. Eu digo, olha eu vou dormir e eu não quero nada, quando for mais tarde ou amanhã quem sabe. Fazer uma coisa, assim, que você já está cansada... Quando ele tá meio alto ele fica querendo... porque esses home são assim, sabe, pensam logo que a gente não quer. Porque você sabe como homem é maldoso. Eles são assim. Tem home que não entende a mulher não. (Joselma, 40).

A dependência alcoólica acaba atingindo não só uma convivência familiar harmoniosa, mas a própria qualidade das relações íntimas do casal. Além do mau cheiro, os companheiros quando estão sob o estado de embriaguez, dependendo do teor alcoólico, não conseguem concretizar o ato sexual e costumam agir de forma grosseira na efetivação de tais relações se mostrando, em geral, incompreensivos ao não admitirem a recusa por parte das companheiras e nem respeitarem a sua vontade e os momentos de cansaço.

As insatisfações femininas, também, se apresentam através das reclamações de serem os companheiros “maus maridos”. Essas queixas são freqüentes em relação ao aspecto da traição que aparece, quase sempre, acoplado à bebida e a prática da violência física. As saídas freqüentes para bares são apontadas, por elas, como um desencadeador da traição. Diante das suspeitas ou confirmação de traição por parte dos companheiros às relações conjugais passam a se intensificar em termos de conflitos se apresentando desde leves acusações e discussões verbais até a violência física propriamente dita. A resposta feminina a esse descontentamento e mágoa diante da traição vem, substancialmente, através da prática da abstinência sexual e em menores proporções através da traição, estratégias de resistência e poder feminino (Foucault, 1997; 1995a)

Eu mando ele ir embora. Ele diz que vai, ‘eu vou’, mas ele tenta se aproximar de mim. Agora mesmo tem um bocado de saco ali. Tem um bocado de roupa dele no guarda-roupa, eu catei e aprontei pra ele ir embora. Faz mais de mês. É muito difícil eu ter relações com ele. Quando eu aceito ele, uma vez perdida, eu me arrependo, eu sinto remorso daquela hora. É uma coisa que está me fazendo mal. Agora sabe por que? Porque eu olho, assim, pra ele e digo, meu Deus, hoje eu tô com ele, no meu pensamento ele tá com ela, pode até não tá, mas vai pra lá. E outra coisa eu fico com nojo dele. Por ele não, é todo dia. É que eu não quero. Não consigo fia. (Luzia, 48).

Ele vivia me traindo com as mulher lá no pimentão, um cabaré que tem ali na Várzea, eu já sofri muito desse home, ele passando com as nega dele na minha cara. Hoje é ele que sofre por mim, eu dei o troco. Ele é louco por mim, louco, ele já pegou duas vezes eu com meu patrão. Na hora do pega pra capar, no bem bom (falando baixinho e sorrindo) e meu patrão com medo, e eu disse, há menino tu tá com medo é, então, pronto termina! E ele na porta trancado, mais foi um pau e é porque eu não reagi porque senão nós tinha morrido. Qual é o corno que fica manso quando leva gaia, os corno nenhum, ele pode ser o home mais mole do mundo, mas ele fica bravo. O outro (o amante) foi embora e disse, oia, fica aí com teu angu. Pronto, aí eu não fui mais pra casa com medo, eu fiquei morando na oficina, fiquei um mês separada dele. Depois ele vêi atrás de mim, foi ele, eu lá vou atrás de uma carniça dessa, menina! (Suelia, 28).

As reações femininas também se manifestam no que diz respeito à violência doméstica. Essa prática é motivo não só de vergonha, mas de ocultação por boa parte

das mulheres que se sentem desmoralizadas e desvalorizadas mediante tal situação. Como diz Jelin (1994), é algo que não se costuma falar, é secreto, vergonhoso e escapa ao conhecimento público, ficando, na maioria das vezes, restrito aos membros da família. No entanto, essa restrição não aparece de forma tão fechada no contexto social pesquisado, ela escapole do âmbito da casa à vizinhança proporcionada pela estrutura e forma de disposição das casas e da proximidade e solidariedade das relações sociais nessas comunidades.

Em geral, quando agredidas fisicamente costumam dar desculpas como justificativas das marcas visíveis das agressões que nem sempre podem ocultar dos outros, a exemplo de manchas ou lesões corporais, como mostra essa mulher: “aí ele começou a me bater, mas menina, esse olho meu aqui ficou roxo. Aí eu ía buscar roupa e o povo que eu trabalhava perguntava, ‘o que foi isso dona Leila?’, eu dizia, fui eu fazendo faxina na casa ali, bati com o rosto na mesa. Eu com vergonha de dizer porque eu ía com o rosto desse tamanho. Eu ía dizer que foi o marido, que vergonha!” (Leila, 34).

Esse outro relato mostra o pedido da mãe para que a filha quando criança, um elemento forte de “dominação-exploração” na família, ocultasse o espancamento cometido pelo tio que a fez ir parar em um hospital.

Então toda noite eu já dormia com um cinturão, perto de um cinturão porque eu mijava na cama. Ai ele me espancava muito, chega sentia aquele fogo sair. Eu levava tanta pancada no rosto, ele dava dos dois lados do rosto. Eu só sei que fui pra o hospital, quando eu cheguei lá ficou assim de guarda em cima. Ai o médico disse eu não acredito não que foi uma queda, isso tá mais pra espancamento. Mas mãe, no caminho todinho, mandando eu dizer que foi uma queda que eu levei de beliche. E ela disse que foi uma queda de beliche e eu confirmei e é isso que me dá revolta, sabe. (Simara, 29).

Ao tempo que a ocultação garante que a desmoralização e a humilhação das agressões se restrinjam ao espaço privado da casa e fique sob os auspícios masculino e

da família, ela também permite, inconscientemente, a corroboração dessa situação vivida pelas mulheres (Bourdieu, 2002a) que é entendida, geralmente, como um assunto que diz respeito à esfera privada das relações conjugais e como tal resolvido nesse âmbito.

Há, ainda, por trás dessas atitudes de ocultação, uma ideologia paradoxal de defesa da família que não só oculta e tolera as práticas de violência, mas impede a sua denúncia. O que não significa dizer que há uma cumplicidade feminina em relação aos agressores e passividade em relação às referidas práticas. Não são cúmplices porque para sê-los precisariam dar seu consentimento às agressões e desfrutar de igual poder que os agressores. Nesse sentido, concorda-se com Safiotti (2004) ao dizer que tratar-se-ia muito mais de ceder do que consentir.

Situação semelhante de recuo feminino às práticas de violência é vista em relação à denúncia.

Agora, de uns quatro anos pra cá, que ele começou mais com violência e eu até que tentei conviver com ele. Quer dizer, esse tempo todinho pra me decidir me separar de uma vez por toda dele. Quando ele me batia eu ficava calada ou batia nele. Não procurava a polícia, não procurava ninguém, só dentro de casa mesmo, mas aí foi aí que eu fui vendo, assim, as mulheres pelo seu direito de denunciar. Ele me ameaçava, se eu denunciasse ele me matava quando eu voltasse, mas eu perdi o medo. Eu acho que eu acordei mais pelos programas de televisão de "Datena" e de "Ratinho". As mulé botando a boca no mundo e eles tendo o castigo deles, né? A gente foi parar em delegacia, ele voltou dando um de santo. Até que o juiz disse: 'não vou rasgar essa intimação, vai ficar arquivado aqui. E eu tô acreditando que você quer tirar essa denúncia porque você tá sendo coagida por ele'. (Dorina, 46).

Eu fiz a denúncia porque ele derramou a minha feira todinha. Eu ganhei uma feira da minha patroa. E ele disse que foi o macho que me deu. Aí derramou e, ainda, queria me dar um banho com tinta óleo. No dia que ele foi preso eu chorei que só porque os policiais deram nele aqui na frente de casa. Aí chegamos no Cordeiro a gente descemos e aí ele fez, 'assunga aqui a minha calça', mas já bem mansinho. Aí o policial fez, se a senhora assungar eu quebro o seu braço. Aí ele pegou e disse, 'me dá um cigarro'. Aí lá vai eu dá. Aí o policial fez 'a senhora tá a fim de perder o braço, não é. Que mulherzinha pequena safada, como é que a mulher dá parte do cara, o cara vai pra delegacia,

ainda, bota um cigarro na boca dele'. Aí ele foi lá pra dentro da cela e eu fiquei. (Lindalva, 48).

Este tipo de reação que se dá, geralmente, por incentivo de vizinhos, amigos ou informações veiculados na mídia, aparece de forma débil no conjunto das entrevistadas. As práticas de violência doméstica e as reações a tais práticas, como já foi comentado, costumam ficar inscritas e serem resolvidas no âmbito do próprio domicílio. Denunciar significa ultrapassar esses limites, tornar uma desmoralização que era privada e informal em pública e oficial, delegando à instância pública as reclamações e defesa feminina contra um marido agressor que passa a ser destronado, pelo menos temporariamente, do seu autoritarismo pela autoridade policial e judiciária.

Efetivar essa transferência ou delegação pública para a resolução de um assunto privado ou familiar não se constitui em prática simples e natural para essas mulheres. Além da tensão existente entre essas esferas no que diz respeito as suas delimitações e responsabilidades de intervenção (Jelin, 1994), há ainda que se considerar a lógica em que operam as relações de gênero no contexto familiar e os sentimentos afetivos que as perpassam. Tal quadro justifica, de certa forma, a ambigüidade da conduta feminina frente ao processo de denúncia.

Muitas vezes, quando acontece a queixa essa é retirada posteriormente. Os motivos que as levam a agir assim são diversos e inclui o envolvimento afetivo; a esperança de que os companheiros mudem; o remorso e culpa junto aos filhos de serem as responsáveis pela denúncia e prisão do pai; o medo das ameaças de morte por parte dos companheiros diante da denúncia, somado à fragilidade do sistema punitivo oficial que além de permitir um retorno breve desses ao seio familiar não os impedem de reincidir nas práticas de violência. Muitas das ameaças de mortes implementadas pelos companheiros, mesmo sendo denunciadas e feitas as devidas ocorrências

policiais, acabam se concretizando. Esse quadro geral de brandura em relação à punição contra as práticas de violência masculina, faz com que as mulheres fiquem descrentes da sua solução via operacionalização pública.

Outras mulheres admitem não investir na denúncia contra os seus companheiros devido ao receio da vergonha moral. Tal justificativa se respalda no medo da desmoralização pública que passam a sofrer se voltam atrás na denúncia e os aceitam de volta em casa. Nesse sentido, é menos vergonhoso agüentar as agressões e passar por vítimas ou bobas no imaginário popular da vizinhança, do que passar por “sem-vergonhas” ou “safadas”, ao darem queixas dos maridos e logo depois estarem com eles como se nada houvesse acontecido, o que se constituiria como uma atitude de descredenciamento junto à vizinhança, amigos e parentes.

Óia, eu nem durmo fora, em casa de família, por causa de cachaceiro, eu agüento pau, mas durmo dentro de casa, eu e meus filho. Porque eu acho muito feio, né. Vai dormir fora com os filho, quando é no outro dia o marido tá bom, vem de novo. Se eu sair eu saio de vez. E outra coisa, nem dou parte, se der eu dou de vez pra não viver mais nunca com ele, né. Eu nunca dei parte dele não, pra fazer que nem essas mulher aqui que dá parte do marido e fica com o marido. Fica com ele de novo, aquela maior cachorrada, né? Porque dá parte, ele vai preso, no outro dia se solta, aí fica tudinho de novo, tudo desconfiado no lugar que a gente mora, né rapaz. Ôxe, a gente vai agüentando, agüentando. Enquanto der pra agüentar vai agüentando, agora quando disser não deu, aí deixa de vez. (Cremilda, 43).

No que se refere ao âmbito do espaço domiciliar, onde majoritariamente acontecem as reações femininas às agressões, elas se dão através das práticas moderadas e radicais de enfrentar a situação de violência doméstica. No primeiro tipo, as estratégias são a saída momentânea de casa com os filhos para protegerem-se dos atos violentos dos companheiros durante o estado de embriaguez ou permanecerem, evitando reclamações, escondendo instrumentos pontiagudos e cortantes e tratando de atender, até certo ponto, às exigências do companheiro, aconselhando os filhos,

também, a fazerem o mesmo, com a finalidade de que não haja violência ou quando instalada que não tome proporções maiores.

Quando estão sóbrios, elas costumam conversar com eles lembrando o acontecido, quais vizinhos presenciaram o fato e a vergonha que a família passou, fazendo com que reflitam, principalmente sobre os danos morais causados por suas atitudes. No caso de serem evangélicas, geralmente, costumam associar a prática da bebida a uma provação pela qual têm que passar, mas que sairão “vitoriosas”, haja vista crêem que o poder divino tocará o coração dos companheiros e os afastará do pecado do vício através das orações e pedidos feitos diariamente nos cultos. É raro revidarem às agressões físicas, suas estratégias se pautam mais no esquivamento, serenidade, paciência e rezas. Os relatos, abaixo, mostram essas práticas consideradas moderadas de reação às agressões sofridas.

Depois que ele começou a beber acabou-se. Quando ele bebe eu me sinto, eu não sei como é que eu me sinto. Eu me sinto acho que uma formiga, uma coisinha pequenininha, sem poder proteger meus filhos, entendeu? Porque ele fica agressivo. Tenho que largar a minha casa pra ficar na rua. Quando acontece de ele beber eu tenho que deixar a minha casa pra ganhar o mundo com os meus quatros filhos porque ele estranha a gente. Agora, quando é pra dormir eu vou pra casa de mainha. (Angélica, 38).

Ôxe, ele já pegou faca minha fia, me bate, maltrata, só você vendo. A gente esconde tudo que é faca, galfo. Ôxe os vizinho acha ruim, fica mangando de mim porque eles diz que eu num reajo, né. Fico só chorando, meus menino pequeno diz com eu: ‘mainha você tem que ir em cima dele, dá também, você fica chorando que nem uma rapariga. Mas sabe o quê? Eu manjo, assim, se eu for em cima, ele tá bebo, né? Vai ser pior. Ele fazer uma besteira e eu tenho... agora, mesmo, eu tenho esse menino de vinte e três anos, né? Aí o menino vai em cima dele e não vai prestar. (Cremilda, 43).

No segundo tipo estão as reações de caráter mais radical onde costumam revidar as agressões físicas, reclamar, discutir, colocar utensílios, roupas e os próprios companheiros para fora de casa quando estão embriagados. Algumas vezes, aproveitam esses momentos para, também, desmoralizá-los como provedor da família

ou “dono de casa”, lembrando-lhes, sobretudo, da sua situação de dependentes financeiros.

Muitas das reações do tipo mais radical não acontecem repentinamente. Elas se formam a partir das reservas de mágoa, raiva e desespero que vão se acumulando, ao longo do tempo, e que vem à tona através dessas práticas de revide, algumas vezes, tão violentas quanto aquelas efetivadas pelos próprios companheiros. O que evidencia que não se pode falar de uma passividade feminina frente às agressões sofridas (Safiotti, 2004).

Eu trabalhava, trabalhava, mas no fim só recebia agressão, só agressão. Era cacete toda hora, o pau quebrava dentro de casa, o que eu tinha em casa era ele no meu espinhaço e eu no dele. Eu não perco parada pra homem não, eu sou fia de d’um homem, mas não perco parada pra nenhum, juro a você. Eu sofri muito, aí chegou até o ponto mesmo d’eu reinar em matar ele por causa de mulher e bebida. Uma vez eu botei uma chaleira no fogo pra botar no ouvido dele, aí eu cheguei pra ele e disse, a partir de hoje você vai embora que os meus filhos eu lhe garanto que eu crio sozinha. E você vai embora porque a casa é minha, eu comprei com o suor do meu rosto! (Vitória, 48).

Agora ele chega bêbado e quer me agredir e quebrar minhas coisas, aí começa o pau, o pega pra capar, ele dá em mim e eu dou nele, agora toda vez eu boto ele pra Restauração, ele nunca me botou, eu já tirei sangue dele, ele nunca tirou sangue em mim, toda briga que tem eu tiro sangue nele. Não dá pra evitar porque eu sou nervosa e ele provoca, começa as piadinha, tu tá com macho, não sei o que o macho, aí eu avanço em cima, aí começa o pau. Eu chego do meu emprego cansada, com tanto ódio, e ele dizer que eu tô gastando meu dinheiro com meus macho. (Suelia, 28).

Antes eu não reagia porque era besta, mas quando as meninas começou a meter caçarola, cabada de vassoura, prato ou, então, o que tinha na minha mão, tudo era sacudido. As minhas amigas, né? Novas, que nem eu. Quando ele saía pra trabalhar, elas íam lá pra casa aí eu dizia a elas, aí elas me botavam na parede assim e diziam: ‘tu é besta menina! Sabe o que é que tu faz? Tu pega uma assadeira, um negócio grosso, um pau, qualquer coisa, que nunca mais ele vai dar em tu’, mas dito e feito quem dava nele era eu já. (Josina, 45).

Fazia tempo que eu não dormia mais direito. Eu cheguei ao ponto de queimar ele com água quente. Já agoniada, eu grávida da menina, nervosa, porque quando a pessoa fica grávida fica aperreada. Eu chegava do trabalho ajeitava as coisas aqui e ele bêbado aí. Queria dar nesse menino pra ele ir ali comprar uma cachaça pra ele e eu dizia, ele não vai comprar cachaça pra você. Ele dizia: ‘eu vou dar em você’. Eu disse: bata em mim. Aí eu não tive demora, joguei água

quente. E depois ainda fui dar parte dele na delegacia da mulher. Eu disse, ele deu em mim aí eu queimei ele. Eu disse a verdade. Eu não quero morar com ele mais não, eu quero que ele vá embora. Eu não quero que faça nada com ele não, eu quero só que ele dê a minha pensão, mas não chegou nem a esse momento porque ele morreu pelas mãos de Deus mesmo. (Joselma, 40).

Diante desse quadro familiar de violência, os filhos são as grandes vítimas e prejudicados. Além de terem que lidar diariamente com uma situação extrema de pobreza e de necessidades básicas, ainda tem que conviver com um cotidiano familiar de desassossego e tensão cotidiana.

Eles se esconde, assim, porque eles pensava que era o pai deles que vinha chegando. Eles têm medo do pai porque ele corre atrás deles, arenga com eles, quebra tudo, quando tá bêbado, sabe. Eu sofro tanto por essas crianças só vendo, visse! Eu tenho muita pena deles, mas não posso fazer nada. É muita tristeza que eu passo nessa vida, pensar nos meus filhos numa vida dessa, as crianças tudo inocente. A professora já me chamou lá e tudo eu pra resolver. (Angélica, 38).

Assim, no começo, que eu fui morar com ele, não era tanto, né. Mas depois que a gente se mudou pro DETRAN, aí ele aprontava muito. Bebia, arengava com as meninas, me batia, dizia que eu tava com “sapatão” fazendo sabão. Eu num podia ter amiga, ele me esculhambava. Eu ia trabalhar, ele dizia que eu num tava trabalhando, tava com homem. As meninas, quando ele começava a arengar, ficava tudo nervosa, gritando, chorando. Aquela, mermo, aquela de dez anos, ela adoeceu por causa disso. Porque eu tava grávida, ele deu uma pesada na minha barriga, quando ela ia entrando, aí ela teve pobrema de pressão. Ela não tinha. (Laura, 34).

Em geral, são crianças assustadas, acanhadas, que tem problemas na escola e dificuldade de relacionamento com os irmãos, amigos e vizinhos. Quando adolescentes e convivendo com pais agressivos e dependentes alcoólicos, evitam levar os amigos em casa. As filhas, em particular, não costumam levar os namorados e nem apresentá-los à família. Em geral, os filhos que passam por essa situação familiar sentem vergonha dos pais e procuram evitar aparecer com os mesmos em público ou estar nos mesmos lugares que esses freqüentam no local de moradia. Quando os encontram na rua embriagados fingem não conhecê-los, como se pôde observar com a filha de uma

entrevistada que ao avistar o pai bêbado na rua próxima à sua casa desviou o caminho dizendo às colegas que precisava passar na casa de uma conhecida. Ao encontrar com a pesquisadora nesse desvio relatou o acontecido se mostrando constrangida com tal situação.

O sofrimento das agressões contra a mãe se torna, ainda, mais doloroso e intolerável para os filhos quando é praticado pelos padrastos. Geralmente a reação imediata é de defesa à mãe no momento das agressões gerando, em alguns casos, conflitos de maiores proporções que vão das agressões físicas até ameaças de morte. É comum nesses casos a relação entre os filhos e o companheiro da mãe ficar estremecida a ponto de deixarem de se falar mesmo coabitando o mesmo teto, o que se torna extremamente inconveniente e desconfortante considerando os espaços minúsculos e sem privacidade das moradias.

Essas duas meninas já são meio indiferente com ele. É porque já chegou uns tempo que ele bêbo ele vinha em cima de mim, querendo me bater, ai minha menina não gostava. Que nem o outro, o menino encostado a ela, ele tem até uma cicatriz que foi o meu menino que fez, ele tava querendo bater em mim, ai meu menino foi em cima, ai ele foi em cima também, ele tava bêbo. Ai eu sei que se estranhavam, mas de lá pra cá graças a Deus ele tá até normal, mas não se falam não. (Quimera, 44).

Porque minhas meninas mesmo aqui estão agüentando ele por causa de mim. Sabe que eu gosto dele. Meu menino mesmo abriu a boca um dia desse, ‘olhe mãe, a senhora ainda tá com esse homem porque eu sei que a senhora, ainda, gosta dele’. Eu disse: você sabe porque, agora, você tá gostando da sua. Se você não soubesse o que era amor você não queria eu com ele mais não. Mas só que ele (filho) nunca empatou não, mas ele disse pra esse meu marido que no dia que ele encostasse a mão de novo em mim ele ia matar ele, jurou ele de morte. Ele mora aqui atrás. Eu me aperreio é muito com isso. (Lindalva, 48).

Diante da discussão, aqui empreendida, se pôde observar a presença das desigualdades de gênero através da violência doméstica que se apresenta nas mais diferentes modalidades e fases da vida dessas mulheres, inclusive na atual. A referida problemática tem sua fundação numa ideologia de gênero pautada na hierarquia,

dominação masculina e legitimada pela provisão econômica e autoridade familiar que, no contexto pesquisado, vai se fragilizando, ao longo do tempo, diante da situação freqüente de desemprego masculino intercambiado às práticas de bebida alcoólica e traição.

É diante desse quadro geral que se forma a violência impetrada contra as mulheres que, por sua vez, não são passivas e nem cúmplices nesse contexto, respondem de diversas formas à situação de violência sofrida, indo desde a desconfiança e precaução geral com os homens em relação aos seus filhos, nos casos de abuso sexual, passando pela estratégia de ocultação perante a esfera pública, até as reações moderadas e radicais efetivadas no interior do domicílio, no que se refere às agressões físicas. As relações conjugais conflituosas, associadas às práticas de violência, bebida e traição geram insatisfações que as fazem reagir, também, através da decisão de separação, abstinência sexual e traição.

Além dos aspectos levantados, ao longo das discussões dos dados contidos nesse capítulo, indicando como se processam as relações de gênero no contexto de vida dessas mulheres chefes de família, há outros que, também, aparecem como reveladores de tais relações e que merece um destaque a parte, a exemplo da homossexualidade feminina e da conversão religiosa.

As relações de gênero no contexto lésbico: a presença masculina na pele de mulher

A representação masculina na família, discutida em outro momento, nem sempre se apresenta através da figura do homem. Alguns atributos e práticas tradicionalmente vinculados a esse sexo podem ser evidenciados através do sexo feminino. Trata-se dos casais homossexuais femininos encontrados neste universo de

análise, cujas companheiras provinham de relações heterossexuais anteriores. No contexto lésbico, as relações conjugais, também, se apresentam dicotômicas em relação às atribuições de papéis e valores de gênero. Há uma nítida posição delimitando o lugar do masculino e do feminino nessas relações (Bourdieu, 2002a). Esta demarcação pode ser vista em termos do modo de vestir, práticas, formas de conquista amorosa e representação moral junto ao espaço público.

As companheiras que assumiam o papel de “homem da casa” possuíam um estereótipo diferente daquelas que se diziam a “mulher da casa”. As primeiras se apresentavam com cabelos bem curtos, fumavam, usavam bonés e roupas mais frouxas, tipo blusão com bolsos na altura do peito e bermuda larga, encobrendo as formas de delineamento do corpo. Diferentes das segundas que se apresentavam com vestidos ou shorts apertados demarcando o corpo, cabelos mais compridos usando adornos ou algum tipo de bijouteria.

A recepção do casal no momento da entrevista deixou transparecer que a iniciativa da fala, opiniões e direcionamento das respostas cabia, sutilmente, àquelas que assumiam o papel masculino na família. As observações também indicaram que essas pareciam controlar os acontecimentos da casa e, conseqüentemente, a parceira no sentido da gerência da casa e dos filhos. Permanece nessas relações homossexuais, tal qual nas relações heterossexuais, a função masculina de manter a casa sob controle e a função feminina de administrar a casa (Scott, 1990).

A fala de uma das companheiras confirma o papel masculino assumido quando diz: “eu faço o papel de pai. É porque eu dou as ordens. Eu sempre fui assim, quando eu morava com a outra era do mesmo jeito. É porque desde que a gente começou a morar junta, eu sempre vivia dentro de casa, então, era eu que vivia dando bronca, dando ordem dentro de casa. Por ela ser mais calada tudo é comigo” (Gláucia, 41).

Assume, também, a forma masculina de se vestir quando diz “eu só me visto como homem. Eu gosto de me vestir bem, eu só ando no linho quando saio. Eu nunca vesti um vestido, eu só visto calça e aqueles blusão com bolso. Desde pequena que eu sou assim. Ah! Eu já enfrentei tanto problema com a minha família porque eu sou assim. Agora eles não ligam mais não, mas no começo foi fogo” (Gláucia, 41).

Observou-se que em relação àquelas mulheres que diziam ser o “pai da casa” algumas posturas e posições remetiam ao modelo hegemônico de masculinidade. Uma dessas observações diz respeito ao processo de conquista amorosa que se assemelha a algumas práticas masculinas tradicionais que operam em torno dos bares e bebida, lócus de provação e exibição pública do seu potencial de sedução e conquista, como mostra essa mulher ao confessar como conquistou a companheira.

Eu tava bebendo com um colega e ela sempre passava com uma trouxa de roupa na cabeça e eu perguntei a ele se ela vivia com alguém e ele me disse que ela era separada e morava sozinha com os filhos há dois anos. Ai eu disse a ele, ôxe, menino, dois anos e essa mulher sozinha? É uma assim que eu quero, e ele disse, ôxe menina ela não te quer não ela é muito na dela. Pois eu vou te mostrar como eu consigo essa mulher. Aí eu passei a dar em cima dela e ela dizendo que não queria, que não dava certo mulher com mulher, que é pecado, essas coisas, mas aí ela cedeu e eu tô até hoje com ela, faz onze anos. (Gláucia, 41).

A comparação, feita por elas, entre a relação heterossexual vivida anteriormente e a relação homossexual atual, mostra que não possuem boas recordações das relações conjugais anteriores, onde confessam ter sido vítimas de violência, desatenção e desrespeito por parte dos companheiros juntando-se, assim, ao rol das outras entrevistadas que também sofreram violência doméstica. Afirmando enfaticamente preferir a relação conjugal atual, alegando tratar-se de relações onde encontraram maior compreensão, atenção e menos agressividade.

Separei pra viver com ela. Eu não gosto nem de falar em marido, que foi um trauma na minha vida. Foi dez anos. Eu gosto muito de falar da minha relação com ela. Viver com ele foi a coisa pior da minha vida. No começo não, como

diz, no começo é flores, mas depois. Ele era muito bruto, muito ignorante. Não tinha jeito de ter uma relação, nem nada. Era muito ignorante, muito grosso. Eu não gosto não. É um trauma muito grande, ele não tinha jeito de se relacionar comigo. Era muita estupidez. A partir do momento em que ela se dedicou a mim, eu já fui apagando ele da memória. Porque se eu antes não tinha prazer, depois é que danou-se. E ele pegou umas duas vezes eu com ela. Aí quando eu vi que ele queria me matar, eu fui na Delegacia de Mulher, né? Fui prestar uma queixa. Aí lá eu contei tudo, disse que não queria ficar com ele, que queria ficar com ela. Na cara de pau, assim! (Clélia, 43).

Embora demonstrem ser relações conjugais mais igualitárias do que as anteriores, a vida cotidiana com as atuais companheiras, também, não está isenta de reclamações no que se refere à presença de controles e proibições.

Eu era submissa a ele tudo por tudo, o objeto dele. Hoje eu sou mais ou menos. É porque assim, os maus tratos dele pra mim serviu de reflexão pra eu começar a pensar que eu sou mulher e que todas as mulher são mulher. Aí hoje eu quero passar tudo pra ela, mas só que às vezes ela se sente um pouco masculina. Por uma parte eu acho bom, porque ela sabe ser masculina, só que por outra parte, às vezes ela não sabe ser. Aí é quando ela tem um pouquinho do machismo, aí eu não gosto, que já bate logo com o que ele fazia comigo. É o jeito dela de ser. Ela trabalha, ela acha que ela tem que fazer as coisas pra mim e ela acha que eu sou a mulher dela. Aí eu não gosto. Eu não quero que ela seja tanto, a ponto de me chocar e eu me lembrar dele. Ignorância às vezes, sabe. Por exemplo, ele achava assim, ela é minha mulher, fica aí, lugar de mulher é em casa, mulher minha é no fogão. Ela não tem isso, mas algumas coisas nela... ela quer ser muito temperamental, aí é difícil. (Clélia, 43).

Tais proibições que indicam autoridade e controle são confirmadas pelas próprias companheiras que as praticam ao revelarem que:

Às vezes tem umas coisas que eu não gosto e eu proíbo, digo pra ela não fazer que eu não gosto. Eu não proíbo ela de vestir a roupa que ela quer. Às vezes eu falo, tá se mostrando demais, quer aparecer, eu falo assim, mas eu também nunca disse, assim, você não vai vestir isso, não vai pra tal lugar. Eu não gosto quando eu vejo que alguém tá querendo dar em cima, aí eu já fico de cara feia. Agora que eu parei mais, mas eu tomava uma cervejinha numa barraca e não gostava que ela fosse lá, mandava ela voltar pra casa. Mas só se não tiver mulher no meio. Se tiver mulher, ela pode ficar ali. (Alda, 32).

Eu proíbo ela de fazer algumas coisas. Por exemplo, pra sair aqui do lado pra beber, eu não deixo ela ir. Eu dizia, não vai e não ia mesmo não, não ia não, não vai! Eu acho assim, eu em casa e ela no meio de amigos dançando, bebendo, né. Depois vem comentários e eu não gosto. Mesmo ela não ficando com ninguém, mas falam. Aqui todo mundo me conhece, sabe da minha vida

com ela, então, chega do serviço e fica em casa mesmo. Se quiser tomar uma cervejinha a gente vai junto, tem um barzinho aí familiar a gente já conhece há muito tempo, ela já trabalhou lá, também, aí tudo bem. (Gláucia, 41).

A infidelidade é outro aspecto que está presente na relação desses casais. Tal prática, nos casos aqui analisados, são efetivadas pelas companheiras que assumem o papel masculino na relação conjugal, outra marca do estabelecimento do modelo hegemônico de masculinidade presente nessas relações (Almeida, 1996).

Ela nunca me traiu não, agora eu já traí ela duas vezes. Ôxe eu era virada. Eu tive um caso com uma figura aí por muito tempo, vinte anos, ela era casada, eu morava com eles, era gente rica, eu tinha de tudo, levava uma vida de princesa, depois a gente se separou e eu arranjei outra figura e passei dez anos com ela, me separei e fui viver com ela aqui, mas eu andei saindo com essas figuras mesmo tando com ela. Eu saía de casa hoje e só voltava no outro dia e teve uma vez que eu passei foi três dias fora, só farrando, me divertindo, bebendo, e quando eu chegava ela reclamava e eu dizia, fique na sua que eu sei o que eu tô fazendo. (Gláucia, 41).

Eu nunca trai ela não. Ela que botou na cabeça que tive um caso fora. Eu já falei pra ela que essa atitude que eu tomei, foi porque eu já tava há sete anos com ela, assim. Aí eu arrumei uma pessoa. Eu digo, caramba, se a pessoa que eu quero, tá com o marido, não separa, eu tô com uma pessoa que quer ficar comigo, eu vou falar pra ela, ou tudo, ou nada. Aí foi bom porque ela se separou, ela tomou a decisão que tava faltando. Eu não cheguei nem a ter um caso com essa pessoa. Eu juro como não tive. (Alda, 32).

Questões relativas ao poder de decisão e autoridade na família são atribuições, geralmente, reservadas àquelas mulheres que dizem ser o “homem da casa”. Mesmo os filhos não sendo seus e não estando na condição de provedoras econômicas da família, costumam dar as ordens e direcionar o que deve mudar, melhorar e ser feito, mostrando que a casa está sob o seu controle, cabendo às companheiras executá-las junto aos filhos e a casa, (Scott, 1990; Sarti, 1996).

Os filhos frutos das uniões anteriores, em geral, aceitam a união homossexual da mãe, porém, nos momentos de obedecerem às ordens e serem controlados pela companheira da mãe surgem os conflitos domésticos, as rejeições e discriminações à

referida companheira. As brigas e discussões do casal são momentos, também, de tensão aonde os filhos, geralmente, interferem para defender a mãe. Nessas ocasiões de desentendimentos e discussões da companheira com os enteados há uma intervenção da mãe desses tentando uma conciliação que é de difícil e doloroso acerto, considerando que se trata de duas partes pelas quais nutre fortes e diferentes sentimentos, a amante e os filhos.

Sobre essas relações homossexuais, aqui discutidas, se pôde observar que estão instituídas num quadro geral que figura entre permanências e mudanças de práticas e valores de gênero. As mudanças observadas dizem respeito a publicização e certa respeitabilidade das referidas relações junto às comunidades nas quais estão inseridas, fato que há algum tempo atrás não seria, sequer, concebível. No tocante às relações de gênero, propriamente dita, há evidências de maior afetividade, atenção e respeito entre as cônjuges. Essas mudanças são consideradas discretas, frente à presença de uma forte representação de modelo tradicional de família pautada numa concepção dicotômica de gênero que associa a autoridade, controle, proibições e traições à figura masculina. Os reflexos dessa representação se tornam evidentes na dicotomização de práticas e valores que demarcam o que é masculino e o que é feminino nessas uniões maritais lésbicas.

A religião direcionando e dando limites às relações de gênero

A conversão religiosa, fator de grande incidência no contexto das mulheres investigadas, principalmente no que se refere às denominações evangélicas pentecostais, funciona como um refúgio dos problemas e dificuldades financeiras, familiares e afetivas (Machado, 1997; Couto, 2001). Uma espécie de aquisição de paciência, conformação e esperança, obtida a partir da oração e vigília, visando à

solução de problemas considerados difíceis e mesmo impossíveis, como mostra essa entrevistada: “sou cristã, evangélica da Assembléia, faz quinze anos. É isso que me torna mais paciente. É que se eu não tivesse Jesus na minha vida eu acho que eu já tinha feito uma loucura. Eu acho que é um refúgio, porque a partir do instante que você sente que tem Jesus na sua vida você supera bastante coisa. Você tem mais paciência pra agüentar os problemas” (Angélica, 38).

Implica, também, uma mudança de comportamento e atitudes, como mostra essa entrevistada ao falar sobre sua conversão à Igreja Universal do Reino de Deus.

Foi eu assistindo um programa na rádio, na televisão, aí vi o testemunho, aí deu aquela vontade pelo sofrimento que eu tava passando, aí deu a hora, aí eu corri mesmo, pronto até hoje. Eu me acalmei porque eu, também, era muito brava, muito confusa da minha cabeça. Eu dizia coisa, eu brigava, fui parar em delegacia. Aí me acalmei minha filha. Hoje em dia eu estou calma, calma que tem gente que disse assim, ‘menina tu mudou viu’. (risos). (Fabiola, 36).

A conversão a uma denominação religiosa significa um redirecionamento de vida, uma espécie de renovação ou mesmo mudança que se aplica, também, no sentido da redefinição das identidades de gênero e do ethos familiar. Significa aceitar e conviver com mudanças, muitas vezes, radicais que inclui isenção e restrição de lugares, vícios e lazer (Machado, 1997; Couto, 2001)¹⁴⁶.

É reconhecer que a vida de antes não era uma “vida certa” e, por extensão, quem dela participava. Se bebiam, fumavam, eram namoradeiras e tinham casos ou saídas com homens casados, a conversão significava um alívio para as mulheres casadas residentes na área, visto que não mais estavam disponíveis aos homens, na qualidade de mulher separada (Sarti, 1996; Carvalho & Cravo, 1988; Fonseca, 2000) porque passavam a adquirir outro status, o de “mulher de Deus”, através do qual

¹⁴⁶ Machado (1997) discute a relação entre igrejas pentecostais e mulheres no tocante a assuntos relacionados à sexualidade, saúde reprodutiva, aborto e planejamento familiar. O trabalho de Couto (2001) mostra o pluralismo religioso existente entre famílias populares urbanas do Recife.

ficavam “isentas” de más condutas não mais se constituindo em ameaça aos lares (Machado, 1997).

Ó, antigamente tinha gente que só vivia de cara feia pra mim né, mas depois que entrei na igreja acabou-se a cara feia. Não, porque no pensar deles eu num era da igreja, digamo, era como vassoura. Mas daqui da região eu num sai com ninguém, entendeu? Por exemplo, eu tava sentada na parada do ônibus, se passasse um alguém desse bola pra mim e me interessasse, aí eu saía, se num me interessasse podia jogar milquinhentos home que eu num saía. Incrúscive porque a roupa que eu usava, era só um nó da barriga pra cima, mas da barriga pra baixo era de short. Bem, espiritualmente melhorou porque, ó, eu bebia, eu dançava, ôxe eu num podia vê um toca fita, eu dançava até comercial. O que eu num consegui ainda, mas eu vou conseguir, tenho fé em Deus que vou conseguir, é deixar de fumar. É, agora é um vício que tá sendo mais difícil pra mim, tá entendendo, mas num é impossível. (Edilia, 33).

Os companheiros ou namorados que faziam parte da vida anterior, “vida de pecado”, são considerados, geralmente, uma espécie de desvio, encaminhamento para o mal, algo do qual Deus não se agrada. Converter-se implica, pois, passar por “provas de fogo” e ter sensibilidade para perceber o “vaso do senhor”, mostrando o caminho e os homens que devem ser evitados e os que devem ser mantidos. Dessa forma, a direção e rumo das relações conjugais (começo e fim) e da sexualidade, são explicados e orientados por preceitos religiosos (Machado, 1997).

Quando Deus está revelando as coisas a gente tem que se preparar e não deixar acontecer. Não dar lugar, tá entendendo. Eu dei lugar e ali aconteceu a prova de fogo porque foi Deus que permitiu. Agora eu hoje estou tirando homem da minha vida. Ao invés de você reconhecer que ali é uma prova de fogo, não, você faz a entrada naquela prova. Pronto, aí depois vem outra prova e diz eu vou te livrar. Deus permitiu pra provar a minha fé. Caiu naquele lá e depois eu me separei. Porque Deus fez um negócio comigo, ele me revelou antes de acontecer só que eu não desci, não orei, não vigiei. Então eu permiti que o diabo fizesse morada na minha vida. Só que o rapaz que eu morei não era de Deus, e Deus já tinha me revelado o que o inimigo tinha preparado pra mim, só que eu meti os pés pelas mãos aí eu me ferrei. (Fábia, 28).

Ele só entra de novo na minha vida se for propósito de Deus, se for plano de Deus ele entrar, mas pra ele entrar muitas águas vai rolar porque Deus vai fazer rebuliço, Deus vai mudar a cabeça dele e eu, ainda, vou ter que fazer prova de Deus, pra eu me provar que ele é meu mesmo. Estou preparada, Deus tá me dando força, eu não tô chorando por ele e Deus sabe que eu amo ele. Agora eu não tenho mais ciúme dele e não fiquei com raiva dele. (Simara, 29).

O “vaso do senhor”, uma espécie de alerta e guia das práticas e comportamentos dos fiéis, orienta alguns procedimentos que devem ser tomados e efetivados nas relações conjugais. Dentre estes está o reconhecimento de que Deus é superior ao homem e, portanto, não deve ser colocado em segundo plano. Deus e não o homem é quem determina suas vidas, uma espécie de transferência do humano para o divino. As práticas contrárias a essa orientação provocam uma espécie de desafio junto a Deus, o que pode gerar um desmoronamento ou derrocada de vida. Porém, agindo em concordância com tais preceitos recebem como recompensa o agraciamento divino que envolve desde o poder de mudança interior sobre os sentimentos que nutre por alguém não apropriado à promessa de futuro vitorioso.

Depois que eu comecei a colocar Deus na minha frente e deixar o homem de lado, Deus tirou todo ciúme dentro de mim, tirou ira, tirou rancor, tirou ódio, essas coisas. Aí eu consegui superar a separação, porque eu amo muito ele, sabe. Às vezes ele diz muita coisa pra mim que me inflamou muito, ele dizia que tinha mulheres lá dentro da cadeia, tudo na minha cara. Mas Deus tem algo na minha vida, ele quer eu só, agora, pode ser que depois Deus abençoe eu com ele, mas por enquanto é eu só, ele tava me atrapalhando. Aí eu disse pra ele, eu tenho medo de perder Deus, porque se eu perder Deus eu morro, agora se eu perder o homem, o homem é terra, é pó. Se Deus determinar sua vida não adianta você não cumprir o que ele determina. Ele lapida a gente, é como o diamante. O diamante tem que ser lapidado, aí uma pedra pode ser transformada em diamante. Eu sei que Deus tá trabalhando na minha vida pra me lapidar. (Simara, 29)¹⁴⁷.

Outro ponto de orientação religiosa, no tocante às relações conjugais, diz respeito aos limites e modo de se comportar durante a prática sexual. Nem tudo é permitido entre quatro paredes para Deus. À mulher cabe manter-se contida e satisfazer os desejos sexuais do homem desde que esses sejam lícitos, ou seja, se limite à forma tradicional, aquela aprovada por Deus. Formas de prazer via sexo oral, anal,

¹⁴⁷ A incidência freqüente de citação em torno desta entrevistada justifica-se pelo fato do seu relato ter sido mais enfático nos pontos que estão sendo discutidos e pela importância e riqueza de detalhes com que se apresenta.

não são permitidas. A proibição de tais práticas pode estar associada à influência do sistema hegemônico de gênero que associa a sexualidade masculina à necessidade biológica e ao prazer e a feminina à reprodução e obrigação. (Machado, 1997).

Na cama eu queria ser mulher exemplar, fervorosa, uma mulher cheia de fogo pra ele, Deus não quer isso, eu tava mais pela carne do que pelo espírito e a Bíblia fala que Deus não gosta de relações ilícitas, por exemplo, porque tem mulher que gosta de sexo oral, isso não é permitido por Deus não, aí já é prostituição, eu gostava de fazer com ele, eu queria agradar ele, entendeu, aí eu tava botando o homem acima de Deus, entendeu? Ai o que Deus fez comigo, vou tirar ele de você. (Simara, 29).

A submissão feminina é outro elemento que aparece nos preceitos religiosos. O termo, em si, parece confuso de entendimento para as entrevistadas. Algumas vão concebê-lo como obediência cega às vontades, querereres e autoridade do marido, outras vão admiti-lo como respeito e reconhecimento da autoridade masculina como chefe da família, mas não obediência cega aos seus mandos. Em geral, observa-se que ambas as concepções se interceptam no sentido de haver uma indicação geral de obediência das mulheres aos maridos, reforço do papel de socializadoras da família e responsável pelos cuidados da casa, dos filhos e do marido (Couto, 2001).

Ele é muito machista, pra ele só quem tem valor é homem, a mulher tem que ser no rasto do homem, abaixo dos pés, em tudo, em tudo. Eu acho que ele vai muito pela bíblia, entendeu. Tá certo que a mulher é submissa ao homem, mas a bíblia também fala que a mulher não é servidão do homem não, hoje eu entendo. Ser submissa é, assim, ter que cuidar do guarda-roupa dele, né, quando ele sai de manhã pra trabalhar, essas coisas, antigamente era assim, se uma roupa tem que ser desse jeito é desse jeito, a mulher não pode passar pela autoridade do homem, não pode falar diante dele, não se meter na conversa dele, não pode gritar com ele, entendeu, essas partes aí, e a servidão é a escravidão, porque a mulher aceita o homem com outra mulher se ela quiser. Mas, eu não sou servidão dele. (Simara, 29).

No que diz respeito à infidelidade masculina essa é atribuída, em geral, à interferência de forças sobrenaturais que agem nas personalidades desses indivíduos, isentando-os das responsabilidades das suas ações, o que se soma à compreensão e tolerância feminina. Atribuir ao sobrenatural a culpa pelos erros cometidos dos

companheiros, torna-os muito mais vítimas de tais forças do que, propriamente, pecadores, como afirma Machado (1997).

Observou-se nessa discussão sobre a conversão religiosa e a constituição das relações de gênero que a religião é um fator importante de orientação e (re) direcionamento de práticas e valores na vida dessas mulheres. Contribui, substancialmente, no sentido de fornecer subsídios para que se reconheçam como sujeitos que tem potencialidades e que podem reverter o quadro geral de dificuldades e obstáculos afetivos, conjugais ou materiais, colaborando ao mesmo tempo para o aumento da sua auto-estima e valorização. Também instituem e fortalecem suas redes de sociabilidade junto à esfera pública pela via dos cultos, seminários e reuniões evangelizadoras.

Através de uma remodelação ou lapidação de vida, a religião as orientam e as redirecionam não só em relação a questões mais estruturais, mas àquelas de caráter mais subjetivo e que estão associadas à sexualidade e afetividade, distinguindo a vida anterior, onde se comportavam como pessoas impacientes, revoltadas e pecadoras, da vida atual, onde são mais pacientes e conciliadoras. Essas mudanças que se inscrevem nos corpos, práticas e valores implicam, no tocante às relações de gênero, em procedimentos de tendência mais tradicional que se estabelecem no âmbito do espaço doméstico e das relações conjugais, de forma bem demarcada e dicotômica em referência aos papéis sexuais femininos e masculinos e, ainda, circunscrita a certos limites no que se refere à sexualidade.

Mesmo frente a posturas mais tradicionais no que se refere às relações de gênero não se trata de uma submissão e passividade feminina no contexto familiar regida pela prédica pentecostal. O quadro que se instala em relação à conversão religiosa é mais uma vez de natureza paradoxal e marcado por posturas ambivalentes

que se acredita, como Couto (2001) e Machado (1997), constituir estratégias através das quais essas mulheres vão implantando, por via simbólica, o seu poder de persuasão e convencimento junto à família, no que se refere à esperança de conversão e mudança de práticas e de comportamentos, principalmente dos maridos, não desejados por elas. Mesmo na forma tradicional de estabelecer e processar as relações de gênero, a religião se constitui num veículo através do qual utilizam táticas e estratégias de resistência e poder junto à família, redirecionam a vida e mudam suas posturas e valores.

Considerações Finais

Retomando a referência base deste estudo, pautada nas categorias poder (empoderamento feminino) e desigualdades (sociais, e de gênero) como pressuposto de compreensão da chefia feminina em áreas ZEIS constatou-se, de fato, a sua comprovação, aqui analisada sob a perspectiva de gênero. Pensá-la a partir dessa abordagem significou considerar o caráter social e relacional existente entre os sujeitos e entre esses e o contexto social, visto que estar na condição de chefes de família não se limita à condição em si, reporta, conseqüentemente, à história de vida e contexto social de onde provêm e onde estão inseridas essas mulheres.

Os dados desta pesquisa revelaram que a condição de vida atual das mulheres chefes de família nas áreas ZEIS estudadas está associada, em parte, à sua origem familiar. A condição de acentuada pobreza da família de origem se torna um indicativo de restrições, obstáculos e carências que acabam, por sua vez, direcionando caminhos e escolhas na vida dessas mulheres. É nesse contexto que se faz presente, por exemplo, a obrigatoriedade do trabalho em detrimento do estudo.

O trabalho se constitui em estratégia de sobrevivência para elas e suas famílias. É em torno deste que se processa suas trajetórias de vida e se explica a condição atual de chefes de família. Mas, paradoxalmente, ao tempo que representa um valor moral que gera dignidade e honestidade, remete, também, a práticas de exploração e violação de direitos, experienciada através do trabalho infantil, e das formas precarizadas de trabalho presentes na instabilidade, salários irrisórios ausência de direitos trabalhistas e informalidade.

O que não significa dizer que o ingresso dessas mulheres ao mercado de trabalho, mesmo sob as condições referidas, não lhes traga autonomia e poder no

contexto familiar. No entanto, estarem na situação de trabalhadoras e provedoras econômicas da família num contexto social de extrema precariedade pode indicar um aumento do nível de pobreza dessas famílias, geralmente, as mais penalizadas diante de um processo de reestruturação produtiva e economia de mercado e trabalho globalizada.

As condições atuais de vida dessas mulheres revelam a presença de um quadro geral de vulnerabilidades socioeconômicas que não faz parte só da sua realidade presente, mas também passada. Estão relacionadas às suas próprias origens e trajetórias de vida, marcadas pela pobreza, pelos baixos níveis de escolaridade e de especialização, o que acaba proporcionando uma situação contínua de desfavorabilidade em termos das chances de competição e posição no mercado de trabalho.

O quadro de precariedades ou vulnerabilidades socioeconômicas está bem posto e visível nas condições atuais de moradia, alimentação, saúde, educação, salários e lazer. As áreas onde habitam caracterizam-se pela falta de saneamento e infraestrutura básica, casas muito pequenas, mal estruturadas e situadas meio a áreas de risco e valas abertas. São carentes de postos de saúde, creches, escolas e policiamento, o que constitui dificuldades para essas mulheres em relação à criação dos filhos e cuidado de si.

Enquanto as condições de pobreza, exploração e violação de direitos percorrem as suas trajetórias de vida e trabalho, dando a impressão de um estado contínuo e permanente, o mesmo não se pode dizer sobre uma inércia feminina frente às situações adversas que lhes são impostas, haja vista as estratégias de enfrentamento e resistência presentes em todo o percurso de vida e trabalho. Desde crianças essas mulheres se estabelecem como trabalhadoras ajudando na manutenção da família de origem ou

sendo as suas próprias provedoras, o que indica que a chefia ou provisão econômica da família não é uma condição recente em suas vidas. Também não se apresenta de forma ininterrupta ou contínua, mas oscilatória.

Essa oscilação depende de fatores que estão relacionados, geralmente, à situação de emprego/desemprego e uniões conjugais vivenciadas ao longo da vida. Em determinadas fases aparecem como provedoras econômicas da família de origem, em outras estão na condição de desempregadas e dependendo financeiramente dos pais ou dos maridos, em outros atuam como provedoras da família de procriação.

Considerando a situação pela qual passavam em determinadas fases da vida, a união conjugal aparece como suporte material e financeiro, uma estratégia feminina de abandono da condição de trabalhadora ou da provisão econômica da família de origem, motivada pelo cansaço, advindo da longa trajetória de trabalho, e pelos maus-tratos e exploração sofridos na condição de empregadas.

No caso específico das mulheres desta pesquisa, se pode falar de uma situação, relativamente, continua e consolidada no tempo em termos da situação de provisão econômica da família, confirmada pela condição de separadas ou pela situação de desemprego dos maridos, no caso das mulheres casadas. O desemprego masculino, nesse contexto social, se constitui como uma situação contínua, proporcionada pelos baixos níveis de escolaridade e especialização e, em muitos casos, pela dependência alcoólica.

Além das condições de pobreza e das formas precarizadas de trabalho que estabelece o quadro de desigualdades sociais em que estão e sempre estiveram inscritas, outras desigualdades de caráter mais específico, trata-se das desigualdades de gênero presentes no mercado de trabalho que marcam e caracterizam o trabalho feminino. As atividades desempenhadas como trabalhadoras consubstancia um quadro

de feminização das ocupações, o que significa uma extensão das atividades que já vinham exercendo no contexto familiar, como o emprego doméstico e a faxina, atividades exercidas pela maioria das entrevistadas na posição de trabalhadoras. Reflexos de um forte processo de socialização, que por via simbólica, naturaliza e faz persistir as dicotomizações de gênero que, por sua vez, acabam gerando desigualdades no mercado de trabalho, visto que essas ocupações consideradas femininas são, geralmente, as mais desvalorizadas e mal pagas, segundo as pesquisas que versam sobre gênero e trabalho.

A flexibilidade e a diversidade simultânea de ocupações, também, fazem parte da característica do trabalho dessas mulheres. Os baixos rendimentos as fazem efetivar, simultaneamente, várias ocupações para obter o mínimo necessário à sobrevivência familiar. Mas, também, outros fatores que estão associados à relação trabalho-família, principalmente quando possuem filhos pequenos as fazem, dentro das possibilidades de oferta e de salários, optar por trabalhos mais flexíveis em termos de horário, tempo e local de execução. Instituído-se, assim, o caráter conciliatório família-trabalho.

Sendo, assim, a preferência é por trabalhos ou atividades que podem ser efetivados durante uma parte do dia ou em dias alternados, como é o caso da faxina. Ou aqueles em que podem exercê-los em casa, como a lavagem de roupa, constituindo-se, assim, em estratégias de conciliação trabalho-família. No entanto, tal desejo de flexibilidade esbarra frente aos empregos que proporcionem melhores salários, mesmo sendo esses executados no horário comercial, como é o caso do emprego doméstico. Mas mesmo nessa atividade se pode observar uma certa flexibilidade de horário negociado cotidianamente com as patroas.

Esse perfil de flexibilidade e diversidade simultânea de ocupações não caracteriza melhores salários e melhores condições de vida a essas mulheres, ao

contrário, só evidencia cada vez mais o quadro geral de precariedades e precarização por elas vivenciados. Quadro esse de difícil reversão, pelo menos em curto prazo, haja vista o hiato que se forma entre o seu perfil como trabalhadoras e aquele exigido pelo atual mercado de trabalho, respaldado em altos níveis de escolaridade, de qualificação e de especialização. Tais fatores ficam relegados a segundo plano, visto que nesse contexto social de pobreza em que vivem, a luta primeira é pela sobrevivência. O que não significa dizer que não valorizem os estudos, apenas não os visualizam como alternativa imediata de melhoria de vida ou de trabalho para elas. Essa esperança é posta nos filhos.

No que diz respeito às relações de gênero no âmbito da esfera doméstica observou-se que essas se processam diante de um quadro de ambivalências que expressa, concomitantemente, permanências e mudanças de práticas e valores. No tocante à divisão sexual do trabalho percebeu-se uma visível desigualdade de gênero. Além de estarem assumindo a provisão econômica da família essas mulheres continuam sendo as responsáveis pelos cuidados da casa, filhos e tarefas domésticas. A contribuição dos maridos, ainda, é muito pequena. Os filhos as executam, geralmente, na ausência ou inexistência de filhas no domicílio.

Situação que se apresenta de forma ambígua nos seus discursos. Ao tempo que se mostram insatisfeitas e reclamam de tal inoperância masculina, acabam corroborando, em parte, com essa situação, haja vista que continuam efetivando tais tarefas e apesar de acharem que os companheiros e os filhos devem ajudar, associam tal fato à sua ausência no domicílio e a determinadas tarefas. O que mostra quão forte é a introjeção do processo de socialização pautado na dicotomização de esferas e papéis de gênero que desigualam as relações de gênero no interior da esfera doméstica.

A sobrecarga de trabalho gerada pelo acúmulo do trabalho remunerado e o trabalho doméstico acaba comprometendo a saúde e a qualidade de vida dessas mulheres, sendo freqüentes as queixas de doenças e ingestão de remédios antidepressivos. Essa dupla jornada, somada aos baixos rendimentos que são direcionados, basicamente, para a alimentação da família, as impossibilita de formas diversificadas de lazer e cuidado de si. A prioridade gira em torno dos filhos. É por eles que justificam seu trabalho, luta e sofrimento diário.

Embora o espaço doméstico seja um locus de desigualdades de gênero, no que se refere à divisão sexual do trabalho, ele se configura, paradoxalmente, como espaço de poder feminino. O fato de estarem provendo a família, junto à situação constante de desemprego dos companheiros, falta de interesse desses em buscar trabalho e a persistência de vícios como a bebida alcoólica, acaba sendo um indicativo de poder feminino no contexto familiar e motivo de fragilização da figura masculina que passa a ser considerada uma “figura de papelão” ou “mosca morta”.

Todas assumem tomar as decisões no espaço doméstico e trazem para si o papel masculino alegando serem “o homem e a mulher da casa”. Mas mesmo não provendo ou contribuindo com a manutenção da família a presença masculina no domicílio parece se fazer necessária como representação moral de autoridade e respeito na relação casa e esfera pública. São freqüentes as reclamações das mulheres separadas sobre as discriminações que sofrem pela ausência masculina no domicílio, principalmente, no que se refere à criação dos filhos.

A experiência de mais de uma união conjugal acoplada à aquisição de autonomia financeira e a propriedade de uma casa, as tornam menos tolerantes e mais resistentes à autoridade masculina nas uniões subseqüentes à primeira, outro indicativo de ganho de poder no contexto familiar. As separações, que acontecem por iniciativa

feminina, são atribuídas, em geral, a fatores que aparecem quase sempre inter-relacionados, como o desemprego masculino, a bebida alcoólica e a violência doméstica.

Os relacionamentos conjugais, em geral, trazem a marca da violência doméstica, a bebida alcoólica aparece como um dos seus principais motivos. Não existe uma prática corrente de denúncia feminina frente à violência doméstica havendo, em muitos casos, a continuidade e permanência das mulheres nessas uniões. Alguns fatores estão envolvidos nessa forma de proceder que inclui o sentimento de afetividade que envolve essas relações, a existência de filhos, receio de criá-los sozinhas, falta de uma casa para onde ir depois da separação, a esperança de poder mudar os companheiros e o medo das ameaças de morte.

Comumente as reações femininas frente às agressões físicas e ao estado de embriaguez dos companheiros se restringem ao âmbito do próprio domicílio através de práticas de teor mais moderado, onde se mantêm em estratégias de recuo e conciliação e práticas mais radicais, onde costumam revidar as agressões, negando, assim, a idéia de uma suposta passividade feminina.

A compreensão das relações de gênero, sob o aporte da chefia feminina, se apresenta, no contexto pesquisado, também através dos arranjos homossexuais feminino. Nesses foi possível perceber relações mais igualitárias quando comparadas às relações heterossexuais vividas anteriormente. Embora não apareça de forma tão forte como acontecem nos casais heterossexuais, ainda permanece uma divisão tradicional dos papéis sexuais, havendo claras distinções entre posturas associadas ao masculino e ao feminino na relação conjugal. Ao masculino cabe a autoridade, freqüência em bares, traição e controle sobre a parceira. Ao feminino cabe uma postura

mais restrita a administração da casa e cuidado dos filhos. Tal divisão configura-se, também, através dos estereótipos inscritos nos corpos e vestimentas.

A conversão religiosa é outro aspecto através do qual é possível se compreender as relações de gênero nessas áreas. As mulheres evangélicas, em geral, possuem posturas mais tradicionais de gênero, onde há demarcações nítidas sobre as concessões e proibições endereçadas a homens e mulheres. A obediência feminina e o não enfrentamento aos maridos, aparecem como a forma correta de conduzir a vida conjugal e de agradar e ser protegida por Deus. Vista de forma mais pormenorizada tal quadro não constitui um estado de submissão feminina, mas remodelações de práticas e valores pautados na intermediação entre práticas tradicionais e sobrenaturais que funcionam paradoxalmente, por via simbólica, como estratégias de poder e autonomia feminina junto à família. A paciência, perseverança e esperança se constituem como elementos centrais nesse processo.

Observa-se que as práticas ambivalentes ou ambíguas que marcam o quadro geral das relações de gênero discutidas nesse estudo não significam um jugo ou submissão feminina diante de uma situação eternizada de dominação masculina. Acredita-se que as mudanças e (re)significações de práticas e valores estão se dando na própria dimensão simbólica do poder e começam em nível das relações pessoais, retroalimentadas, é claro, pelas mudanças estruturais e vice-versa. A dominação masculina e a mudança feminina operam juntas e no mesmo lugar. Como uma relação dinâmica que é, não cabe conceber uma fixidez e essência em torno de um fazer e/ou ser masculino e feminino.

Ao invés dessas posturas femininas serem traduzidas como reflexos de um panorama geral e permanente de dominação masculina, devem ser vistas como a forma em que se processam as mudanças nas relações de gênero, ou seja, sem transformações

radicais e grandes rupturas. Acredita-se que o poder feminino ocorre, como diz Romanelli (1995), de modo difuso e enviesado nos interstícios da esfera doméstica esquivando-se de confrontos diretos. Uma influência silenciosa e velada que pode ser vista como um meio altamente eficaz da mulher atingir uma posição autoritária e forte sem desafiar a autoridade publicamente reconhecida do outro (Rocha-Coutinho, 1994).

Tais posturas femininas que se dão de forma paulatina e sutil, onde práticas e valores tradicionais coexistem com modernos, são significativas como elementos que compõem o quadro geral de mudanças que vem se consolidando ao longo do tempo em termos das relações de gênero. É nesse emaranhado complexo de contradições, paradoxos, ambigüidades, permanências e mudanças, que se processa a vida das mulheres chefes de família ou responsáveis pelos seus domicílios.

As constatações e análises, aqui empreendidas, foram subsidiadas e comprovadas pelo aporte teórico utilizado, onde a matriz de explicação das relações sociais de gênero se deu a partir da interlocução entre teoria feminista e teoria social, pautada na abordagem de gênero, na teoria da prática e do poder (Scott, 1989; Bourdieu, 2002a; Foucault, 1995). Tal arcabouço se mostrou valioso e satisfatório não só na construção dos pressupostos analíticos, mas nas análises das diversas questões e aspectos levantados sobre a problemática em estudo que compreendeu, ainda, os campos discursivos da família e do trabalho.

A centralidade de análise pautada, prioritariamente, no caráter social e relacional de gênero, compreendeu esta categoria como relações de poder (Scott, 1989) que atuam na macro e micro esferas sociais e se apresentam na sua forma negativa, através das desigualdades sociais e de gênero e na sua forma positiva, através das estratégias de poder e resistência feminina justificando, assim, o quadro ambivalente e

paradoxal das práticas e valores presentes nas relações de gênero aqui analisadas (Bourdieu, 2002a; Foucault, 1995).

Ressalta-se que esse quadro paradoxal de gênero, aqui constatado, foi encontrado, também, na pesquisa anterior que motivou este estudo. Há, porém, que frisar que as mulheres desta pesquisa, em seus discursos e práticas, se mostraram menos reivindicativas e menos informadas dos seus direitos como cidadãs e como mulheres quando comparadas às mulheres da pesquisa anterior que eram líderes comunitárias, o que se deve provavelmente à falta dessa instância ou atuação política em suas vidas, dimensão que lhes proporcionaria melhores níveis de conscientização e atualização.

Diante das condições socioeconômicas e das formas como se processam as relações de gênero nessas famílias chefiadas por mulheres em áreas ZEIS, algumas considerações mais pontuais em relação à aplicação de políticas públicas direcionadas a essas famílias se fazem necessárias. Uma delas chama atenção ao fato da chefia feminina ser considerada nos mais diversos arranjos familiares, haja vista que não se apresenta apenas nos arranjos do tipo monoparental, está presente em quase todos os arranjos familiares, inclusive nos homossexuais, como foi visto nesta pesquisa. É também preciso considerar que em famílias nucleares ou extensas, onde há a presença masculina no domicílio, a provisão feminina costuma se dar de forma velada e nem sempre assumida pelas mulheres, o que dificulta a identificação de tais famílias cuja provisão econômica é, de fato, feminina.

A chefia feminina se processa de forma diferente da chefia masculina em termos da relação trabalho-família. As mulheres chefes são marcadas por uma sobrecarga maior de trabalho do que os homens chefes devido o exercício da dupla jornada, o que traz implicações à sua qualidade de vida, principalmente quando

pensadas num contexto de pobreza como áreas ZEIS, onde as limitações são diversas. Nesse sentido, se faz necessário à aplicação de ações educativas junto a essas famílias visando amenizar essas desigualdades e discriminações de gênero, sobretudo, em relação à divisão sexual do trabalho no âmbito da esfera doméstica.

A grande incidência de violência doméstica e dependência alcoólica presente no interior das famílias aqui estudadas, principalmente no que se refere aos maridos, se constitui em questões que merecem atenção primordial e urgente em relação à implementação de medidas junto a essas famílias, no sentido de averiguar as suas causas e assisti-las em seus pontos nodais, o que significa não só melhorar a qualidade de vida dessas mulheres que são vítimas de tal violência, mas reabilitar esses homens dependentes alcoólicos e agressores para a vida familiar e para o mercado de trabalho, visto que essas dimensões são prejudicadas frente às práticas masculinas acima citadas.

Outro problema que aparece com frequência nos relatos femininos e que se observou ser muito precário ou ausente nas áreas ZEIS investigadas diz respeito aos programas públicos de suporte aos filhos o que acaba inviabilizando, quando se trata de filhos pequenos, a permanência dessas mulheres no mercado de trabalho. Nesse sentido se fazem necessárias ações que contemplem a criação de creches e escolas de ensino fundamental I no interior das comunidades. Outras formas de suporte se fazem, também, muito importantes à criação dos filhos, trata-se dos programas de prevenção e controle da gravidez e de prevenção contra as drogas. São ações voltadas para a fase mais adulta, sobretudo, aquelas referentes à adolescência.

Além das questões de caráter mais estrutural que perpassam a vida dessas famílias, há que se considerar, também, aquelas de teor subjetivo na implantação de programas visando atendê-las de forma mais efetiva. A dimensão referente aos valores e sentimentos dos quais estão imbuídos esses indivíduos são fundamentais para a

compreensão das suas práticas e discursos. Sabê-los é tomar conhecimento do modo e estilo de vida dessas famílias, seus problemas, aspirações, permanências e mudanças de práticas, tornando viável e efetiva a aplicação de medidas e programas.

Em suma, esse estudo de tese procurou analisar algumas das questões que envolvem e perpassam a pluralidade de mundos das mulheres chefes de família em áreas ZEIS, uma problemática social de grande relevância para se entender a realidade das famílias pobres brasileiras. Nesse sentido, espera-se que os dados e as análises aqui apresentados possam fornecer subsídios para novos estudos e para a implantação de políticas públicas visando à melhoria da qualidade e condições de vida dessas famílias, tanto em termos socioeconômicos quanto das relações de gênero.

A discussão aqui empreendida não teve a intenção de atribuir a essa pesquisa um caráter definitivo e finalizador em termos da problemática analisada. A própria complexidade dessa realidade social não permite que o assunto se encerre nos termos aqui propostos. Cada um dos aspectos aqui desvendados se constitui menos numa certeza ou presteza de análise e mais em canais de interpretações, instigações e dúvidas que se abrem e se remodelam a cada novo estudo. Nesse sentido, espera-se que o conteúdo desse trabalho sirva de suporte e abertura para novas indagações e caminhos a percorrer sobre a questão em estudo.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Laís. A situação da mulher Latino-Americana. In: DELGADO, Didice G.; CAPPELLIN, Paola; SOARES, Vera (Org.). *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

_____. Um olhar de gênero: visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: ABRAMO, Laís; PAIVA, Alice R. de (Org.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila (Org.) *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1993.

ALEXANDER, Jeffrey. O Novo Movimento Teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo- SP: ANPOCS, v.2, n. 4, jun. 1987. CD-ROM (Coleção Revista Brasileira de Ciências Sociais).

ALMEIDA, Marlise Míriam de Matos. *Pierre Bourdieu e o gênero: possibilidades e críticas*. Série Estudos, 94. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.

ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico* 95, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ALMEIDA, Paula Camboim de. Gravidez na adolescência em grupos populares urbanos: concepções de idade e maternidade. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque; COSTA, Rosely Gomes; RAMIREZ, Martha Célia; SOUZA, Érica Renata de (orgs). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista. Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais, 2002.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

_____. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Revista Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (77): 53-61,1991.

ALVIM, Rosilene; LEITE LOPES, José Sérgio Leite. Famílias operárias, famílias de operárias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo-SP: ANPOCS. n.14, ano 5, out. 1990. CD-ROM (Coleção Revista Brasileira de Ciências Sociais).

ANTHIAS, Floya. Rethinking social divisions: some notes towards a theoretical framework. *Sociological Review*, v. 46, n. 3, p. 511-535, Aug. 1998.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP; NEPO/UNICAMP; CEDEPLAR/UFMG. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ARRIAGADA, Irma. Dimensiones de la pobreza y políticas de género. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, nº 85, p. 101-113, abr. 2005.

_____. Realidades y mitos del trábalo feminino urbano en América Latina. *Série mujer e desarrollo*. Santiago: CEPAL, 1997.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Portugal, Lisboa: Edições 70, 1979.

BARRETT, Michèle. Feminismo. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BARROS, R; FOX, L; MENDONÇA, R. Poverty amongst female-headed households in Brazil. Texto para discussão, n. 310. Brasília: IPEA, 1993.

BARROSO, Carmem. Sozinhas ou mal acompanhadas – a situação das mulheres chefes de família. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1, Campos do Jordão, 1978. *Anais...* Campos do Jordão: ABEP, v. 1, 1978. CD-ROM.

BARSTED, Leila Linhares. De igualdades e de diferenças: falando sobre mulheres. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Orgs.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 2 v.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisas em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 12ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

BERQUÓ, Elza. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. Trabalho apresentado no Seminário Estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira. *III Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira. Fundação Carlos Chagas*. Itu, 13-16 de mar. 2001.

BERQUÓ, Elza; OLIVEIRA, Maria Coleta de. Família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes. In: *Ciências Sociais Hoje*. p. 30-64. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1990.

BERQUÓ, Elza; OLIVEIRA, Maria Coleta de; CAVENAGHI, Suzana. M. Arranjos familiares não canônicos no Brasil. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 7, Caxambu, 1990. *Anais...* Caxambu: ABEP, v. 1, 1990. CD-ROM.

BILAC, Elizabete Dória. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). *A Família contemporânea em debate*. 2. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997.

_____. Trabalho e reprodução cotidiana: apresentação. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas: ABEP, v. 11, n. 2, jul./dez. 1994.

BLAY, Eva A. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978.

BORDERÍAS, Cristina. Subjetividad y cambio social en las historias de vida de mujeres: notas sobre el método biográfico. *Revista Arenal*, Barcelona, Espanha, v. 4, n.2, p.177-195, 1997.

BORGES, Ângela, GUIMARÃES, Iracema Brandão. A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de Salvador. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed, São Paulo: T.A.Queiroz, 1987.

BOURDIEU, Pierre. Ensaio sobre a África do Norte. *Textos Didáticos*, Campinas: IFCH/UNICAMP, n. 46, fev. 2002.

_____. *A Dominação Masculina*. 2. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.

_____. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002b.

_____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *O poder simbólico*. 2. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 2. ed. – São Paulo: Ática, 1994.

_____; EAGLETON, Terry. *A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista*. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRESCIANI, Luis Paulo. Flexibilidade e reestruturação produtiva: o trabalho na encruzilhada. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v.11, n. 1, jan/mar. 1997.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, Laís; PAIVA, Alice R. de (Org.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: ALAST, 1998.

_____. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta. In: FERNANDES, R. (Org.). *O trabalho no Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo: LTR, 1995.

_____. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, Número Especial, p. 179-199, out.1994.

_____. Mulher e mundo do trabalho: ponto de vista sociológico. In: BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara L. *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Edições Loyola, 1994a.

_____. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As novas fronteiras da desigualdade*. São Paulo: Editora Senac, 2003.

BRUSCHINI, Cristina; RIDENTI, Sandra. Desvendando o oculto: família e trabalho domiciliar em São Paulo. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila (Org.). *O Trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. RJ: Rio Fundo Editora, 1993.

BRUMER, Anita. O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo-SP: ANPOCS, v. 3, n. 8, out. 1988. CD-ROM (Coleção Revista Brasileira de Ciências Sociais).

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTTO, Andréa. Gênero, família e trabalho. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. (Org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A Priorização da Família na Agenda da Política Social. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). *A Família Contemporânea em Debate*. 2. ed. São Paulo: EDUC/CORTEZ, 1997.

CARVALHO, Luiza M. S. Santos. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. In: *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, v. 6, n. 1, 1998a.

_____. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Editora Cortez, n. 57, p. 74-98, jul. 1998b.

CARVALHO, Marília de; CRAVO, Veraluz Zicarelli. Antes mal acompanhada do que só: estudo de relações familiares em grupos matrifocais. *Boletim de Antropologia*, Curitiba, v.1, n.3, 1988.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Mary Garcia. Mulher pobre chefe de família: outra estratégia de reprodução ou outra reprodução da estratégia de opressão? In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 3, Vitória, 1982. *Anais...* Vitória: ABEP, v. 1, 1982. CD-ROM.

_____. Mulheres chefes de família, esposas e filhas pobres nos mercados de trabalho metropolitanos (regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador, 1980). In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 7, Caxambu, 1990. *Anais...* Caxambu: ABEP, v. 2, 1990. CD-ROM.

_____. Mulheres chefes de famílias, racismo, códigos de idade e pobreza no Brasil (Bahia e São Paulo). In: LOVELL, Peggy A. (Org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.

CASTRO, Mary; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992.

CASTRO, Nadya Araújo. Reestruturação produtiva, novas institucionalidades e negociação da flexibilidade. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 11, n. 1, jan/mar. 1997.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano - artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CONNELL, Robert. W. La organización social de la masculinidad”. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José (Ed.). *Masculinidades: poder e crisis*, nº 24, Chile, Santiago: Ediciones de las mujeres, 1997.

CORRÊA, Claudia Peçanha; GOMES, Raquel Salinas. *Trabalho infantil: as diversas faces de uma realidade*. Petrópolis: Viana e Mosley, 2003.

CORRÊA, Marisa. Bourdieu e o sexo da dominação. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 54, p. 43-53, São Paulo. CEBRAP. Jul. 1999.

_____. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: ARANTES, Antonio Augusto et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3. ed. São Paulo: UNICAMP, 1994.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas-SP, v. 17, n. 1/2, jan/dez. 2000.

COSTA, Rosely Gomes. Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque (Coord.); COSTA, Rosely Gomes; RAMIREZ, Martha Celia; SOUZA, Érica Renata de. *Gênero em matizes*. Bragança Paulista. Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais, 2002.

COUTO, Márcia Thereza. *Pluralismo religioso em famílias populares: poder, gênero e reprodução*. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

CRUZ, Maria Helena Santana. Trabalho e gênero: algumas perspectivas de análise. *Revista Cultura, educação e trabalho*, Aracaju: UFS, n. 11, ano VI, 1996.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DE BARBIERI, Teresita. *Sobre la Categoría de Género – Una Introducción Teórico-Metodológica*. Isis Internacional. Fin de Siglo: Género y Cambio Civilizatório, Ediciones de las Mujeres, n. 17, 1992.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

DELEUZE, Gilles. *Conversações, 1972-1995*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

DELGADO, Didice G.; CAPPELLIN, Paola; SOARES, Vera (Org.). *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo, 2000.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, Maria Odila. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995a.

DUARTE, Luis Fernando Dias. Pouca vergonha, muita vergonha, sexo e moralidade entre classes trabalhadoras urbanas. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 4, Águas de São Pedro, 1984. *Anais...* Águas de São Pedro: ABEP, v. 1, 1984. CD-ROM.

DURHAN, Eunice Ribeiro. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. A sociedade vista da periferia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, n.1, jun.1986.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE / URB- EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE - URB. *PREZEIS – Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social. Manual para Lideranças*. Recife, 1997.

FEIJÓ, Ricardo. *Metodologia e filosofia da ciência: aplicação na teoria social e estudo de caso*. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, Rosilda Arruda. *A pesquisa científica nas ciências sociais: caracterização e procedimentos*. Recife: UFPE, 1998.

FONSECA, Tânia Maria. A dominação masculina: formas (in)sustentáveis de ser homem e mulher. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UERJ-CFH/UFSC, v. 7, n. 1-2, p. 206-213, 1999.

FONSECA, Cláudia. Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: UFRS, 2000. p. 13-51

_____. Uma Genealogia do Gênero. In.: SCOTT, Russell Parry (Org.) *Pesquisando Gênero e Família. Revista de Antropologia*. v.1, nº 2, Recife: UFPE, 1996. (Série Família e Gênero).

_____. Caminhos da adoção. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Mulher chefe-de-família? *Revista de Ciências Sociais*. v.1, n. 2, 261-268, Porto Alegre, 1987a.

_____. Aliados e rivais na família: o conflito entre consangüíneos e afins em uma vila portoalegrense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, v. 2, n. 4, jun. 1987b.

FONSECA, Márcio Alves. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 1995.

FONTES, Breno Souto Maior. *Políticas de planejamento urbano e segregação espacial: o município do Recife na década 1970 – 1980*. 1986. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, PIMES – UFPE: Recife, 1986.

FOUCAULT, Michel. Poderes e estratégias. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org). *Michel Foucault - Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2003. (Coleção Ditos e Escritos IV.).

_____. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

_____. O Sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995a.

FRASER, Nancy; NICHOLSON, Linda. Social Criticism Without Philosophy: an encounter between feminism and postmodernism. In: NICHOLSON, Linda (Ed.). *Feminism/Postmodernism*. New York/London: Routledge, 1990. p 19-38

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 31ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1992.

_____. *Sobrados e mocambos*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1951.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEAD. *Famílias chefiadas por mulheres*. Análises Especiais. São Paulo, n. 2, 1994.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da sociedade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. Gênero e sexualidade. In: *Sociologia*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000a.

_____. Família, casamento e vida pessoal. In: *Sociologia*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000b.

_____. *A Terceira Via: reflexões sobre impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GOLDANI, Ana Maria. Famílias e gênero: uma proposta para avaliar (des)igualdades. *Textos Didáticos – A prática feminista e o conceito de gênero*. n. 48, Campinas, SP, 2002.

_____. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.19, n.1, p. 29-48, jan/jun. 2002a.

_____. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*. n. 91, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994a.

_____. Retratos de família em tempos de crise. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, Número Especial, 1994b.

_____. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos PAGU. De trajetórias e sentimentos*. n. 1, p. 67-110, Campinas, SP, 1993.

GOLDENBERG, Mirian. *A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMÁRIZ, Enrique. Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. *ISIS Internacional – Ediciones de las mujeres*, Santiago-Chile: Editora Regina Rodríguez, n. 17, p. 83-110, dez. 1992.

GIRALDO, Fernando Urrea. La Categoría de Género en las Ciencias Sociales Contemporáneas. In: *Discurso, género y mujer*. CASTELLANOS, Gabriela, ACCORSI, Simone, VELASCO, Gloria. (Comp). Editorial Facultad de Humanidades. Centro de Género, Mujer y Sociedad. La Manzana de la Discordia. Santiago de Cali. Diciembre de 1994.

GUERRA, Alba Gomes. *Perda e miséria: o dia a dia de favelados*. Recife: Inojosa, 1993.

HABERMAS, J. *Teoria de la Accion Comunicativa*. Madrid: Taurus, 1999.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: *Simians, cyborgs and women – the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: *Revista Estudos Feministas*. v.1, n. 1, RJ: IFCS/UFRJ, 1993.

HARDING, Sandra. Feminism, Science and the Anti-Enlightenment Critiques. In: NICHOLSON, L. (Ed.). *Feminism/Postmodernism*. New York/London: Routledge. 1990. p 83-106.

HEILBORN, Maria Luiza (Org). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) – Sociologia*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999. p.183-221.

_____. O traçado da vida: gênero e idade em dois grupos populares no Rio de Janeiro. In: MADEIRA, F; MUNOZ VARGAS, M. (Org.). *Quem mandou nascer mulher: gênero e infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Reorganização da produção e transformações do trabalho: uma nova divisão sexual? SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO FACE AOS DILEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2001.

_____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo*, São Paulo, ALAST, ano 4, n. 7, 1998.

HITA-DUSSEL, Maria Gabriela. As casas das mães sem terreiro: etnografia de modelo familiar matriarcal em bairro popular negro da cidade de Salvador. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2004.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil*. 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____. *Censo demográfico 2000. Características da população e dos domicílios – Resultado do universo*. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>

JATOBÁ, Jorge. A família na força de trabalho: Brasil Metropolitano - 1978-1986. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 7, Caxambu, 1990. *Anais...* Caxambu: ABEP, v. 2, 1990. CD-ROM.

JELIN, Elizabeth. Família y género: notas para el debate. *Revista Estudos Feministas*, n. 2, p. 394-413, 1995.

_____. Las familias en América Latina. *Isis Internacional – Ediciones de las Mujeres*, n. 20, p. 75-103, 1994.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KEE, Alice Mc. *La feminizacion de la pobreza*. *Leviatan, Revista de Hechos e Ideas*, Madrid, n. 10, 1982.

KOFES, Suely. *Uma trajetória em narrativas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: procedimentos e possibilidades. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (Org.). *Desafios da pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: CERU, 2001.

LAVINAS, Lena; SORJ, Bila. Trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. Aumentando a competitividade das mulheres no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, RJ, IFCS/UFRJ, ano 4, n. 1, 1996.

LENGERMANN, Patricia Madoo; NIEBRUGGE-BRANTLEY, Jill. Teoria Feminista Contemporânea. In: RITZER, George. *Teoría Sociológica Contemporânea*. 3. ed. Mc Graw-Hill, Interamerica, Espanha, S.A. 1993.

LEÓN, Magdalena. Empoderamento: relaciones de las mujeres con el poder. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, n. 2, 2000.

_____. (Org.). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá: MT Editores, 1997.

LEONE, Eugenia Troncoso. Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos de 80 e 90. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Terceira Mulher*: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOBO, Elizabete Souza. O Trabalho como Linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*: Uma perspectiva pós-estruturalista. 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACÊDO, Márcia dos Santos. *Tecendo os fios e segurando as pontas*: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Salvador: UFBA, 1999.

_____. Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina. *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: FCC/Editora 34, 2001.

MACHADO, Lia Zanota. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. In: *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 4, n.8, p.11-26, 2001.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Mulheres: da prédica pentecostal ao debate sobre sexualidade, saúde reprodutiva, aborto e planejamento familiar. In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). *Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

MADEIRA, Felícia. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou ... reclusão. In: MADEIRA Felícia (Org.) *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MALINOWSKI, Bronislaw. Objeto, método e alcance desta pesquisa. In: ZALUAR, Alba (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p.39-62.

MARTINS, Carlos Benedito. Notas sobre a noção da prática em Pierre Bourdieu. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.62, p. 163-181, mar. 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura*: história, cidade e trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

_____. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria

Izilda S de. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

_____. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia, MG: UFMG, v. 3, n. 1/2, jan./fev. 1996.

MELLO, Sylvia Leser de. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org). *A família contemporânea em debate*. 2. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997.

MENDES, Candido (Coord). *Pluralismo cultural, identidade e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de domicílios em camadas pobres: trajetória familiar, trabalho e relações de gênero. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 14, Caxambu, 2004. *Anais...* Caxambu: ABEP, v. 1, 2004. CD-ROM.

_____. Mulheres chefes de família: entre a sobrevivência e a autonomia. In: *Fragmentos de Cultura*. Goiânia, IFITEG, v.12, n. 6. p.1087-1102, nov./dez. 2002.

_____. Estudos feministas: entre perspectivas modernas e pós-modernas. *Cadernos de Estudos Sociais*. v. 1, n. 2, p. 223-238, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2002a.

_____.Mulheres chefes de família: a complexidade e ambigüidade da questão. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 13, 2002b, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: ABEP, v. 1, 2002b. CD-ROM.

_____. *Mulheres no PREZEIS: conquistando a cidadania e alterando as relações de gênero*. *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, v.17, n. 1, p.109-132, 2001.

_____. *Mulheres no PREZEIS: conquistando a cidadania e redefinindo as relações de gênero*. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.

MIGUEL, Ana de. *Feminismos*. In: AMOROS, Celia (Coord). 10 palabras clave sobre mujer, Navarra, Eud, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely et al. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTALI, Lilia. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 14, Caxambu, 2004. *Anais...* Caxambu: ABEP, v. 1, 2004. CD-ROM.

_____. Trabalho e Família sob a Reestruturação Produtiva. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 10, Caxambu, 1998. *Anais...* Caxambu: ABEP, v. 1, 1998. CD-ROM.

MONTEIRO, Marko. Gênero e masculinidade. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque (Coord); COSTA, Rosely Gomes; RAMIREZ, Martha Celia; SOUZA, Érica Renata de. *Gênero em matizes*. Bragança Paulista, 2002. (Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais).

MONTEIRO, Simone. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In.: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

NASCIMENTO, Pedro Francisco Guedes do. “*Ser homem ou nada*”: diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico de masculinidade em Camaragibe-PE”. 1999. Dissertação (Mestrado em antropologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 1999.

NEVES, Delma Pessanha. Os dados quantitativos e os imponderáveis da vida social. *Revista Raízes*. Campina Grande-PB, ano XVII, n. 17, jun. 1998.

_____. Nesse terreiro galo não canta. Estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda. *Anuário Antropológico*, 83, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.

NEUPERT, R. et al. Os arranjos domiciliares das famílias matrifocais. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 6, Olinda, 1988. *Anais...* Olinda: ABEP, v. 1, 1988. CD-ROM.

NUCLEO DE ESTUDOS FAMÍLIA, GÊNERO E SEXUALIDADE – FAGES. *Mulheres Analfabetas no Recife*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE. Prefeitura Municipal do Recife, jul. 2003.

NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya. *La calidad de vida*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

OLIVEIRA, Maria Coleta F de. A família brasileira no limiar do ano 2000. *Revista Estudos Feministas*. v. 4, n.1, p-55-63, Rio de Janeiro, 1996.

_____. Condição feminina e alternativas de organização doméstica: as mulheres sem companheiro em São Paulo. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 8, Brasília, 1992. *Anais...* Brasília: ABEP, v. 2, 1992. CD-ROM.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Reengenharia do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

ORTIZ, Renato. Introdução: a procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

PAIS, José Machado. Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana. *Análise social*, Campinas, SP, v. 22, n. 90, p. 7-57, 1986.

PAIVA, Antonio Cristian Saraiva. *Sujeito e laço social*: a produção de subjetividade na arqueogenealogia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PARSONS, Talcoltt. *Ensayos de teoria sociologica*. Editorial Paidos, Buenos Aires, 1954.

PEIXOTO, Clarice Ehlers; CICCHELLI, Vincenzo. Sociologia e Antropologia da vida privada na Europa e no Brasil. Os paradoxos da mudança. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo (Org.). *Família e individualização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PENA, Maria Valéria Junho. A mulher na força de trabalho. *BIB*, n. 9, p.11-20, Rio de Janeiro, 1980.

PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*: uma introdução. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PISCITELLI, Adriana. *Gênero em perspectiva*. *Cadernos Pagu*, Campinas, 11, p. 141-155, 1998.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização*: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. URB/DIRBAM/DEIP. *Regiões Político-Administrativas do Recife*. Região Oeste – RPA 4, v. 5, Recife, 2001.

_____. URB/DEPU. *Cadastro das Zonas Especiais de Interesse Social com COMUL Instalada*. Recife, 1999.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; NUCLEO DE ESTUDOS DE FAMÍLIA, GÊNERO E SEXUALIDADE – FAGES / UFPE. Relatório Final. *Mulheres analfabetas no Recife*. Prefeitura/Coordenadoria da Mulher. Recife, 2003.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; NUCLEO DE ESTUDOS DE FAMÍLIA, GÊNERO E SEXUALIDADE – FAGES / UFPE; SOS CORPO, GÊNERO E CIDADANIA; FACULDADE DE MEDICINA / USP. *Como estão as Relações de gênero no PSF?* Relatório final do diagnóstico de situação. Prefeitura/Coordenadoria da Mulher/Secretaria de Saúde. Recife, 2003.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia. *A desigualdade entre os pobres – favela, favelas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

QUADROS, Marion Teodósio. *Homens e contracepção: práticas, idéias e valores masculinos na periferia do Recife*. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo: CERU/Departamento de Ciências Sociais, FFLCH, USP, 39(3): 272-286, mar. 1987.

RABINOW, Paul. Sujeito e governamentalidade: elementos do trabalho de Michel Foucault. In: BIEHL, João Guilherme (Org). *Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

RAMALHO, Maria Irene. A sogra de Rute ou intersexualidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

RITZER, George. *Teoría sociológica contemporanea*. 3. ed. Mc Graw-Hill, Interamerica, Espãna, S.A. 1993.

ROAZZI, Antonio; TEIXEIRA C. Adriana; CORDEIRO, Carlos José A. A Representação da participação masculina no âmbito doméstico: investigação sobre a distribuição de atividades domésticas entre casais em famílias de nível sócio-econômico baixo. REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA, 25, Ribeirão Preto, SP, out. 1995. (*Mimeo*).

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). *A Família contemporânea em debate*. 2. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997.

ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Revista Horizontes Antropológicos*, 1(1): 11-36, 1994.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. Recife, SOS/CORPO, 1989.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

_____. Violência contra a mulher e violência doméstica. In.: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos PAGU. Desdobramentos do feminismo*. n.16, p. 115-136, Campinas, SP, 2001.

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE*, v. 13, n.4, p.82-91, São Paulo, 1999.

_____. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SALEM, Tânia. “Homem... já viu né?”: representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In.: HEILBORN, Maria Luiza. *Família e sexualidade* (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. Mulheres faveladas: com a venda nos olhos: In: FRANCHETT, B; CAVALCANTI, M.L.; HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. v.1, p. 49-99, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (da Colônia à Atualidade). *Psicologia USP*, 13 (2), p. 27-48, 2002.

_____. Chefiar famílias e trabalhar: trajetória de vida das mulheres brasileiras no século XIX. *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, v. 4/5, número especial, ano V, p. 161-171, 1998.

_____. O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. In: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S de. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

_____. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Os processos da globalização. In: *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Valdonilson Barbosa dos. *A Construção social da masculinidade sob o foco das atividades lúdicas infantis*. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPE/Recife, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, Mônica Raisal (Org.). *Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1997.

_____. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). *A família contemporânea em debate*. 2. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997a.

_____. *A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Autores Associados, 1996.

_____. O valor da família para os pobres. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Orgs.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *Trabalho feminino: de olho na literatura econômica e social*. Rio de Janeiro: INPES, 1985.

SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Revista Raízes*, Campina Grande-PB, vol. 22, nº 01, jan./jun. de 2002.

SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002.

_____. Entrevista com Joan Wallach Scott. In: GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmem (Org.) – Ponto de vista. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 6, n.1, p.114-124, 1998.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.) *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *A história das mulheres no Ocidente*. v. 4. São Paulo: Edições Afrontamento, 1991.

_____. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS/CORPO, 1989.

SCOTT, Russell Parry (Coord). *Levantamento Bibliográfico sobre mulheres chefes de família: os estudos apresentados na ABEP*. In: Pré-evento do ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Ouro Preto, 2002. *GT - Mulheres Chefes de Família*. Conselho Nacional de População e Desenvolvimento. Ouro Preto, 04 de nov. 2002a.

_____. Mulheres Chefes de Família: questões, tendências e políticas. In: Pré-evento do ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Ouro Preto, 2002. *GT - Mulheres Chefes de Família*. Conselho Nacional de População e Desenvolvimento. Ouro Preto, 04 de novembro de 2002b.

_____. Mulheres Chefes de Família: abordagens e temas para as políticas públicas. PROGRAMA RELAÇÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE BRASILEIRA, 3. Fundação Carlos Chagas. Itu, 13-16 de mar. 2001a.

_____. Famílias sem casais e a diversidade conjugal no Brasil. In: *Interseções: revista de estudos interdisciplinares*, Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, ano 3, n.2, 2001b.

_____. Quase adulta, quase velha: por que antecipar as fases do ciclo vital? *Revista Interface, Comunicação, Saúde, Educação*. Botucatu-SP: Fundação UNI/UNESP, v. 5, n.8, 2001c.

_____. A etnografia da família de camadas médias e de pobres urbanos: trabalho, poder e a inversão do público e do privado. In: SCOTT, Russell Parry (Org.) *Pesquisando Gênero e Família. Revista de Antropologia*. v.1, n. 2. Recife: UFPE, 1996. (Série Família e Gênero).

_____. Remoção populacional e projetos de desenvolvimento urbano. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 10, Caxambu, 1996. *Anais...* Caxambu: ABEP, v. 2, 1996. CD-ROM.

_____. Família, gênero e saúde na Zona da Mata de Pernambuco. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 11, Caxambu, 1998. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1998. CD-ROM.

_____. O Homem na Matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cadernos de Pesquisa*. (73) 38-47, São Paulo: maio, 1990.

SILVA, Luis Antonio Machado. A oposição entre trabalho doméstico e trabalho remunerado. In: LEITE LOPES, José Sérgio et al. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SILVA, Maria Sheila Bezerra. *Da ex-sociedade de caranguejos e dos seus irmãos de leite aos "pombos sem asas"*. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. Itinerários transversos: gênero e o campo das organizações não-governamentais no Brasil. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque (Coord); COSTA, Rosely Gomes; RAMIREZ, Martha Celia; SOUZA, Érica Renata de. *Gênero em matizes*. Bragança Paulista, 2002. (Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais).

SINGLY, François de. O nascimento do "indivíduo individualizado" e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de;

CICCHELLI, Vincenzo (Org.). *Família e individualização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOARES, Barbara Musumeci. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas In: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S de. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

_____. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890 – 1920*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, n. 43, v. 15, jun. 2000.

SORJ, Bila; GOLDENBERG, Mirian. Um novo modelo de família: coesão e centrimento nos filhos. In: *Interseções: revista de estudos interdisciplinares*. Ano 3, n.2, Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 2001.

STREY, Marlene Neves. A mulher, seu trabalho, sua família e os conflitos. In: STREY, Marlene Neves (Org.) *Mulher, estudos de gênero*. RS: UNISINOS, 1997.

SULLEROT, Evelyne. *A mulher no trabalho: história e sociologia*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970.

SZYMANSKI, Heloísa. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). *A família contemporânea em debate*. 2. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: USP/ Editora. 34, 2001.

TOURAINÉ, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad. *A busca de si: diálogo sobre o sujeito*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

VAISTMAN, Jeni. Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v.5, n.2, p. 303-319, 1997.

_____. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VELHO, Gilberto. Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias. In: *Interseções: revista de estudos interdisciplinares*, Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, ano 3, n.2, 2001.

_____. *Individualismo e cultura*. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIVARTA, Veet (Coord.). *Crianças invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração*. São Paulo: Cortez, 2003.

WALBY, Sylvia. Gênero. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

WHITAKER, Dulce. *Mulher e Homem: o mito da desigualdade*. São Paulo: Editora Moderna, 1988.

WOORTMANN, Klass; WOORTMANN, Ellen F. Contribuição à questão das famílias monoparentais. In: Pré-evento do ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Ouro Preto, 2002. GT - Mulheres Chefes de Família. Conselho Nacional de População e Desenvolvimento. Ouro Preto, 24-28 de set. 2002.

WOORTMANN, Klass. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPq, 1987.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ANEXO I

Roteiro de Entrevista

Identificação pessoal da entrevistada (nome, idade, naturalidade, estado conjugal, cor, religião, nível de escolaridade).

Caracterização do contexto social e familiar de origem (naturalidade, profissão/atividade dos pais, número de filhos, nível de escolaridade dos pais e irmãos, local de moradia, condições de vida).

Trajetória de trabalho da entrevistada (características gerais do trabalho atual e dos anteriores no curso de vida: ocupação/atividade, motivo e forma de ingresso, salários, direitos trabalhistas, nível de qualificação, condições de trabalho, relação patrão-empregado, experiência de trabalho infantil).

Formação da família de procriação (estado conjugal atual, casamentos/uniões anteriores, motivos da separação, perfil dos companheiros, filhos, gravidez na adolescência).

Relações de gênero na esfera doméstica (panorama geral da convivência familiar cotidiana: responsabilidade e distribuição das tarefas domésticas, autoridade, poder de decisão e autonomia na família, violência doméstica, uso do tempo, formas de lazer, uso dos rendimentos, redes de apoio, relação com a vizinhança).

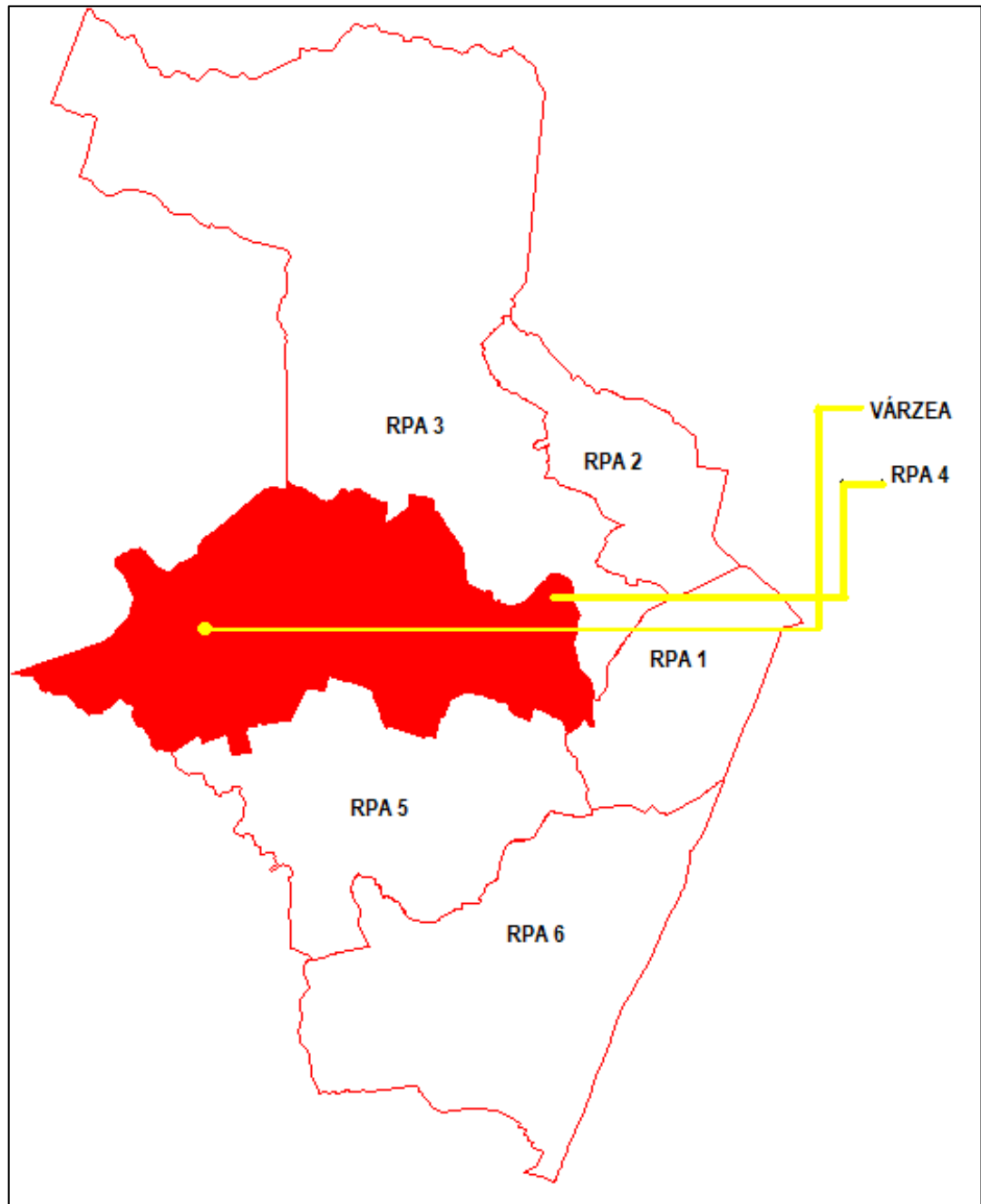
Condições de vida (rendimentos, renda familiar, infra-estrutura das moradias e da Comunidade, moradores do domicílio e situação de trabalho, dificuldades enfrentadas no cotidiano, perspectiva para o futuro).

ANEXO II
QUADRO GERAL DE CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS

Nome	Cidade Origem	Ocup. dos pais Pai/mãe	Ocupação Principal/secund	Rendimentos (R\$)	Renda Familiar (R\$)	Situação conjugal	Nº de união	Idade	Escolaridade	Cor	Religião	Filhos	Nº Moradores do domicílio	
													Filhos	outros
Alda	Recife-PE	Func.Pub.Apos.	Cozinha	130,00	190,00	Casada	01	32	Fund II (5ª série)	Parda	Católica	00	00	06
Angélica	Recife-PE	Mec.Apos./faxinei	Emp. doméstica	200,00	200,00	Casada	01	38	Fund I (4ª série)	Parda	Evangélica	04	04	02
Cássia	Recife-PE	Pedreiro/lavadeira	Emp. doméstica	150,00	150,00	Casada	02	44	Fund I (2ª série)	Negra	Católica	04	01	04
Cremilda	Surubim-PE	Trab. rurais	Faxineira	120,00	120,00	Casada	01	43	Fund I (1ª série)	Branca	Católica	02	02	03
Dorina	Carpina-PE	Trab. rurais	Emp. doméstica	240,00	240,00	Viúva	01	46	Fund II (6ª série)	Parda	Católica	02	02	09
Edilia	Bom Jardim-PE	Trab. rurais	Catadora de lixo	120,00	120,00	Separada	02	33	Fund I (4ª série)	Branca	Evangélica	04	04	01
Ednalda	Garapeba-AL	Ferroviário	Emp. doméstica	240,00	240,00	Casada	01	53	Fund I (4ª série)	Parda	Católica	01	00	02
Elis	São Benedito do Sul-PE	Trab. rurais	Emp. doméstica	240,00	240,00	Separada	01	34	Analfabeta	Branca	Católica	03	02	01
Fábia	Recife-PE	Desc. caminhão	Vend. ambulante	100,00	200,00	Separada	02	28	Analfabeta	Negra	Evangélica	03	03	01
Fabiola	Cajazeiras-PB	Trab. rurais	Emp. doméstica	340,00	340,00	Casada	01	36	Fund II (5ª série)	Negra	Evangélica	03	03	02
Helenita	Garanhuns-PE	Trab. rurais	Vend. ambulante	200,00	200,00	Separada	02	32	Analfabeta	Branca	Evangélica	02	02	01
Irani	Surumbim-PE	Trab. rurais	Cozinha	100,00	100,00	Separada	01	46	Fund II (5ª série)	Parda	Evangélica	02	02	01
Joana	Aliança-PE	Trab. rurais	Emp. doméstica	240,00	480,00	Separada	02	42	Analfabeta	Negra	Católica	06	03	01
Joselma	Feira Nova-PE	Trab. rurais	Emp. doméstica	240,00	270,00	Casada	03	40	Fund I (2ª série)	parda	Não tem	03	03	02
Josina	Recife-PE	Func.Pub. Apos	Copeira	220,00	220,00	Casada	02	45	Fund I (4ª série)	Branca	Evangélica	06	05	02
Laura	Recife-PE	Vend/costureira	Faxineira	80,00	320,00	Separada	02	34	Fund I (4ª série)	Parda	Católica	05	05	02
Leila	Surubim-PE	Trab. rurais	Lavadeira	230,00	230,00	Casada	01	34	Analfabeta	Branca	Católica	03	03	02
Leocádia	Glória do Goitá-PE	Tratorista	Faxineira	150,00	150,00	Separada	01	43	Analfabeta	Parda	Católica	05	03	01
Linda	Recife-PE	Func.Pub./domest	Vend. ambulante	50,00	200,00	Separada	03	59	Fund I (3ª série)	Negra	Evangélica	13	01	03
Lindalva	Recife-PE	Marceneiro	Faxineira	20,00	220,00	Casada	02	48	Fund I (4ª série)	Parda	Evangélica	03	01	04
Luma	Timbaúba-PE	Machadeiro	Faxineira	60,00	300,00	Separada	02	50	Fund I (2ª série)	Parda	Evangélica	05	03	01
Luzia	Recife-PE	Carpint/Lavadeira	Lavadeira	80,00	250,00	Casada	01	48	Fund II (5ª série)	Negra	Católica	03	02	03
Magali	Natuba-PB	Trab. rurais	Emp. doméstica	200,00	200,00	Separada	02	35	Analfabeta	Parda	Católica	02	02	02
Marília	Recife-PE	Vigilante	Vend. ambulante	200,00	200,00	Casada	02	40	Fund II (5ª série)	Parda	Católica	03	01	02
Marina	Limoeiro-PE	Trab. rurais	Lavadeira	40,00	60,00	Casada	02	40	Analfabeta	Negra	Católica	02	02	02
Mercedes	Recife-PE	Trab. rurais	Faxineira	100,00	130,00	Separada	01	38	Fund I (3ª série)	Negra	Católica	02	02	01
Mirna	Surubim-PE	Trab. rurais	Lavadeira	130,00	370,00	Viúva	01	48	Analfabeta	Parda	Católica	05	04	01
Quimera	Altinho-PE	Trab. rurais	Faxineira	100,00	100,00	Casada	02	44	Fund II (6ª série)	Negra	Católica	04	04	02
Rosina	Recife-PE	Vend. ambulante	Camareira	300,00	500,00	Separada	01	38	Fund II (7ª série)	Parda	Católica	03	03	01
Severa	Recife-PE	Biscat./lavad	Faxineira	120,00	120,00	Separada	03	59	Fund I (4ª série)	Negra	Católica	12	01	02
Simara	Olinda-PE	Trab. rurais	Cozinha	200,00	230,00	Separada	04	29	Fund II (5ª série)	Parda	Evangélica	05	04	01
Suelane	Recife-PE	Vigil/serv gerais	Faxineira	280,00	280,00	Separada	01	43	Ensino médio	Parda	Católica	02	02	01
Suelia	Recife-PE	Marchante	Emp. Doméstica	240,00	240,00	Casada	01	28	Fund I (3ª série)	Negra	Não tem	06	06	02
Valda	Mandaú-AL	Trab. rurais	Emp. doméstica	240,00	240,00	Separada	02	28	Analfabeta	Negra	Católica	02	02	01
Vitória	Feira Nova-PE	Trab. rurais	Cozinha	240,00	240,00	Separada	02	48	Fund I (3ª série)	Parda	Evangélica	06	02	05

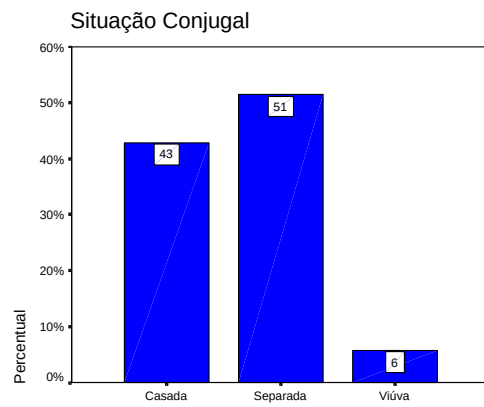
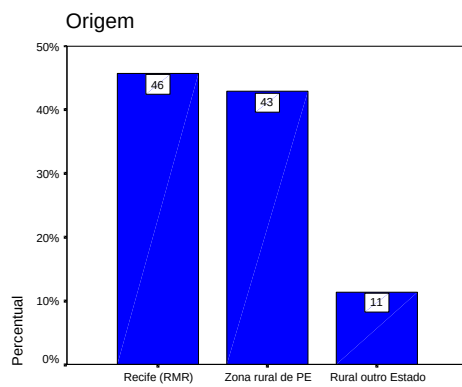
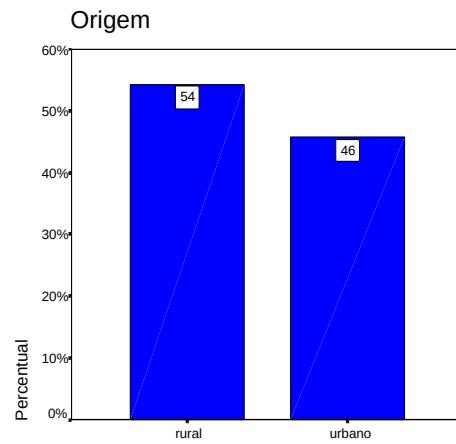
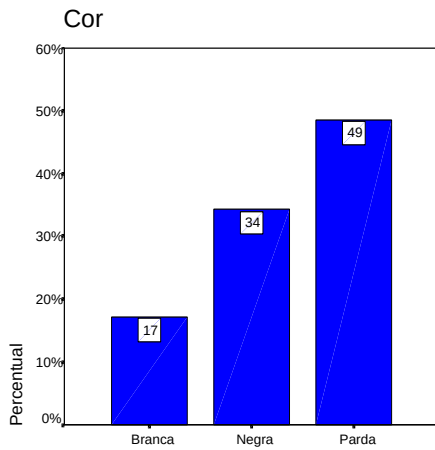
ANEXO III

MAPA DAS REGIÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DO RECIFE (MAPA 1)



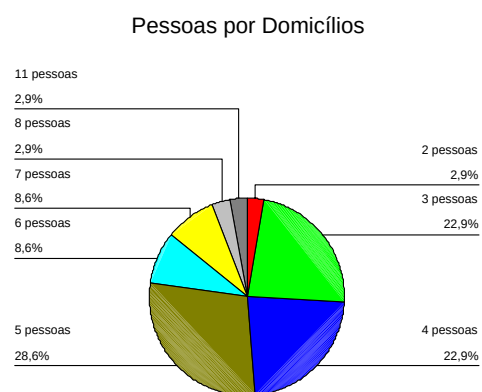
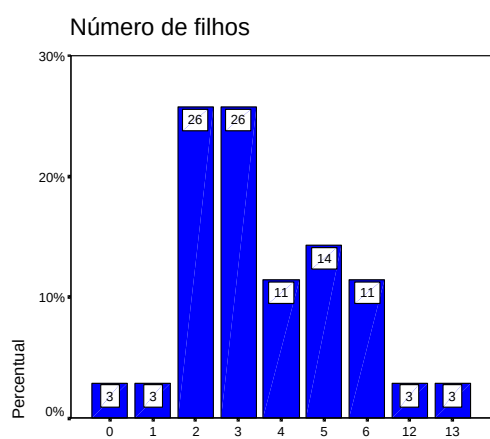
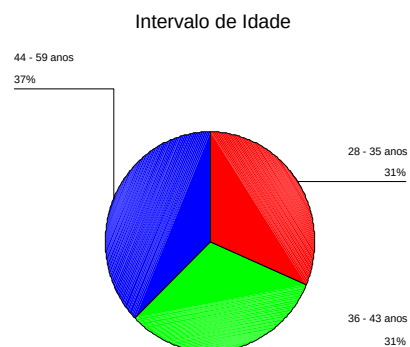
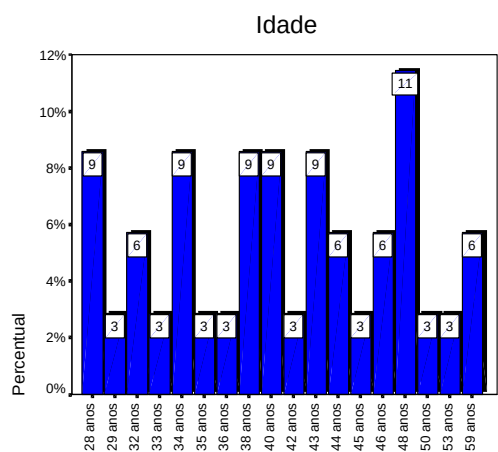
ANEXO IV

PERFIL DAS ENTREVISTADAS



ANEXO IV

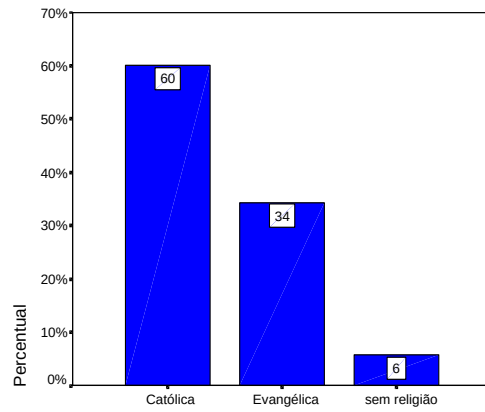
PERFIL DAS ENTREVISTADAS



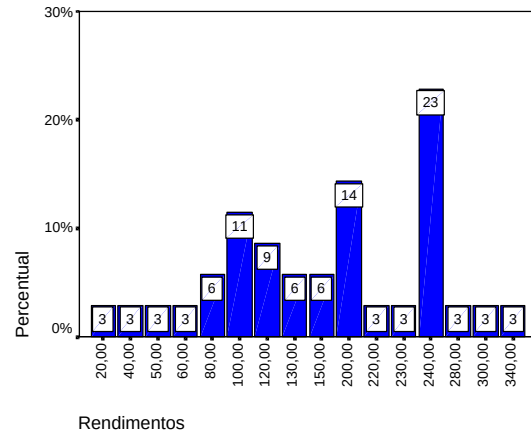
ANEXO IV

PERFIL DAS ENTREVISTADAS

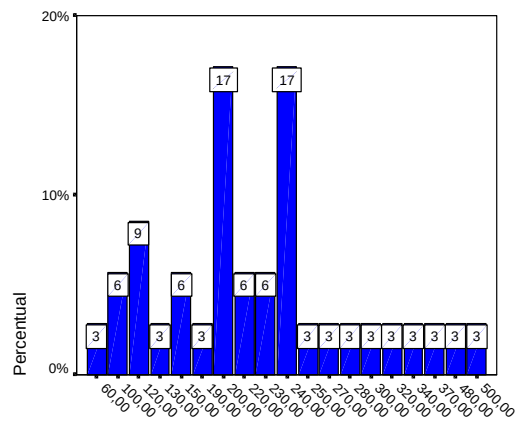
Religião



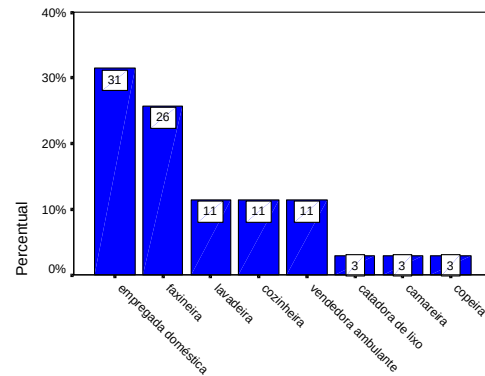
Rendimentos



Renda Familiar

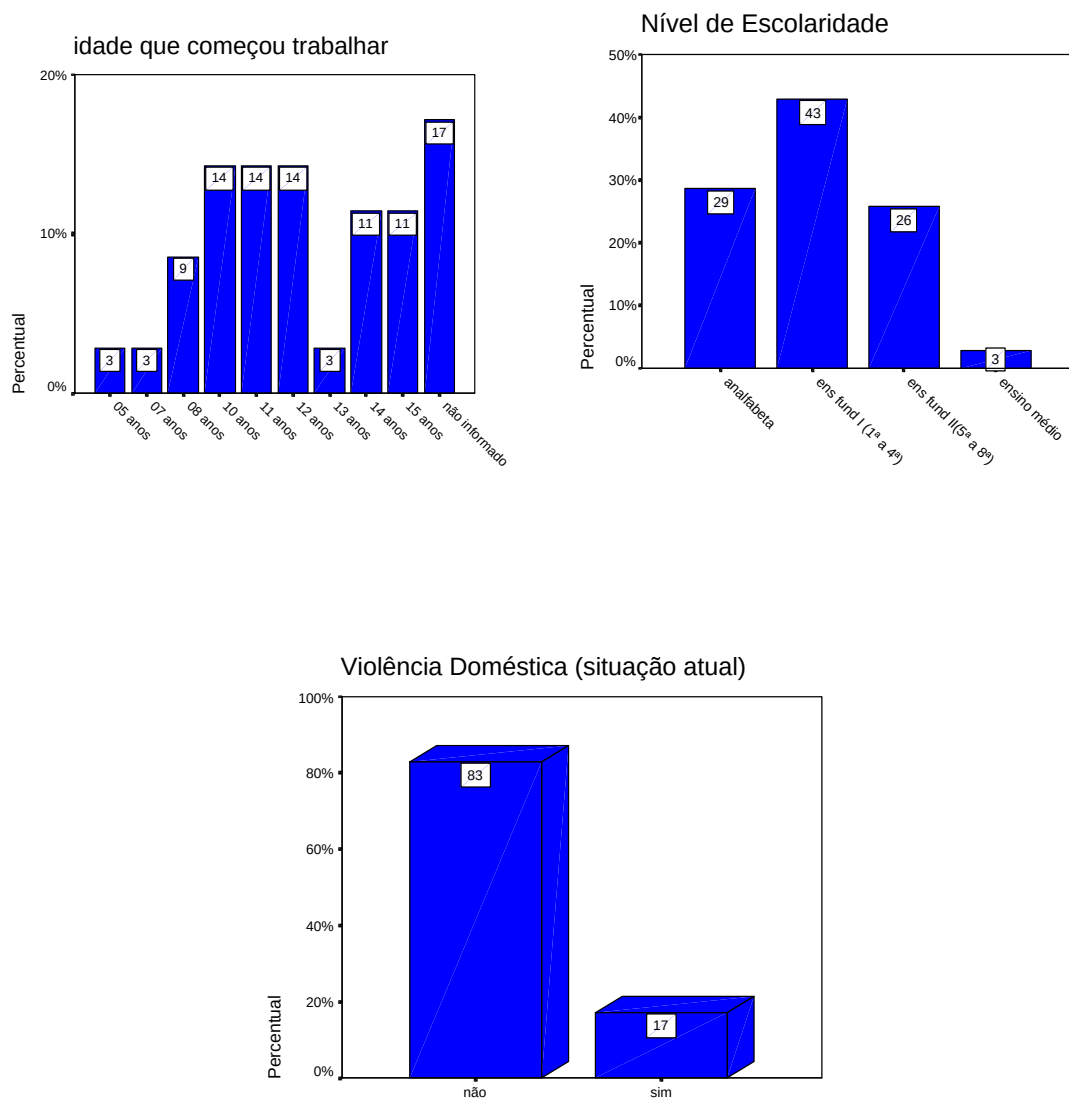


Ocupação



ANEXO IV

PERFIL DAS ENTREVISTADAS



Violência Doméstica Atual e Estado Conjugal						
			Estado Conjugal			Total
			Casada	Separada	Viúva	
Violência Doméstica Atualmente	NÃO	nº de mulheres	9	18	2	29
		(%) percentual referente a violência doméstica	31,0%	62,1%	6,9%	100,0%
		(%) percentual referente ao Estado Conjugal	60,0%	100,0%	100,0%	82,9%
	SIM	nº de mulheres	6			6
		(%) percentual referente a violência doméstica	100,0%			100,0%
		(%) percentual referente ao Estado Conjugal	40,0%			17,1%